

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política

Davi Cordeiro Moreira

**Com a palavra os nobres deputados**

frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros

São Paulo  
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política

**Com a palavra os nobres deputados**  
**frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros**

**Davi Cordeiro Moreira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

**Orientador: Prof. Dr. Paolo Ricci**

São Paulo  
2016

Nome: Davi Cordeiro Moreira

Título: Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

**Banca Examinadora**

Prof. Dr.:	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr.:	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr.:	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr.:	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr.:	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

**Aprovado em:**

*A Delita Avelina Cordeiro Moreira e Elzebete Alves Moreira*

*Flor de Lis*

*Djavan*

Valei-me, Deus  
É o fim do nosso amor  
Perdoa, por favor  
Eu sei que o erro aconteceu  
Mas não sei o que fez  
Tudo mudar de vez  
Onde foi que eu errei?  
Eu só sei que amei  
Que amei, que amei, que amei

Será talvez  
Que minha ilusão  
Foi dar meu coração  
Com toda força  
Pra essa moça  
Me fazer feliz  
E o destino não quis  
Me ver como raiz  
De uma flor de lis

E foi assim que eu vi  
Nosso amor na poeira, poeira  
Morto na beleza fria de Maria

E o meu jardim da vida  
Ressecou, morreu  
Do pé que brotou Maria  
Nem margarida nasceu  
E o meu jardim da vida  
Ressecou, morreu  
Do pé que brotou Maria  
Nem margarida nasceu

***Meu Mundo É Hoje***

*Paulinho da Viola*

*Composição: Wilson Batista / José Batista*

Eu sou assim, quem quiser gostar de mim eu sou assim.  
Eu sou assim, quem quiser gostar de mim eu sou assim.

    Meu mundo é hoje não existe amanhã pra mim

    Eu sou assim, assim morrerei um dia.

Não levarei arrependimentos nem o peso da hipocrisia.

    Tenho pena daqueles que se agacham até o chão

    Enganando a si mesmo por dinheiro ou posição

    Nunca tomei parte desse enorme batalhão,

    Pois sei que além de flores, nada mais vai no caixão.

Eu sou assim, quem quiser gostar de mim eu sou assim.

***Volta Por Cima***

*Paulo Vanzolini*

Chorei, não procurei esconder

    Todos viram, fingiram

    Pena de mim, não precisava

        Ali onde eu chorei

        Qualquer um chorava

    Dar a volta por cima que eu dei

        Quero ver quem dava

    Um homem de moral não fica no chão

        Nem quer que mulher

        Lhe venha dar a mão

    Reconhece a queda e não desanima

        Levanta, sacode a poeira

        E dá a volta por cima

## *Menina Jesus*

*Tom Zé*

Valei-me minha Menina Jesus,  
minha Menina Jesus, valei-me

Só volto lá a passeio, no gozo do meu recreio,  
só volto lá quando puder comprar um óculos escuro  
com um relógio de pulso que marque hora e segundo,  
um rádio de pilha novo cantando coisas do mundo  
pra tocar lá nos jardins da cidade, zombando dos acanhados,  
dando inveja nos barbados e suspiro nas mocinhas

Porque pra plantar feijão eu não volto mais pra lá,  
eu quero é ser Cinderela, cantar na televisão,  
botar filho no colégio, dar picolé na merenda,  
viver bem civilizado, pagar imposto de renda,  
ser eleitor registrado, ter geladeira e TV,  
carteira do ministério, ter CIC, ter RG

Bença, mãe.. Deus lhe faça feliz, minha Menina Jesus,  
que te leve pra casa em paz

Eu fico aqui carregando o peso da minha cruz no meio dos automóveis  
mas vai viajar, foge daqui, que a felicidade vai atacar pela televisão  
e vai felicitar, felicitar, felicitar, até ninguém mais respirar

Acode minha Menina Jesus, minha Menina Jesus, acode...

## Agradecimentos

Sob privação, dedicação, respeito e a um custo muito alto, numa trajetória pouco provável, meus pais proporcionaram a mim a oportunidade de caminhar sozinho e agora concluir uma tese de doutorado. Entre altos e baixos, mesmo quando contrariados, contei com seu apoio. Agradeço aos dois por serem um alicerce na minha vida.

Esse agradecimento é uma continuidade do que já pude expressar ao concluir a dissertação de mestrado e por isso recomendo sua leitura. Desde então, muito aconteceu e, levado por tais acontecimentos, em conjunto com uma gota de livre-arbítrio, faço questão de registrar o que passou e aqueles que estiveram presentes ao longo desses últimos anos.

Sou muito grato a Bruna Campos e sua família. Dói pensar em tudo que poderia ter sido e que não foi, mas do passado ficam as boas lembranças, junto com todo o carinho e respeito que envolveu essa relação. Em sua família fui recebido como um filho. Nela eu encontrei segurança, paz e simplicidade que me ajudaram a superar momentos difíceis nos últimos anos.

Nessa trajetória, meus irmãos Ricardo Zerbinatti, Denis Plaper e Manoel Galdino são o maior presente que vida concretizou. A liberdade que a amizade proporciona só faz com que aumente a minha admiração por vocês e queira seguir adiante contando com a sua presença. Denis sempre inconformado e intransigente faz do mundo um lugar melhor para se viver pelo simples fato de discordar de toda e qualquer opressão que a sociedade proporcione. Ricardo esteve e está comigo numa parceria em que o acaso é o que há de mais belo. Nela, não há planos ou estratégias previamente construídas, há um devir de liberdade que leva ao infinito as experiências da vida e permite que o inesperado se realize. Manoel, por sua vez, é o tipo de pessoa que esse mundo desgraçado não merece. É um cara muito inteligente, mas seu coração é maior do que si próprio. Valoriza a ética, o amor e a liberdade como ninguém.

Por falar em Manoel, eis um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento dessa tese. Entre tantas conversas que tivemos no início de nossa amizade, foi ele que destacou a relevância da análise de conteúdo com uso de métodos

estatísticos e técnicas computacionais. Não demorou muito e nosso amigo Rafael Magalhães, então membro do corpo editorial da revista Leviathan, nos convidou a formular questões e participar de uma entrevista que seria realizada com o Prof. Simon Jackman da Universidade de Stanford. Sem muita expectativa, minha principal sugestão na entrevista foi que fosse perguntado a ele qual seria o futuro da metodologia em ciência política. Eis, portanto, que ele destaca a análise de texto como a principal área para o desenvolvimento de pesquisas nas ciências sociais.

Não bastasse o estímulo da amizade com Manoel, ouvir o Prof. Simon Jackman bater na mesma tecla me encorajou a avançar nesse campo. Após o levantamento da bibliografia relevante e da leitura de artigos importantes, conversei com meu orientador, o Prof. Paolo Ricci, sobre a possibilidade de mudar o foco de minha pesquisa. Foi o Prof. Paolo que permitiu uma guinada nas perspectivas de minha tese e, ao longo dos anos de orientação, fez com que ela pudesse acompanhar a fronteira global do conhecimento que está sendo produzido na ciência política. Sou extremamente grato ao Paolo pela liberdade acadêmica que me proporcionou e pelo modo como sempre conduziu os trabalhos de orientação. Dedico a ele o mérito de existência desse trabalho.

Logo que decidi mudar o foco de minha pesquisa, entre os artigos que li, encontrei o artigo do Prof. Justin Grimmer (Grimmer, 2010). Nele, o autor apresenta metodologia que desenvolveu em seu doutorado em Harvard, o *expressed agenda model*. Depois de me dedicar ao estudo da metodologia, resolvi escrever ao professor e perguntar se o prometido pacote que desenvolveria para a linguagem R estava pronto. Recebi uma resposta negativa, mas em anexo a função com o modelo apresentado no artigo.

Nunca uma resposta negativa foi tão valiosa. Demonstrando maturidade científica e um profissionalismo invejável, o Prof. Justin Grimmer não só encaminhou o código de seu modelo como se fez muito solícito ao longo dos anos. Agradeço imensamente a ele pela oportunidade de trabalhar com a metodologia que desenvolveu e poder comprovar sua eficácia ao aplicá-la nessa tese. Ademais, foi graças a ele que, em conjunto com Manoel e Luis, foi desenvolvido o projeto Retórica Parlamentar, hoje disponível no portal da Câmara dos Deputados para acesso de todos com interesse em verificar a ênfase temática dos Deputados Federais.

Por possibilitar essa janela de oportunidade em minha vida profissional que agradeço aos professores do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo que se dedicaram à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa brasileira. Foi graças à Summer School, por exemplo, que o Prof, Simon Jackman visitou o Brasil e recebeu o convite do Rafael para a entrevista. Nenhuma linha dessas páginas seria escrita.

Diante desse quadro, bastou uma dose de audácia e coragem para que a pesquisa se fizesse viável e pudesse ser agora apresentada. De lá pra cá, muitos acompanharam o desenvolvimento desse trabalho.

Maria Amélia Cupertino foi uma mãe e uma grande amiga ao longo desses anos. Tenho admiração imensa pela pessoa que é e pelo trabalho que desenvolve. Desejo encontrá-la em breve para dar a notícia de que aquela sua ajuda na graduação fez com que hoje eu pudesse depositar uma tese de doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

Agradeço aos amigos do curso de Bacharelado em Estatística do IME-USP, especialmente ao Alexandre, Henrique, Kaique, Rodrigo e Verônica. Vocês marcaram a minha vida e muito do que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa eu aprendi junto com vocês nas inúmeras horas de estudo e dedicação que o curso exige. Infelizmente, tive que deixá-lo, mas tenham certeza de que eu voltarei!

Faço um agradecimento especial aos amigos do Yrajá em São Bernardo do Campo. Potrinho (Rodrigo), Maguinho (Magnus), Bundinha (Alexandre), Bibi (Robson), Portuque (Wesley), Thiago (Negão), Léo (Bravo), Espigão (Robson), Jú (João), Fábio (Fábio), Márcio (ia chamar de Chaves, mas ele não gosta), Jacks (Jackson) e outros tantos que acompanharam minha trajetória. Lá cresci e conheci pessoas maravilhosas. Em breve, quero encontrar a todos.

Não posso deixar de citar Bárbara e Suelen Pelissaro. Além de lindas e extremamente inteligentes, vocês são um estímulo fundamental em minha vida. Com muito orgulho dedico essa tese a vocês.

Tatui (Luis) e Cecilia, me deculpem a ausência por tanto tempo, mas aqui está o trabalho responsável pelo sumiço. Quero encontrá-los e debater sem fim o nosso atual quadro político. Obrigado pela amizade de vocês e por todo o apoio

nos momentos difíceis que vivi.

Agradeço ao Prof. Ricardo Ceneviva pela oportunidade de ser monitor de seu curso (Lego III) no IESP-RJ e por sua participação na banca e qualificação desse trabalho. Do mesmo modo, agradeço ao Prof. Fernando Limongi. Ambos fizeram considerações essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Também agradeço ao NECI, em especial à Profa. Dra. Andréa Freitas e às pesquisadoras Alexia Aslan, Andréa Junqueira, Graziele Silotto e Joyce Luz. Foram todas muito gentis e profissionais ao atender os pedidos que fiz. Obrigado!

Agradeço a Jaqueline Zulini pela amizade e apoio ao longo de tantos anos como colega na pós-graduação. É agora que a vida começa Jaque!

Já me referi a ele, mas faço um agradecimento especial ao amigo Rafael Magalhães. Litros de café, cachaça e cerveja acompanham essa tese e boa parte deles foram em conversa com você, Rafael. Obrigado por toda a ajuda, críticas e sugestões ao trabalho. Você teve participação decisiva nessa pesquisa e certamente contribuiu muito para a melhoria de sua qualidade.

Tati! Obrigado, Tati! Toda sua luta e dedicação profissional são estímulos para qualquer um. Tenho a chance de conhecer o lindo trabalho que desenvolveu na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e só posso agradecer a você a oportunidade de continuá-lo. Mais do que isso, agradeço a toda sua dedicação no Governo Federal. Infelizmente, sofreu na pele as consequências dessa fratura em nossa democracia, mas registro aqui o meu pedido para que não desista.

Nos últimos dois anos pude conhecer e conviver com pessoas maravilhosas na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Registro aqui meu agradecimento a Rosier Custódio, Juliana Carlos, Fernanda Shimizu, Marcio Moro, Carlos Mizukai, Gilson Laforga, Abdiel Lobo, Jeferson Celos, Douglas Magami, Rafael Português, Tamara Crantschaninov, Marcela Diorio, Melina Miranda, Lidiane Dias, Paula Cavalcante e Marília Marra. Confio em vocês para fazer valer o papel constitucional conferido a essa instituição.

Há também pessoas muito especiais que ajudaram na finalização e continuidade desse trabalho. Registro um agradecimento especial a Bruna Attina,

Maria Raquel e Ana Cleia pela amizade e carinho demonstrados. Com certeza devo uma cerveja para Bruna, uma visita para Maria e uma balada para Ana. Pagarei essa dívida com muito prazer!

Agradeço a Maria Raimunda, Vasne Santos e Marcia Staacks pelo profissionalismo cotidiano na condução dos trabalhos na secretaria do Departamento de Ciência Política da USP. Mais do que isso, agradeço a amizade e sensibilidade com que tratam as inúmeras solicitações feitas pelos alunos. Vocês foram fundamentais no desenvolvimento desse trabalho.

Por fim, agradeço ao Prof. Rogério Arantes. Há anos acompanho seu trabalho, mas foi depois de fazer Seminário de Tese com você, professor, que decidi fazer desse doutorado o meu "cartão de visitas". Espero não decepcioná-lo. Por essa razão, diferente do que muitos pensam, essa tese é só o começo.

## Resumo

Reconhecendo que o discurso é um dos meios pelos quais a política se materializa, essa tese tem o objetivo de responder a seguinte questão: há indícios suficientes para afirmar que a comunicação parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados é governada pela relação governo-oposição, assim como constatado em sua atuação no processo decisório? Para respondê-la, foi feito o uso de técnicas computacionais e modelos estatísticos com a aplicação do *expressed agenda model* para análise do conteúdo de mais de 127 mil pronunciamentos realizados por mais de 2 mil oradores diferentes ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar na Câmara dos Deputados. Com a apresentação de evidências robustas sobre a frequência dos discursos proferidos no Pequeno Expediente, a estratégia de concentração temática dos Deputados Federais e a ênfase por eles atribuída às agendas econômica e social, a resposta é que não. Há, na atividade parlamentar, muito mais do que a tarefa de produzir e aprovar leis. As conclusões apresentadas aprimoraram o conhecimento a respeito do comportamento parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados e indicam a influência de outras variáveis sobre sua atuação como, por exemplo: a ideologia, o gênero, senioridade e a sua popularidade.

**Palavras-chave:** comportamento político; discurso político; Câmara dos Deputados; análise de conteúdo; aprendizagem computacional; análise quantitativa de texto;

## **Abstract**

Recognizing that parliamentary speeches are one way in which politics is realized, this thesis aims to answer the following question: is there sufficient evidence to say that the parliamentary communication within the Chamber of Deputies is governed by the government-opposition relation, following conclusions about the decision-making process? To answer this question, I apply the expressed agenda model, computational techniques and statistical models over 127,000 speeches made by more than 2,000 different speakers in more than 15 years of parliamentary activity in the Chamber of Deputies. With robust evidence on the frequency of the speeches, thematic concentration and the expressed priorities between the emphasis attributed to economic and social agendas, the answer is no. The findings presented improve the knowledge about Brazilian parliamentary behavior and indicate the influence of other variables on its activities, for example: ideology, gender, seniority and popularity.

**Keywords:** political behavior; political speech; House of Representatives; content analysis; machine learning; quantitative text analysis;

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>25</b>
<b>1 A atividade parlamentar</b>	<b>29</b>
1.1 Introdução . . . . .	29
1.2 Comportamento parlamentar: visões da literatura e o caso brasileiro	31
1.2.1 O voto nominal . . . . .	31
1.2.2 O conteúdo legislativo . . . . .	34
1.2.3 A comunicação parlamentar . . . . .	38
1.3 Conclusão . . . . .	42
<b>2 A comunicação parlamentar na Câmara dos Deputados</b>	<b>44</b>
2.1 Introdução . . . . .	44
2.2 Momentos institucionais de fala livre . . . . .	46
2.3 O uso da fala na Câmara dos Deputados . . . . .	50
2.4 O uso do Pequeno Expediente . . . . .	52
2.5 Conclusão . . . . .	63
<b>3 Metodologia</b>	<b>65</b>
3.1 Introdução . . . . .	65
3.2 A análise de conteúdo . . . . .	65
3.3 O Expressed Agenda Model . . . . .	70
3.3.1 Parâmetros do nível do autor: agendas expressas ou ênfase temática . . . . .	72
3.3.2 Parâmetros do nível dos documentos: tópicos e palavras .	72
3.3.3 Prioris para o modelo . . . . .	73
3.3.4 Distribuição posteriori do modelo . . . . .	73
3.4 Obtenção, tratamento e organização dos dados . . . . .	74
3.4.1 Obtenção dos dados . . . . .	74
3.4.2 Tratamento e organização dos dados . . . . .	75
3.5 Conclusão . . . . .	80
<b>4 Com a palavra os nobres deputados</b>	<b>81</b>
4.1 Introdução . . . . .	81
4.2 Temas abordados pelos Deputados Federais . . . . .	83

4.3	Validação . . . . .	90
4.3.1	Pertinência temporal de tópicos selecionados . . . . .	91
4.3.2	Ênfase temática de Deputados Federais selecionados . . .	98
4.4	Conclusão . . . . .	105
<b>5</b>	<b>Padrões de ênfase temática dos Deputados Federais</b>	<b>107</b>
5.1	Introdução . . . . .	107
5.2	Mapeando estratégias de comunicação . . . . .	107
5.3	Padrões de ênfase temática . . . . .	117
5.4	Conclusão . . . . .	121
<b>Conclusão</b>		<b>122</b>
<b>A</b>	<b>Apêndice Metodológico</b>	<b>125</b>
A	Apêndice do Capítulo 2 - Quantidade de Discursos . . . . .	125
A.1	Análise descritiva das variáveis preditoras - Capítulo 2 .	125
A.2	Análise do Modelo 1 - Capítulo 2 . . . . .	133
B	Apêndice do Capítulo 4 . . . . .	143
C	Apêndice do Capítulo 5 - Gini . . . . .	169
C.1	Análise descritiva das variáveis preditoras . . . . .	169
C.2	Análise do Modelo 7 - Variável Dependente: Coeficiente de Gini. . . . .	175
D	Apêndice do Capítulo 5 - Balanço . . . . .	184
D.1	Análise descritiva das variáveis preditoras . . . . .	184
D.2	Análise do Modelo 7 - Variável Dependente: Balanço . . .	190
<b>Bibliografia</b>		<b>198</b>

## **Lista de Tabelas**

2	Quadro comparativo da possibilidade de fala dedicada aos Deputados Federais . . . . .	45
3	Quadro comparativo - momentos institucionais de fala selecionados	47
4	Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura . . . . .	54
5	Variáveis preditoras - Modelo 1 . . . . .	58
6	Resultado do tratamento aplicado à coleção de discursos de cada legislatura . . . . .	77
7	Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura que serão utilizados no <i>expressed agenda model</i> . . . . .	78
8	Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura que serão utilizados no <i>expressed agenda model</i> . . . . .	82
9	Temas dos discursos proferidos na legislatura 51 . . . . .	84
10	Temas dos discursos proferidos na legislatura 52 . . . . .	85
11	Temas dos discursos proferidos na legislatura 53 . . . . .	86
12	Temas dos discursos proferidos na legislatura 54 . . . . .	87
13	Variáveis preditoras - - Modelo 7 . . . . .	115
14	Dados descritivos do percentual de votos recebidos pelos Deputados Federais em cada legislatura . . . . .	125
15	Dados descritivos do número de legislaturas das quais os Deputados Federais fizeram parte até a legislatura analisada . . . . .	127
16	Dados descritivos da classificação de gênero dos Deputados Federais . . . . .	128
17	Dados descritivos da classificação ideologica dos Deputados Federais segundo suas legendas partidárias . . . . .	129
18	Dados descritivos da classificação governamental dos Deputados Federais segundo a participação de suas legendas partidárias na composição do governo . . . . .	130
19	Censo 2010 - Pib per capita para cada Unidade Federativa . . . . .	132
20	Proporção de valores observados <i>versus</i> preditos por faixa - Modelo 1 do Capítulo 2 . . . . .	134

21	Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 51 - Quantidade de Discursos . . . . .	139
22	Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 52 - Quantidade de Discursos . . . . .	140
23	Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 53 - Quantidade de Discursos . . . . .	141
24	Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 54 - Quantidade de Discursos . . . . .	142
25	Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 51 . . . . .	143
26	Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 52 . . . . .	148
27	Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 53 . . . . .	154
28	Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 54 . . . . .	161
29	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 51 - Gini . . . . .	180
30	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 52 - Gini . . . . .	181
31	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 53 - Gini . . . . .	182
32	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 54 - Gini . . . . .	183
33	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 51 - Balanço . . . . .	194
34	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 52 - Balanço . . . . .	195
35	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 53 - Balanço . . . . .	196
36	Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 54 - Balanço . . . . .	197

## **Lista de Figuras**

1	Esquema de análise da atividade parlamentar . . . . .	31
2	Quantidade de Pronunciamentos realizados por Deputados Federais por legislatura . . . . .	51
3	Proporção de uso dos momentos institucionais de pronunciamento pelos Deputados Federais . . . . .	51
4	Pronunciamentos realizados pelos Deputados Federais por Ano segundo seu momento institucional . . . . .	52
5	Dispersão da quantidade de discursos dos Deputados Federais no Pequeno Expediente . . . . .	53
6	Histograma da quantidade de discursos dos Deputados Federais no Pequeno Expediente . . . . .	53
7	Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e de possíveis oradores por legenda partidária . . . . .	55
8	Quantidade de discursos por legenda partidária no Pequeno Expediente em relação a seus possíveis oradores . . . . .	56
9	Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e de possíveis oradores por unidade federativa . . . . .	57
10	Quantidade de discursos por unidade federativa no Pequeno Expediente em relação a seus possíveis oradores . . . . .	57
11	Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura . .	61
12	Estrutura hierárquica do <i>expressed agenda model</i> . . . . .	70
13	Gráfico Bayesiano do <i>Expressed Agenda Model</i> . . . . .	74
14	Nuvem de raízes comuns em todas as legislaturas . . . . .	78
15	Comparação da nuvem de raízes mais utilizadas em cada legislatura quando comparada às demais . . . . .	79
16	Pronunciamentos classificados na categoria Alca e Terrorismo ao longo da 51 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	91
17	Pronunciamentos classificados na categoria Sistema Político ao longo da 52 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	93
18	Pronunciamentos classificados na categoria Economia ao longo da 53 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	95
19	Pronunciamentos classificados na categoria Esporte ao longo da 54 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	97

20	Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Romário PSB-RJ na 54 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	100
21	Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Vicentinho PT-SP na 53 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	102
22	Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pela Deputada Federal Kátia Abreu DEM-TO na 52 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	104
23	Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Ivan Valente PT-SP na 51 <sup>a</sup> legislatura . . . . .	104
24	Ênfase temática por Legenda Partidária na 51 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	109
25	Ênfase temática por Legenda Partidária na 52 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	109
26	Ênfase temática por Legenda Partidária na 53 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	110
27	Ênfase temática por Legenda Partidária na 54 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	110
28	Ênfase temática por Unidade Federativa na 51 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	111
29	Ênfase temática por Unidade Federativa na 52 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	111
30	Ênfase temática por Unidade Federativa na 53 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	112
31	Ênfase temática por Unidade Federativa na 54 <sup>a</sup> Legislatura . . . . .	112
32	Distribuição do coeficiente de Gini para cada legislatura . . . . .	114
33	Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura - Gini	116
34	Distribuição da variável Balanço dos Deputados Federais do PT e do PSDB em cada legislatura . . . . .	118
35	Distribuição da variável Balanço em cada legislatura . . . . .	119
36	Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura - Balanço . . . . .	120
37	Distribuição da percentagem de votos recebidos . . . . .	126
38	Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e percentual de votos recebidos . . . . .	126
39	Distribuição do número de legislaturas das quais os deputados fizeram parte até a legislatura analisada . . . . .	127
40	Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e número de legislaturas das quais os deputados fizeram parte até a legislatura analisada . . . . .	128
41	Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo classificação de gênero dos Deputados Federais . . . . .	129

42	Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo classificação ideológica de suas legendas partidárias . . . . .	130
43	Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo a classificação governamental de suas legendas partidárias . . . . .	131
44	Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito . . . . .	132
45	<i>Posterior Predictive Check</i> para o percentual de zeros - Quantidade de discursos . . . . .	134
46	<i>Posterior Predictive Check</i> para média - Quantidade de discursos . . . . .	135
47	<i>Posterior Predictive Check</i> para o desvio padrão - Quantidade de discursos . . . . .	136
48	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor máximo - Quantidade de discursos . . . . .	136
49	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor mínimo - Quantidade de discursos . . . . .	137
50	<i>Posterior Predictive Check</i> para a distribuição dos valores observados - Quantidade de discursos . . . . .	137
51	Quantidade de discursos e Coeficiente de Gini . . . . .	169
52	Porcentagem de votos recebidos e Coeficiente de Gini . . . . .	170
53	Número de legislaturas e Coeficiente de Gini . . . . .	171
54	Distribuição do Coeficiente de Gini segundo o gênero do parlamentar . . . . .	172
55	Distribuição do Coeficiente de Gini segundo a classificação ideológica das legendas partidárias . . . . .	173
56	Distribuição do Coeficiente de Gini segundo o posicionamento da legenda partidária em relação ao governo . . . . .	174
57	Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito e Coeficiente de Gini . . . . .	175
58	<i>Posterior Predictive Check</i> para média - Coeficiente de Gini . . . . .	176
59	<i>Posterior Predictive Check</i> para o desvio padrão - Coeficiente de Gini . . . . .	177
60	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor máximo - Coeficiente de Gini . . . . .	177
61	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor mínimo - Coeficiente de Gini . . . . .	178
62	<i>Posterior Predictive Check</i> para a distribuição dos valores observados - Coeficiente de Gini . . . . .	178

63	Quantidade de discursos e Balanço temático . . . . .	184
64	Porcentagem de votos recebidos e Balanço temático . . . . .	185
65	Número de legislaturas e Balanço temático . . . . .	186
66	Distribuição do Balanço temático segundo o gênero do parlamentar	187
67	Distribuição do Balanço temático segundo a classificação ideológica das legendas partidárias . . . . .	188
68	Distribuição do Balanço temático segundo o posicionamento da legenda partidária em relação ao governo . . . . .	189
69	Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito e Balanço temático . . . . .	190
70	<i>Posterior Predictive Check</i> para média - Balanço . . . . .	191
71	<i>Posterior Predictive Check</i> para o desvio padrão - Balanço . . . . .	191
72	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor máximo - Balanço . . . . .	192
73	<i>Posterior Predictive Check</i> para o valor mínimo - Balanço . . . . .	192
74	<i>Posterior Predictive Check</i> para a distribuição dos valores observados	193

# **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Sigla/Abreviatura	Descrição
CD	Câmara dos Deputados
CN	Congresso Nacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária
PLN	Projeto de Lei Orçamentária
PLP	Projeto de Lei Complementar
RCCN	Regimento Comum do Congresso Nacional
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RISF	Regimento Interno do Senado Federal
SF	Senado Federal
DEM	Democratas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PLP	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PR	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido da Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde
UF	Unidade Federativa
AC	Acre
AL	Alagoas
AP	Amapá
AM	Amazonas
BA	Bahia

Continua na próxima página...

– continuação da página anterior

Sigla/Abreviatura	Descrição
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
MA	Maranhão
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
MG	Minas Gerais
PA	Pará
PB	Paraíba
PR	Paraná
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RO	Rondônia
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SE	Sergipe
TO	Tocantins

## Introdução

Com uso instrumental e estratégico conhecido há milênios (Aristóteles, 2012, século IV a.c.), a comunicação é instrumento fundamental da política, desempenhando papel central nas relações de poder da sociedade e de representação nos regimes democráticos modernos (Foucault, 2005; Manin, 1997). Através dela os representantes políticos apresentam e debatem projetos de lei, participam de eventos, palestras e seminários, publicam e postam mensagens em redes sociais, gravam programas de TV, vídeos na *internet* e, ainda, prestam contas de suas atividades. Por essa razão, tal atividade sempre teve um lugar especial nas pesquisas em ciência política.

A despeito da importância que a comunicação possui para a ciência política, a escassez de tempo, de recursos e a vulnerabilidade à qual o rigor do pesquisador está sujeito ao analisar de forma manual o conteúdo de grandes bases de texto (*corpus*) faz com que boa parte das pesquisas com este propósito se limite à análise de pequenos acervos. Por essa razão, com raras exceções<sup>1</sup>, a maior parte dos trabalhos nessa área realiza recortes profundos sobre a atividade política, produzindo conhecimento esparso e inviabilizando conclusões gerais a respeito de atividade tão importante.

Revertendo esse quadro limitado, o avanço tecnológico e científico permitiu que técnicas automatizadas de análise do conteúdo fossem desenvolvidas e aplicadas de forma simples a grandes volumes de documentos através de modelos estatísticos avançados. Acompanhando a fronteira desse processo, a ciência política mundial tem contribuído com esse avanço e, recentemente, produzido os primeiros trabalhos que utilizam o texto como dado (*text as data*) para análise automatizada de conteúdo (Monroe e Schrödt, 2008; Roberts, 2016; Grimmer, 2015; Monroe, 2013).

Acompanhando esse desenvolvimento recente, esta tese reconhece o discurso como um dos meios pelos quais a política se materializa e se dedica à análise de mais de 127 mil pronunciamentos realizados por mais de 2 mil oradores diferentes ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar. Considerando que o atual desenvolvimento metodológico do campo de estudos

---

<sup>1</sup>Por exemplo: <https://manifestoproject.wzb.eu/>

legislativos no Brasil se faz profícuo para este avanço, esse trabalho pretende abrir novos rumos para as pesquisas que se dedicam à análise de conteúdo e à atividade parlamentar, em especial para a ciência política brasileira.

Focada na análise do processo decisório, o conhecimento produzido sobre a atividade parlamentar no caso brasileiro apresenta que este é guiado pela relação governo-oposição, seguindo os pressupostos da tese do presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988; Limongi e Figueiredo, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999, 2002; Zucco, 2009; Arretche, 2007). Apesar da robustez que as análises a respeito do processo decisório ganharam na agenda de estudos legislativos brasileira, pouco se sabe sobre a comunicação parlamentar realizada através de momentos institucionais regimentalmente previstos.

De forma mais frequente do que a elaboração e a aprovação de leis, por exemplo, cotidianamente Deputados Federais acessam a tribuna da Câmara dos Deputados para proferir explanações a respeito de sua atividade, sua posição em relação a algum tema específico, homenagear alguma personalidade ou ente querido, responder a indagações e assim acessar colegas, eleitores e correligionários<sup>2</sup>. Mesmo com tamanha frequência, a ciência política brasileira pouco conhece a atividade de comunicação parlamentar no âmbito do Congresso Nacional. Não se sabe o volume de falas, o padrão de uso dos momentos institucionais previstos para comunicação e muito menos o conteúdo expresso nesses discursos. Dado esse fato, menor ainda é o conhecimento dos padrões que regem essa atividade parlamentar e os efeitos das principais variáveis que orientam as pesquisas sobre esse comportamento congressista<sup>3</sup>.

A análise da atividade parlamentar com o objetivo de compreender o quê, como e porquê o representante político se comporta de determinada maneira envolve a mobilização de diferentes objetos de pesquisa e variáveis para sua explicação e descrição. Assim, somando-se aos estudos realizados com o objetivo de compreender o comportamento do parlamentar brasileiro, através da análise exploratória de dados em conjunto com resultados advindos de modelos probabilísticos (Gelman, 2011, 2004, 2003, 2007), nessa tese são analisados os

<sup>2</sup>Apenas por curiosidade, somadas as legislaturas 51, 52, 53 e 54, foram realizadas 1.927 votações nominais na CD. Nesse mesmo período, somente no Pequeno Expediente, foram realizados mais de 127 mil pronunciamentos.

<sup>3</sup>Como será visto adiante, a única referência que se destaca nesse quadro de escassez é o trabalho de Miguel e Feitosa (2009).

discursos proferidos pelos Deputados Federais brasileiros com o objetivo de identificar os padrões que regem sua frequência e ênfase temática ao longo das legislaturas 51 a 54.

Valendo-se da rica literatura que analisa os votos nominal na CD (Limongi e Figueiredo, 2005, 1998; Pereira e Mueller, 2002, 2000, 2003; Zucco, 2009; Zucco Jr. e Lauderdale, 2011) e a produção do conteúdo legislativo aprovado (Moreira, 2011; Freitas, 2013; Ricci, 2003, 2006; Freitas, 2010) a pesquisa é orientada pela seguinte questão: há indícios suficientes para afirmar que a comunicação parlamentar no âmbito da CD é governada pela relação governo-oposição assim como constatado em sua atuação no processo decisório?

Os resultados aqui apresentados são o princípio de uma profícua agenda de pesquisa no campo dos estudos legislativos e comportamento político no Brasil. A seguir, o Capítulo 1 apresenta o desenvolvimento da literatura da ciência política sobre o comportamento parlamentar e o caso brasileiro, enfatizando pesquisas cujo escopo de análise aborda o voto nominal, a formulação do conteúdo legislativo e a comunicação parlamentar.

Amparados pelas regras que organizam os trabalhos na CD, porém distantes dos regulamentos que regem os processos decisórios, o Capítulo 2 faz uma ampla descrição dos momentos institucionais de fala previstos regimentalmente na CD, justifica a escolha do Pequeno Expediente como foco dessa pesquisa e analisa a frequência de uso desse momento institucional pelos Deputados Federais ao longo das legislaturas 51 a 54.

Após destacar que a comunicação se constitui como dimensão importante da atividade parlamentar no âmbito da CD, se faz conveniente analisar quais os principais temas acessados pelos Deputados Federais brasileiros ao discursar. Para tanto, o Capítulo 3 apresenta o *expressed agenda model*, metodologia empregada para classificação substantiva dos discursos e captação da ênfase temática de cada parlamentar. Nele também são apresentados os procedimentos técnicos adotados e os primeiros resultados da análise do conteúdo presente nos discursos proferidos.

O Capítulo 4 apresenta os resultados obtidos com a aplicação do *expressed agenda model* nos discursos proferidos no Pequeno Expediente das legislaturas 51

a 54. Ademais, como em qualquer outro procedimento de classificação de conteúdo, são apresentadas distintas formas de validação adotadas para averiguar se os resultados são substantivamente relevantes.

Com o objetivo de elucidar padrões gerais desta atividade parlamentar ainda pouco explorada na ciência política nacional, no Capítulo 5 dois dos inúmeros resultados obtidos com o *expressed agenda model* são utilizados como variáveis dependentes. Primeiro, é verificado se a estratégia de comunicação dos parlamentares resulta numa robusta concentração temática e de que modo ela se configura. Em seguida, investiga-se como os Deputados Federais brasileiros se diferenciam diante de duas áreas bastante recorrentes no debate político: a agenda social e a agenda econômica.

Por fim, são apresentadas as conclusões.

# 1 A atividade parlamentar

## 1.1 Introdução

A análise da atividade parlamentar com o objetivo de compreender o quê, como e porquê o representante político se comporta de determinada maneira envolve a mobilização de diferentes objetos de pesquisa e variáveis para sua explicação e descrição. Assim como ocorreu na literatura americana, devido à disponibilidade de dados e à facilidade de modelagem, cruzamentos, descrição e inferência, a agenda de estudos sobre o comportamento parlamentar no legislativo brasileiro se desenvolveu com foco primordial sobre o processo decisório, especialmente no que tange as votações nominais e a produção legislativa como objetos de pesquisa.

No caso das votações nominais, sua relevância é tamanha que se tornou objeto básico para o entendimento de um leque de questões relacionadas ao funcionamento do presidencialismo de coalizão e à governabilidade do sistema político nacional. No caso da produção legislativa, mesmo de forma esparsa, o conteúdo legislativo aprovado foi foco de análises sobre seu impacto territorial, sendo sua elaboração objeto de pesquisas sobre a participação legislativa e a possível interferência de grupos de interesse.

Ambas abordagens fizeram do processo decisório no Congresso Nacional (CN) o principal eixo de pesquisas para o entendimento da atividade parlamentar, sua representação e seu papel sobre a governabilidade. Para tanto, dois grandes conjuntos de variáveis foram mobilizados para descrever, predizer e explicar a atuação do representante no processo decisório: i) variáveis oriundas da arena legislativa e ii) variáveis com origem na arena eleitoral.

De forma resumida, sobre o conjunto de variáveis ligados à arena decisória, são avaliados os incentivos e restrições criados pelas regras que regem o processo deliberativo e o posicionamento da arena legislativa diante dos demais poderes da república, em especial, o Poder Executivo Nacional. Em relação à arena eleitoral, é analisada a influência de grupos de interesse, a avaliação do eleitorado sobre a atividade parlamentar e a competição política entre candidatos e partidos nos pleitos eleitorais. Por vezes dicotômica, a mobilização de

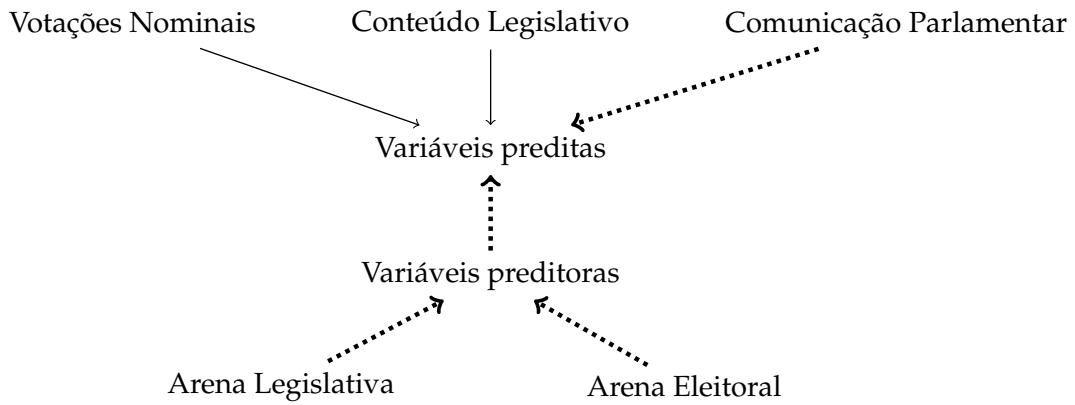
variáveis oriundas das arenas legislativa e eleitoral não são excludentes e, muitas vezes, complementam-se.

Apesar da robustez que as análises a respeito do processo decisório ganham na agenda de estudos legislativos brasileira, pouco se sabe sobre os incentivos que a arena legislativa e a arena eleitoral produzem em relação a outras atividades que os parlamentares desenvolvem no CN. Uma dessas atividades é a comunicação parlamentar através de momentos institucionais previstos nos regimentos internos das duas Casas legislativas. De forma mais frequente do que a elaboração e a aprovação de leis, por exemplo, cotidianamente Deputados Federais acessam a tribuna da CD para proferir explanações a respeito de sua atividade, sua posição em relação a algum tema específico, homenagear alguma personalidade ou ente querido, responder a indagações e assim acessar colegas, eletores e correligionários.

Mesmo com tamanha frequência, a ciência política brasileira pouco conhece a atividade de comunicação parlamentar no âmbito do CN. Não se sabe o volume de falas, o padrão de uso dos momentos institucionais previstos para comunicação e muito menos o conteúdo expresso nesses discursos. Dado esse fato, menor ainda é o conhecimento dos padrões que regem essa atividade parlamentar e os efeitos das principais variáveis que orientam as pesquisas sobre esse comportamento congressista.

A tese preenche justamente essa lacuna. Analisa os discursos parlamentares proferidos no Pequeno Expediente da CD ao longo das legislaturas 51, 52, 53 e 54 com foco sobre a descrição dos temas acessados no conteúdo de suas falas. De forma especulativa e conforme destacado na Figura 1, através de estudo exploratório e da mobilização de variáveis oriundas tanto da arena legislativa quanto da arena eleitoral, apresenta hipóteses a respeito dos determinantes do volume de discursos realizados, das estratégias de comunicação adotadas e do conteúdo das falas proferidas. Nesse trabalho, enfatiza-se a importância da análise dessa dimensão da atividade parlamentar sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, sua governança e representatividade com o objetivo de contribuir com uma nova e profícua agenda de pesquisa.

Figura 1: Esquema de análise da atividade parlamentar



**Descrição:** A Figura 1 apresenta de forma esquemática a estrutura básica de análise da atividade parlamentar na ciência política. De baixo para cima, as arenas Legislativa e Eleitoral proveem Variáveis Preditoras com o objetivo de descrever as Variáveis Preditas que, de cima para baixo, são fruto de diferentes dimensões da atuação parlamentar, no caso: Votações nominais, a produção de Conteúdo Legislativo e a Comunicação Parlamentar. Em destaque, através de flechas pontilhadas, se encontra localizada a estrutura básica dessa tese.

Na próxima seção apresento o desenvolvimento da literatura da ciência política sobre o comportamento parlamentar e o caso brasileiro. Para facilitar a apresentação, com base na estrutura proposta na Figura 1 são enfatizadas pesquisas cujo escopo de análise se debruça sobre três grandes linhas de abordagem: o voto nominal; o conteúdo legislativo e a comunicação parlamentar.

## 1.2 Comportamento parlamentar: visões da literatura e o caso brasileiro

### 1.2.1 O voto nominal

O trabalho seminal de Poole e Rosenthal (1991) é considerado o início de uma frutífera agenda de pesquisa com foco no voto nominal para análise do comportamento parlamentar. Avanços metodológicos desenvolvidos por esses pesquisadores aprimoraram esse campo de análise através de uma medida de posicionamento (*ideal points*) calculada a partir do registro de votações nominais (Poole e Rosenthal, 1991; Clinton, Jackman e Rivers, 2004). Tamanha o efeito de seu resultado que, no caso da política americana, sugere-se que uma única dimensão de conflito caracterizaria a competição ideológica existente no con-

gresso, pois seria possível identificá-la através do posicionamento do ponto ideal de cada congressista nessa dimensão (Poole e Rosenthal, 1991).

A partir da análise dos pontos ideiais obtidos pelos registros das votações nominais, foi constituída uma extensa e robusta agenda de pesquisa que tratou de analisar o comportamento parlamentar sob esse prisma. As pesquisas nesse campo avançaram a ponto de envolver e comparar as preferências políticas de cada legislador em relação a outras fontes de informação, oriundas tanto da arena eleitoral, como da arena legislativa. No caso da primeira, medidas obtidas em *surveys* e no financiamento de campanha são comparadas ao ponto ideal estimado em votações nominais com o objetivo de auferir sua proximidade e a compatibilidade entre o comportamento parlamentar, a opinião de eleitores e o posicionamento de financiadores de campanhas (Anscombe e Jones, 2010; Bonica, 2014). Em relação à arena legislativa, aplicada a diferentes sistemas políticos, foi possível identificar que as conclusões obtidas para o caso americano não se adequam necessariamente a estruturas institucionais distindas como, por exemplo, o caso brasileiro (Zucco, 2009).

No caso brasileiro, o estado atual da literatura sobre o voto nominal apresenta que este é guiado pela relação governo e oposição, segundo os pressupostos da tese do presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Essa conclusão é fruto de um longo debate acadêmico que refutou diferentes teses sobre o comportamento individual dos legisladores brasileiros. Duas são as principais teses superadas nesse debate: uma de essência regional e outra de fundo ideológico.

No primeiro caso, o voto parlamentar defenderia os interesses vinculados à UF que o legislador representa (Ames, 1995a, 2002; Mainwaring, 1991, 1999; Pereira e Mueller, 2002). Com base na tese do voto pessoal (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1990), o sistema eleitoral proporcional de lista aberta brasileiro determinaria o comportamento legislativo do representante. Nesse modelo, “a atuação dos partidos políticos na arena legislativa seria, basicamente, uma consequência funcional da necessidade de se vencer eleições” (Pereira e Mueller, 2003, p. 736).

Assumindo que a arena decisória está à mercê de incentivos proporcionados pelo sistema eleitoral, diante de regras eleitorais que favorecem a relação

direta entre político e eleitor, políticos sensatos não perderiam a oportunidade de maximizar a distribuição de benefícios a seus redutos eleitorais com o objetivo de obter os créditos por concessões realizadas (*credit claiming*) (Mayhew, 1974, p. 54) e aumentar as chances de sua manutenção no poder. Nessa formatação institucional, o Poder Executivo estaria à mercê dos interesses individuais dos parlamentares e seria obrigado a com eles negociar individualmente para obter maioria às suas propostas.

Os trabalhos que refutam referida tese destacam que a composição de maioria legislativa através da distribuição de pastas ministeriais, somada às regras que regem o processo decisório e organizam os trabalhos do Congresso Nacional, atribuem poder de agenda ao Presidente da República e às lideranças partidárias, criando incentivos para que os parlamentares da base se comportem de forma coletiva, seguindo a orientação de suas legendas. Logo, apresentam que se o sistema eleitoral brasileiro gera incentivos particularistas, para que os parlamentares obtenham sucesso em promover sua imagem perante suas bases, estes devem seguir os incentivos partidários presentes na arena legislativa (Limongi e Figueiredo, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999, 2002; Zucco, 2009; Arretche, 2007).

No segundo caso, o voto parlamentar seria fruto do perfil ideológico do representante (Leoni, 2002). Ao estimar pontos ideais a partir dos registros de votações nominais, Leoni (2002) encontra forte correlação entre ideologia e o posicionamento partidário. Ele conclui que o espectro ideológico seria suficiente para predizer corretamente 85% dos votos nominais e que, portanto, o comportamento do Deputado Federal brasileiro seria semelhante ao perfil identificado no caso americano (Poole e Rosenthal, 1991).

Com essa constatação, bastou a alternância de partidos oposicionistas no poder do Executivo Federal para que a tese da expressão ideológica pelo voto fosse derrubada (Zucco, 2009). Através de uma medida ideológica exógena à atividade legislativa, Zucco (2009) apresenta que a análise de votações nominais não é um bom método para captar a ideologia do parlamentar brasileiro. Seu trabalho conclui que o resultado obtido na estimação de ponto ideal do parlamentar por meio da votação nominal é fruto de seu posicionamento estratégico perante seu partido e o Poder Executivo. A concentração de recursos e a competência de sua execução no Poder Executivo cria incentivos para que os

parlamentares sigam o posicionamento de suas legendas partidárias e, portanto, seu voto reflete a relação entre governo e oposição.

Superadas as teses apresentadas para o caso brasileiro, a conclusão atual a respeito do comportamento parlamentar na expressão do voto nominal está amparada no seu posicionamento diante da legenda partidária e na relação entre governo-oposição. O trabalho de Zucco (2009), mostrou que ainda há muito a se conhecer sobre o perfil do parlamentar brasileiro e que a expressão do voto nominal não permite esse avanço para além do objetivo de analisar questões referentes ao processo de aprovação legislativa.

Apesar de tamanha preponderância, a análise da atividade parlamentar através das votações nominais não se configurou em exclusividade para seu entendimento. Com a mobilização de variáveis oriundas tanto da arena legislativa, quanto da arena eleitoral, foram identificadas limitações e restrições analíticas desse objeto para uma compreensão mais fidedigna da atividade congressista. Ainda sob o escopo do processo decisório, resta saber quais conclusões a literatura apresenta a respeito da produção do conteúdo legislativo. É sobre essa dimensão da atuação parlamentar que a próxima seção se desenvolve.

### **1.2.2 O conteúdo legislativo**

Os clássicos trabalhos de Mayhew (1974), Fiorina (1977) e Fenno (1973), já destacavam que os modelos de explicação do comportamento parlamentar com base no voto nominal renegam um amplo leque de atividades desenvolvidas pelo representante político. A relevância teórica desses trabalhos é indiscutível e permitiu a evolução de uma agenda de pesquisas a respeito da atividade parlamentar que não se restringe à análise da votação nominal.

Os estudos que analisam a produção de políticas públicas através da elaboração de conteúdo legislativo no Brasil, por exemplo, destacam que a conexão eleitoral vinculada à tese do voto pessoal determinaria o comportamento legislativo do representante (Downs, 1957; Mayhew, 1974; Cain, Ferejohn e Fiorina, 1990). Nesse “two-arena model” (Mayhew, 1974) a arena decisória estaria à mercê de incentivos proporcionados pelo sistema eleitoral e, diante de regras eleitorais que favorecessem a relação direta entre parlamentar e eleitor, políticos

sensatos não perderiam a oportunidade de maximizar a distribuição de benefícios particulares a seus redutos eleitorais com o objetivo de obter os créditos por concessões realizadas (*credit claiming*) (Mayhew, 1974) e aumentar as chances de sua manutenção no poder. Para ter sucesso nessa estratégia, precisam ter influência direta sobre o conteúdo legislativo aprovado.

Independente da amplitude dos benefícios gerados, pela lógica da literatura da conexão eleitoral, o fato é que quanto mais incentivos pessoais o sistema eleitoral proporcionar, mais os políticos canalizam, de forma individual, benefícios a seu eleitorado. Contudo, essa agenda de pesquisa evoluiu no sentido de agregar outros atores (e.g., partidos e grupos de interesse) à produção de conteúdo legislativo (Ricci, 2006). Três seriam as principais razões para a inserção de outros atores nas análises que buscam explicar o comportamento político dos representantes na formulação de políticas públicas: a capacidade de organização desses atores, a assimetria de informação presente na sociedade como um todo e as regras que regulam o processo decisório.

Olson (1971) destaca que grupos pequenos (em número de membros) têm maior facilidade em superar o *free-rider problem*<sup>4</sup> e de se organizar de forma eficiente para pressionar autoridades políticas com relação a seus interesses. Pressionados, parlamentares tendem a beneficiar os grupos interessados com o objetivo de aumentar sua competitividade em eleições futuras através de seu apoio e financiamento (Lohmann, 1998; Potters e Sloof, 1996; Smith, 1995; Grossman e Helpman, 1996; Baron, 1994).

Sem desconsiderar a tese desenvolvida por Olson (1971), Lohmann (2003) argumenta que não é apenas a maior capacidade de organização que possibilita aos grupos de interesse ganhos políticos em relação à população em geral. O que favorece a atuação política de representantes em favor de grupos de interesse é o impacto político da assimetria de informação existente entre pequenos grupos e a população como um todo. Como Downs (1957) apresenta, a lógica de funcionamento das democracias representativas impõe limites à ampla informação. Cada eleitor pode ser considerado um interesse organizado em algumas áreas. No entanto, em relação à grande maioria dos temas sobre os quais a atividade

---

<sup>4</sup>O "problema do carona" consiste na hipótese de indivíduos não assumirem os custos de uma determinada ação e aguardarem pelos benefícios de um empreendimento através dos custos assumidos por outros.

política se debruça, o eleitorado tem apenas uma vaga ideia do impacto gerado pelas decisões que são constantemente tomadas. Assim, somente em relação às dimensões sociais nas quais o eleitor é especializado que é possível a ele auferir o que os políticos têm feito contra ou a seu favor (Lohmann, 2003, p.308).

Se, de um lado, a assimetria de informação e a capacidade de organização podem produzir interferência sobre o comportamento individual do parlamentar na formulação do conteúdo legislativo, de outro, a arena legislativa pode colocar restrições à atuação do representante sobre o processo decisório e, consequentemente, o conteúdo legal aprovado. No caso brasileiro, por exemplo, com o objetivo de explicar a governabilidade do sistema político brasileiro, uma ampla literatura analisou a participação parlamentar na formulação do processo orçamentário nacional.

Esse debate se desenvolveu em pelo menos duas vertentes diferentes: uma que se dedica aos aspectos institucionais da relação Executivo-Legislativo e ao comportamento político sob a ótica da tese do voto pessoal; e outra que nega os pressupostos da primeira e indica que a alocação de recursos públicos federais não está atrelada a uma disputa entre os Poderes e, muito menos, obedece a critérios eleitorais personalistas, uma vez que as regras do processo decisório impedem o particularismo legislativo.

A primeira vertente que analisa a alocação de recursos públicos via processo orçamentário tem como expoente o trabalho de Pereira e Mueller (2002) e argumenta que a produção legislativa brasileira está submetida a um jogo de barganha entre os Poderes Executivo e Legislativo. Em virtude da separação de poderes, própria do presidencialismo, o Executivo Federal não teria como governar, pois a arena parlamentar funcionaria como um poder de veto a suas propostas (Ames, 2002). Para obter governabilidade, o Executivo atenderia demandas políticas dos parlamentares. No caso brasileiro, um desses momentos de barganha seria o processo orçamentário, principalmente no que tange à execução das emendas individuais. Através dele, o Executivo poderia atender aos anseios de deputados e senadores e conferir a eles a decisão sobre a alocação de parte dos recursos da União em troca de apoio político em futuras votações (Ames, 1995b,a, 2002; Mainwaring, 1991, 1999; Pereira e Mueller, 2002).

A segunda abordagem referente à alocação de recursos públicos via pro-

cesso orçamentário critica o pressuposto de que no presidencialismo de coalizão brasileiro haja um confrontamento direto entre os Poderes Executivo e Legislativo. Seu argumento fundamental é de que não há diretamente um jogo de barganha entre os Poderes, há, na verdade, uma disputa política entre situação e oposição (Figueiredo e Limongi, 1995, 1999, 2002, 2010; Limongi e Figueiredo, 1998). Expoentes dessa vertente, Figueiredo e Limongi (2002) afirmam que tratar *outputs* políticos do país como fruto dos conflitos existentes entre os Poderes Executivo e Legislativo exclui a principal variável dessa relação, os partidos políticos. No que tange ao processo orçamentário, esses autores destacam que o processo decisório é centralizado e a concentração de poderes legislativos na Presidência da República induz o parlamentar individual a atuar por meio dos partidos políticos para, de algum modo, obter sucesso em suas ações (Figueiredo e Limongi, 2002, p.306).

Fora do escopo do processo orçamentário nacional, ainda não há pesquisa que tenha analisado a contribuição parlamentar na formulação de todas as leis aprovadas após a Constituição Federal de 1988. Contudo, sob objetivos distintos, dois trabalhos recentes destacam a relevante participação dos parlamentares brasileiros na formulação do conteúdo final aprovado (Moreira, 2011; Freitas, 2013).

Com o intuito de averiguar como se comportaram os atores envolvidos no processo de formulação da política de benefícios tributários referentes à Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e à Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e quais os potenciais impactos do conteúdo das leis aprovadas sobre a sociedade brasileira entre 1995 e 2010, Moreira (2011) identificou que, mesmo submetido à agenda do Poder Executivo, o legislativo federal foi protagonista na formulação da política ao quantificar sua participação sobre o conteúdo total das leis e mostrar que a participação do Poder Legislativo foi concentrada na base que dá apoio ao governo através de postos centrais do processo legislativo, negando a tese de existência de uma conexão eleitoral baseada na atividade individual do representante político.

Por sua vez, com o objetivo de evidenciar o mecanismo fundamental pelo qual se sustenta o presidencialismo brasileiro, a coalizão, Freitas (2013) analisou uma amostra considerável de leis sem focar numa temática específica e

demonstrou que o poder legislativo possui papel fundamental na formulação do conteúdo aprovado. Também negando a tese do comportamento individual dos parlamentares, Freitas (2013) identifica que a participação legislativa no conteúdo legal acontece através da coordenação dos partidos que compõem a coalizão governamental, em especial na figura dos relatores. Em suas palavras: "os legisladores deliberam e alteram as propostas que vêm do Executivo e suas alterações têm impacto significativo no ordenamento jurídico do país" (Freitas, 2013, p.146). Tal constatação corrobora sua tese de que a governabilidade brasileira não se restringe ao governo do Poder Executivo após a formatação de uma maioria no Congresso Nacional com a distribuição de pastas ministeriais. De fato, trata-se de um sistema cuja governabilidade resulta de uma coalizão governamental transversal aos Poderes Executivo e Legislativo.

Portanto, assim como no caso da análise das votações nominais, o comportamento parlamentar na formulação do conteúdo legislativo brasileiro é governado pelos argumentos que embasam a tese do presidencialismo de coalizão. Agrupando essas duas dimensões da atividade parlamentar (votação nominal e influência no conteúdo legislativo aprovado), sob o escopo do processo decisório, não resta dúvida de que parcela importante do funcionamento do sistema político brasileiro e da atividade desenvolvida pelos Deputados Federais na CD se configura de modo a respeitar a relação governo-oposição. No esquema aqui proposto, resta agora averiguar quais conclusões podem advir da comunicação parlamentar realizada na Câmara dos Deputados. Assim como no voto nominal e na formulação do conteúdo legislativo, a relação governo-oposição orientaria essa atividade parlamentar?

### **1.2.3 A comunicação parlamentar**

Com seu uso instrumental e estratégico conhecido há milênios (Aristóteles, 2012, século IV a.c.), a comunicação é instrumento fundamental da política, desempenhando papel central nas relações de poder da sociedade e de representação nos regimes democráticos modernos (Foucault, 2005; Manin, 1997). Uma vez que a atividade do representante político se debruça sobre quaisquer aspectos da vida cotidiana e que os eleitores têm pouco incentivo e alto custo para coletar informações a respeito de sua ação (Downs, 1957; Lohmann, 2003), o eleito-

rado se torna praticamente um consumidor passivo de informação, produzindo problemas e oportunidades aos representantes eleitos.

Em relação aos problemas, representantes que buscam a reeleição ou sua candidatura a outros cargos eletivos podem não ter a atenção desejada por parte de seus eleitores. Essa que seria uma das principais vantagens do incumbente (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1990), pode se tornar um enorme obstáculo em sua trajetória política, pois uma estratégia de comunicação mal adotada permite ataques oposicionistas e o desgaste de imagem perante o eleitorado até um novo pleito.

Por sua vez, as oportunidades nascem justamente desses problemas. Os representantes têm a chance de se tornar canal legítimo de informação e interpretação a respeito de sua atuação, seja através da mídia tradicional (jornais, rádio, revista, TV etc.), seja em contato direto com seu eleitor através da *internet* e das redes sociais. No caso do incumbente, por exemplo, há incentivo ao uso da infraestrutura institucional disponibilizada para comunicação política (Grimmer, 2010, 2013). Em combinação com as demais mídias, ela reduz custos e aumenta as vias pelas quais o representante preenche de comunicação o intervalo entre campanhas ao fornecer a seu eleitorado insumos informacionais a respeito de sua atuação (Arnold, 1990; Jacobson, 1989).

É na lacuna informacional proporcionada pela estrutura social moderna que reside a oportunidade do representante se tornar o principal filtro de comunicação e interpretação a respeito de sua atuação política (Downs, 1957; Grimmer, 2013; Grimmer, Westwood e Messing, 2014; Fenno, 1973). O representante transforma a margem de manobra presente no espaço entre ação e comunicação num importante componente do processo de representação e atuação (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1990; Grimmer, 2013; Fenno, 1973). Desse modo, inverte a relação principal-agente presente em muitos modelos de representação ao ter a chance de ditar para o eleitor (principal) qual avaliação proceder a seu reperito (agente) (Grimmer, 2013). Antecipando reações, os representantes podem desenvolver *presentational styles* para informar seus eleitores sobre o que fazem, como fazem, porque fazem e qual o valor do que fazem (Fenno, 1973).

Em relação à atividade parlamentar e o caso brasileiro, mesmo com a força que a escola de estudos legislativos ganhou nos últimos anos, pouco

foi feito sobre os discursos pronunciados pelos parlamentares em plenário ou mesmo fora do CN. Sem ter os discursos como objeto principal de análise, muitos trabalhos se dedicaram a interpretar o posicionamento político dos representantes em temas específicos (meio ambiente, saúde, educação, política externa etc.)<sup>5</sup> ao analisar um pequeno volume de pronunciamentos ou debates ao longo do processo deliberativo de matérias (Antunes e Antunes, 2016).

A única referência que se destaca nesse quadro de escassez é o trabalho de Miguel e Feitosa (2009) que, revertendo o quadro limitado do volume de discursos analisados, se dedicou a uma amostra de quase 12 mil falas de Deputados Federais entre 1996 e 2006 para verificar as diferenças de conteúdo segundo o gênero do representante. Esses autores identificaram que é possível captar uma diferença temática com base no gênero do parlamentar, de modo que as mulheres em plenário se dedicam a temas distintos daqueles sobre os quais os homens se dedicam. Contudo, apesar do reconhecido esforço, trata-se de um único exemplo de análise sistemática dos discursos proferidos em plenário pelos parlamentares brasileiros. É com o objetivo de reforçar esse quadro que essa pesquisa se apresenta.

### **1.2.3.1 O foco no discurso do parlamentar brasileiro**

Os regimentos internos das duas casas legislativas garantem a palavra como poder e direito do exercício parlamentar brasileiro. Os congressistas têm acesso a diversos meios de comunicação com recursos humanos e materiais financiados pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal: tv, rádio, internet, jornal e outros momentos institucionais. Assim, longe de ficarem restritos ao conteúdo das matérias em tramitação ou explicitamente apoiados na orientação de suas lideranças, regras menos restritivas regulam a participação e dedicam espaço de tempo exclusivo para o pronunciamento dos representantes brasileiros<sup>6</sup>.

Com regras que garantem a palavra como poder e direito do exercício par-

<sup>5</sup>Em relação ao discurso dos Presidentes da República, ver, por exemplo Vilela e Neiva (2011).

<sup>6</sup>Artigos 69 a 81 e 87 a 88 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 156 a 161 do Regimento Interno do Senado Federal.

lamentar, longe de ficarem restritos ao conteúdo das matérias em tramitação, os Deputados Federais e Senadores constantemente fazem seu uso estratégico. Pelo microfone acessam eleitores, colegas de plenário, os demais poderes da república e também a mídia nacional. A recente votação do processo de impeachment da Presidenta da República Dilma Vana Rousseff, ocorrida na CD em 17 de abril de 2016, é exemplo de uso estratégico da fala pelos Deputados Federais mesmo sob o regramento da votação nominal. Mais do que se posicionar contrária ou favoravelmente ao prosseguimento do processo, utilizaram a oportunidade para acessar seus eleitores e colegas de plenário. O Deputado Federal Glauber Braga (PSOL-RJ) registrou, por exemplo, sua indignação contra o processo e o Presidente da CD, o Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ):

Eduardo Cunha, você é um gângster. O que dá sustentação à sua cadeira cheira enxofre. Eu voto por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história. Eu voto por Marighella, eu voto por Plínio de Arruda Sampaio, eu voto por Evandro Lins e Silva, eu voto por Arraes, eu voto por Luís Carlos Prestes. Eu voto por Olga Benário. Eu voto por Brizola e Darcy Ribeiro. Eu voto por Zumbi dos Palmares. Eu voto não!<sup>7</sup>

Esse evento foi marcante na história política do país e a justificativa dada a cada voto ganhou, inclusive, repercussão na mídia internacional, sendo objeto de análises de diversos comentaristas políticos pelo mundo<sup>8</sup>. Apesar de ser um evento isolado, a fala em destaque evidencia a adoção de um *presentational style* por parte do orador, buscando, entre outras coisas, cultivar apoio entre seus eleitores e correlegionários (Fenno, 1973). Logo, em defesa da tese de que a atividade parlamentar não se restringe ao processo decisório e não está integralmente submetida aos seus constrangimentos institucionais, esta pesquisa amplia o escopo tradicional de análise da atuação institucional dos Deputados Federais no Brasil e reconhece o discurso como um dos meios pelos quais a política se materializa.

Diferente das votações nominais e do processo de elaboração do conteúdo legislativo, a ciência política brasileira ainda desconhece quais variáveis governam a atividade discursiva do parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados, especialmente quando essa não se encontra submetida às regras

---

<sup>7</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>8</sup>Para um exemplo, veja: <http://goo.gl/n3g8FA>, acessado em 25 de maio de 2016.

do processo decisório. Por essa razão, fora das regras que regem as votações nominais e as tratativas para influência sobre o conteúdo legislativo a ser apreciado, esse trabalho busca investigar como se distinguem os parlamentares em relação às agendas políticas proferidas em plenário ao assumirem a tribuna para discursar<sup>9</sup>.

Através da análise exploratória de dados em conjunto com resultados advindos de modelos probabilísticos (Gelman, 2011, 2004, 2003, 2007), nessa tese são analisados os discursos proferidos pelos Deputados Federais brasileiros com o objetivo de identificar os padrões que regem sua frequência e ênfase temática ao longo das legislaturas 51 a 54. Valendo-se da rica literatura que analisa os a votação nominal na CD (Limongi e Figueiredo, 2005, 1998; Pereira e Mueller, 2002, 2000, 2003; Zucco, 2009; Zucco Jr. e Lauderdale, 2011) e a produção do conteúdo legislativo aprovado (Moreira, 2011; Freitas, 2013; Ricci, 2003, 2006; Freitas, 2010) a pesquisa é orientada pela seguinte questão: há indícios suficientes para afirmar que a comunicação parlamentar no âmbito da CD é governada pela relação governo-oposição assim como constatado em sua atuação no processo decisório?

Ao responder a pergunta acima e apresentar indícios sobre os padrões que governam os discursos proferidos em plenário, essa pesquisa demonstra a importância que dimensões da atividade parlamentar não submetidas às restrições do processo decisório têm para a compreensão do comportamento político no âmbito institucional da Câmara dos Deputados.

### 1.3 Conclusão

Ao menos duas teses foram superadas no debate que se desenvolveu a respeito do comportamento parlamentar na análise das votações nominais e na produção do conteúdo legislativo. Uma com ênfase regional, na qual a atuação parlamentar defenderia os interesses vinculados à UF que o legislador representa, pois a arena decisória estaria à mercê de incentivos proporcionados pelo sistema eleitoral e os legisladores brasileiros não perderiam a oportunidade de maximizar a distribuição de benefícios a seus redutos eleitorais com o ob-

---

<sup>9</sup>Entende-se por agenda política proferida os temas ou tópicos mais enfatizados nas falas dos Deputados Federais. Nesse trabalho as palavras tema e tópico são tratadas como sinônimo.

jetivo de obter os créditos por concessões realizadas (*credit claiming*). E outra que sustentava que a atuação parlamentar seria fruto do perfil ideológico do representante político. Sem a chance de comparar governos de partidos oposicionistas, fora constatado que o ponto ideal estimado do parlamentar seria reflexo de seu posicionamento ideológico.

Por meio de pesquisas fundamentadas nos argumentos que suportam a tese do presidencialismo de coalizão e, portanto, enfatizam a preponderância da relação entre governo e oposição na orientação da atividade parlamentar (Zucco, 2009; Izumi, 2013; Medeiros, Freitas e Izumi, 2013), consolidou-se um rico conhecimento a respeito do processo decisório no Congresso Nacional. Contudo, uma vez que o objetivo desta pesquisa é ampliar o escopo de análise da atividade parlamentar na CD, convém resgatar as principais variáveis do debate desenvolvido ao longo de tantos anos em relação ao comportamento congressista.

Desse modo, nessa tese serão foco de análise (i) a classificação ideológica da legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito (Esquerda ou Centro/Direita) e (ii) o posicionamento de sua legenda em relação ao governo (se o partido compôs ou não a coalizão governista ao longo da legislatura), (iii) o percentual de votos recebidos pelo Deputado Federal na eleição que lhe conduziu à CD, (iv) seu gênero, (v) número de legislaturas da qual fez parte em sua trajetória política após a Constituição Federal de 1988, (vi) sua legenda partidária e (vii) a Unidade federativa pela qual foi eleito.

Se os desdobramentos da tese do presidencialismo de coalizão proporcionaram um conhecimento apurado sobre o comportamento parlamentar em relação ao voto nominal e à produção legisltiva no âmbito do processo decisório, a ciência política brasileira ainda pouco sabe sobre como os parlamentares se posicionam politicamente ao discursar. É com o objetivo de preencher essa lacuna e de contribuir para ampliar as dimensões de análise da atividade parlamentar no CN que esta pesquisa se desenvolve. No próximo capítulo serão apresentados os momentos institucionais de comunicação parlamentar na CD, justificada a escolha do Pequeno Expediente como objeto de análise e observada sua frequência de uso pelos Deputados Federais.

## 2 A comunicação parlamentar na Câmara dos Deputados

### 2.1 Introdução

A atividade parlamentar no âmbito da CD vai além da votação e apresentação de projetos de lei. O Deputado Federal possui tempo, espaço, recursos e infraestrutura dedicados à comunicação política que não se restringem aos projetos em pauta, garantindo à atividade parlamentar a oportunidade de não se submeter à agenda legislativa. Esse momento de fuga da agenda decisória já chegou inclusive a ser relatado em plenário. Segundo as palavras do Deputado Wanderley Alves de Oliveira-PSC-RJ ("Deley"), em discurso proferido no dia 10 de junho de 2013 no Grande Expediente:

(...) neste dia de hoje, aproveitando esta oportunidade - porque todos sabemos que o Grande Expediente é feito através de sorteio e que, muitas vezes, é a chance para que possamos trazer parte daquilo que temos feito, parte de nossos pensamentos, até porque a dinâmica desta Casa muitas vezes nos dá poucas oportunidades - queremos estar falando com aquele companheiro, com aquela companheira, que muitas vezes, até por informações distorcidas, entende que trabalhamos aqui somente nas terças, quartas e, às vezes, quintas<sup>10</sup>(...)

Em seu artigo 74, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) prevê sete possibilidades regimentais de fala para o parlamentar: (i) apresentar proposição; (ii) fazer comunicação ou versar assuntos diversos, à hora do expediente ou das Comunicações Parlamentares; (iii) tratar de proposição em discussão; (iv) levantar questão de ordem; (v) fazer reclamação; (vi) encaminhar a votação; e, a juízo do Presidente da Casa, para (vii) contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal. Essa previsão de fala ocorre em oito momentos institucionais distintos, são eles: (i) Abertura; (ii) Breves Comunicações; (iii) Comissão Geral; (iv) Comunicações Parlamentares; (v) Grande Expediente; (vi) Homenagem; (vii) Ordem do Dia e (viii) Pequeno Expediente. Cada um desses momentos de fala possui regras próprias para a manifestação

---

<sup>10</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

dos Deputados Federais (Tabela 2), mas é no Pequeno Expediente, no Grande Expediente e nas Comunicações Parlamentares e nas Breves Comunicações que os parlamentares têm a previsão regimental para tratar de assuntos diversos à pauta e podem discursar de forma livre na tribuna desde que dentro do tempo e das regras permitidos.

Tabela 2: Quadro comparativo da possibilidade de fala dedicada aos Deputados Federais

Situação nº	Possibilidade de fala	Dispositivos Regimentais
1	Apresentar proposição	Art. 132
2	Fazer comunicação ou versar sobre assuntos diversos, à hora das Breves Comunicações, do Pequeno Expediente, do Grande Expediente ou das Comunicações Parlamentares	Art. 66, I, II e IV; arts. 81, 87 e 90
3	Discutir proposição em pauta	Art. 157, § 3º; arts. 171 a 176
4	Formular Questão de Ordem ou contra-argumentar	Art. 95
5	Apresentar reclamação	Art. 96
6	Encaminhar votação	Art. 192
7	Contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante discussão, ou para contradizer o que lhe for atribuído indevidamente como opinião pessoal	—

Fonte: *Curso de Regimento Interno*, p.246. Com ajustes.

É justamente pelo fato da fala parlamentar ter a possibilidade de se concretizar em ambiente de relativa independência em relação ao processo decisório que este trabalho busca investigar como se distinguem os parlamentares em relação à enfase temática dos discursos proferidos em plenário e avançar na análise de outras dimensões da atividade parlamentar. Para os propósitos desta pesquisa, portanto, as Breves Comunicações, as Comunicações Parlamentares, o Pequeno e o Grande Expedientes se caracterizam como momentos institucionais ideais para análise. A seguir, apresento as principais características desses momentos institucionais, justifico a escolha do Pequeno Expediente como foco desta pesquisa e analiso a fundo a frequência de uso deste momento institucional pelos Deputados Federais ao longo das legislaturas 51 a 54.

## 2.2 Momentos institucionais de fala livre

As sessões ordinárias da CD, com duração de cinco horas (art. 66, RICD), possuem quatro fases, nessa ordem: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Comunicações Parlamentares. Nos Pequeno e Grande Expedientes e nas Comunicações Parlamentares, os deputados têm liberdade para tratar dos temas e questões que considerarem pertinentes sem os constrangimentos das regras do processo decisório. Ademais, apesar de não se tratar de uma fase regimental das sessões ordinárias, conforme é exposto adiante, nas Breves Comunicações os parlamentares também encontram-se livres dos contrangimentos do processo decisório<sup>11</sup>. Cada um desses momentos previstos no RICD tem sua peculiaridade e suas regras podem interferir em maior ou menor grau na possibilidade de seu uso por parte dos parlamentares (Tabela 3).

O Pequeno Expediente (primeira fase), com duração regimental de sessenta minutos<sup>12</sup>, é dedicado à leitura da matéria do expediente<sup>13</sup> e aos oradores inscritos. Segundo o RICD, abertos os trabalhos de uma sessão legislativa, no Pequeno Expediente os Deputados Federais podem falar por até cinco minutos num intervalo de 60 minutos em cada sessão legislativa. A inscrição dos oradores é feita na Mesa, em caráter pessoal e intransferível, em livro próprio, das oito às treze horas e trinta minutos, diariamente, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas cinco sessões anteriores. As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou não realização da sessão serão transferidas para a sessão ordinária seguinte.

No Grande Expediente, segunda fase, cada parlamentar pode discursar por até 25 minutos num intervalo de 50 minutos. A lista de oradores para o Grande Expediente é definida mediante sorteio, limitando cada deputado a falar

<sup>11</sup>Após consulta feita ao Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados sobre a existência ou não da fase "Breves Comunicações" nas sessões legislativas, foi informado que há previsão dessa fase nas sessões extraordinárias da Câmara dos Deputados e nas sessões do Congresso Nacional (artigos 67 e 81 do RICD e artigo 31 do Regimento Comum do Congresso Nacional - RCCN).

<sup>12</sup>Importante destacar que há previsão de espera de trinta minutos para preenchimento do quórum mínimo de abertura da sessão. Esse tempo deverá ser deduzido do período destinado ao expediente (art. 79, § 3º, RICD).

<sup>13</sup>A matéria do expediente consiste nas comunicações enviadas à Mesa pelos Deputados Federais, na correspondência em geral, nas petições e outros documentos recebidos pelo presidente ou pela Mesa, de interesse do Plenário.

Tabela 3: Quadro comparativo - momentos institucionais de fala selecionados

Momento Institucional	Regras gerais	Tempo de fala	Dispositivos Regimentais (RICD)
Pequeno Expediente	Inscrição dos oradores feita na Mesa, em caráter pessoal e intransferível, diariamente, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas cinco sessões anteriores. As inscrições que não puderem ser atendidas serão transferidas para a sessão ordinária seguinte. Não é permitido o aparte.	5'	Arts. 66, 75, 79 a 81, 176
Grande Expediente	Lista de oradores definida mediante sorteio, limitando cada deputado a falar no máximo três vezes por semestre, sendo uma por sorteio e duas por cessão de vaga de outro parlamentar. Pode ser reservado para honraria. São permitidos apartes.	25'	Art. 66, 68, 73, 87, 88, 221, 222
Comunicações Parlamentares	Ocorre somente se a Ordem do Dia encerrar-se antes do tempo previsto. A inscrição é feita por meio das lideranças partidárias. É permitido o aparte.	10'	Art. 66, 73, 90
Breves Comunicações	Tempo dedicado à fala dos parlamentares caso haja disponibilidade após a leitura da matéria do expediente. A inscrição dos oradores é feita na Mesa, em caráter pessoal e intransferível, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas cinco sessões anteriores. Não é permitido o aparte.	5'	Art. 67, 81

Fonte: *Curso de Regimento Interno*, p.246. Com ajustes.

no máximo três vezes por semestre, sendo uma por sorteio e duas por cessão de vaga de outro parlamentar. O Deputado Federal que não falar por falta de vaga terá assegurada a preferência de inscrição no semestre seguinte. Ademais, como indica o artigo 88 do RICD: "A Câmara poderá destinar o Grande Expediente para comemorações de alta significação nacional, ou interromper os trabalhos para a recepção, em Plenário, de altas personalidades, desde que assim resolva o Presidente, ou delibere o Plenário".

As Comunicações Parlamentares configuram a quarta fase das sessões

ordinárias da CD. No entanto, elas só ocorrerão se a Ordem do Dia encerrar-se antes do horário previsto (19h). A inscrição é feita por meio das lideranças partidárias e cada fala deve ter até dez minutos, sendo os oradores alternados de acordo com partidos e blocos parlamentares inscritos.

Por sua vez, conhecido também como “pinga-fogo”, o momento institucional chamado de Breves Comunicações refere-se ao tempo que sobra logo após à primeira fase (Pequeno Expediente). Não se trata de uma fase da sessão ordinária da CD, mas havendo disponibilidade de tempo, os Deputados Federais inscritos diretamente na Mesa podem falar por cinco minutos, não sendo permitidos apartes.

Como é possível concluir com base nas regras que regem todos os momentos institucionais nos quais os parlamentares podem fazer uso livre da palavra, o Pequeno Expediente é o momento que permite maior acesso e liberdade por parte do deputado para expor suas ideias e proferir seu discurso. Em relação às Comunicações Parlamentares e às Breves Comunicações, há a vantagem de não depender da sobra de tempo para sua realização. Além do que, nas Comunicações Parlamentares a inscrição do orador é feita pelo líder do partido ou bancada.

Em relação ao Grande Expediente, enquanto nesse momento o parlamentar pode discursar no máximo por três vezes no semestre e totalizar 75 minutos de discurso, no Pequeno Expediente um parlamentar pode discursar uma vez por semana e chegar à marca de 120 minutos de discurso no semestre. Ademais, as regras de inscrição do Grande Expediente são restritivas, pois, de forma geral, permitem que no máximo 240 deputados diferentes possam discursar no semestre<sup>14</sup>. Já as regras do Pequeno Expediente permitem que até 1.440 deputados diferentes possam discursar ao longo do semestre, número que representa quase três vezes o número de Deputados Federais<sup>15</sup>.

<sup>14</sup>Esse número pode ser maior, pois o art. 85 do RICD permite ao presidente da Casa não designar Ordem do Dia para as sessões ordinárias e convertê-las em sessões de debates (art. 66, § 3º). Além disso, o presidente não pode designar Ordem do Dia para a primeira sessão plenária das sessões legislativas ordinárias e das sessões legislativas extraordinárias (art. 85, parágrafo único). Esse dispositivo, permite, portanto, maior tempo de debate e, consequentemente, um maior número de oradores. A título de exemplo, a terceira sessão legislativa extraordinária da 52ª Legislatura foi inaugurada em sessão conjunta solene no dia 19 de janeiro de 2004. Neste dia, a sessão teve o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, este composto por 29 oradores (Curso de Regimento Interno, p.253).

<sup>15</sup>Para calcular estes números, consideramos semanas com cinco dias de sessão legislativa

O Pequeno Expediente, além de se se caracterizar como momento de livre comunicação parlamentar, produz um número maior de pronunciamentos e abrange um maior número de Deputados Federais ao dedicar cinco minutos para cada orador num espaço de 60 minutos em cada sessão legislativa<sup>16</sup>. Sua presença no RICD atual advém de sua primeira publicação após a Constituição Federal de 1988. No entanto, já no RICD de 1947, aprovado por meio da resolução 10/47 após apreciação do PRC 09/47, o Pequeno Expediente era tido como uma parte do Expediente, pois estava prevista a inscrição de oradores para fala após a leitura do expediente em cada sessão pública. Apesar de não ter sido estipulado no regimento interno da época, até a resolução 18/63 (aprovada através do PRC 04/63) que institucionalizou o Pequeno Expediente regulamentando suas regras no RICD<sup>17</sup>, os parlamentares já nomeavam este momento de fala como Pequeno Expediente<sup>18</sup>.

Ao longo do período de 1946 até a inclusão efetiva do Pequeno Expediente no RICD em 1963, não faltaram momentos de dúvida e crítica sobre os critérios utilizados pela Mesa para inscrição e fala dos Deputados Federais. Em dezembro de 1956, por exemplo, o Deputado Federal Jefferson de Aguiar-PSD-ES fez críticas à Mesa a respeito da permissão de fala de parlamentares não inscritos no Expediente (DCD 12/12/56, p. 12.456), questão que foi tratada na sessão seguinte pelo presidente (DCD 13/12/56, p. 12.549). Nas palavras do Deputado Federal Jefferson Aguiar-PSD-ES:

Sr. Presidente, estimei tivesse V. Exla. reassumido a direção dos trabalhos, para que (muito bem), porque, enquanto Vossa Exla. Vice-Presidente da Casa, esteve afastado da Mesa, vários oradores não inscritos falaram. Alguns deles, com inscrição posterior à minha, fizeram uso da palavra dentro do regime simpatético vigente e que lamentamos.(...)

---

e meses com quatro semanas. Logo, os números reais podem ser menores se considerarmos feriados ou demais imprevistos como, por exemplo, a recepção de altas personalidades, conforme prevê o RICD.

<sup>16</sup>Neste trabalho, chamamos de pronunciamento toda fala registrada em qualquer um dos momentos institucionais previstos no RICD, são eles: Abertura, Breves Comunicações, Comissão Geral, Comunicações Parlamentares, Grande Expediente, Homenagem, Ordem do Dia e Pequeno Expediente

<sup>17</sup>Ao analisar esse histórico, há indicios de que a regulamentação do Pequeno Expediente esteja vinculada à aprovação da lei 4.095/62, que aumentou o número de Deputados Federais de 326 para 404 por meio do projeto de lei 2.787/61.

<sup>18</sup>A título de exemplo, o discurso do deputado Celso Peçanha-PTB-RJ, realizado em 21 de dezembro de 1954 e publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 28 de dezembro de 1954 (p.8873), destaca a existência, ainda informal, do Pequeno Expediente.

Em 1963, através da resolução 18/63 o Pequeno Expediente ganha basicamente os moldes que hoje possui, sendo ele incorporado pelo RICD de 1989 (resolução 17/89). Presente de forma informal desde o regime democrático de 1946, esse momento sempre se caracterizou pela livre comunicação parlamentar e pela garantia de acesso a todos os Deputados Federais que desejassem dedicar alguns minutos de fala.

Se com base nas regras que regem os momentos de fala livre dos parlamentares identifica-se que o Pequeno Expediente possui vantagens comparativas, resta saber se essa vantagem se configura na prática. A seguir, são apresentadas informações referentes ao uso do Pequeno Expediente ao longo das legislaturas analisadas após a Constituição Federal de 1988.

## 2.3 O uso da fala na Câmara dos Deputados

De acordo com os dados disponibilizados pela CD, dos 281.450 pronunciamentos realizados ao longo das legislaturas analisadas, 95,9% foram realizados por Deputados Federais<sup>19</sup> (Figura 2)<sup>20</sup>. A realização de 270.014 pronunciamentos pelos Deputados Federais ao longo de 16 anos, uma média de quase 17 mil ao ano, evidencia a relevância da comunicação política no âmbito da CD.

Dos mais de 270 mil pronunciamentos, a grande maioria foi realizada durante o Pequeno Expediente (Figura 3), sendo ele o principal meio de comunicação da CD ao longo de todos os anos analisados com exceção do terceiro ano da 54<sup>a</sup> legislatura quando apresentou uma pequena baixa em relação às Breves Comunicações<sup>21</sup>. Nos demais anos, a preponderância do Pequeno Expediente é nítida, conforme apresenta a Figura 4.

Se a quantidade de pronunciamentos realizados ao longo das legislaturas

<sup>19</sup>É importante ressaltar que outras autoridades (ministros, secretários, prefeitos ou personalidades convidadas têm pronunciamentos registrados nos dados da CD. Por isso o pronunciamento dos Deputados Federais não atinge 100%.

<sup>20</sup>Uma das razões para o baixo número apresentado em relação à 51<sup>a</sup>legislatura é o fato dos registros disponíveis nos dados abertos da CD para essa legislatura começarem somente em 05 de outubro de 2000 e não em 02 de fevereiro de 1999, quando se iniciou. Para os fins desta pesquisa, o montante registrado se faz relevante.

<sup>21</sup>Nesse ano, foram registrados 10.179 pronunciamentos de Deputados Federais no Pequeno Expediente e 10.348 pronunciamentos de Deputados Federais nas Breves Comunicações.

Figura 2: Quantidade de Pronunciamentos realizados por Deputados Federais por legislatura

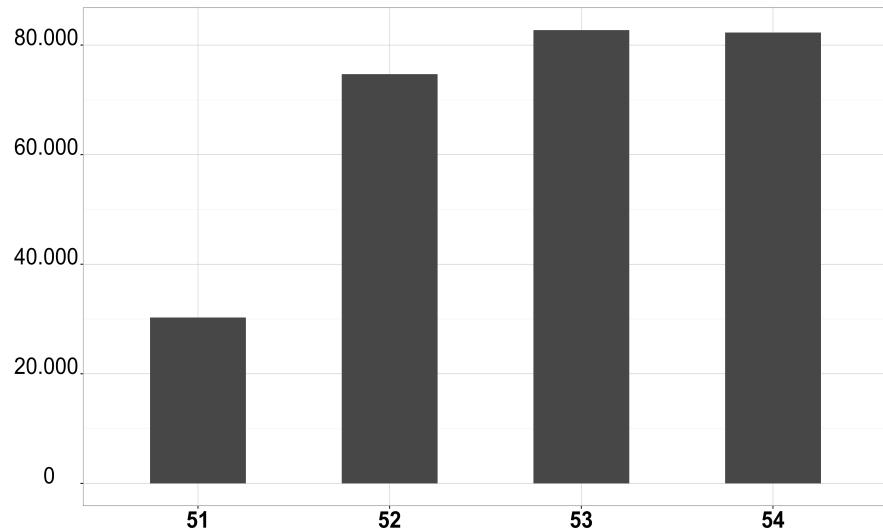
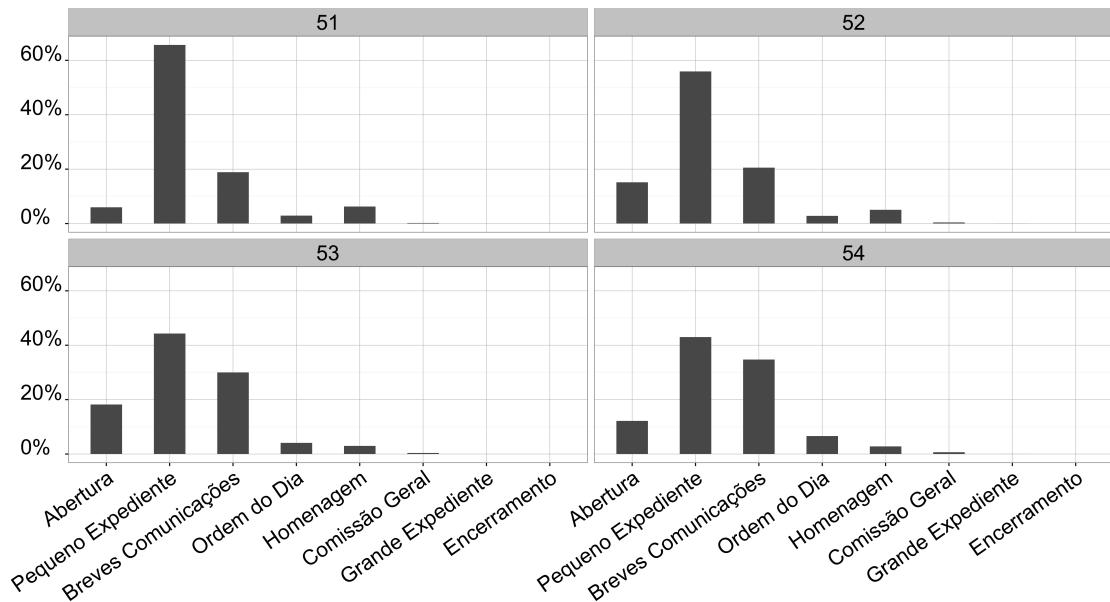
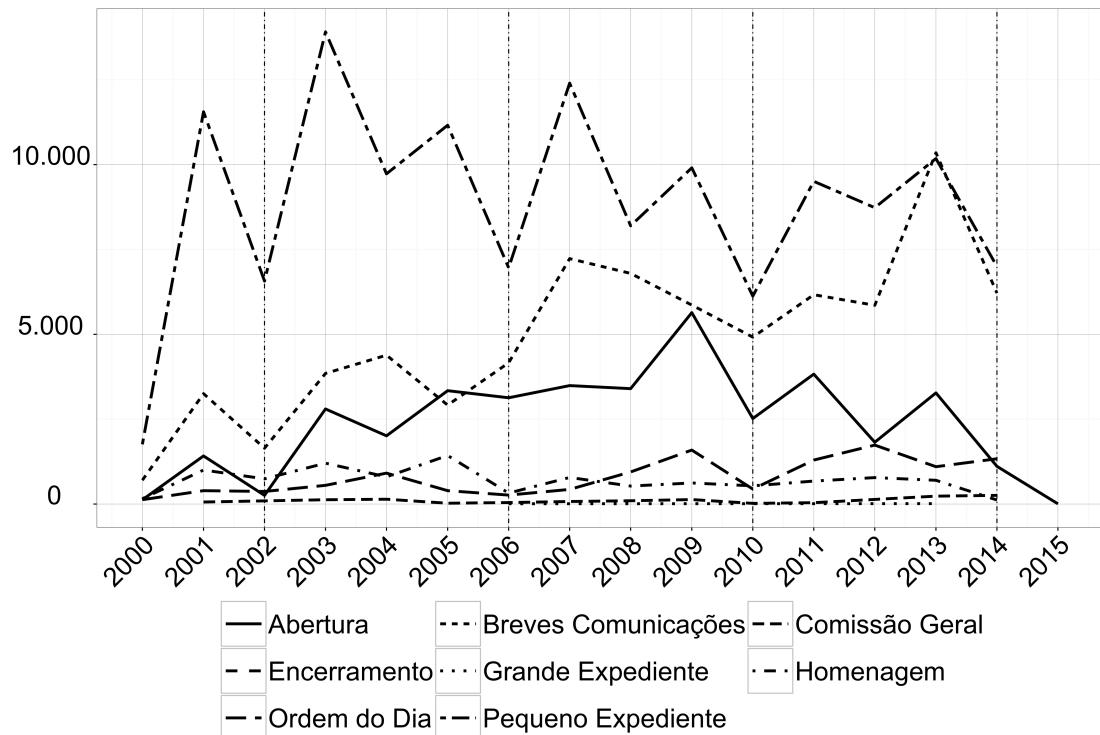


Figura 3: Proporção de uso dos momentos institucionais de pronunciamento pelos Deputados Federais



51 a 54 evidencia a importância do uso da fala no desenvolvimento da atividade parlamentar no âmbito da CD, as Figuras 3 e 4 deixam clara a relevância do Pequeno Expediente em relação a todos os momentos institucionais de pronunciamento parlamentar. Ademais, é importante relembrar que as regras que regem o Pequeno Expediente são, em comparação com as que regem os demais momentos de fala, as que permitem maior acesso dos Deputados Federais à

Figura 4: Pronunciamentos realizados pelos Deputados Federais por Ano segundo seu momento institucional



tribuna e garantem liberdade temática ao discurso proferido. É em virtude de tamanha relevância que esse momento institucional foi escolhido como objeto desta pesquisa e, portanto, justifica a necessidade de uma análise mais apurada. A seguir, é apresentada uma análise minuciosa a respeito do uso deste momento institucional.

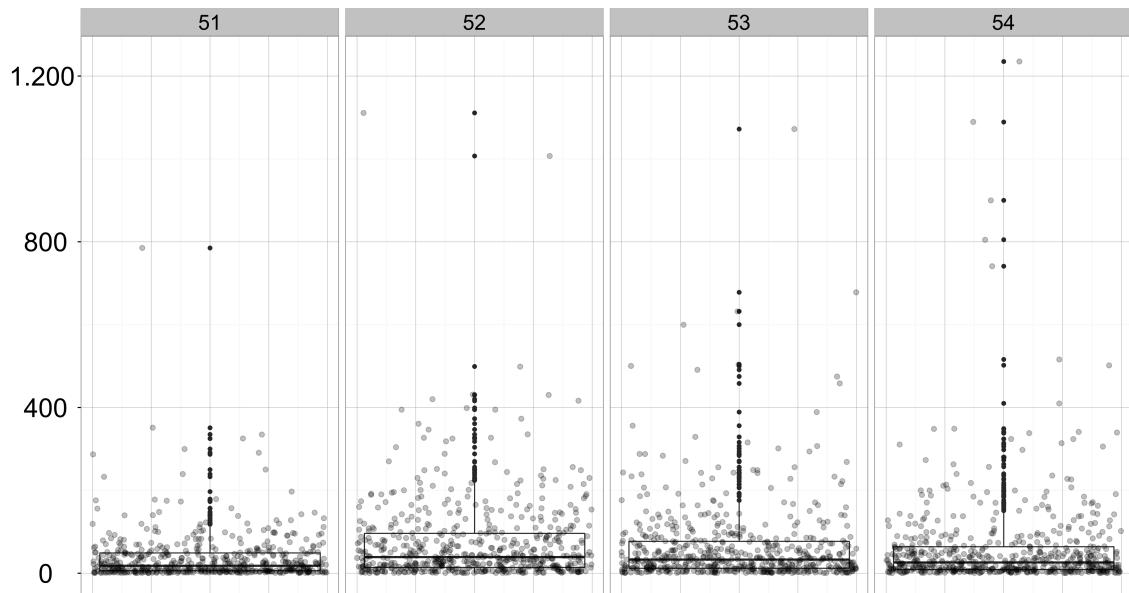
## 2.4 O uso do Pequeno Expediente

Um total de 2.579 Deputados Federais diferentes compuseram as legislaturas analisadas<sup>22</sup>. Desses, 2.262 (87,7%) realizaram ao menos um discurso no Pequeno Expediente<sup>23</sup>, sendo que utilizaram essa oportunidade de forma diversa entre si conforme apresentam as Figuras 5 e 6.

<sup>22</sup>Cada pessoa foi contabilizada mais de uma vez conforme o número de legislaturas da qual tenha participado. Essa escolha foi feita pois, em cada legislatura, um cidadão eleito Deputado Federal, torna-se um orador em potencial.

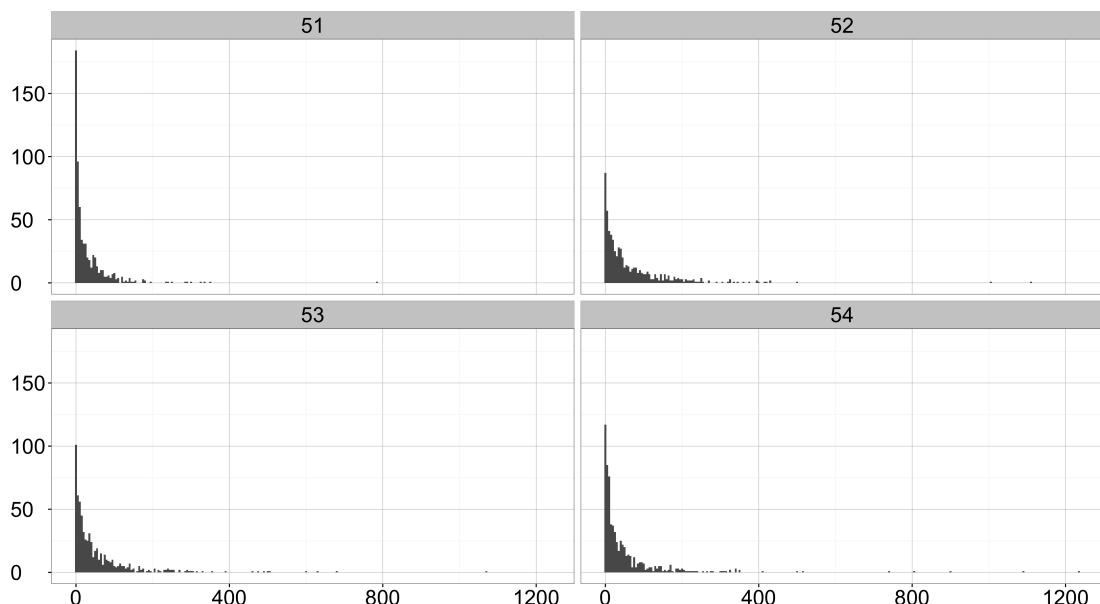
<sup>23</sup>Como uma mesma pessoa pode ter sido eleita mais de uma vez ao longo das legislaturas 51 a 54, os 2.262 oradores do Pequeno Expediente representam 1.333 pessoas distintas.

Figura 5: Dispersão da quantidade de discursos dos Deputados Federais no Pequeno Expediente



Além do boxplot, cada ponto representa um Deputado Federal que realizou ao menos um discurso no Pequeno Expediente na respectiva legislatura.

Figura 6: Histograma da quantidade de discursos dos Deputados Federais no Pequeno Expediente



Há, em média, 58,7 discursos proferidos no Pequeno Expediente por Deputado Federal que proferiu algum discurso<sup>24</sup>. No entanto, como verificamos

<sup>24</sup>Como vimos, considerando os possíveis oradores em cada legislatura, 317 deles (12,3% de

Tabela 4: Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura

	51	52	53	54
Min.	0	0	0	0
1Q.	2	9	7	5
Mediana	10	34	27	20
Média	30,9	66,7	57,6	52,8
3Q.	41	87,5	70,5	55
Máx.	785	1.111	1.072	1.235
# zeros	118	54	63	80
# Deputados	526	572	573	591
# Discursos	19.883	41.756	36.613	35.398

na Figura 5, enquanto alguns parlamentares discursaram apenas uma vez (97 ao todo), outros discursaram centenas de vezes e alguns (poucos) ultrapassaram a marca de mil discursos numa única legislatura. A Tabela 4 apresenta os dados descritivos da quantidade de discursos proferidos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura.

Constata-se, portanto, que o uso dos recursos de comunicação disponíveis no Pequeno Expediente varia de acordo com cada parlamentar, indicando que a propensão ao discurso pode advir de características pessoais de cada um. Contudo, como visto no Capítulo 1, para além de anseios e motivações individuais, a literatura que analisa a atividade parlamentar na CD, indica que ao menos duas coleções de variáveis orientariam o comportamento individual.

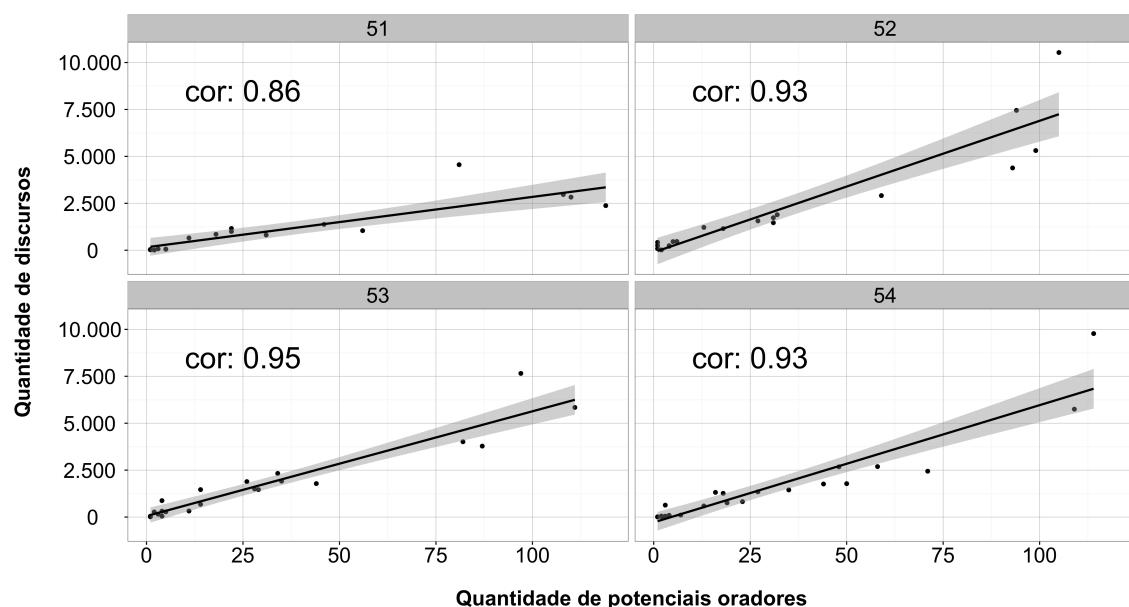
De um lado, variáveis advindas da arena eleitoral, que destacam características do distrito pelo qual foi eleito o deputado federal, pois seria conveniente para o parlamentar agir em função de seu eleitorado uma vez que teria interesse em receber seu apoio político em futuras eleições (Ames, 1995b, 2002; Mainwaring, Scott, 1991; Mainwaring, 1999; Pereira e Mueller, 2002, 2003). Com base na tese do voto pessoal (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1990), o sistema eleitoral proporcional de lista aberta brasileiro determinaria o comportamento legislativo do representante.

De outro, variáveis presentes na arena legislativa, que destacam características da legenda partidária à qual o parlamentar é filiado (e.g. ideologia, governo 2.578) não realizaram qualquer discurso no Pequeno Expediente.

ou oposição), pois a composição de maioria legislativa através da distribuição de pastas ministeriais, somada às regras que regem o processo decisório e organizam os trabalhos na CD orientariam o comportamento partidário de modo que assim o parlamentar obtivesse créditos políticos e recursos para beneficiar seu eleitorado (Limongi e Figueiredo, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999, 2002; Zucco, 2009).

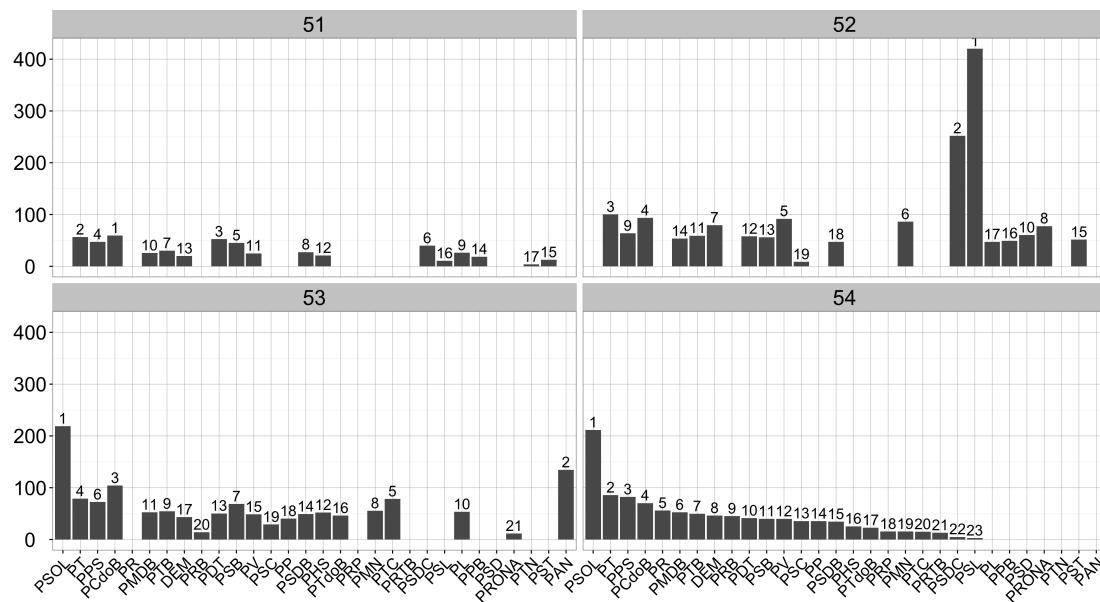
Considerando a legenda partidária enquanto uma referência teórica para explicação do uso dessa oportunidade de comunicação, obviamente, quanto maior a quantidade de parlamentares, maior a chance de uma legenda se fazer presente na tribuna (Figura 7)<sup>25</sup>. No entanto, sabendo que o uso do Pequeno Expediente varia de acordo com o número de parlamentares de cada partido e, como visto (Figura 5), entre os próprios Deputados Federais, a legenda partidária pode otimizar de forma distinta sua presença na tribuna. Assim, a razão entre a quantidade de discursos proferidos e a quantidade de potenciais oradores (Figura 8) apresenta o uso dos recursos disponíveis (parlamentares) para marcar presença (discursar) no Pequeno Expediente por parte de cada partido.

Figura 7: Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e de possíveis oradores por legenda partidária



<sup>25</sup>É importante ressaltar novamente que nessa pesquisa cada parlamentar foi associado à legenda partidária pela qual se elegeu numa determinada legislatura a despeito de uma eventual troca de legenda ao longo do mandato.

Figura 8: Quantidade de discursos por legenda partidária no Pequeno Expediente em relação a seus possíveis oradores



Os valores acima das barras representam a posição de cada legenda partidária no *ranking* de discursos per capita.

Com exceção da legislatura 52, observa-se na Figura 8 que alguns dos partidos de esquerda (PSOL, PT, PPS, PCdoB) tendem a aproveitar melhor a infraestrutura de comunicação disponível no Pequeno Expediente quando comparada a quantidade de discursos proferidos pelos parlamentares do partido com a quantidade de parlamentares diferentes que este teve ao longo de cada legislatura<sup>26</sup>.

A mesma abordagem descritiva pode ser feita em relação à UF de cada orador. As Figuras 9 e 10 apresentam que se de um lado a quantidade de possíveis oradores de uma UF está positivamente correlacionada à quantidade de discursos feitos pelos oradores daquela UF, de outro, não é possível identificar um padrão em relação à posição ocupada pela UF no *ranking* de quantidade de discursos realizados por possível orador de sua bancada.

<sup>26</sup>Diversos trabalhos se dedicaram a classificar parlamentares e legendas partidárias sobre o espectro ideológico (Tarouco e Madeira, 2013; Zucco, 2009; Zucco Jr. e Lauderdale, 2011; Power e Zucco, 2009; Leoni, 2002). Nesse trabalho, com base nas pesquisas de Zucco (2009) e Power e Zucco (2009), optou-se por identificar apenas os partidos de esquerda, são eles: PCdoB, PDT, PPS, PSB, PSOL e PT. Assim, nessa pesquisa a variável ideologia assume os valores "Esquerda" e "Centro/Direita".

Figura 9: Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e de possíveis oradores por unidade federativa

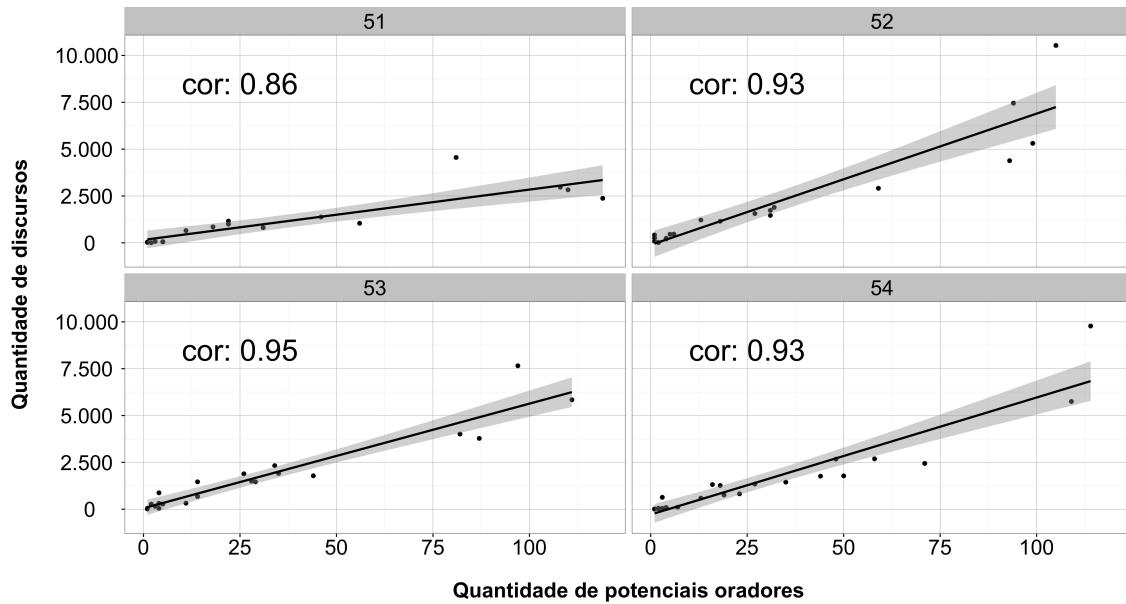
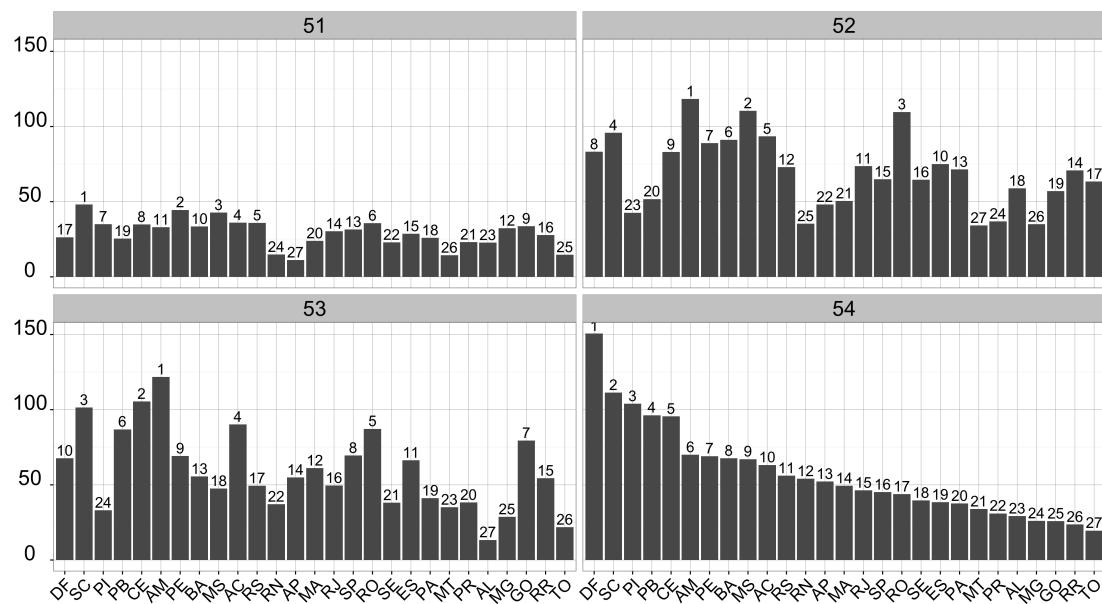


Figura 10: Quantidade de discursos por unidade federativa no Pequeno Expediente em relação a seus possíveis oradores



Os valores acima das barras representam a posição de cada unidade federativa no ranking de discursos per capita.

Tabela 5: Variáveis preditoras - Modelo 1

Deputados Federais	
Variável	Descrição
Mulher	Variável indicando se o parlamentar é do sexo feminino.
% Votos	Percentual de votos recebidos na UF
# Legislatura	Quantidade de legislaturas da qual o parlamentar fez parte após 1988 até a respectiva legislatura.

Legendas Partidárias	
Variável	Descrição
Esquerda	Variável indicando se a legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito é classificada ideologicamente de esquerda ou centro/direita.
Coalizão	Variável indicando se a legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito compôs a coalizão governista ao longo da legislatura.

Unidades Federativas	
Variável	Descrição
PIB per capita	Pib per capita da UF no ano de 2010.

Se em relação à legenda partidária é possível constatar uma certa preponderância de uso da tribuna por parte de partidos de esquerda, mas, a princípio, não se identifica qualquer padrão regional diante da quantidade de discursos proferida, cabe perguntar: como as principais variáveis presentes nas análises sobre o comportamento parlamentar na CD influenciam a disposição do Deputado Federal em discursar no Pequeno Expediente?

A princípio simples, tal questão impõem sérios desafios à modelagem estatística. Adotando como variável a ser predita,  $y_i$ , a frequência de discursos proferidos no Pequeno Expediente de cada Deputado Federal  $i$ ,  $i \in \{1, \dots, n\}$ , que tomou posse ao longo das legislaturas analisadas, foi estimado um modelo hierárquico bayesiano (Equação 1) em que o primeiro nível se refere aos parlamentares, sendo esses pertencentes a suas respectivas legendas partidárias  $j$ ,  $j \in \{1, \dots, J\}$ , e UFs  $k$ ,  $k \in \{1, \dots, K\}$ . Variando o intercepto em função da legenda partidária e da UF de cada potencial orador, ao modelo estão incluídos preditores individuais para os deputados federais, preditores para as legendas partidárias e preditores que destacam a características de cada UF, conforme exposto na Tabela 5. Na Equação 1 adotou-se  $X$  para representar a matriz de variáveis preditoras,  $\beta$  representa o vetor de coeficientes e  $deput$ ,  $part$ ,  $uf$  são os respectivos indexadores para os Deputados Federais, as legendas partidárias e as UFs.

A escolha para a modelagem multinível está baseada na estrutura hierárquica do processo de seleção dos possíveis oradores do Pequeno Expediente. Antes de se tornarem Deputados Federais, todos os possíveis oradores foram candidatos filiados a legendas partidárias em suas respectivas UFs e estiveram submetidos ao escrutínio público de cada localidade. Desse modo, é importante conceber que além de variáveis pessoais, variáveis vinculadas à legenda partidária e à realidade de cada UF podem ter interferência sobre a futura disposição do parlamentar eleito à fala.

Ademais, convém ressaltar que não é realizada qualquer inferência causal a respeito das variáveis preditoras sobre a variável predita. Resguardada essa limitação analítica, a estrutura do modelo adotado é utilizada com o objetivo de se verificar correlações robustas entre a variável predita e as variáveis preditoras (Gelman e Hill, 2006). O arcaçou estatístico utilizado permite, portanto, obter evidências a respeito da predição que as variáveis listadas na Tabela 5 possuem

sobre quantidade de discursos proferida por um parlamentar numa respectiva legislatura<sup>27</sup>.

$y_i \sim \text{Bin-neg}(\mu_i, \phi)$ , onde

$$E(y_i) = \mu_i \text{ e } Var(y_i) = \frac{\mu_i + \mu_i^2}{\phi}, \text{ cuja função de ligação é dada por:} \quad (1)$$

$$\begin{aligned} \log(\mu_i) &= X_i \beta^{dep} + \alpha_j^{part} + \alpha_k^{uf}, \text{ para } i = 1, \dots, n \\ \alpha_j^{part} &\sim N(X_j \beta^{part}, \sigma_{part}^2), \text{ para } j = 1, \dots, J \\ \alpha_k^{uf} &\sim N(X_k \beta^{uf}, \sigma_{uf}^2), \text{ para } k = 1, \dots, K. \end{aligned}$$

A distribuição binomial negativa pode ser utilizada como substituta da distribuição de Poisson em modelos de contagem, especialmente quando os dados apresentam sobredispersão (*overdispersion*). Ela é governada por dois parâmetros,  $\mu$  e  $\phi$ , conforme apresentado. No conjunto de Equações 1,  $\mu$  é o valor esperado de  $y$  obtido por meio da função de ligação log. Por sua vez,  $\phi$  é o parâmetro de sobredispersão, cuja magnitude ajuda a identificar quanto a distribuição binomial negativa se assemelha à distribuição de Poisson<sup>28</sup>.

Para a estimativa bayesiana foi utilizado o pacote `rstanarm` do software estatístico R e duas prioris não informativas, uma para os parâmetros  $\beta$  e outra para o intercepto  $\alpha$ , conforme indica o conjunto de equações 2.

$$\begin{aligned} \alpha &\sim N(0, 5) \\ \beta &\sim N(0, 2, 5) \end{aligned} \quad (2)$$

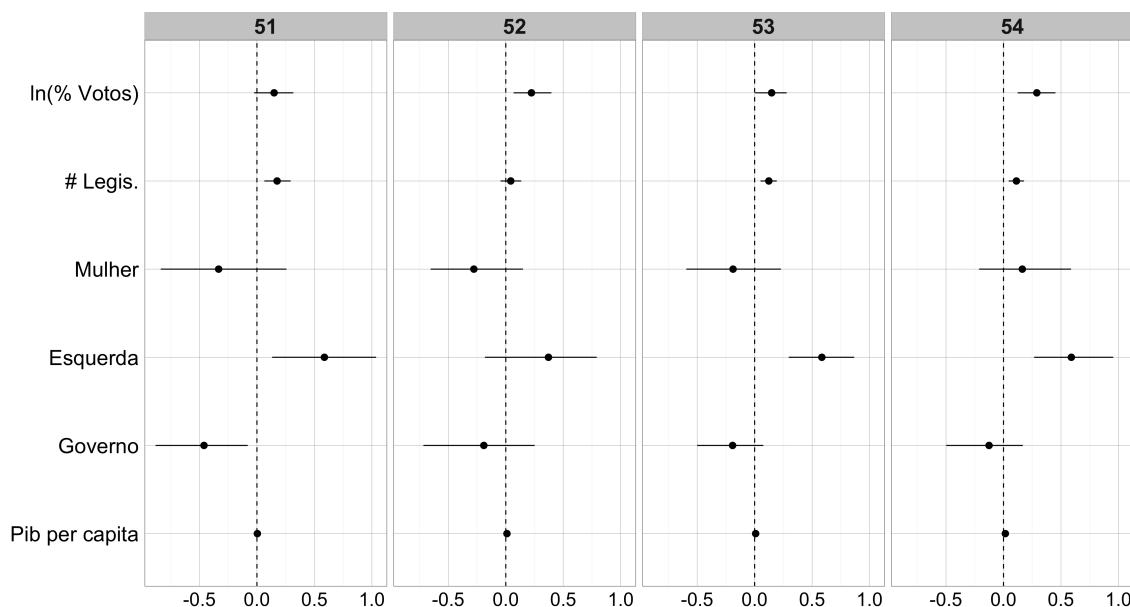
A Figura 11 apresenta os principais resultados obtidos na estimativa do

<sup>27</sup>Agradeço a dedicação e o profissionalismo da equipe de pesquisadoras do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) que de forma muito gentil contribuiu para essa pesquisa disponibilizando dados de todos os Deputados Federais eleitos. Em especial, agradeço à Profa. Dra. Andréa Freitas e às pesquisadoras Alexia Aslan, Andréa Junqueira, Graziele Silotto e Joyce Luz.

<sup>28</sup>Quanto maior for  $\phi$ , mais parecida é a distribuição binomial negativa com uma distribuição de Poisson.

modelo. Cada intervalo de credibilidade estimado está representado por uma linha sólida que permite concluir com 95% de probabilidade o intervalo que o coeficiente pode assumir. Assim, caso a linha sólida não cruze a linha tracejada do zero, pode-se interpretar com 95% de credibilidade o efeito da variável preditora sobre a variável predita.

Figura 11: Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura



*Nota:* Dada a quantidade de Unidades Federativas, optou-se por omitir seus resultados nesta visualização. As tabelas completas com os resultados de cada modelo podem ser encontradas no Apêndice A.

De cima para baixo, estão respectivamente apresentadas as variáveis referentes ao nível dos Deputados Federais, da legenda partidária e das UFs. Sobre o primeiro nível, verifica-se, que, com exceção da 51<sup>a</sup> legislatura, o *log* do percentual de votos recebidos tem efeito positivo sobre a quantidade de discursos proferida pelos Deputados Federais. Em relação ao número de legislaturas das quais o Deputado Federal participou antes da que foi analisada, somente na 52<sup>a</sup> legislatura seu efeito não é positivo. Ainda nesse nível, verifica-se que ser Mulher não interfere na quantidade de discursos proferidos em qualquer uma das legislaturas analisadas.

Ao nível da legenda partidária, verifica-se que há um efeito positivo da classificação ideológica sobre a quantidade de discursos proferidos, com exceção da 52<sup>a</sup> legislatura. O mesmo não pode ser concluído a respeito da participação da legenda partidária pela qual o Deputado Federal foi eleito na coalizão que

compôs o governo ao longo da legislatura analisada. Somente na 51<sup>a</sup> legislatura essa variável não apresenta efeito nulo. No caso, compor o governo apresenta efeito negativo sobre a quantidade de discursos realizada pelo parlamentar que foi eleito pela legenda.

Por sua vez, ao nível da UF, a variável Pib per capita não apresenta qualquer efeito sobre a quantidade de discursos proferida pelos parlamentares ao longo de todas as legislaturas analisadas.

Tais resultados preenchem uma lacuna no conhecimento produzido a respeito da atividade parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados. Com conclusões que demonstram a não expressão do posicionamento ideológico dos Deputados Federais brasileiros através da inferência de pontos ideais a partir das votações nominais (Zucco, 2009; Zucco Jr. e Lauderdale, 2011), pois os parâmetros que governam o processo legislativo respeitam a relação governo-oposição, é possível concluir que a frequência de falas proferidas no Pequeno Expediente sofre grande influência do posicionamento ideológico da legenda partidária pela qual o Deputado Federal foi eleito. Com exceção da 52<sup>a</sup> legislatura, em todas as demais pode-se afirmar com 95% de credibilidade que há correlação entre a eleição em um partido de esquerda e maior frequência de discursos no Pequeno Expediente.

Verificar esse resultado antes e depois da mudança no comando do Poder Executivo Federal permite supor que os parlamentares filiados a legendas de esquerda não abandonam sua estratégia de comunicação mesmo quando passam a ser governo. Por sua vez, a relação governo-oposição praticamente não surte efeito sobre o total de pronunciamentos realizados por um parlamentar. Passível de maior investigação, o efeito negativo identificado na legislatura 51 pode estar vinculado ao aspecto ideológico do governo vigente, uma vez que esse não era composto pelos partidos de esquerda. Tal fato reforça ainda mais o resultado de que a ideologia tem papel fundamental sobre o uso da infraestrutura disponível para comunicação na Câmara dos Deputados.

Além disso, os efeitos positivos identificados na maior parte das legislaturas apresenta que a senioridade, medida através do número de legislaturas das quais o parlamentar já participou, e a popularidade, medida pelo percentual de votos recebidos, têm papel relevante na estratégia de comunicação do rep-

sentante. Deste modo, assim como a ciência política brasileira já faz para temas específicos, há evidências suficientes para que futuras análises sobre representação política foquem na análise dos discursos parlamentares pronunciados em âmbito institucional.

## 2.5 Conclusão

Neste capítulo, apresentou-se que a atividade parlamentar no âmbito CD vai além da votação e apresentação de projetos de lei. O Deputado Federal possui tempo, espaço, recursos e infraestrutura dedicados à comunicação política que não se restringem aos projetos em pauta. A este respeito, ao menos seis conclusões foram identificadas

Em primeiro lugar, a disponibilidade de momentos institucionais de comunicação política é amplamente presente na atividade parlamentar no âmbito da CD. Em segundo lugar, foi identificado que tal uso varia de acordo com as regras que regulam esses momentos, seja por sua restrição temática, por sua restrição temporal ou pelo processo de escolha do orador.

Em terceiro, analisando os dados de cada um desses momentos de fala, foi possível constatar que o Pequeno Expediente é, por excelência, o principal canal de comunicação parlamentar na CD. Em função de possuir regras pouco restritivas, os Deputados Federais brasileiros o utilizam como veículo de divulgação de suas atividades e posicionamentos.

Em quarto lugar, foi constatado que o uso da infraestrutura de comunicação do Pequeno Expediente varia entre os Deputados Federais. Porém, não foram identificados indícios de que o aproveitamento da infraestrutura disponível poderia estar atrelado aos padrões que regem a outras dimensões da atividade legislativa, como o voto nominal e a elaboração do conteúdo legislativo.

Em quinto, verificou-se que a principal variável que orienta a atividade parlamentar ao proferir o voto nominal ou a interferir no conteúdo do texto legislativo encaminhado para aprovação da Presidência da República, a relação governo-oposição, não possui efeito positivo sobre o uso da infraestrutura de

comunicação disponível no Pequeno Expediente. Ademais, na 51<sup>a</sup> legislatura seu efeito foi negativo, reduzindo a probabilidade de um Deputado Federal, cuja legenda compõe o governo, discursar.

Por fim, em sexto lugar, há indícios consistentes de que variáveis pouco relevantes na atividade parlamentar que se desenvolve sob o processo decisório têm efeito positivo sobre o uso da tribuna enquanto meio de comunicação. As evidências de que a ideologia, a senioridade e a popularidade surtem efeito sobre a atividade de comunicação parlamentar abrem um amplo leque de investigação sobre o modo como se configura a atividade e a representação política no país.

Ao preencher uma lacuna no conhecimento produzido a respeito da atividade parlamentar no âmbito da CD, convém enunciar três questões. Em primeiro lugar, do quê tratam os parlamentares ao fazer uso da tribuna nos cinco minutos que lhes são garantidos no Pequeno Expediente? Em segundo, os Deputados Federais se distinguem a respeito dos temas que tratam ao discursar? Por fim, as variáveis que influenciam o aproveitamento da infraestrutura de comunicação disponível no Pequeno Expediente e que se apresentam relevantes na atuação parlamentar sob o processo decisório têm importância sobre o conteúdo que é proferido?

Com o uso de técnicas de programação e modelos probabilísticos, a partir do próximo capítulo a pesquisa se dedica a avaliar o conteúdo pronunciado pelos Deputados Federais brasileiros nos pronunciamentos realizados no Pequeno Expediente. Como já exposto, não é propósito dessa pesquisa explicar em termos causais o comportamento dos parlamentares brasileiros, mas sim compreender padrões gerais de uma complexa dimensão da atividade legislativa ainda pouco explorada na ciência política nacional (Gelman, 2011, 2004, 2003, 2007).

### **3 Metodologia**

#### **3.1 Introdução**

Amparados pelas regras que organizam os trabalhos na CD, porém distantes dos regulamentos que regem os processos decisórios, no Capítulo 2 foi apresentado que o Pequeno Expediente é amplamente utilizado pelos Deputados Federais. Foram identificadas características que ajudam a compreender o uso deste veículo de comunicação parlamentar. Em relação à literatura que analisa o comportamento parlamentar no Brasil, verificou-se que, de um lado, praticamente não há influência da relação governo e oposição sobre a frequência de discursos proferidos, mas, de outro, há evidências robustas de que a classificação ideológica da legenda partidária à qual o deputado federal foi eleito, o número de legislaturas que ocupou e o percentual de votos recebidos têm efeito positivo relevante sobre a quantidade de discursos proferidos.

Logo, se a comunicação se constitui como dimensão importante da atividade parlamentar no âmbito da CD, convém identificar de forma substantiva os assuntos tratados pelos Deputados Federais ao discursar. É por essa razão que essa pesquisa também se dedica a analisar quais os principais temas acessados pelos Deputados Federais brasileiros ao discursar. A seguir, apresento a metodologia empregada para classificação substantiva dos discursos, captação da ênfase temática de cada parlamentar e procedimentos técnicos adotados para obtenção de resultados.

#### **3.2 A análise de conteúdo**

Assim como a ação, cuja realização mais valiosa nos regimes democráticos modernos é o voto, a linguagem e a comunicação também são meios pelos quais a política se materializa. Nos regimes democráticos atuais, candidatos debatem e apresentam propostas ao longo das campanhas eleitorais. Uma vez eleitos, apresentam projetos de lei que podem resultar na implementação de políticas públicas, realizam pronunciamentos oficiais destacando iniciativas e mobilizando seus eleitores, justificam seus votos em plenário, movimentam a

---

pauta midiática diariamente e, por vezes, são convidados a falar. É por essas e muitas outras razões que a análise de conteúdo sempre foi alvo das pesquisas na ciência política.

Possibilitando a formulação de inferências válidas a partir de uma coleção de documentos (*corpus*), a análise de conteúdo resulta na produção de variáveis categóricas com as quais os pesquisadores buscam identificar como se dá o uso estratégico da comunicação. São investigadas variações temáticas nos pronunciamentos de um ou diversos autores diferentes, sua consistência ao longo do tempo e qual a ênfase temática dedicada por cada autor.

Aplicada à comunicação política, por exemplo, a análise de conteúdo permite identificar o posicionamento dos atores diante dos temas tratados (Downs, 1957). Além disso, como alternativa à concepção espacial downsiana da competição política, a *Saliency theory* constata que ao invés de simplesmente se posicionarem diante de um mesmo tema e debater distintos pontos de vista, os representantes políticos optam por destacar o tópico que mais lhes beneficia no debate como estratégia de disputa pelo eleitorado (Sagarzazu e Klüver, 2015; Robertson, 1976; Smirnov e Fowler, 2007; Tarouco, 2012; Tarouco, Vieira e Madeira, 2015).

Um exemplo desse confronto de temas pode ser encontrado nos recentes debates a respeito do processo de *Impeachment* da Presidenta da República Dilma Vana Rousseff. Neles encontram-se ao menos dois tipos distintos de ênfase temática: de um lado, a oposição destacou a crise econômica que o país atravessa e, de outro, o governo buscou enfatizar os ganhos sociais dos últimos 13 anos. Dada a fragilidade das regras que orientam esse processo e, portanto, garante extensa margem de manobra política, os atores envolvidos buscam associar os crimes relatados na denúncia à ênfase desses temas para legitimar ou não o processo em curso.

A despeito da importância que a análise de conteúdo possui para a ciência política, a escassez de tempo, de recursos e a vulnerabilidade à qual o rigor do pesquisador está sujeito ao analisar de forma manual o conteúdo de grandes bases de texto (*corpus*) faz com que boa parte das pesquisas com este propósito se limite à análise de pequenos acervos. São raros os trabalhos como o de Miguel e Feitosa (2009) que, revertendo esse quadro limitado pela quantidade

---

de discursos, analisou uma amostra de quase 12 mil falas de Deputados Federais entre 1996 e 2006 para verificar as diferenças de conteúdo segundo o gênero do representante, e projetos como o *Manifesto Research Group* que desde os anos 70 analisa a ênfase temática de manifestos partidários<sup>29</sup>.

Mais recentemente, porém, o avanço tecnológico e científico permitiu que técnicas automatizadas de análise do conteúdo fossem desenvolvidas e aplicadas de forma simples a grandes volumes de documentos através de modelos estatísticos avançados. Longe de se distanciar desse processo, em 2008 a principal revista de metodologia em ciência política, a *Political Analysis*, lançou o primeiro *special issue* sobre a análise de texto, destacando trabalhos que se valiam de textos políticos enquanto fonte de dados para análise automatizada de conteúdo e para o desenvolvimento de novas metodologias (Monroe e Schrodt, 2008). Desde então, o campo de pesquisa *text as data* ganhou cada vez mais força e, recentemente, um novo *virtual issue* foi lançado pela mesma revista com o objetivo de compilar o estágio atual desse avanço (Roberts, 2016).

Os modelos atualmente disponíveis se dividem em duas grandes tarefas: classificação e *ideological scaling*<sup>30</sup>. Com base nas palavras que compõem diferentes documentos é possível classificá-los em distintas categorias ou compará-los. Ambas tarefas resultam da implementação de técnicas computacionais de aprendizagem supervisionada ou não supervisionada.

No primeiro caso, o pesquisador indica ao modelo como devem se comportar os resultados esperados, por exemplo: suponha que se deseja classificar discursos que tratam do tema "saúde" e que não tratam desse tema, categoria intitulada "outro tema". Nesse caso, o pesquisador deve informar ao algoritmo quais palavras ele deseja encontrar num discurso sobre o tema "saúde" (hospital, médico, remédio, etc.), sendo que todas as demais seriam atribuídas à categoria "outro tema". No segundo caso, de aprendizagem não supervisionada, as categorias não seriam previamente conhecidas e o pesquisador apenas indicaria ao programa que ele deve classificar diferentes discursos em um número  $k$  de categorias. Tal procedimento faz com que o conteúdo das categorias seja definido pelos dados e que, posteriormente, o pesquisador tenha que validar os resultados.

---

<sup>29</sup>Para mais detalhes, ver: <https://manifestoproject.wzb.eu/>

<sup>30</sup>Para visualização de um quadro geral, consulte Grimmer e Stewart (2013, p. 2).

---

Dada a complexidade da comunicação e da linguagem, transformar palavras em números não substitui a leitura cuidadosa e atenta de documentos, mas permite a análise sistemática de grandes bases de texto sem a necessidade de mão de obra em larga escala e de um enorme montante de recursos financeiros para financiamento de pesquisas, amplificando o potencial científico dos trabalhos acadêmicos. Como destacam Grimmer e Stewart (2013, p. 2) "*automated content methods are incorrect models of language*". Por tal razão, a performance de qualquer método automatizado não é garantida sem a consideração de ao menos quatro princípios (Grimmer e Stewart, 2013): i) Todos os modelos quantitativos de análise de conteúdo estão errados, mas alguns são úteis; ii) Métodos quantitativos de análise de conteúdo amplificam a capacidade humana, mas não a substitui; iii) Não há um método global para a análise automatizada de conteúdo; iv) Validar, validar, validar.

O processo de geração, produção e seleção de dados que resultam na comunicação humana é ainda um mistério para a ciência. A complexidade da construção da linguagem faz com que os modelos estatísticos desenvolvidos falhem na tarefa de prover um relato preciso do processo de geração de dados utilizados na produção de conteúdo e, principalmente, em seu significado. Por essa razão, a construção e o uso de modelos para análise de conteúdo não se assemelha à construção de modelos produzidos com o objetivo de identificar causalidades. Os modelos de análise de conteúdo não devem ser avaliados pelo quanto explicam do processo de geração dos dados, mas sim por sua performance ao auxiliar o pesquisador em suas atividades acadêmicas.

Justamente por conhecer as vulnerabilidades dos modelos estatísticos de análise de conteúdo que esses jamais substituirão a leitura e análise humana. Como exposto, seu uso atual deve servir para ampliar a capacidade de inferência do pesquisador sobre grandes coleções e permitir *insights* antes improváveis diante de tamanho volume de trabalho. É por esta razão que a grande maioria dos modelos disponíveis atrelam sua capacidade inferencial a medidas e informações fornecidas pelo pesquisador antes e depois de produzidos os resultados. Para ser profícua, essa interação deve resultar da leitura cautelosa de amostras do acervo a ser analisado e da análise cuidadosa dos resultados obtidos.

A escolha do modelo, da família de modelos ou de eventuais combinações a serem utilizadas é, por sua vez, resultado dos objetivos de pesquisa almejados.

Há uma variedade de modelos disponíveis e nenhum deles se sobrepõe aos demais. Pelo contrário, são indicados para questões e aplicações diante do auxílio analítico que o pesquisador deseja receber e das perguntas que deseja responder. Mais do que sobrepor uma abordagem a outra, convém ao pesquisador identificar a abordagem que melhor lhe atende.

Por fim, somado ao fato de que um mesmo modelo pode desempenhar performances distintas em coleções de textos diferentes, a análise automatizada de grandes coleções requer dedicação intensa do pesquisador na análise e validação dos resultados. Os procedimentos de validação dependem dos modelos e abordagens aplicadas. Se os resultados esperados são conhecidos, o pesquisador precisa avaliar se a performance do modelo se aproxima do rigor de análise humano. Contudo, se os resultados são desconhecidos, se faz necessário a adoção e combinação de diferentes estratégias para validação dos resultados, em especial evidências experimentais, substantivas e estatísticas para demonstrar que os resultados obtidos são úteis.

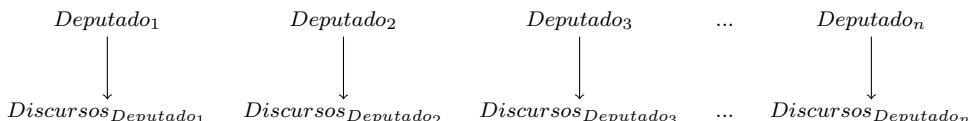
Como sugerem Grimmer e Stewart (2013), o que precisa ser evitado é o uso cego de qualquer método. Por esta razão em acordo com estes pesquisadores, essa pesquisa desencoraja o uso de softwares comerciais para análise quantitativa de textos. A despeito de resultados positivos, por vezes é impossível conhecer o método aplicado e o pesquisador se torna refém dos resultados apresentados sem a possibilidade de interagir e interferir no procedimento de análise do modelo.

Entre os diferentes modelos disponíveis, para a possibilidade de classificação automática do conteúdo dos discursos proferidos no Pequeno Expediente destaca-se o *expressed agenda model* (Grimmer, 2010), técnica de classificação baseada no *pobabilistic topic modeling* (Blei, 2012) que utiliza aprendizagem não supervisionada e estatística avançada para a identificação de tópicos em uma coleção de documentos. É com o uso dessa técnica que é analisada a ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros no Pequeno Expediente.

O *expressed agenda model* trata-se de um modelo de clusterização de documentos desenvolvido pelo Cientista Político Justin Grimmer 2010. O objetivo principal deste modelo é verificar como a ênfase em diferentes temas varia entre os documentos produzidos por diferentes autores. Com esse propósito,

o modelo opera em dois níveis: o nível dos autores e o nível dos documentos (Figura 12).

Figura 12: Estrutura hierárquica do *expressed agenda model*



Fonte: Adaptado de Grimmer (2010, p. 4).

Considerando os dois níveis de informação e o caso dessa pesquisa, de modo geral, o modelo agrupa as palavras contidas nos discursos de acordo com sua frequência relativa em cada um. Em seguida são gerados grandes grupos de palavras que dão origem aos temas e, posteriormente, se obtém a ênfase dada por cada deputado aos diferentes temas proferidos.

A seguir estão apresentados os detalhes do *expressed agenda model*, sua aplicabilidade para o caso brasileiro e procedimentos utilizados para obtenção e limpeza dos dados utilizados no modelo.

### 3.3 O Expressed Agenda Model<sup>31</sup>

É com o uso do *expressed agenda model* que esta pesquisa irá identificar os temas enfatizados pelos parlamentares brasileiros em seus discursos<sup>32</sup>. Tal escolha foi feita em função de dois aspectos: um relacionado à compatibilidade do modelo desenvolvido (Grimmer, 2010) com as características institucionais do Pequeno Expediente e outro em função das características deste espaço institucional comparadas aos demais momentos previstos para a fala dos parlamentares

<sup>31</sup>Para mais detalhes ver Grimmer (2010).

<sup>32</sup>Agradeço imensamente ao Professor Justin Grimmer, Stanford University, que demonstrando gigantesca generosidade e maturidade científica me disponibilizou o código em R para a implementação de seu modelo. Também agradeço ao esforço feito pelos professores do Departamento de Ciéncia Política em colocar seus alunos em contato com professores das melhores universidades do mundo. Se não fosse a entrevista que eu e mais três colegas realizamos com o Professor Simon Jackman na IPSA Summer School de 2013 (Magalhães et al., 2013) esse trabalho jamais teria sido por mim empreendido. Aproveito a oportunidade para pedir aos professores do Departamento de Ciéncia Política da Universidade de São Paulo que continuem se esforçando neste trabalho de melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa brasileira.

conforme apresentado no Capítulo 2<sup>33</sup>.

Em relação ao primeiro aspecto, o *expressed agenda model* supõe que cada documento que será analisado se dedique a somente um tópico<sup>34</sup> (Grimmer, 2010, p. 8). Segundo o RICD, abertos os trabalhos de uma sessão legislativa, no Pequeno Expediente os Deputados Federais podem falar por até cinco minutos. Em contraposição ao Grande Expediente, momento no qual cada parlamentar pode discursar por até 25 minutos, acredita-se que nos cinco minutos disponíveis para o pronunciamento durante o Pequeno Expediente, cada parlamentar utilize este tempo para acessar somente um tópico com o objetivo de maximizar o foco temático em seu tempo de fala.

Com os discursos agrupados segundo cada parlamentar (autor) os dados ficam naturalmente organizados de forma hierárquica. Como na Figura 12, no topo da hierarquia temos  $n$  autores, indexados por  $i = 1, \dots, n$ . Cada autor pode decidir quanta atenção dedicar a um número  $k$ , ( $k = 1, \dots, k$ ), de tópicos. O vetor descrevendo a atenção que cada autor dedica a cada tópico é sua "agenda expressa" ou sua ênfase temática e probabilisticamente determina a frequência com que cada tópico aparece nos discursos de cada parlamentar no caso desta pesquisa.

No piso da hierarquia temos a coleção de discursos de cada autor, denotados por  $j$ , ( $j = 1, \dots, D_i$ ), onde um discurso do autor  $i$  é representado pelo vetor  $w \times 1$  e denotado  $y_{ij}$ . Desse modo, o elemento  $y_{ijz}$ , de  $y_{ij}$ , mede o número de vezes que a  $z$ ésima palavra ocorre no  $j$ ésimo discurso do  $i$ ésimo autor.

Para conectar os tópicos dos autores com o conteúdo de seus discursos, supõe-se que cada discurso tenha apenas um tópico. O tópico de cada discurso é um sorteio aleatório, com a probabilidade de um tópico específico ocorrer segundo a atenção que o autor  $i$  dedica a este tópico. Condicional a este tópico amostrado, o conteúdo de um discurso advém de uma distribuição específica a cada tópico.

Formalmente, o *expressed agenda model* é um *mixture model* hierárquico no qual o *mixture weight* (ênfase temática dos parlamentares) pode variar entre os

---

<sup>33</sup>Para mais detalhes sobre o Pequeno e o Grande Expediente, ver os artigos 69 a 81 e 87 a 88 do RICD.

<sup>34</sup>Nesta pesquisa as palavras tópico e tema são usadas como sinônimos.

deputados, mas os componentes do modelo (tópicos) estão fixos entre os autores para garantir que as agendas sejam comparáveis entre eles. Para completar, supõe-se que haja um total de  $D = \sum_{i=1}^n D_i$  discursos em uma  $D \times w$  matriz  $\mathbf{Y}$ .

### 3.3.1 Parâmetros do nível do autor: agendas expressas ou ênfase temática

A agenda expressa de cada autor determina a probabilidade com que os tópicos aparecem nos documentos. Sendo a atenção que o autor  $i$  aloca no tema  $k$  igual a  $\pi_{ik}$ . Equivalentemente,  $\pi_{ik}$  representa a probabilidade esperada com que um discurso é gerado pelo  $k$ ésimo tópico. A agenda expressa de cada parlamentar,  $\pi_i$ , é então definida como um vetor  $K \times 1$  descrevendo a atenção que um dado parlamentar dedica a cada tópico,  $\pi_i = (\pi_{i1}, \pi_{i2}, \dots, \pi_{iK})$ , onde  $\sum_{k=1}^K \pi_{ik}$ .

### 3.3.2 Parâmetros do nível dos documentos: tópicos e palavras

Condisional à agenda expressa por um parlamentar  $\pi_i$ , é extraído o tópico de cada discurso. Sendo o tópico do discurso denotado por  $y_{ij}$  e o vetor indicador  $K \times 1$  denotado por  $\tau_{ij}$ : se o discurso  $y_{ij}$  foi gerado pelo  $k$ ésimo tópico, então  $\tau_{ijk} = 1$  e os outros  $K - 1$  elementos de  $\tau_{ij}$  são iguais a 0.

O tópico de cada discurso  $\tau_{ij}$  é extraído de uma distribuição multinomial,

$$\tau_{ij} | \pi_i \sim Multinomial(1, \pi_i) \quad (3)$$

A equação 3 conecta os tópicos dos discursos à agenda expressa de um parlamentar. A proporção esperada dos discursos do parlamentar  $i$  alocadas ao  $k$ ésimo tópico é  $\pi_{ik}$ .

Condisional aos tópicos,  $\tau_{ij}$ , são escolhidas as palavras que compõem cada discurso.

Para eliminar a influência de cada palavra quando os discursos são clusterizados, cada discurso é normalizado para se ter uma mesma unidade de

tamanho. A unidade de tamanho de  $y_{ij}$  é dada por  $y_{ij}^*$ , com  $y_{ij}^* = \frac{y_{ij}}{\|y_{ij}\|}$  onde  $\|\cdot\|$  é definida como a norma Euclidiana,  $\|y_{ij}\| = y_{ij}' y_{ij}^{(\frac{1}{2})} \cdot y_{ij}^*$ , e assim mede-se a taxa relativa com que as palavras são usadas em cada discurso ao invés do número total de vezes que cada palavra é usada em um documento.

Após normalizar cada discurso,  $y_{ij}^*$  é escolhido de uma distribuição von Mises-Fisher (vMF).

Supondo que existam  $K$  vMF distribuições e se represente o parâmetro de centro e de dispersão da  $k$ -ésima vMF como  $\mu_k$  e  $k_k$ , onde  $\mu_k$  pode ser entendida como um protótipo de documento para o  $k$ -ésimo tópico. Um tópico de um documento,  $\tau_{ijk}$ , determina a distribuição vMF usada para gerar o conteúdo de um discurso. Formalmente, se  $\tau_{ijk} = 1$ , então

$$y_{ij}^* | (\tau_{ijk}), \mu_k, k \sim \text{von Mises - Fischer}_w(\mu_k, k_k) \quad (4)$$

### 3.3.3 Prioris para o modelo

Uma priori é colocada para cada agenda expressa por parlamentar,  $\pi_i$ . Supondo que cada  $\pi_i$  é escolhido de uma distribuição de Dirichlet,

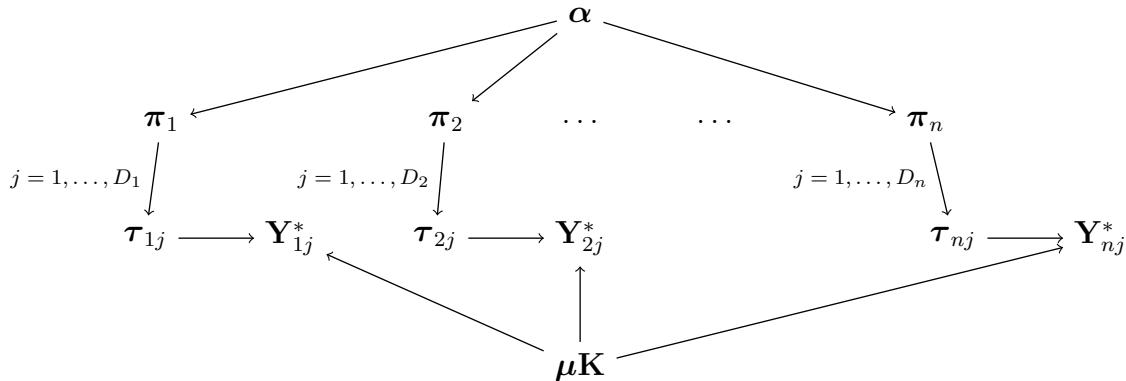
$$\pi_i | \alpha \sim \text{Dirichlet}(\alpha), \quad (5)$$

onde  $\alpha$  é um vetor  $K \times 1$  de parâmetros da distribuição de Dirichlet. Ao invés de assumir valores específicos para  $\alpha$ , parâmetros são estimados e cada  $\alpha_k$  é escolhido de uma distribuição Gamma.

### 3.3.4 Distribuição posteriori do modelo

A Figura 13 apresenta todo o modelo. As flechas representam os parâmetros a que cada variável aleatória é dependente. Por exemplo, a ligação  $\alpha \rightarrow \pi^i$  denota que a densidade amostrada da agenda expressa do autor  $i$ ,  $\pi^i$ , depende de  $\alpha$ .

Para evitar dificuldades associadas a métodos de amostragem e para esti-

Figura 13: Gráfico Bayesiano do *Expressed Agenda Model*

**Descrição:** A agenda expressa  $\pi_i$  de cada autor é amostrada de uma distribuição de Dirichlet, com parâmetro  $\alpha$ . Condisional a  $\pi_i$ , o tópico de cada documento é amostrado de uma distribuição Multinomial( $1, \pi_i$ ). Condisional a esta amostra, assume-se que cada documento deriva de uma distribuição vMF, com centro  $\mu_j$  e parâmetro de dispersão  $k_j$ . Todos os autores selecionam suas prioridades do mesmo grupo de tópicos para garantir que suas prioris sejam comparáveis. Ademais, é possível notar a estrutura hierárquica do modelo, com os discursos organizados de acordo com seus autores.

mar toda a distribuição posteriori da agenda expressa de cada autor, utiliza-se o *variational approximation* para se derivar uma aproximação analítica da distribuição posteriori da agenda expressa de cada autor (Grimmer, 2011).

Conhecido o modelo que será utilizado neste trabalho, convém descrever os demais aspectos metodológicos e técnicos da pesquisa.

### 3.4 Obtenção, tratamento e organização dos dados

#### 3.4.1 Obtenção dos dados

A Câmara dos Deputados realiza um fantástico trabalho de registro e divulgação dos pronunciamentos parlamentares. Praticamente tudo que é dito nos momentos institucionais previstos pelo RICD é gravado, arquivado e disponibilizado ao cidadão pela internet<sup>35</sup>.

Além do modelo atual de disponibilidade dos dados favorecer a consulta de um ou outro pronunciamento específico, ao longo do desenvolvimento desta

<sup>35</sup><http://www.camara.leg.br>

---

pesquisa o conteúdo e as informações referentes aos pronunciamentos dos parlamentares foi disponibilizado em linguagem de máquina sob escopo do projeto Dados Abertos da Câmara dos Deputados. Logo, hoje é possível de forma rápida e automatizada obter as informações e os pronunciamentos dos Deputados Federais. Para tanto, fora desenvolvido em linguagem R um programa capaz de obter e organizar os dados de forma eficaz<sup>36</sup>.

Em posse do conteúdo, os dados foram organizados da seguinte maneira: para cada legislatura foi criada uma matriz de dados  $n \times m$  cujas linhas contêm a informação de cada um dos pronunciamentos obtidos (hora, data, sessão, orador, etc.) e um vetor  $n \times 1$  com o texto dos pronunciamentos. A opção de se criar dois objetos ao invés de um foi feita por causa do tamanho do vetor com os textos dos pronunciamentos. Visando economizar espaço de memória em futuras consultas, optou-se pela divisão.

Selecionados os dados e discursos referentes ao Pequeno Expediente, o passo seguinte foi proceder com seu tratamento e sua adapatação aos requisitos do *expressed agenda model*.

### 3.4.2 Tratamento e organização dos dados

O uso do *expressed agenda model* coloca dois desafios para o caso brasileiro: sua adaptação a este sistema político e sua adaptação ao português.

O primeiro desafio está vinculado ao objeto de análise deste trabalho. Grimmer (2010, 2013) utilizou como matéria-prima os *Press Releases* publicados na página do Senado americano e, como é possível notar através de sua leitura, cada um desses documentos tende a tratar de apenas um tema. No caso de um discurso, a fala de um parlamentar pode se debruçar sobre uma série de temas, mesmo que um seja mais relevante do que outro. Esse aspecto faz com que o Pequeno Expediente, além das vantagens regimentais já apresentadas, tenha vantagens analíticas em relação aos demais momentos institucionais de fala, pois

---

<sup>36</sup>O programa desenvolvido utilizou a infraestrutura do projeto Dados Abertos da Câmara dos Deputados, sendo capaz de obter e organizar os dados. Agradeço imensamente ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política pela possibilidade de participar do curso de introdução ao R ministrado pelo Prof. Dr. Manoel Galdino em 2011, sem o qual o conhecimento básico para o desenvolvimento do programa não teria sido adquirido de forma didática e simples.

---

trata-se de apenas cinco minutos de discurso por parlamentar que acredita-se serem otimizados com o foco sobre apenas um tema por discurso.

O segundo desafio está relacionado à etapa de tratamento dos dados. Com o objetivo de se obter uma "sacola de palavras" (*bag of words*) de cada discurso, cada pronunciamento passa por uma "limpeza" que consiste em cinco passos: i) todas as palavras são colocadas em caixa baixa; ii) são retirados todos os números dos documentos; iii) toda pontuação é removida, inclusive acentos; iv) são removidas as *stop words* (artigos, preposições etc.); v) e, por fim, para garantir que palavras que variam apenas na flexão, número ou conjugação sejam consideradas iguais, reduzindo o número de dimensões contido no *corpus*, através da adaptação do algoritmo de Porter (1980) para o português já desenvolvida por diferentes projetos (*Snowball* e *NILC-USP*), são obtidas as raízes (*stems*) das palavras restantes<sup>37</sup>.

Ao final, utilizando somente as sacolas de palavras de autores que possuem mais de um documento (discurso no caso desse trabalho), é construída uma *Document Term Matrix* (DTM),  $d \times w$ , cujas linhas representam cada discurso e as colunas representam cada raiz presente no *corpus* (coleção de documentos). É essa matriz que será utilizada na estimativa dos tópicos das falas dos deputados<sup>38</sup>.

Ademais, Grimmer (2010) retira do *Corpus* todas as palavras que estão presentes em 0,5% dos documentos e também retira dos documentos de cada autor as palavras que aparecem em mais de 90% dos documentos de cada um<sup>39</sup>.

Além da DTM acima citada, o *expressed agenda model* recebe como argumento uma matriz de autores,  $n \times 2$ , cujas linhas representam cada autor, a primeira coluna representa a linha do primeiro discurso do autor na DTM e a segunda coluna representa a linha do último discurso deste autor na DTM. Aqui há mais uma exigência do modelo, pois serão aceitos apenas os discursos de autores que fizeram mais de um pronunciamento.

---

<sup>37</sup>Ver <http://snowball.tartarus.org/> e <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/index.php>

<sup>38</sup>Todo o procedimento de limpeza e organização dos dados foi possível através do pacote *tm* do R e do desenvolvimento de funções próprias.

<sup>39</sup>Além desse procedimento, neste trabalho foram retiradas palavras selecionadas após análise

Tabela 6: Resultado do tratamento aplicado à coleção de discursos de cada legislatura

	51	52	53	54
# inicial de discursos	19.883	41.756	36.613	35.398
# final de discursos	19.064	39.702	35.075	33.941
# inicial de oradores	526	572	573	591
# final de oradores	491	548	543	552
# inicial de palavras únicas na coleção	119.480	160.674	152.791	153.111
# Raízes únicas	4.104	3.989	3.757	3.906

Conforme apresenta a Tabela 6, adotando a estratégia de tratamento de dados apresentada e procedimentos que garantissem a seleção de registros com conteúdo realmente dedicado ao Pequeno Expediente<sup>40</sup>, há uma queda no número total de discursos em cada legislatura e, consequentemente, no número de oradores que serão analisados. Contudo, a principal informação que salta aos olhos é a diferença entre a contagem de palavras únicas presentes em toda a coleção de discursos e o resultado final apresentando o número de raízes únicas que serão utilizadas para classificação temática dos discursos.

Apesar de serem coisas diferentes (palavras e raízes), essa comparação justamente destaca como a eficiência de modelos estatísticos automatizados para análise de conteúdo necessita de uma redução brusca de informação. Pode-se concluir que muita informação presente nos discursos publicados não será utilizada para a classificação temática dos discursos. Entretanto, como será apresentado no Capítulo 4, o *trade-off* entre utilizar modelos estatísticos automatizados para análise de conteúdo e a mão de obra humana para classificação manual de tamanho volume de dados favorece o uso da primeira abordagem.

---

de uma amostra aleatória de discursos.

<sup>40</sup>Nesta etapa do trabalho foi constatado que alguns (poucos) registros não possuíam conteúdo de fala dos deputados no Pequeno Expediente e que alguns dos registros se tratavam, na verdade, de registros de discursos realizados no Grande Expediente. Os discursos identificados nesses casos foram descartados.

Tabela 7: Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura que serão utilizados no *expressed agenda model*

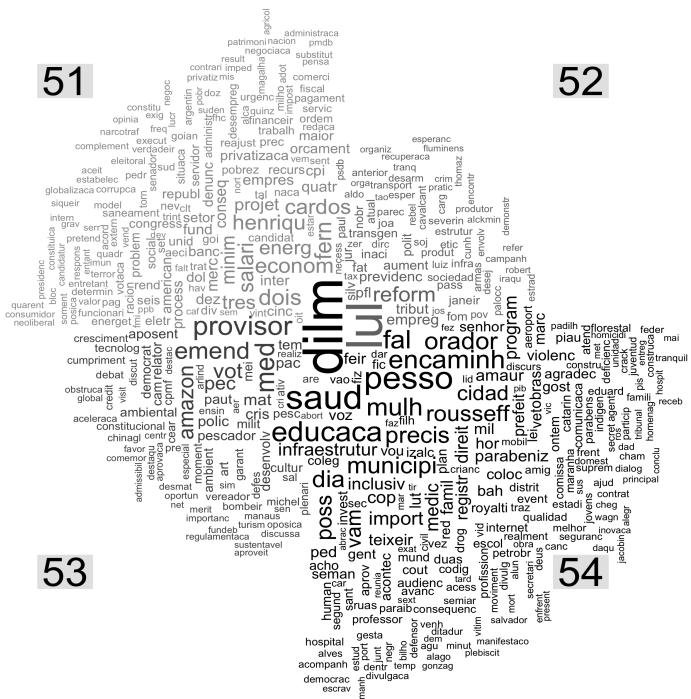
Discursos	51	52	53	54
Min.	2	2	2	2
1Q.	7	15	12.5	10
Mediana	20	38.5	33	28
Média	38.83	72.45	64.59	61.49
3Q.	48.50	94	76	65.25
Máx.	783	1.081	983	1.190
# Deputados	491	548	543	552
# Discursos	19.064	39.702	35.075	33.941
# Raízes únicas	4.104	3.989	3.757	3.906

A Tabela 7 apresenta a descrição básica da matéria-prima que será objeto de análise do modelo e foco do restante da pesquisa. Dado que a novidade neste momento são as raízes que serão utilizadas para a estimativa dos temas tratados pelos Deputados Federais em seus pronunciamentos, através das Figuras 14 e 15 é possível já ter uma primeira visão do que está por vir.

Figura 14: Nuvem de raízes comuns em todas as legislaturas



Figura 15: Comparação da nuvem de raízes mais utilizadas em cada legislatura quando comparada às demais



A Figura 14 apresenta as principais raízes comuns em todas as legislaturas. O tamanho de cada uma reproduz visualmente sua frequência, sendo notável o destaque das raízes *trabalh*, *polit*, *projet* e *econom*. Por sua vez, a Figura 15 também reproduz visualmente a frequência de uso das raízes, mas, nesse caso, compara as raízes das quatro legislaturas analisadas e apresenta, para cada legislatura, aquela que foi mais utilizada em relação às demais. A raiz *lul*, por exemplo, por mais que tenha sido utilizada em outras legislaturas, teve seu maior uso na legislatura 52. De forma geral, a visualização da Figura 15 permite identificar temas que os Deputados Federais mais se dedicaram em cada uma das legislaturas. Na 54<sup>a</sup> legislatura, é possível identificar as raízes *dilm*, *pesso*, *mulh*, *educaca* como mais utilizadas quando comparadas às demais legislaturas. Na 53<sup>a</sup> legislatura, é possível identificar as raízes *med*, *provisor*, *emend*, *vot*, *amazon* como mais utilizadas. Na 52<sup>a</sup> legislatura se destacam as raízes *lul*, *reform*, *empreg*, *tribut*, *previdenc*. Por fim, na 51<sup>a</sup> legislatura, ganham destaque as raízes *econom*, *energ*, *salari*, *henriqu*, *cardos*.

Tem-se, portanto, uma primeira imagem da matéria-prima obtida a partir dos procedimentos metodológicos apresentados. A partir dos próximos capítulos ela será utilizada para a identificação de temas presentes nas falas proferidas pelos Deputados Federais no Pequeno Expediente com o objetivo principal de evidenciar padrões presentes nessa atividade parlamentar realizada no âmbito da CD. No entanto, como apresenta Grimmer (2010, p.4), a metodologia, os procedimentos e técnicas aqui apresentados podem ser úteis para outras questões muito ricas à ciência política, por exemplo: a análise campanhas eleitorais, de manifestos partidários, do papel político da mídia, de tratados internacionais, do posicionamento político dos representantes em temas específicos e assim por diante.

### 3.5 Conclusão

Neste capítulo foi apresentado o modo pelo qual será analisado o conteúdo de mais de 127 mil discursos proferidos por mais de 2 mil oradores diferentes ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar. Além dos desafios relacionados à importação da técnica desenvolvida para o caso norte-americano, é importante enfatizar que técnicas automatizadas de análise de conteúdo têm desenvolvimento recente e hoje se apresentam como desafio para as ciências sociais em todo o mundo.

Se a linguagem e a comunicação também são meios pelos quais a política se materializa, a análise substantiva do conteúdo presente nos discursos se faz mais do que relevante para o avanço do conhecimento relativo à atividade parlamentar. Considerando que o atual desenvolvimento metodológico do campo de estudos legislativos no Brasil se faz profícuo para este avanço, este trabalho pretende abrir novos rumos para as pesquisas que se dedicam à análise de conteúdo e à atividade parlamentar, em especial para a Ciência Política brasileira.

A seguir são apresentados os primeiros resultados do modelo e análises que os validam. Como destacam Grimmer e Stewart (2013), "*All Quantitative Models of Language Are Wrong — But Some Are Useful*". Assim, o uso do *expressed agenda model* para a análise de discursos dos parlamentares brasileiros será acompanhado de avaliação e procedimentos rigorosos de validação.

## 4 Com a palavra os nobres deputados

### 4.1 Introdução

Já foi verificada a importância que as oportunidades de comunicação institucionalmente previstas têm na atividade parlamentar brasileira. Foram avaliadas também as principais variáveis que regem o uso dessa oportunidade pelos Deputados Federais. Resta, portanto, identificar o conteúdo abordado em seus pronunciamentos. É com esse objetivo que neste capítulo são apresentados os resultados do *expressed agenda model*.

O primeiro desafio imposto pelo modelo é a definição do número de tópicos  $k$  presente em cada *corpus*, ou seja, a quantidade de temas abordados em cada uma das legislaturas analisadas<sup>41</sup>. Dado que o Pequeno Expediente permite até cinco minutos de fala e, considerando os requisitos do modelo, foi adotada a premissa de que cada discurso trata de um único tema. Assim, no limite,  $k = n$ , onde  $n$  é o número de discursos de cada legislatura. No entanto, com base em Grimmer (2010), para a definição do número  $k$  de tópicos, foram utilizadas duas estratégias: i) o uso de um modelo não paramétrico para clusterização de texto baseado no *Dirichlet process prior* (Blei e Lafferty, 2006; Grimmer, 2010); e ii) a estimativa de diferentes modelos para cada legislatura.

Adotando o mesmo critério para cada legislatura, o modelo não paramétrico resultou num diferente número de tópicos presente no *corpus* de cada uma delas<sup>42</sup>. No entanto, estes resultados não foram considerados de forma definitiva e a estipulação da quantidade  $k$  de tópicos contou com uma avaliação qualitativa do resultado de diferentes modelos para cada legislatura. A avaliação qualitativa permite que o valor  $k$  seja definido pela coesão substantiva identificada pelo analista através da análise das raízes mais associadas a cada tópico em diferentes modelos.

Portanto, para cada legislatura foram estimados e analisados os resultados

<sup>41</sup>Estatisticamente, tópicos são funções densidade de probabilidade de palavras (raízes, no caso deste trabalho), que determinam a probabilidade de uma palavra ser usada em um discurso sobre um tema (Grimmer, Westwood e Messing, 2014, p. 42).

<sup>42</sup>Foram estimados em torno de 36 tópicos para a legislatura 54, 34 para a legislatura 53, 35 para a legislatura 52 e 31 para a legislatura 51.

de modelos que variaram de 5 a 80 tópicos. Por um lado, comparados entre si, quanto menor o número de tópicos de um modelo, maior é a diversidade de discursos classificados em cada um, resultando em categorias muito genéricas. Por outro lado, quanto maior o número de tópicos do modelo, maior é a quantidade de tópicos tratando sobre o mesmo tema. Por essa razão, com o auxílio da evidência estatística do modelo não paramétrico, foi possível analisar de forma qualitativa os resultados dos 75 modelos estimados de cada legislatura para a obtenção de um resultado final<sup>43</sup>, conforme apresenta a Tabela 8.

Tabela 8: Dados descritivos da quantidade de discursos no Pequeno Expediente por Deputado Federal em cada legislatura que serão utilizados no *expressed agenda model*

	51	52	53	54
Min.	2	2	2	2
1Q.	7	15	12.5	10
Mediana	20	38.5	33	28
Média	38.83	72.45	64.59	61.49
3Q.	48.50	94	76	65.25
Máx.	783	1.081	983	1.190
# Deputados	491	548	543	552
# Discursos	19.064	39.702	35.075	33.941
# Raízes únicas	4.104	3.989	3.757	3.906
# Tópicos	27	31	31	39

Além dos resultados obtidos com a aplicação do modelo estatístico, como em qualquer outro procedimento de classificação de conteúdo, são apresentadas distintas formas de validação adotadas para averiguar se os resultados são substantivamente relevantes. Mais do que averiguar se o modelo capta a realidade, importa responder se os resultados são teoricamente úteis para o propósito da pesquisa. Consolidadas na literatura da ciência política e da ciência da computação, os tópicos são validados através de quatro procedimentos: i) dado que a matéria-prima para a análise dos tópicos são as raízes das palavras contidas nos discursos, verifica-se quais as 10 raízes mais associadas a cada um através do cálculo de sua Informação Mútua (Grimmer, 2010, 2013)<sup>44</sup>; ii) são lidos ao

<sup>43</sup>O processo de definição da quantidade de tópicos presentes num *corpus* e o processo de validação dos resultados são, sem dúvida, demorados e custosos para o analista, pois exigem rigor e tempo consideráveis. Contudo, diante de tamanho volume de documentos e através da definição de uma estratégia clara de abordagem, como está definido nesta pesquisa, os benefícios obtidos superam os custos do trabalho empreendido.

<sup>44</sup>A Informação Mútua entre um tópico e uma raiz mede a quantidade de informação que

menos 10 discursos aleatoriamente selecionados para rotulação de cada tópico<sup>45</sup>; iii) sendo cada discurso pertencente a um tópico, é analisada sua relevância ao longo de cada legislatura através da frequência dos tópicos no tempo; iv) é qualitativamente analisada a dedicação de parlamentares selecionados a tópicos específicos, de modo que seja possível identificar se há coerência entre a classificação temática dos discursos e perfis parlamentares amplamente conhecidos e difundidos na sociedade e na ciência política brasileira.

A seguir, portanto, são apresentados os tópicos obtidos para cada legislatura analisada.

## 4.2 Temas abordados pelos Deputados Federais

Analizando separadamente cada legislatura, foram estimados os tópicos presentes nos discursos dos Deputados Federais que fizeram mais de um pronunciamento. As Tabelas 9, 10, 11 e 12, respectivamente referentes às legislaturas 51, 52, 53 e 54, apresentam os tópicos estimados. Na primeira coluna é apresentado o rótulo dado a cada tópico após a leitura de uma amostra de ao menos 10 discursos aleatoriamente selecionados de cada um deles. Nela também encontram-se classificados em negrito tópicos próprios da **Área Econômica** e, em itálico e sublinhados, tópicos próprios da Área Social<sup>46</sup>. É através desse rótulo que serão feitas as referências aos tópicos na continuidade desta pesquisa e, para facilitar a compreensão dos temas tratados pelos Deputados Federais entre as diferentes legislaturas, tomou-se o cuidado de se utilizar rótulos semelhantes entre as legislaturas quando, após análise, isto se fez conveniente.

Na segunda coluna, é possível verificar até a quinta raiz com maior Informação Mútua em cada tópico. Na terceira, é apresentado o percentual de documentos do *corpus* classificado em cada um dos tópicos para cada legislatura. Para eventual consulta, o Apêndice B apresenta nas Tabelas 25, 26, 27 e 28 os

---

essa provê sobre a possibilidade de um tópico gerar um documento aleatoriamente selecionado no *corpus*.

<sup>45</sup>Uma amostra aleatoriamente selecionada de cada um dos tópicos pode ser consultada no portal da CD (<http://www2.camara.leg.br/>) através das informações disponibilizadas nas Tabelas 25, 26, 27 e 28 do Apêndice B.

<sup>46</sup>Essa classificação também foi realizada com a leitura de discursos aleatoriamente selecionados de cada tópico. Através de avaliação qualitativa se fez a classificação.

dados de 10 discursos aleatoriamente selecionados por tópico. Através desses dados é possível encontrar os discursos analisados no portal da Câmara dos Deputados.

Tabela 9: Temas dos discursos proferidos na legislatura 51

Rótulo	Raízes	%
Questões legislativas	mat, mes, plenari, lid, comissa	8.4
Projetos de lei	projet, lei, comissa, aprov, apresent	6.2
Datas comemorativas e Homenagens	cidad, jornal, trabalh, dia, histor	6.2
Sistema Político	polit, pov, candidat, trabalh, eleitoral	6.1
Votação	vot, mat, votaca, projet, lid	5.9
<i>Trabalho</i>	trabalh, direit, projet, empreg, lei	5.7
Questões municipais	municipi, prefeit, cittad, populaca, recurs	4.9
Amazônia e Meio ambiente	regia, desenvolv, amazon, agu, projet	4.4
<u>Direitos Humanos e Minorias</u>	direit, human, sociedad, pesso, negr	4.1
<b>Economia</b>	econom, polit, desenvolv, ano, setor	4.0
Corrupção	cpi, denunc, corrupca, senador, fat	3.8
<b>Agropecuária</b>	produtor, produca, agricultur, produt, milho	3.4
<u>Educação</u>	educaca, ensin, escol, univers, professor	3.3
Medida Provisória	med, provisor, vot, mat, lei	3.2
<u>Saúde</u>	saud, medic, atend, recurs, trabalh	3.1
<u>Segurança</u>	polic, seguranc, milit, violenc, crim	3.0
<b>Empresas</b>	empres, petrobr, servic, trabalh, maior	2.9
Emenda parlamentar	emend, fund, recurs, orcament, projet	2.8
<b>Energia</b>	energ, eletr, setor, cris, invest	2.8
<b>Transporte</b>	transport, rodov, estrad, recurs, trech	2.4
ALCA e Terrorismo	american, unid, mund, econom, nort	2.3
<b>Sistema Financeiro</b>	banc, financeir, credit, central, econom	2.1
<u>Gênero e Pobreza</u>	mulh, crianc, program, trabalh, famil	2.1
Servidores Públicos	servidor, salari, trabalh, servic, reajust	2.0
<u>Salário mínimo</u>	salari, minim, trabalh, aposent, reajust	1.6
<u>Questão indígena e fundiária</u>	terr, trabalh, agrar, reform, assent	1.5
<b>Sistema Tributário</b>	impost, tribut, rend, aument, reform	1.4

Temas próprios da **Área Econômica** estão em negrito e temas próprios da Área Social estão sublinhados e em itálico.

Tabela 10: Temas dos discursos proferidos na legislatura 52

Rótulo	Raízes	%
Votação	vot, mat, lid, plenari, votaca	10.3
Homenagens e Datas Comemorativas	pov, vid, dia, trabalh, jornal	6.8
Projetos de lei	projet, lei, aprova, vot, mat	5.8
Medida Provisória	med, provisor, emend, vot, lei	5.2
Sistema Político	polit, trabalh, pov, reform, vot	4.7
<u>Trabalho</u>	trabalh, empreg, direit, pass, dia	4.7
Lula e PT	lul, pov, polit, trabalh, republ	4.6
<b>Desenvolvimento</b>	desenvolv, econom, nov, projet, trabalh	4.4
<u>Educação</u>	educaca, ensin, univers, escol, professor	3.4
<b>Agropecuária</b>	produtor, produut, agricultur, produca, setor	3.4
<u>Segurança Pública</u>	polic, seguranc, crim, milit, trabalh	3.3
Questões municipais	municipi, prefeit, populaca, regia, recurs	3.2
<u>Saúde</u>	saud, medic, atend, hospital, populaca	3.1
<b>Economia</b>	econom, polit, jur, cresciment, ano	3.0
<u>Justiça e Direitos Humanos</u>	direit, justic, human, pesso, sociedad	2.9
Questões regionais	ciudad, municipi, regia, trabalh, populaca	2.9
<u>Criança e Adolescente</u>	crianc, pesso, violenc, sociedad, adolescent	2.8
<b>Empresas</b>	empres, servic, trabalh, setor, empreg	2.7
Prefeitos e Vereadores	prefeit, municipi, ciudad, vereador, polit	2.6
<b>Transporte</b>	transport, rodov, estrad, trech, recurs	2.3
Servidor Público e Previdência	servidor, previdenc, trabalh, reform, social	2.1
Programas Federais	program, famil, fom, social, milho	2.0
<b>Sistema financeiro</b>	banc, econom, financeir, trabalh, credit	1.9
<b>Recursos e Investimentos</b>	orcament, recurs, milho, ano, emend	1.8
Amazônia e Meio ambiente	amazon, regia, desenvolv, are, florest	1.8
<u>Salário Mínimo</u>	salari, minim, trabalh, aument, valor	1.7
<b>Sistema Tributário</b>	tribut, impost, reform, aument, carg	1.6
<u>Gênero</u>	mulh, trabalh, violenc, direit, dia	1.4
<u>Questão fundiária</u>	terr, trabalh, agrar, reform, assent	1.3
<u>Questão Hídrica</u>	agu, francisc, recurs, projet, transposica	1.2
<u>Questão Indígena</u>	indigen, indi, terr, are, pov	0.9

Temas próprios da **Área Econômica** estão em negrito e temas próprios da Área Social estão sublinhados e em itálico.

Tabela 11: Temas dos discursos proferidos na legislatura 53

Rótulo	Raízes	%
Datas comemorativas	dia, jornal, pov, vid, histor	7.2
Votação	vot, mat, pec, sim, votaca	6.5
Medida Provisória	med, provisor, vot, mat, paut	5.8
<i>Trabalho</i>	trabalh, empreg, lut, direit, dia	5.1
Sistema Político	polit, lul, reform, pov, trabalh	5.1
Questões municipais	municipi, prefeit, cittad, recurs, vereador	4.8
Saudações e Homenagens	cidad, prefeit, municipi, trabalh, pov	4.3
<b>Desenvolvimento regional</b>	regia, desenvolv, invest, sul, nov	4.2
<i>Educação</i>	educaca, escol, ensin, professor, univers	4.0
Projetos de lei	projet, lei, trabalh, aprov, vot	3.9
<i>Criança e Adolescente</i>	crianc, pesso, vid, violenc, crim	3.9
<i>Saúde</i>	saud, medic, atend, recurs, trabalh	3.7
<i>Direitos Humanos</i>	direit, justic, human, tribunal, trabalh	3.7
<b>Agropecuária</b>	produca, produt, agricultur, setor, produtor	3.4
Liderança parlamentar	lid, acord, vot, votaca, mat	3.3
<b>Economia</b>	econom, banc, cris, empres, med	3.3
<i>Segurança Pública</i>	polic, milit, seguranc, pec, trabalh	3.3
Questões regimentais	ordem, quest, mat, plenari, mes	2.9
Emenda parlamentar	emend, vot, relator, apresent, mat	2.8
<b>Energia e Meio ambiente</b>	ambient, energ, mei, ambiental, desenvolv	2.3
Amazônia	amazon, regia, desenvolv, florest, manaus	2.3
Programas Federais	program, famil, social, desenvolv, trabalh	2.0
Comissões	comissa, presidenc, especial, cam, constituica	1.9
<b>Sistema Tributário</b>	tribut, impost, reform, carg, ano	1.7
<i>Gênero</i>	mulh, trabalh, dia, polit, violenc	1.7
<i>Questão indígena e fundiária</i>	terr, indigen, are, indi, pov	1.5
<i>Aposentadoria e Salário mínimo</i>	aposent, salari, minim, trabalh, reajust	1.5
Questões legislativas	lei, art, med, emend, provisor	1.1
<b>Petróleo e Petrobrás</b>	petrol, petrobr, sal, pre, empres	1.0
<i>Questão Hídrica</i>	agu, francisc, recurs, populaca, projet	0.9
<b>Pesca</b>	pesc, pescador, trabalh, pesqueir, ativ	0.8

Temas próprios da **Área Econômica** estão em negrito e temas próprios da Área Social estão sublinhados e em itálico.

Tabela 12: Temas dos discursos proferidos na legislatura 54

Rótulo	Raízes	%
Votação	vot, mat, votaca, sim, projet	6.1
Datas comemorativas	dia, registr, jos, vid, jornal	6.0
<u>Trabalho</u>	trabalh, direit, empreg, dia, projet	4.9
Questões municipais	municipi, prefeit, nov, cittad, recurs	4.9
Protestos e Corrupção	pov, polit, trabalh, precis, dilm	4.8
Projetos de lei	projet, lei, aprova, trabalh, comissa	4.5
Questões regionais	cidad, prefeit, municipi, regia, trabalh	4.0
<u>Educação</u>	educaca, escol, professor, ensin, alun	3.9
<b>Economia</b>	econom, setor, polit, ano, invest	3.8
Sistema Político	polit, reform, vot, eleitoral, campanh	3.4
<u>Agentes de Saúde</u>	saud, agent, atend, recurs, trabalh	3.4
Medida Provisória	med, provisor, vot, emend, lei	3.1
Questões regimentais	comissa, lid, titul, art, suplent	3.1
<u>Segurança Pública</u>	polic, seguranc, milit, trabalh, crim	2.9
<b>Empresas</b>	empres, petrobr, milho, trabalh, servic	2.8
<b>Transporte</b>	transport, rodov, port, sant, sul	2.6
<b>Agropecuária</b>	agricultur, produtor, produca, produt, famili	2.6
Sistema de Justiça	justic, tribunal, suprem, defensor, process	2.5
<b>Recursos e Investimentos</b>	milho, mil, invest, municipi, recurs	2.3
<u>Direitos Humanos</u>	direit, human, comissa, pesso, trabalh	2.3
<u>Gênero</u>	mulh, violenc, polit, trabalh, dia	2.2
<u>Pessoa com deficiência</u>	pesso, deficienc, trabalh, direit, vid	2.1
<b>Crédito financeiro</b>	banc, nord, econom, jur, trabalh	1.9
Meio ambiente	ambient, mei, ambiental, are, codig	1.8
Programas Federais	program, famil, bols, social, rend	1.7
<u>Educação Superior</u>	univers, educaca, ensin, curs, estud	1.7
<u>Questão hídrica</u>	agu, sec, nord, regia, municipi	1.6
<u>Saúde</u>	saud, hospital, atend, canc, doenc	1.5
Esporte	cop, mund, esport, futebol, estadi	1.4
<u>Medicina</u>	medic, saud, trabalh, program, atend	1.4
<u>Criança e Adolescente</u>	crianc, adolescent, violenc, direit, sexual	1.3
<u>Questão indígena</u>	indigen, terr, indi, pov, direit	1.2
Servidor Público	servidor, trabalh, servic, pec, direit	1.2
<b>Energia</b>	energ, eletr, consumidor, tarif, cont	1.1
Amazônia	amazon, manaus, zon, franc, regia	1.1
<u>Drogas e Violência</u>	drog, crack, pesso, usuari, saud	0.8
<u>Idoso e Previdência</u>	idos, aposent, pesso, trabalh, projet	0.8
<u>Questão racial</u>	negr, dia, polit, populaca, racial	0.7
<u>Estatuto da Juventude</u>	juventud, jovens, polit, direit, trabalh	0.5

Temas próprios da **Área Econômica** estão em negrito e temas próprios da Área Social estão sublinhados e em itálico.

Como se pode constatar, os discursos proferidos acessam temas que perduram ao longo das quatro legislaturas e são notoriamente reconhecidos como temas típicos da atividade política contemporânea em regimes democráticos, por exemplo: Educação e Saúde. Para ilustrar, o discurso proferido pela Deputada Teresa Surita PMDB-RR na 54<sup>a</sup> legislatura, ao acessar o tema da Educação destaca:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a realidade brasileira, sob os mais diversos aspectos, mudou profundamente ao longo dos últimos 20 anos, não só no setor econômico. Também na área educacional o País passou por uma vigorosa transformação. Tanto é verdade que cumprimos a meta MPC (Mundo para Crianças), ao registrar, em 2009, 91,1% de frequência de crianças no ensino fundamental. Apesar desse avanço, cerca de 2 milhões de crianças do ensino fundamental, de acordo com o IBGE, não sabem ler ou escrever. Sou Vice-Presidente da Comissão Especial encarregada de apreciar o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020<sup>47</sup>.(...)

Tratando do mesmo tema, O Deputado Luisinho PPB-RJ fez a seguinte fala na legislatura 51:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia do Professor, comemorado ontem em todo o território nacional, transcorreu em clima de grandes preocupações para uma categoria que sempre sofreu e continua sofrendo as consequências de uma política que ainda não conseguiu nortear os adequados rumos de tão nobre atividade. Manifestações de descontentamento foram registradas em diferentes pontos do território nacional, tendo como ponto culminante o incidente ocorrido aqui em Brasília, no Centro de Convenções, onde o Ministro da Educação não conseguiu concluir o pronunciamento em que manifestava a posição do Governo diante do grave problema<sup>48</sup>.(...)

Contudo, ganham destaque os temas de relevância contextual de cada legislatura. Temos, por exemplo, o Esporte na legislatura 54, o tema da Pesca na legislatura 53, discursos a respeito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) na legislatura 52 e falas sobre as negociações da Alca e os atentados de 11 de setembro de 2002 na legislatura 51. O Deputado Amauri Teixeira PT-BA se manifestou a respeito da Copa do Mundo realizada em 2014 no Brasil:

Sr. Presidente, inicialmente eu quero deixar registrado aqui o meu

<sup>47</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>48</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

discurso, o primeiro discurso sobre a Copa do Mundo, a Copa das Copas, em que faço uma série de considerações sobre os aspectos positivos de o Brasil estar realizando a Copa. O Brasil hoje é o centro do mundo. O mundo está voltado para o Brasil, 3 bilhões de pessoas estão nos assistindo. Há 1.300 empresas no Brasil, hoje, fazendo negócios, atraídas pela Copa. Ainda assim, há uma série de Deputados da Oposição com complexo de vira-latas, com mau agouro, achando que esse empreendimento é malfadado. Ao contrário, é um empreendimento bem-sucedido: nós gastamos 40 bilhões e vamos gerar 113 bilhões<sup>49</sup>. (...)

Na 53<sup>a</sup> legislatura, o Deputado Gladson Cameli PP-AC foi à tribuna tratar do tema da Pesca no cenário econômico e político nacional:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a realização da 3<sup>a</sup> Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca em Brasília é o coroamento de uma série de iniciativas de sucesso que consolidaram a pesca e seus profissionais em todo País. Sem embargo, a pesca e aquicultura no Governo Lula alcançaram o status de atividade econômica reconhecida oficialmente por sua importância estratégica e enorme perspectiva em termos de desenvolvimento e expansão. O Brasil parece mesmo disposto a apostar no setor que hoje, em termos mundiais, movimenta US\$150 bilhões e garante emprego a cerca de 35 milhões de trabalhadores. Basta lembrar que foi neste Governo onde foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura, ora com a autonomia político-administrativa e financeira necessárias para a elaboração e implementação de políticas públicas para o setor. Sem esquecer ainda da sanção da chamada Lei da Pesca, que conferiu aos pescadores, artesanais e industriais o reconhecimento oficial da profissão, com benefícios e direitos trabalhistas assegurados em lei<sup>50</sup>.(...)

No primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República, sendo o partido alvo da oposição o Deputado Eduardo Valverde tratou de defender a legenda:

Sr. Presidente, sou o Deputado mais assíduo desta Casa. Sempre que a Oposição se refere a algum fato, acusa o PT. Em nenhum momento, em meu discurso anterior, citei nominalmente os partidos de oposição. Falava isso de forma abstrata. Já não se pode mais admitir que, em toda a crítica que se faça, o PT seja apontado como responsável por mazelas por que o País passa. É necessário que haja respeito mútuo. Se a Oposição quer respeito, deve aprender a respeitar. O PT não é um partido que está governando o País por acaso, pois foram 24 anos de luta para se chegar a esta situação. E não podemos permitir que nosso nome seja conspurcado por falso discurso e por falsa moralidade<sup>51</sup>.(...)

<sup>49</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>50</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>51</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão

Por sua vez, na legislatura 51, ganhou relevância o tema do Terrorismo e ainda estavam em pauta as negociações a respeito da possível formação da Área Livre de Comércio entre as Américas (ALCA). Sobre o terrorismo e seus desdobramentos, a Deputada Luci Choinacki PT-SC fez o seguinte destaque na tribuna:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem, só não querem anunciar a realidade. O Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, e seus aliados sabem quais são as armas mais eficazes contra os condenáveis atos de terrorismo: distribuição de renda e riqueza, justiça social e respeito à soberania das nações e às diferentes raízes culturais e religiosas de todos os povos. Infelizmente, no atentado de 11 de setembro ocorreu a morte de milhares de civis. E esse fato, de imediato, tornou-se um verdadeiro divisor de águas na história, por sua relevância política<sup>52</sup>. (...)

Temos, portanto, os principais temas abordados pelos Deputados Federais ao discursar no Pequeno Expediente ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar. Convém ressaltar mais um vez que este leque aqui exposto não é exaustivo em sua precisão e acurácia, temas relevantes podem estar contidos no interior dos tópicos apresentados. No entanto, foi feita a escolha de limitar a quantidade de tópicos a um número coerente em relação à coesão dos discursos que o compõe. Logo, não se trata de apresentar uma classificação perfeita de tamanho volume de documentos, mas uma que seja válida e contribua para os objetivos desta pesquisa. Sendo assim, a seguir apresentam-se os demais resultados da validação realizada.

### **4.3 Validação**

Na seção anterior já é possível verificar o resultados de dois dos quatro procedimentos de validação: a leitura atenta de uma amostra aleatória dos discursos presentes em cada tópico para rotulagem adequada e a análise de raízes com a maior Informação Mútua em cada um dos tópicos. A seguir, portanto, o capítulo avança no sentido de avaliar a pertinência temporal dos tópicos e a ênfase temática esperada de alguns parlamentares de perfil amplamente conhecido pela sociedade brasileira e a ciência política nacional.

---

do orador.

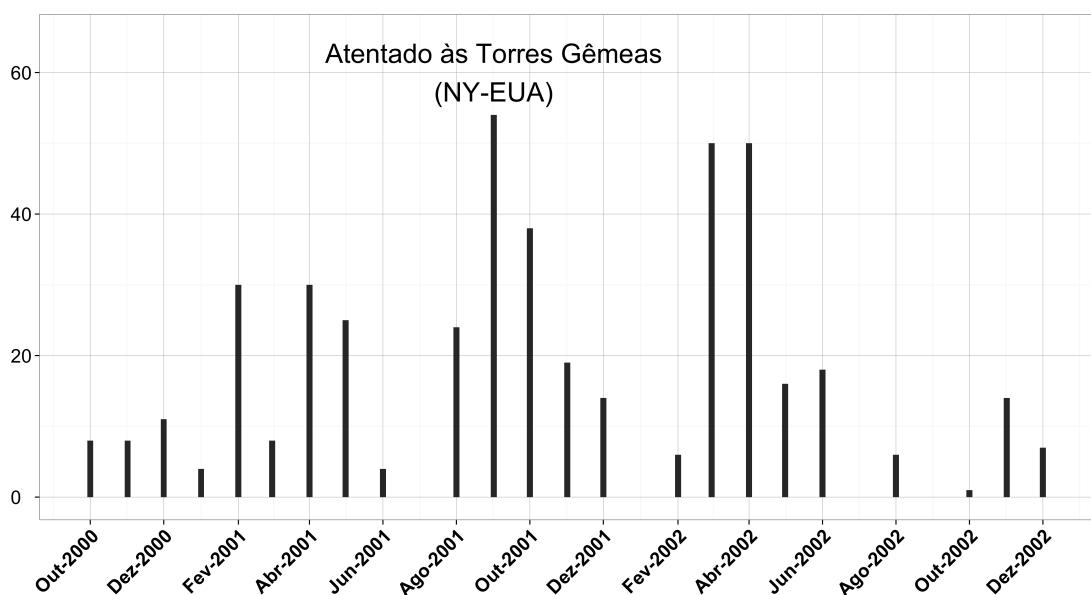
<sup>52</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

#### 4.3.1 Pertinência temporal de tópicos selecionados

É possível averiguar a validade de um tópico através de sua pertinência temporal. Verifica-se se os discursos relacionados a cada tópico estão em acordo com debates desenvolvidos ao longo da legislatura e, em especial, se condizem com a ocorrência de eventos exógenos à instância de produção do discurso. Através de temas selecionados, as Figuras 16, 17, 18 e 19, respectivamente referentes às legislaturas 51, 52, 53 e 54 ilustram quando estavam ocorrendo os pronunciamentos nelas classificados.

Na 51<sup>a</sup> legislatura, último mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardozo (FHC) o mundo viveu um dos maiores atentados terroristas da história, os ataques às Torres Gêmeas em Nova York nos Estados Unidos da América no dia 11 de setembro de 2001. Com projeção global e transmissão ao vivo da queda da segunda torre, os Deputados Federais brasileiros não deixaram de prestar sua solidariedade às vítimas e de realizar prognósticos a respeito da conjuntura internacional e do papel do Brasil diante desse acontecimento, conforme se vê na Figura 16.

Figura 16: Pronunciamentos classificados na categoria Alca e Terrorismo ao longo da 51<sup>a</sup>legislatura



O Deputado Federal Agnelo Queiroz PCdoB-DF, ao prestar solidariedade

às vítimas não deixa de destacar seu repúdio e preocupação a uma ofensiva estadunidense sobre o Afeganistão:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo assiste estarrecido a mais uma ameaça de guerra. Após os atentados do dia 11 de setembro em Nova Iorque e em Washington, que vitimaram milhares de vidas de inocentes, atos bárbaros e desmedidos que chocou todo o mundo, incontinenti vários países prestaram solidariedade aos Estados Unidos e aos familiares das vítimas. Esses atentados foram condenados de maneira unânime. É claro que os países exigem também que os criminosos que cometem tamanha barbaridade sejam julgados e paguem pelo crime brutal que cometem. Entretanto, Sr. Presidente, essa tragédia não pode servir de motivo para que se cometam outras tragédias, fazendo com que milhares de outros inocentes paguem por esses atos bárbaros. Estamos assistindo, de forma massiva, todos os dias, em todos os canais, sobretudo na CNN , ao estímulo à vingança e ao ódio, por meio de grande mobilização de uma máquina de guerra para atacar o Afeganistão. O Afeganistão é um país miserável, arrasado pela guerra, com 6 milhões de pessoas passando fome. Não é porque existe a suspeita de que o mentor do atentado esteja naquele país que o povo afegão terá de pagar por isso. Seria reproduzir o bárbaro e insólito episódio ocorrido nos Estados Unidos, condenado com veemência pelos povos do mundo inteiro. Seria reproduzir esse clima, se os Estados Unidos consumarem a intenção de atacar e matar milhares de pessoas inocentes, como forma de vingança e de expressão do ódio ao terrorismo<sup>53</sup>. (...)

De um outro ponto de vista, o Deputado Jair Bolsonaro PPB-RJ, valendo-se do contexto fez críticas ao governo e ao então Ministro da Defesa Geraldo Quintão:

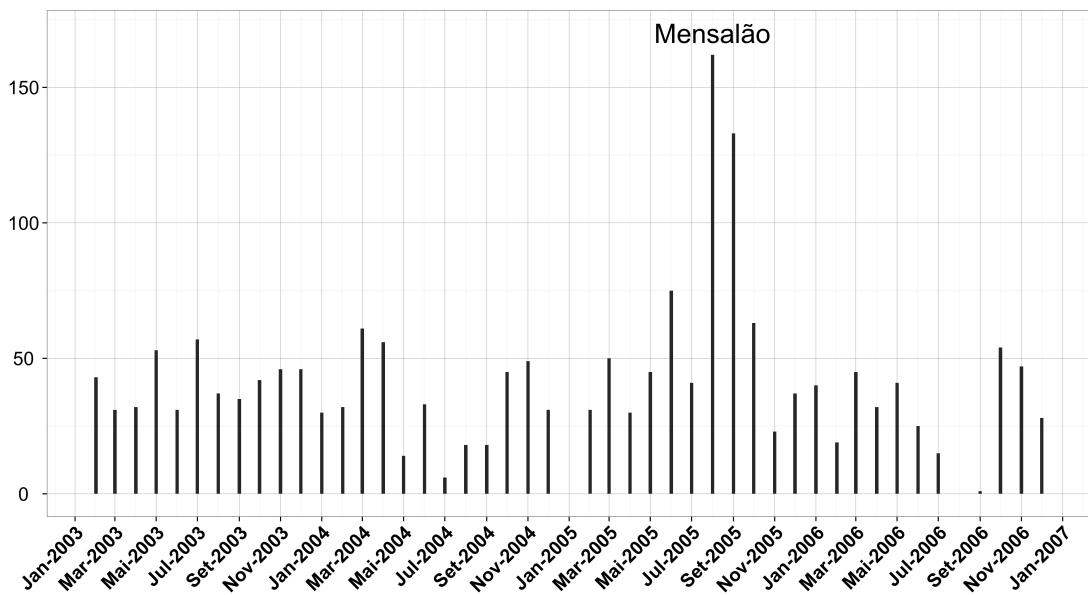
Sr. Presidente, no momento em que vivemos a possibilidade de guerra mundial, em que o Congresso americano anuncia investimentos de 300 bilhões de dólares na defesa do território, o Exército brasileiro vive séria crise financeira. Há alguns meses o Exército brasileiro gastava com a alimentação de seus recrutas jovens submetidos ao serviço militar obrigatório, filhos de pais humildes ou desempregados quarenta reais mensais, quantia que permitia o fornecimento de café da manhã, almoço e lanche, à tarde. A equipe econômica do Governo reduziu a verba para quinze reais mensais. Como se isso não bastasse, há aproximadamente trinta dias a equipe econômica determinou a redução desse valor, possivelmente por considerá-lo exagerado. (...) E, agora, o grande embuste: o Dr. Geraldo Quintão, nosso Ministro da Defesa, declarou ao jornal O Globo , edição de 21 de setembro, que o país está fazendo um novo exame das grandes linhas de planejamento estratégico brasileiro. Mas os nossos soldados nem sequer têm comida, Sr. Presidente! Disse ainda o Ministro da Defesa: Quintão disse que, assim como Alemanha e França formam o eixo central do processo de

<sup>53</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

construção de um mecanismo europeu de defesa, independente da Otan, países da América do Sul precisam decidir, com autonomia, suas prioridades. Ora, Dr. Quintão, a prioridade é comer. Nossos soldados estão aptos a combater no Afeganistão<sup>54</sup>. (...)

Em meados de maio de 2005 (52<sup>a</sup> legislatura), foi deflagrado o primeiro grande escândalo de corrupção do Governo Lula. Conhecido como Mensalão, o escândalo foi objeto da ação penal 470 movida pelo Ministério Públíco Federal e o Supremo Tribunal Federal, levando à condenação os mais importantes quadros políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros envolvidos. A despeito do argumento principal de que o esquema de corrupção se caracterizava pela compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional para apoio político, sua pauta trouxe à tona um amplo debate a respeito das regras que orientam o processo eleitoral brasileiro e, em especial, o financiamento de campanha. Este debate ganhou ênfase em agosto e setembro de 2005, conforme a presenta a Figura 17.

Figura 17: Pronunciamentos classificados na categoria Sistema Político ao longo da 52<sup>a</sup>legislatura



Este fato se tornou uma oportunidade para que críticos ao governo pudessem se expressar e, portanto, rechaçar a fama ética que até então o PT sustentava.

<sup>54</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

O Deputado Federal Ronaldo Caiado DEM-GO destacou a necessidade da reforma política ao criticar o governo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. sabem do trabalho que vários Parlamentares têm feito no sentido de promover uma verdadeira reforma política neste País. Já passamos por momentos difíceis e delicados. Assistimos hoje a algo jamais visto por este Parlamento. A situação chega a proporções que ninguém poderia imaginar. Pela primeira vez, há crise nos Poderes Executivo e Legislativo. Sem dúvida, a causa determinante, o fator principal de toda essa crise é o Poder Executivo, que teve condições de criar ramificações, como vasos comunicantes para o Congresso Nacional, para as estatais, para os Ministérios, comprometendo muito a maneira de fazer política no País<sup>55</sup>. (...)

Se, de um lado, a oposição não deixou a oportunidade passar, representantes do governo também foram à tribuna criticar os acontecimentos. O Deputado Federal André Costa PT-RJ, por exemplo, criticou declaração dada pelo então Presidente Lula a respeito do caixa 2 em campanhas eleitorais:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 3 meses, o País passa por grave crise política. A imprensa, de modo geral, tem-nos dado conhecimento de várias denúncias que afrontam diretamente a República e causam constrangimentos, podendo comprometer a governabilidade. No centro das denúncias estão esta Casa, o Governo Federal, os partidos políticos, notadamente o meu partido, o PT. O Partido dos Trabalhadores, depositário de ampla luta social pela igualdade, por justiça, por uma economia solidária no País, está frontalmente questionado em seu âmago, em sua razão existencial. Há 500 anos - não é novidade -, o povo brasileiro vive de ilusões, frustrações, esperanças e decepções. No entanto, o momento requer maior atenção. A história se repete, de fato, mas com maior virulência, pois ninguém podia imaginar que o Partido dos Trabalhadores, o Governo do trabalhador Luiz Inácio, rompendo com as estruturas oligárquicas da política brasileira, iria utilizar, em parte, os mesmos artifícios deploráveis da nossa velha política para manter-se no poder. Chamo a atenção de V.Exas. para os recentes discursos do Presidente Lula. Primeiro, em entrevista concedida em Paris - breve entrevista, rara nos últimos tempos -, o Sr. Presidente, que, assim como nós, Parlamentares do PT, foi eleito para mudar o modus operandi da nossa política, declara que faz parte da vida política o uso do caixa 2, portanto, admite a manutenção dessa prática deplorável, com a qual não concordo<sup>56</sup>.(...)

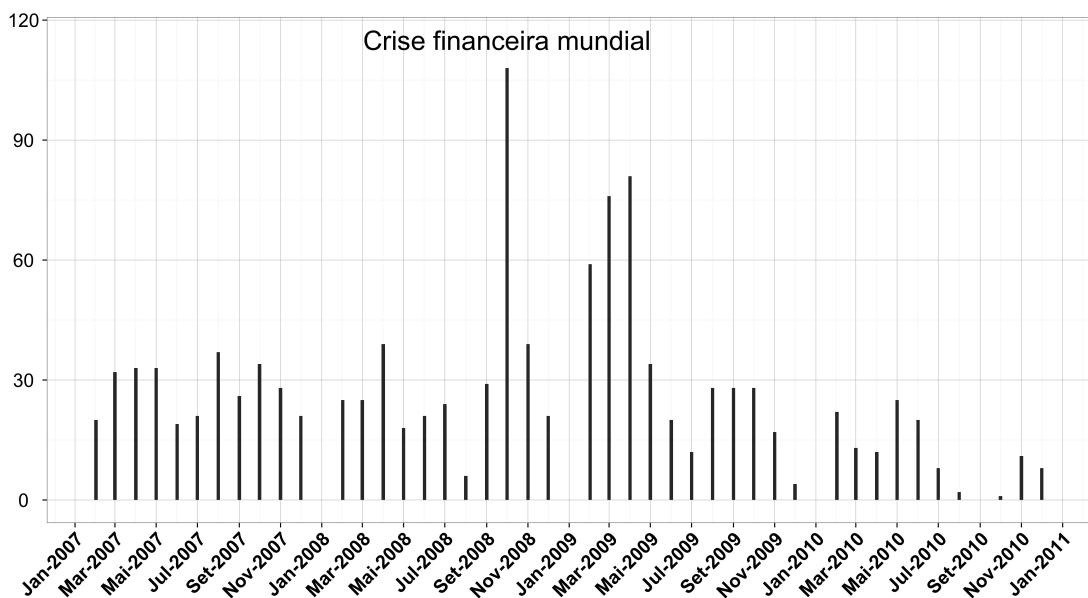
Na 53<sup>a</sup> legislatura, não resta dúvida de que um dos principais eventos externos à atividade parlamentar brasileira foi a grave crise financeira mundial

<sup>55</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>56</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

com estopim em 2008. Se no ano de 2016, ainda há resquícios de recessão econômica no mundo e no Brasil, naquele momento eram incertos os desdobramentos dos efeitos da crise no país e quais seriam as providências a serem adotas. No entanto, em outubro de 2008, já se estabelecia um diagnóstico a respeito de sua gravidade. Como se pode ver na Figura 18, nesse momento os parlamentares brasileiros foram à tribuna externar suas convicções, preocupações e avaliações a respeito do quadro econômico e político.

Figura 18: Pronunciamentos classificados na categoria Economia ao longo da 53<sup>a</sup>legislatura



O Deputado Eduardo Valverde PT-RO, tratou de se manifestar a respeito da crise e de destacar o seu uso pela oposição com o objetivo de evidenciar uma estratégia em curso que visava o pleito eleitoral de 2010:

Sr. Presidente, a única condição de a Oposição ter um nome competitivo, em 2010, será a de as crises brasileira e internacional se agravarem. Por isso que os oposicionistas apostam na crise. Aliás, esse comportamento não é recente. Eles fizeram o mesmo em 2002, na véspera das eleições presidenciais. Naquela ocasião, criaram um clima de instabilidade no País, o que fez com que o Risco Brasil ultrapassasse 2 mil pontos e a dívida pública, em razão do risco da dívida interna, quase chegasse aos 60% do PIB. Não foi à-toa que Mário Amato, em 2001, disse - no intuito de amedrontar a população brasileira a não votar no Lula - que se Lula ganhasse as eleições mais de 3 mil empresários iriam embora do Brasil. Então, a crise não interessa ao Partido dos Trabalhadores. Ao contrário, a estabilidade gera renda para os

trabalhadores, segura o salário, aumenta poder de compra. Temos demonstrado competência na gestão econômico-financeira, apesar de alguns fundamentos macroeconômicos herdados do Governo passado<sup>57</sup>. (...)

O Deputado Paulo Bornhausen DEM-SC, opositor ao governo, apresentou seu prognóstico e destacou sua indignação à reação do então Presidente Lula a respeito dos efeitos da crise econômica:

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, nós todos, estamos voltando de uma eleição. Durante o processo eleitoral, eclodiu uma crise anunciada no mundo. Aqui no Brasil, o Presidente da República desdenhou seguidamente dos acontecimentos. Falou S.Exa. em marola, que era uma pequena crise e que não chegaria ao País. Pois bem. A crise chegou. A crise está estampada na medida provisória que vamos votar, que concede auxílio aos bancos. Mas ela pode piorar, e muito, se o Brasil não tomar determinadas medidas. O mais importante é que não são medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo, porque as medidas necessárias não virão do Executivo. Será o Congresso Nacional o fórum das discussões<sup>58</sup>. (...)

Por fim, a paixão brasileira pelo futebol somada à escolha do país para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014 e a Copa das Confederações FIFA de 2013 produziu efeitos sobre toda atividade política nacional. Além da previsão de investimentos em transporte e infraestrutura, a atividade legislativa federal contou com a necessidade de produzir ordenamento jurídico específico para a realização do evento. Ainda assim, a atividade parlamentar a seu respeito não se restriu à aprovação de dispositivos legais para sua realização. Conforme a Figura 19, apresenta, em 2012, para aprovação da Lei Geral da Copa (lei ordinária 12.663/12), mas, sobretudo, em 2014, ano do evento, as falas proferidas no Pequeno Expediente trataram de destacar a temática do Esporte, a relevância da Copa do Mundo em território Nacional e seus efeitos políticos.

O Deputado Federal Chico Lopes PCdoB-CE, por exemplo, destacou em discurso pronunciado no Pequeno Expediente a sua indignação em relação ao tratamento recebido pela Presidenta da República Dilma Vana Rousseff na abertura do evento:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados

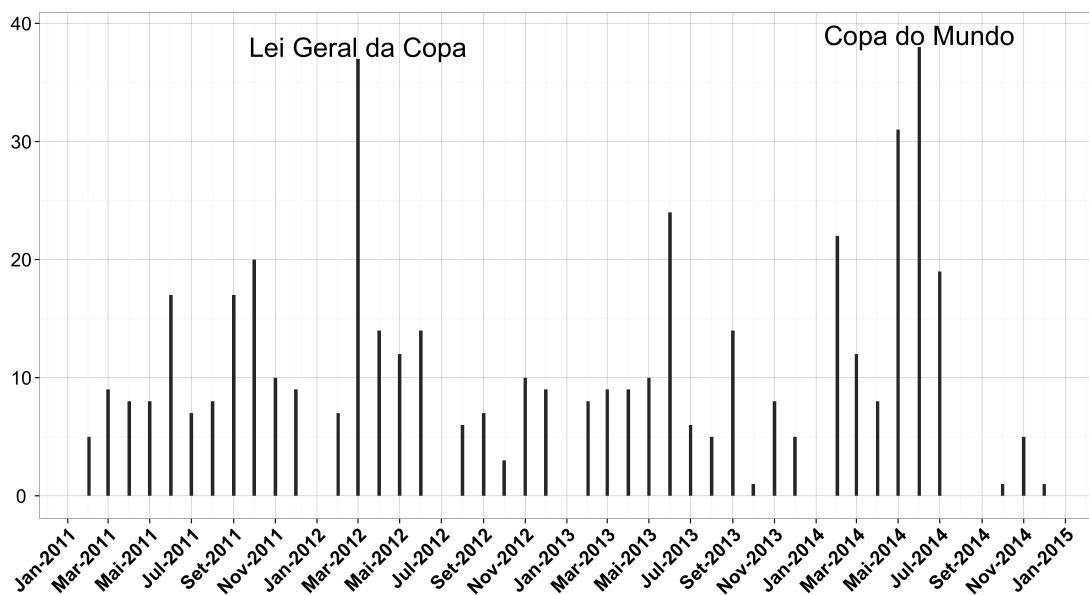
---

<sup>57</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>58</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

que nos honram com a sua presença: Fiquei estarrecido e não acreditei no que ouvi e vi. Se fosse um homem que tivesse feito aquilo, diriam que era machismo, mas foram senhoras da alta sociedade, foi um grupo seletivo que assistia à solenidade de abertura da Copa do Mundo que se dirigiu à Presidente da República com palavras de baixo calão, o que não podemos aceitar. Pedimos ao Ministério da Justiça que procure aprofundar a investigação para saber quem é quem naquela história<sup>59</sup>. (...)

Figura 19: Pronunciamentos classificados na categoria Esporte ao longo da 54<sup>a</sup> legislatura



Outros parlamentares, como o Deputado Federal Giovani Cherini PDT-RS, trataram de avaliar e questionar os efeitos políticos da Copa do Mundo no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu, como tantos brasileiros, tenho ouvido de Norte a Sul do Brasil aqueles que começam a querer misturar futebol com política. De 2 em 2 anos nós temos eleições e de 4 em 4 anos nós temos Copa do Mundo. Eu não consigo entender como é que, se o Brasil ganhar, vai se favorecer este ou aquele candidato. E as ilações são de toda ordem. Quero dizer que, como brasileiro, eu me orgulho muito de a Copa do Mundo ser aqui no Brasil, fosse em qualquer Governo, porque, 3 dias depois, se o Brasil for campeão ou perder a Copa, nós voltaremos com a página política, e o assunto da Copa do Mundo ficará para o futebol<sup>60</sup>. (...)

<sup>59</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>60</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

A realização da Copa do Mundo não foi somente objeto de embate e foco das falas dos Deputados Federais, como seu desfecho também serviu de matéria prima para a construção de discursos associados à disputa política, como é o caso do discurso do Deputado Federal Izalci PSDB-DF no trecho abaixo:

(...) As políticas públicas brasileiras não contribuem em nada para a melhoria do futebol brasileiro ou outros esportes como as Olimpíadas. Por quê? Porque não investimos, não temos organização nas escolas, nas faculdades, nas universidades. Então, o modelo do nosso futebol está falido, assim como o modelo econômico deste Governo. É exatamente a mesma coisa. Nós não temos hoje, no Brasil, um trabalho de planejamento. O futebol brasileiro, a Seleção Brasileira reúne-se 40 dias antes da Copa, joga tudo ali, e fazem uma propaganda danada. É mais uma ação muito parecida com a do Governo. Na televisão, na propaganda, o Brasil já era campeão antes de começar o torneio. O próprio Parreira disse que o Brasil já era campeão antes de começar! Ele garantia isso! É mais ou menos o que acontece com o Governo. Na televisão está tudo maravilhoso, mas na prática, 7 a 1 para a Alemanha<sup>61</sup>. (...)

Nessa seção foram destacados exemplos de como o *expressed agenda model*, classificou de forma satisfatória discursos que trataram de temas relevantes ao longo das legislaturas analisadas. Ademais, através da classificação verificou-se que é possível identificar a pertinência temporal de determinado tema nas falas proferidas pelos Deputados Federais no Pequeno Expediente. Para finalizar a validação dos resultados do modelo, na próxima seção serão verificadas as ênfases temáticas de parlamentares cujo perfil é notoriamente conhecido pela sociedade e pela ciência política brasileira.

#### 4.3.2 Ênfase temática de Deputados Federais selecionados

A principal contribuição do *expressed agenda model* em comparação com as demais metodologias utilizadas na classificação de conteúdo de forma não supervisionada é sua estrutura hierárquica que permite identificar a ênfase de temática de autores<sup>62</sup>. Por tal razão, como última estratégia de validação dos

<sup>61</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>62</sup>No primeiro Hackathon da Câmara dos Deputados, realizado no mês de outubro de 2013, foi desenvolvida uma aplicação *web* que permite ao usuário saber qual tema cada Deputado Federal mais enfatizou em seus discursos e ainda qual a importância daquele tema para um determinado parlamentar quando comparado aos demais. O projeto Retórica Parlamentar, assim denominado, foi desenvolvido pelo autor desta tese, pelo Doutor em

resultados obtidos pelo modelo para as legislaturas analisadas, foram averiguadas as ênfases temáticas de Deputados Federais cujo perfil é amplamente difundido e conhecido na ciência política nacional. O objetivo desta seção é verificar se a ênfase temática dos discursos proferidos no Pequeno Expediente pelo Deputado Federal Romário PSB-RJ na 54<sup>a</sup> legislatura, pelo Deputado Federal Vicentinho PT-SP na 53<sup>a</sup> legislatura, pela Deputada Federal Kátia Abreu DEM-TO na 52<sup>a</sup> legislatura e pelo Deputado Federal Ivan Valente PT-SP na 51<sup>a</sup> legislatura corresponde a seu perfil de atuação.

O Deputado Federal Romário PSB-RJ é conhecido em todo o país em função de sua atuação como jogador de futebol e, principalmente, por ser um dos grandes jogadores na Copa do Mundo FIFA de 1994, quando a seleção brasileira ganhou o seu tetracampeonato sobre a seleção italiana. Sua fama e reconhecimento são atributos que contribuiram nitidamente para seu desempenho eleitoral no Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2010. Eleito, teve seu primeiro mandato como parlamentar durante a 54<sup>a</sup> legislatura, concorrendo posteriormente de forma vitoriosa ao Senado Federal.

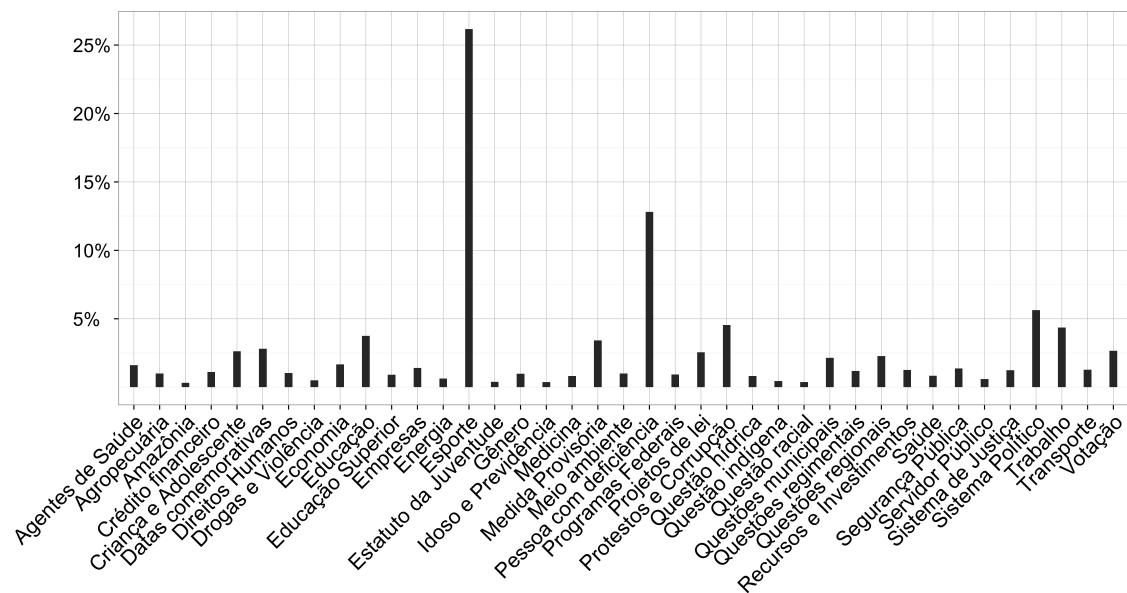
Durante seu mandato enquanto Deputado Federal, o ex-jogador Romário elegeu dois grandes temas para sua atuação: o esporte e as pessoas com deficiência. Foi vice-líder de sua legenda partidária e ocupou postos nas comissões de Turismo, Educação, de Legislação Participativa e do Esporte. Além disso também foi membro de duas comissões especiais, a comissão de Educação sem uso de Castigos Corporais e a comissão de Copas do Mundo e das Confederações. Foi autor de 21 projetos de lei, entre eles o PL4129/12 que institui a Semana Olímpica nas Escolas Públcas e o PL 7916/14 que dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Ao longo da 54<sup>a</sup> legislatura, o Deputado Federal Romário PSB-RJ realizou 26 pronunciamentos no Pequeno Expediente e a figura 20 apresenta

---

Ciência Política, Manoel Galdino, e por Luis Carli, doutorando em Visualização de Dados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade de São Paulo. Agradeço a eles por terem atendido a meu convite e pelo fantástico trabalho que desenvolveram durante a maratona. O projeto original pode ser visto em: <http://www.retoricaparlamentar.com>. E, felizmente, a equipe do Laboratorio Hacker e do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados deu continuidade ao projeto: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas/retrorica-parlamentar/aplicativo-retrorica-parlamentar> e <http://retrorica.labhackercd.net/dashboards/565350514f662d230f8b2a25>.

a ênfase temática de seus discursos estimada em conjunto com a dos demais oradores desta legislatura.

Figura 20: Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Romário PSB-RJ na 54<sup>a</sup> legislatura



Como se pode constatar, as falas proferidas pelo Deputado Federal Romário PSB-RJ possuem nítida relação com a sua atuação legislativa. Em discurso realizado em 12 de dezembro de 2012, o parlamentar mostra-se preocupado com o noticiário a respeito da organização para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014:

Boa tarde, Sr. Presidente, todos os presentes na Casa, Sras. e Srs. Deputados. Vésperas da realização da Copa das Confederações, que antecede a Copa do Mundo de 2014, o nosso futebol tem ocupado o noticiário nacional e até internacional. Mas, infelizmente, não pelos motivos que gostaríamos. E o problema maior nem é o desempenho da nossa Seleção, que, apesar de contar com bons jogadores e até alguns craques, não teve um desempenho satisfatório sob o comando do técnico que antecedeu o atual, o Felipão. O problema maior, o mais preocupante, são as denúncias de irregularidades na exploração e administração do futebol brasileiro pela CBF. A Folha de S.Paulo noticiou, recentemente, que empresas de um amigo de Ricardo Teixeira, ex-Presidente da CBF, teriam sido beneficiadas em um contrato de patrocínio da entidade com a companhia aérea TAM<sup>63</sup>.(...)

<sup>63</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

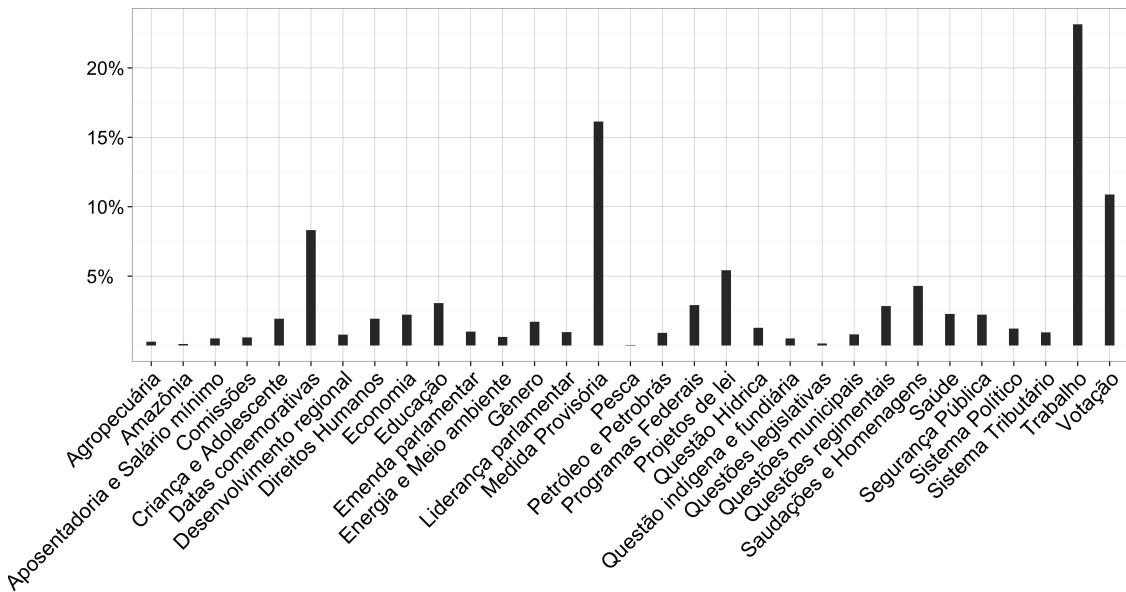
O Deputado Federal Vicentinho PT-SP, tem trajetória política vinculada à histórica luta dos metalúrgicos do Grande ABC Paulista. Como metalúrgico, iniciou sua carreira em 1974 como Apontador na empresa Mineração Maracajá do Nordeste Ltda., localizada em Acari-RN, finalizando-a como Controlador de Usinagem na Mercedes Benz do Brasil S.A em São Bernardo do Campo - SP. Como militante político, ocupou diversos cargos no Sindicato dos Metalúrgicos até se tornar presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo - SP e posteriormente da Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Seu primeiro mandato como Deputado Federal foi em 2003 pelo Estado de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores (PT), e atualmente está em seu quarto mandato.

Na 53<sup>a</sup> legislatura como titular ou suplente ele compôs diferentes comissões, entre elas: a comissão de Desenvolvimento Urbano, a de Direitos Humanos e Minorias, a de Legislação Participativa, a do Trabalho, Administração e Serviço Público e Turismo e Desporto. Foi autor de quatro propostas de emenda à constituição (PEC 318/08, a PEC 339/09, a PEC 526/10 e a PEC 529/10), um projeto de lei complementar (PLP 26/07) e de mais de 25 projetos de lei ordinária. Compôs distintas Frentes Parlamentares e proferiu 237 discursos no Pequeno Expediente. A figura 21 apresenta a ênfase temática de suas falas.

As falas proferidas pelo Deputado Federal Vicentinho PT-SP na 53<sup>a</sup> legislatura focam especialmente no tema rotulado como Trabalho. Para ilustrar inclusive como sua ênfase temática discursiva está atrelada à sua atividade legislativa, em outubro de 2008 o Deputado foi à tribuna para tratar de projeto de lei de sua autoria:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre o Projeto de Lei n 1.621, de 2007, de minha autoria, que dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista. Elaborado com base nos debates nos locais de trabalho, nas organizações dos trabalhadores, sobretudo nos sindicatos filiados à Central dos Trabalhadores, esse projeto obteve posterior aceitação e apoio de todas as centrais sindicais devido à sua condição, força e coerência em defesa da dignidade dos trabalhadores. O referido projeto de lei conta com o apoio inclusive de sérios empresários deste País, que não querem fazer da terceirização espaço de redução de direitos, de precarização das condições de trabalho e muito menos aceitam a malandragem de muitos que usam a terceirização como mecanismo de exploração mais aguçada na relação entre capital e

Figura 21: Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Vicentinho PT-SP na 53<sup>a</sup> legislatura



trabalho<sup>64</sup>. (...)

A Deputada Federal Kátia Abreu DEM-TO (antigo PFL), tem trajetória diretamente atrelada ao agronegócio, tendo sido Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins entre 1996 e 2002. Atualmente está em seu segundo mandato como senadora, mas foi Deputada Federal Suplente na legislatura 51 e titular na legislatura 52. Na 52<sup>a</sup> legislatura, foi titular nas comissões de Agricultura e Política Rural, Agricultura, Pecuária, de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e foi suplente nas comissões de Amazônia e Desenvolvimento Regional, de Desenvolvimento Urbano e Interior, de Finanças e Tributação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Seguridade Social e Família. Também participou como titular das seguintes comissões especiais: Ano da Mulher, Crise da Parmalat, entre outras. E compôs a Frente Parlamentar da Agricultura, a Bancada Feminina do Congresso e a Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública.

Entre 2003 e o final de seu mandato em 2007, foi autora de 12 projetos de lei ordinária e fez 36 pronunciamentos no Pequeno Expediente. Como apresenta

<sup>64</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

a Figura 22, seu principal foco temático ao discursar foi o que tratou de questões relativas à Agropecuária. Ao tratar desse tema, apresentava demandas de interesse de grandes produtores rurais como no trecho abaixo de seu discurso em junho de 2005:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assistimos, no dia 31 de maio, a uma grande mobilização nacional dos produtores rurais em relação à comercialização da safra 2004/2005. Dela participaram agricultores dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso e de todos os rincões do Brasil afora onde se produzem grãos, especialmente as 5 commodities mais importantes. Houve reclamações e protestos contra o alto custo da produção de grãos e a redução brutal dos preços dos nossos produtos. Um dos produtos com maior custo na produção brasileira são os defensivos agrícolas: herbicidas e inseticidas. Somente para a produção de soja eles significam 30%; para a de algodão, 50%. Os herbicidas, na Argentina, são 41% mais baratos do que no Brasil, e os inseticidas, 25%. Apenas com essa diferença de preços, há um acréscimo no custo das lavouras brasileiras de 642 milhões de reais. Sr. Presidente, encaminho à Mesa pedido de informações aos Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre tema da maior importância para o agronegócio nacional, que poderá, se o Governo agir rapidamente, aliviar enormemente os custos da produção das principais commodities brasileiras<sup>65</sup>.(...)

Por fim, na 51<sup>a</sup> legislatura foi escolhido o Deputado Federal Ivan Valente PT-SP. Ele é ex-Deputado Estadual pelo PT e segue Deputado Federal pela quinta vez consecutiva. Ivan Valente deixou o PT em 2005, quando se filou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) onde permanece filiado. É formado em Matemática e Engenharia Mecânica e também atuou como professor na rede pública dos Estado de São Paulo, tendo publicado inclusive um livro nesta temática intitulado "Educação e políticas públicas"<sup>66</sup>.

Como Deputado Federal na 51<sup>a</sup>legislatura compôs diferentes comissões, foi autor de uma proposta de emenda constitucional (PEC 469/01), cujo texto dispõe sobre a expansão do ensino superior público, e de mais de seis projetos de lei ordinária. Ao longo deste seu mandato, realizou 48 discursos no Pequeno Expediente, enfatizando, em sua maior parcela, a temática da Educação, conforme apresenta a Figura 23.

---

<sup>65</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

<sup>66</sup>VALENTE, Ivan; ARELANO, Liste. Educação e políticas públicas. São Paulo: Xamã, 2002. 134 p.

Figura 22: Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pela Deputada Federal Kátia Abreu DEM-TO na 52<sup>a</sup> legislatura

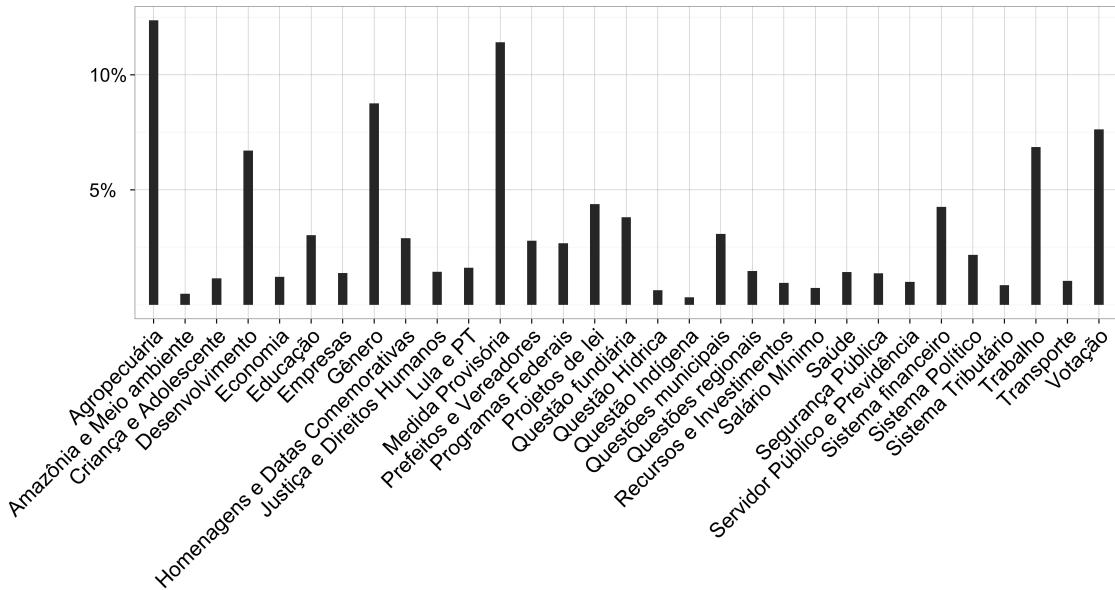
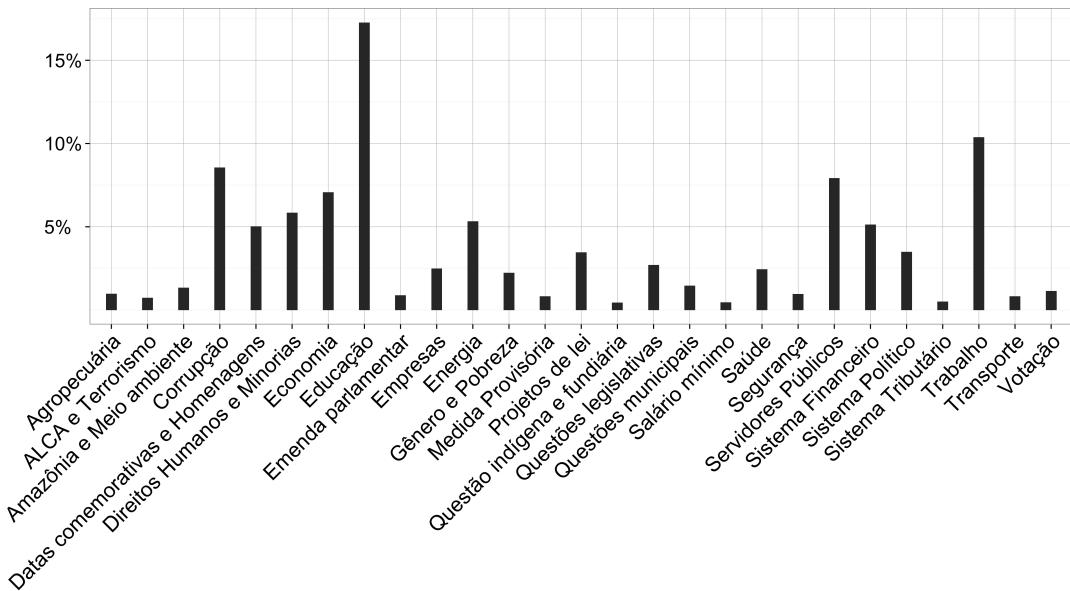


Figura 23: Ênfase Temática dos Pronunciamentos realizados pelo Deputado Federal Ivan Valente PT-SP na 51<sup>a</sup> legislatura



Ao tratar sobre a temática da Educação, sendo oposição ao Governo FHC, o Deputado Federal Ivan Valente PT-SP tratava de apontar críticas às medidas adotadas pelo governo. Para ilustrar, abaixo é apresentado um trecho de discurso

realizado em junho de 2001":

Sr. Presidente, jornais de hoje nos dão conta de que foi publicada no Diário Oficial da União portaria do Ministério da Educação que suspende a criação de cursos e faculdades. Em primeiro lugar, tem havido uma avalanche de denúncias sobre universidades, faculdades e institutos de ensino superior que funcionam sem nenhuma qualificação sem aulas , embora autorizados pelo MEC. Isso demonstra que o ensino superior virou um grande comércio. Em segundo lugar, mais de 6 mil processos esperam para ser analisados pelo Conselho Nacional de Educação, que funciona junto ao MEC. E é interessante que o Ministério da Educação resolva suspender agora a criação de cursos e faculdades. Depois de arrombada a porta, coloca-se a tranca<sup>67</sup>. (...)

A ênfase temática dos Deputados Federais identificada pelo *expressed agenda model* e ilustrada com a apresentação dos resultados para esses quatro exemplos indica mais um vez que os modelos estimados são satisfatórios e permitem seguir com o objetivo da pesquisa em analisar a atividade parlamentar fora dos constrangimentos institucionais do processo decisório.

#### 4.4 Conclusão

Os resultados aqui apresentados são o princípio de uma profícua agenda de pesquisa no campo dos estudos legislativos no Brasil. O *expressed agenda model* aplicado aos discursos realizados ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar suscita inúmeras questões diretamente atreladas a seu conteúdo e seu possível desdobramento sobre a dinâmica política nacional.

Longe de ser um fim em si mesmo, o mapeamento de tamanho volume de pronunciamentos pode ser agora utilizado como suporte para pesquisas que não tenham como objeto principal a análise substantiva dos pronunciamentos proferidos. Novas pesquisas podem se valer dos resultados aqui apresentados para tratar de outras dimensões da atividade legislativa ainda pouco exploradas pela ciência política nacional.

Avançando numa das inúmeras possibilidades de análise que esses resultados permitem, no próximo capítulo são analisados os padrões de ênfase temática

---

<sup>67</sup>Discurso presente na página da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), sem revisão do orador.

da fala dos Deputados Federais. Seu objetivo é identificar como se distinguem os parlamentares brasileiros em relação às diferentes agendas políticas proferidas em plenário uma vez que se encontram fora dos constrangimentos institucionais do processo decisório e no momento em que não estão necessariamente submetidos ao domínio de agenda promovido pelo Poder Executivo.

## 5 Padrões de ênfase temática dos Deputados Federais

### 5.1 Introdução

No Capítulo 4 foram apresentados os resultados do *expressed agenda model* aplicado aos discursos realizados ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar. Nele estão relacionados os principais temas enfatizados pelos Deputados Federais (Tabelas 9, 10, 11 e 12), suscitando inúmeras questões a respeito da estratégia de comunicação empreendida pelos oradores. Tais resultados podem se configurar tanto em variáveis dependentes a serem explicadas, como em preditores que contribuem com o entendimento sobre alguma questão específica.

Com o objetivo de elucidar padrões gerais desta atividade parlamentar ainda pouco explorada na ciência política nacional, especialmente através do uso e aplicação da análise automatizada de conteúdo, neste capítulo optou-se por utilizar os resultados do *expressed agenda model* como variáveis dependentes a serem abordadas duas maneiras. Primeiro, verificando se a estratégia de comunicação dos parlamentares resulta numa robusta concentração temática e de que modo ela se configura. Segundo, dada a heterogeneidade ou homogeneidade da distribuição temática das falas dos Deputados Federais, compreender como se diferenciam diante de duas áreas bastante recorrentes no debate político: a agenda social *versus* a agenda econômica.

### 5.2 Mapeando estratégias de comunicação

Foi apresentado no Capítulo 1 que a literatura sobre a atividade parlamentar brasileira destaca a legenda partidária e a UF do Deputado Federal como variáveis essenciais na explicação de seu comportamento sob o processo decisório. Convém, portanto, investigar se é possível identificar eventuais padrões de atividade nos resultados obtidos através do *expressed agenda model* levando em consideração tais variáveis. Visto que o *expressed agenda model* permite identificar

a ênfase dedicada por cada orador a cada um dos  $k$  temas presentes numa legislatura, pode-se agregar os parlamentares conforme sua legenda partidária e sua UF com esse objetivo.

As Figuras 24, 25, 26 e 27 apresentam a distribuição da ênfase temática de cada legenda partidária calculada a partir da ênfase temática de seus Deputados Federais. Quanto mais escuro, maior é a ênfase temática dos parlamentares da respectiva legenda partidária a um tópico abordado na legislatura. Quanto mais claro, menor foi a dedicação dos Deputados Federais da legenda sobre o tema. Pelas linhas, portanto, é possível ter a visualização da ênfase partidária dedicada a todos os temas abordados na legislatura. Por sua vez, pelas colunas é possível perceber a dedicação dos partidos a um tema específico.

Assim, seja  $n$  a quantidade de parlamentares de uma determinada legenda  $i$ ,  $k$  o índice dos tópicos de um legislatura específica e  $j$  o índice de cada parlamentar. A ênfase dedicada pela legenda partidária  $i$  ao tópico  $k$  é dada por uma média simples, conforme a Equação 6 apresenta.

$$\hat{\text{Ênfase}}_{Partido_{i,k}} = \frac{1}{n_i} \sum_{j=1}^{n_i} \hat{\text{Ênfase}}_{Deputado_{j,k}} \quad (6)$$

Com o mesmo objetivo, a Equação 6 é utilizada para identificar a ênfase temática segundo as Unidades Federativas de cada Deputado Federal. As figuras 28, 29, 30 e 31 apresentam esse resultado.

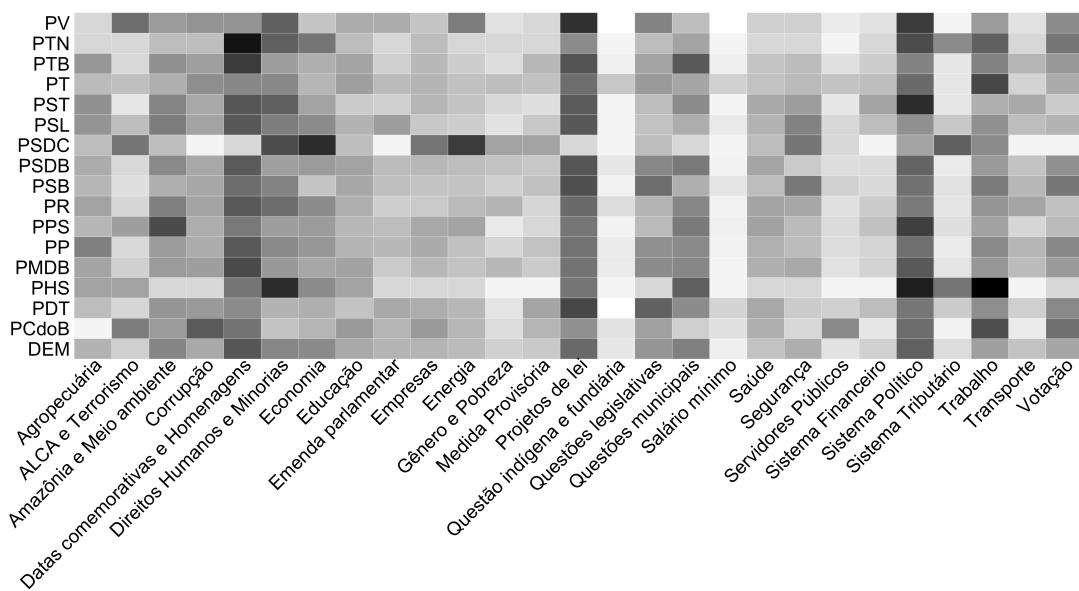
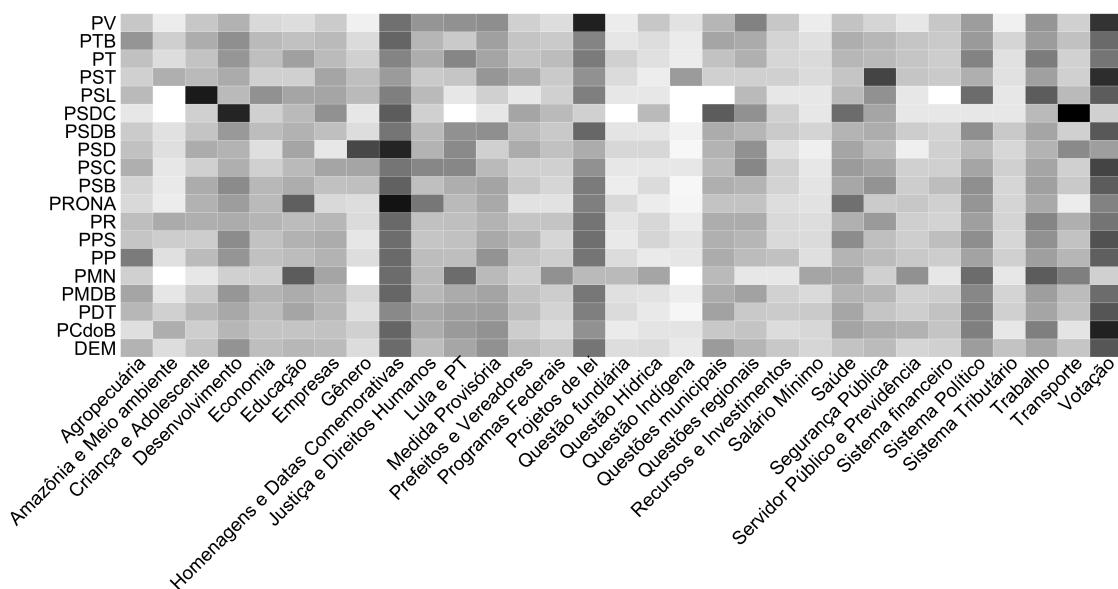
Figura 24: Ênfase temática por Legenda Partidária na 51<sup>a</sup> LegislaturaFigura 25: Ênfase temática por Legenda Partidária na 52<sup>a</sup> Legislatura

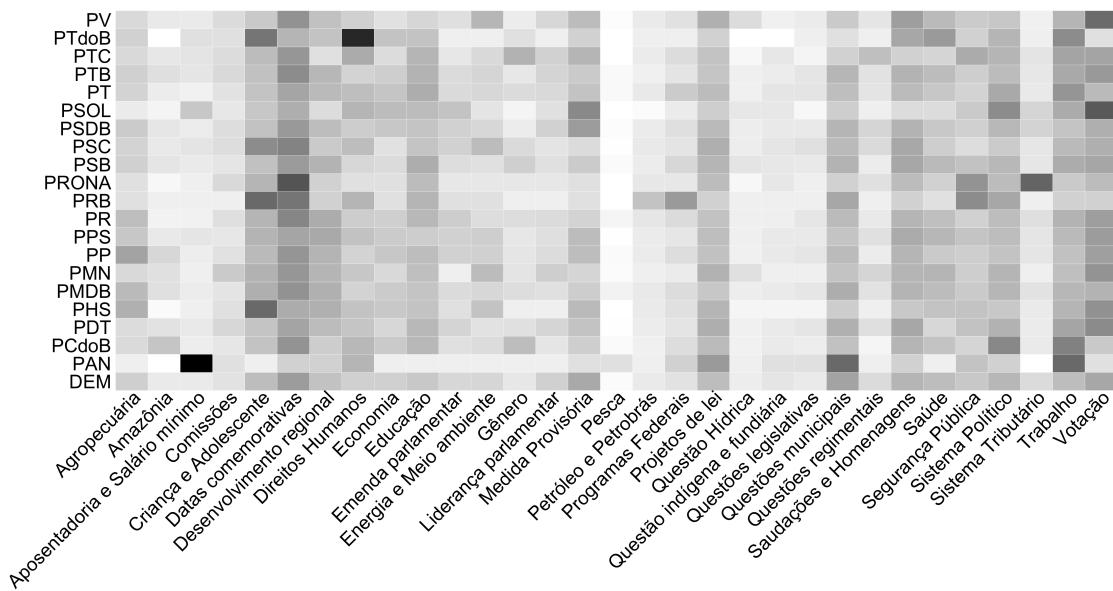
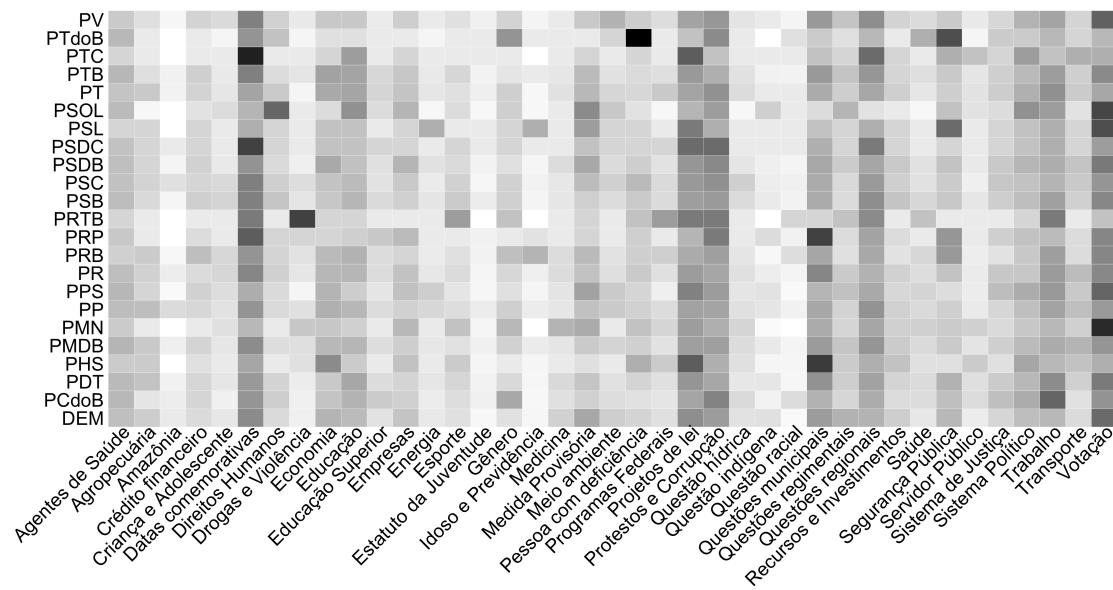
Figura 26: Ênfase temática por Legenda Partidária na 53<sup>a</sup> LegislaturaFigura 27: Ênfase temática por Legenda Partidária na 54<sup>a</sup> Legislatura

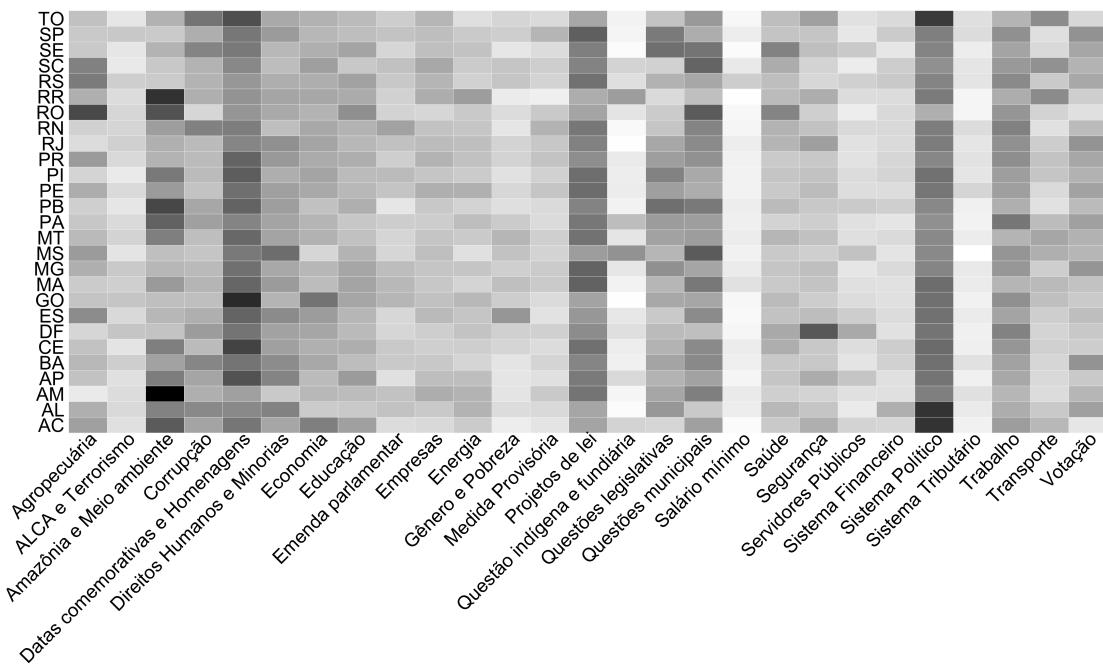
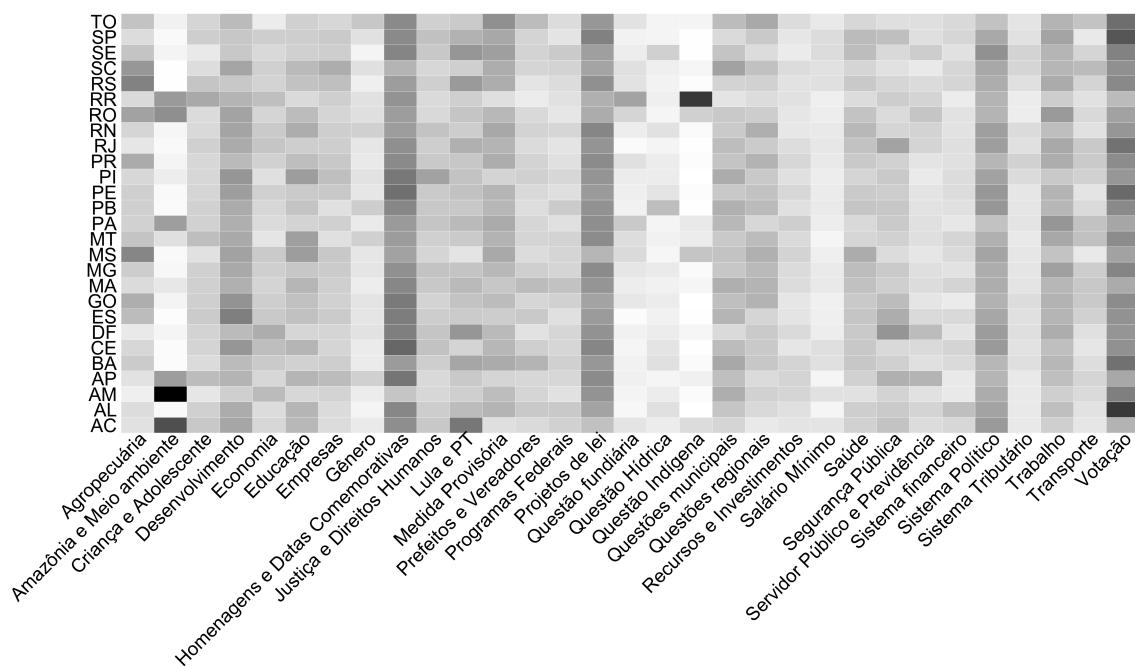
Figura 28: Ênfase temática por Unidade Federativa na 51<sup>a</sup> LegislaturaFigura 29: Ênfase temática por Unidade Federativa na 52<sup>a</sup> Legislatura

Figura 30: Ênfase temática por Unidade Federativa na 53ª Legislatura

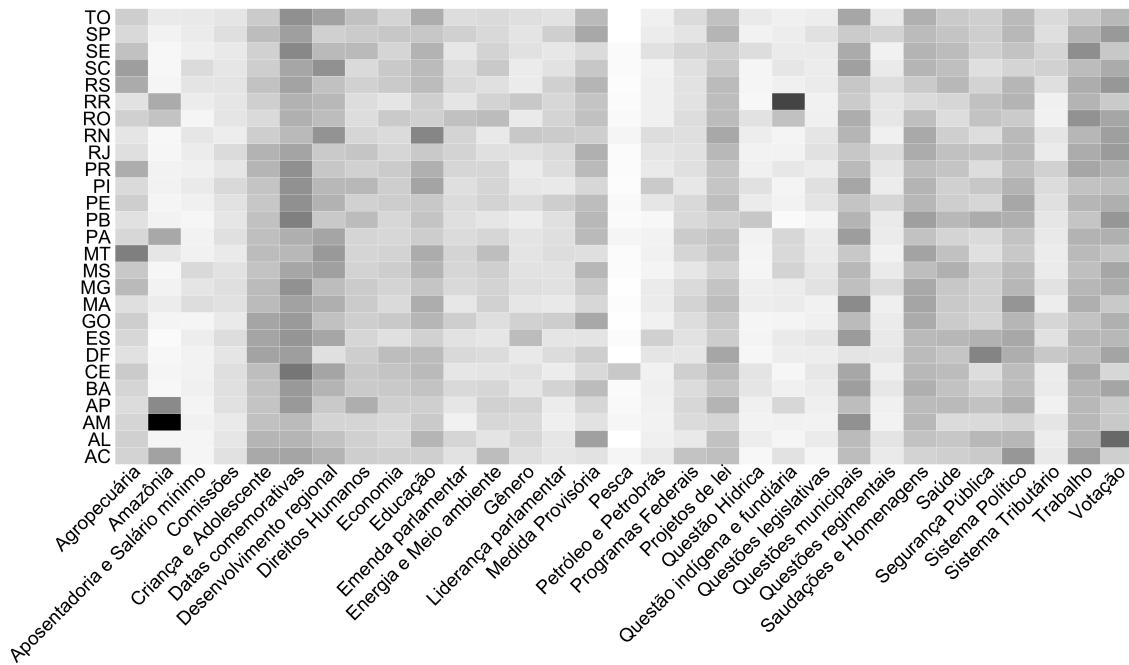
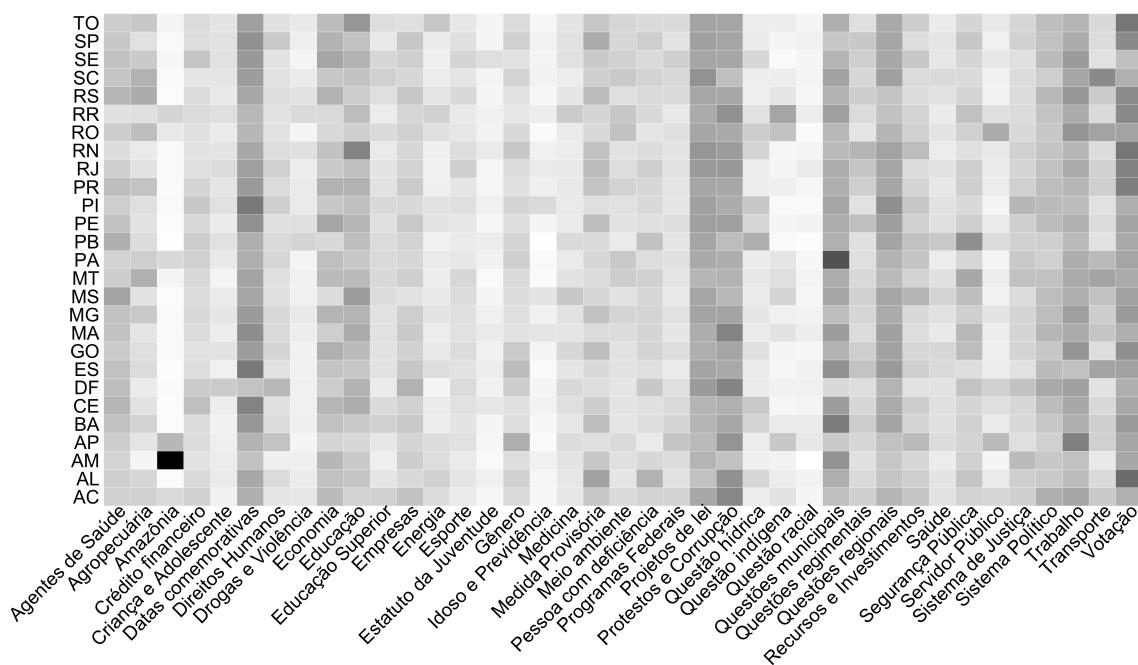


Figura 31: Ênfase temática por Unidade Federativa na 54ª Legislatura



Apesar de eventuais conclusões que podem advir das visualizações apresentadas, como o padrão de ênfase temática dos Deputados Federais do Estado do Amazonas ao longo de todas as legislaturas analisadas e a do PAN na 53<sup>a</sup> legislatura, a agregação dos parlamentares por legenda partidária ou UF não reduz consideravelmente a dimensionalidade do quadro e não permite o diagnóstico de padrões gerais de ênfase temática.

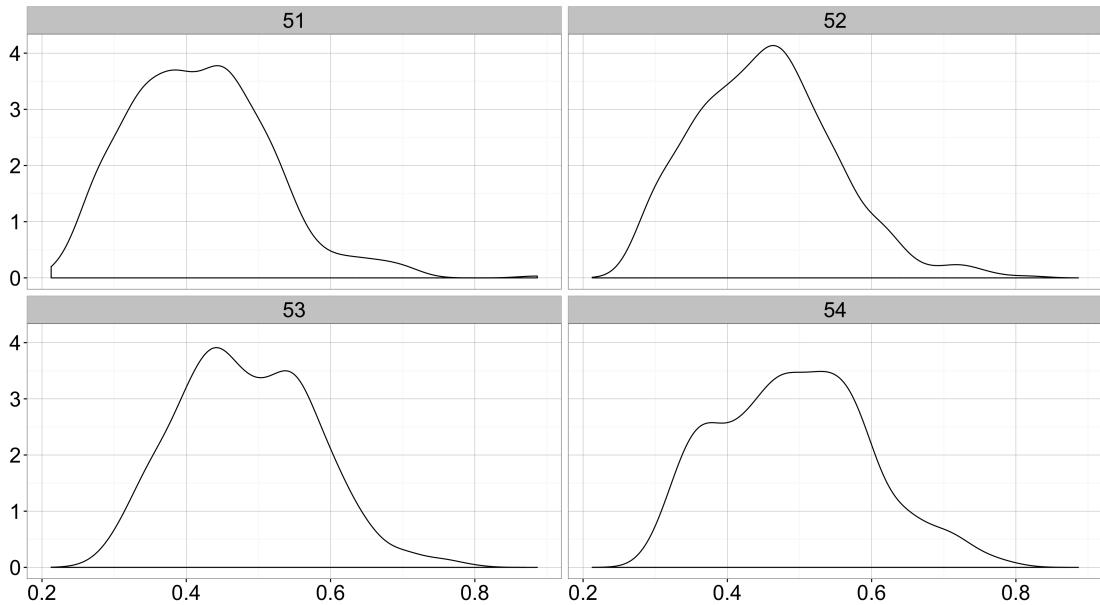
Dada a inviabilidade de apresentar uma a uma a distribuição da ênfase temática de todos os oradores em cada legislatura, com o objetivo de avaliar o comportamento geral dos Deputados Federais brasileiros, optou-se por calcular uma medida de assimetria da distribuição de ênfase temática de cada um dos parlamentares. Assim, é possível verificar estratégias de atuação, pois uma distribuição heterogênea indica que o parlamentar utiliza o espaço reservado do Pequeno Expediente para focar sua atenção em poucos temas. Ao passo que uma distribuição homogênea apresenta que o Deputado Federal opta por distribuir sua atenção de forma menos exclusiva sobre os temas identificados na legislatura.

Por meio do coeficiente de Gini foi possível obter uma medida da homogeneidade ou heterogeneidade da distribuição de ênfase temática de cada orador. Muito utilizado para o cálculo da distribuição de riqueza numa sociedade, o coeficiente de Gini pode ser utilizado para qualquer distribuição. Quanto mais próximo de 0, mais homogênea é a distribuição, ao passo que quanto mais próximo de 1, mais concentrada ela se apresenta.

A Figura 32 apresenta a distribuição do coeficiente de Gini para cada legislatura analisada. É possível notar que é pequena a proporção de parlamentares que concentram sua ênfase temática em poucos temas, sejam eles quais forem. Também identifica-se que não há muitos parlamentares que distribuem suas falas de forma equivalente sobre os temas. O que se verifica é uma grande parcela de Deputados Federais com distribuição semelhante, ou seja, parlamentares que talvez não enfatizem os mesmos tópicos, mas que orientam suas falas de modo que sua ênfase temática recaia sobre um número semelhante (nem muito grande, nem muito pequeno) de temas em cada legislatura.

Assim, como feito no Capítulo 2 em relação à quantidade de discursos, adotando como variável a ser predita,  $y_i$  o coeficiente de Gini de cada Deputado

Figura 32: Distribuição do coeficiente de Gini para cada legislatura



Federal  $i$ , ( $i \in \{1, \dots, n\}$ ), que realizou ao menos dois discursos na legislatura que integrou, e as variáveis preditoras  $X_j$ , ( $j \in \{1, \dots, k\}$ ), apresentadas na tabela 13, com o acréscimo da quantidade de discursos proferidos por cada parlamentar, foi estimado um modelo multinível linear bayesiano com o uso do pacote `rstanarm` do *software* estatístico R, no qual os erros são independentes com mesma variância.

$$\begin{aligned}
 y_i &\sim N(X_i \beta^{deput} + \alpha_{j[i]}^{part} + \alpha_{k[i]}^{uf}, \sigma_y^2), \text{ para } i = 1, \dots, n \\
 \alpha_j^{part} &\sim N(X_j \beta^{part}, \sigma_{part}^2), \text{ para } j = 1, \dots, J \\
 \alpha_k^{uf} &\sim N(X_k \beta^{uf}, \sigma_{uf}^2), \text{ para } k = 1, \dots, K.
 \end{aligned} \tag{7}$$

Do mesmo modo, adotou-se  $X$  para representar a matriz de variáveis preditoras,  $\beta$  para representar o vetor de coeficientes e  $deput, parteuf$  como indexadores para os Deputados Federais, as legendas partidárias e as unidades federativas. Como priori, foi adotada uma distribuição uniforme pouco informativa.

Tabela 13: Variáveis preditoras - - Modelo 7

Deputados Federais	
Variável	Descrição
# Discursos	Quantidade de discursos realizados pelo parlamentar no Pequeno Expediente.
Mulher	Variável indicando se o parlamentar é do sexo feminino.
% Votos	Percentual de votos recebidos na UF
# Legislatura	Quantidade de legislaturas da qual o parlamentar fez parte após 1988 até a respectiva legislatura.

Legendas Partidárias	
Variável	Descrição
Esquerda	Variável indicando se a legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito é classificada ideologicamente de esquerda ou centro/direita.
Coalizão	Variável indicando se a legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito compôs a coalizão governista ao longo da legislatura.

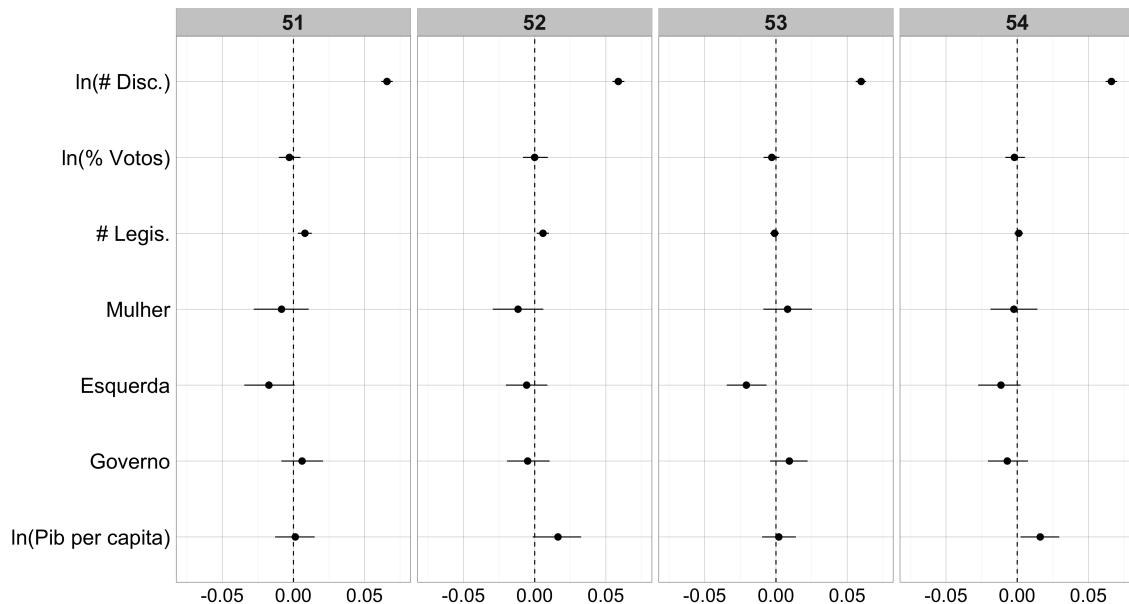
  

Unidades Federativas	
Variável	Descrição
PIB per capita	Pib per capita da UF no ano de 2010.

A Figura 33 apresenta os principais resultados obtidos na estimação do modelo. Cada intervalo de credibilidade estimado está representado por uma linha sólida que permite concluir com 95% de probabilidade o intervalo que o coeficiente pode assumir. Assim, caso a linha sólida não cruze a linha tracejada do zero, pode-se interpretar com 95% de credibilidade o efeito da variável preditora sobre a variável predita.

Pela Figura 33, verifica-se que o log da quantidade do percentual de votos recebidos, o pertencimento à coalizão governista e ser uma Deputada Federal não apresenta qualquer relação direta sobre a concentração temática dos discursos proferidos. Nas legislaturas 51 e 52 a quantidade de legislaturas anteriormente ocupadas pelo Deputado Federal tem pequeno efeito positivo sobre a concentração da distribuição temática das falas. Na legislatura 53, ter sido eleito por uma das legendas partidárias ideologicamente classificadas como esquerda tem efeito negativo sobre a variável dependente, refletindo maior homogeneidade temática dos discursos proferidos. Na legislatura 54, o log do

Figura 33: Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura - Gini



**Nota:** As tabelas completas com os resultados de cada modelo podem ser encontradas no Apêndice C.

Pib per capita tem efeito positivo sobre a concentração temática dos discursos. Por sua vez, com 95% de credibilidade, em todas as legislaturas analisadas, o log da quantidade de discursos possui efeito positivo sobre o coeficiente de Gini. De forma geral, portanto, há evidências de que a concentração temática do conteúdo proferido pelos Deputados Federais está atrelada à quantidade de discursos realizados.

Mesmo não sendo a forte concentração temática uma estratégia robusta presente nos discursos proferidos no Pequeno Expediente (Figura 32), é possível questionar se não há entre os parlamentares diferenças de foco temático sobre o conteúdo abordado. Em outras palavras, parlamentares com distribuição semelhante diante dos tópicos de uma legislatura ainda podem enfatizar temas distintos em seus pronunciamentos. Na próxima seção é avaliada a ênfase temática dos Deputados Federais a respeito de questões sociais ou temas próprios da área econômica.

### 5.3 Padrões de ênfase temática

Se no geral os Deputados Federais brasileiros não possuem como estratégia o foco exclusivo a poucos temas ao discursar, não significa que não enfatizem de forma distinta temas diferentes. Com base na classificação apresentada nas Tabelas 9, 10, 11 e 12, utilizada para indicar temas próprios do debate econômico e temas peculiares em relação a questões sociais, foi possível calcular três medidas a respeito da ênfase temática de cada parlamentar.

Primeiro, somando-se a ênfase dedicada a cada um dos tópicos referentes à área econômica, foi obtida a ênfase ( $\hat{\text{Enf. Economia}}_{\text{Deputado}_i}$ ) de cada orador nessa área. Segundo, do mesmo modo, obteve-se a ênfase de cada orador sobre a área social ( $\hat{\text{Enf. Social}}_{\text{Deputado}_i}$ ). Por fim, com base nessas duas medidas, se calculou o balanço ( $\text{Balanço}_{\text{Deputado}_i}$ ) entre elas, conforme a Equação 8 apresenta<sup>68</sup>.

$$\text{Balanço}_{\text{Deputado}_i} = \hat{\text{Enf. Social}}_{\text{Deputado}_i} - \hat{\text{Enf. Economia}}_{\text{Deputado}_i} \quad (8)$$

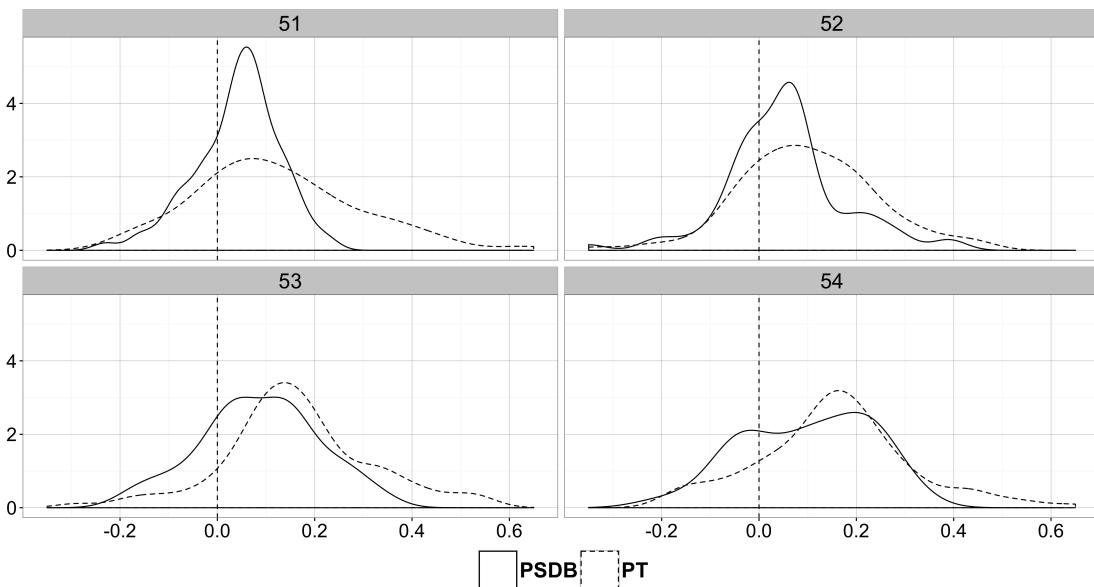
Tal medida permite averiguar como os parlamentares brasileiros se diferenciam diante de duas áreas bastante recorrentes no debate político: a agenda social e a agenda econômica. Quanto maior o valor da variável Balanço, maior é a dedicação relativa de um  $\text{Deputado}_i$  a temas da área social. Por contrário, quanto menor o valor da variável Balanço, maior é a dedicação relativa de um  $\text{Deputado}_i$  a temas da área econômica.

Observar a variável Balanço dos Deputados Federais das principais legendas oposicionistas da Nova República (PT e PSDB), indica não só uma distinta ênfase temática relativa, como uma mudança de trajetória no perfil temático enfatizado, conforme apresenta a Figura 34. A linha pontilhada mostra a densidade temática dos Deputados Federais do PT em cada legislatura. É possível perceber que há um padrão discursivo que privilegia temas da área social relativamente a temas da área econômica, tal padrão é inclusive perene ao longo das legislaturas. Por sua vez, a linha sólida apresenta a densidade temática dos parlamentares

<sup>68</sup>Grimmer (2013) faz abordagem semelhante ao verificar, no caso americano, quanto cada Senador se dedica ao *credit claiming* ou ao *position taking* nos *press releases* que publicou.

do PSDB. Diferente de seu maior opositor, sua ênfase temática tem se deslocado de um padrão equilibrado entre as áreas econômica e social para uma maior densidade temática sobre a área social nas últimas legislaturas.

Figura 34: Distribuição da variável Balanço dos Deputados Federais do PT e do PSDB em cada legislatura

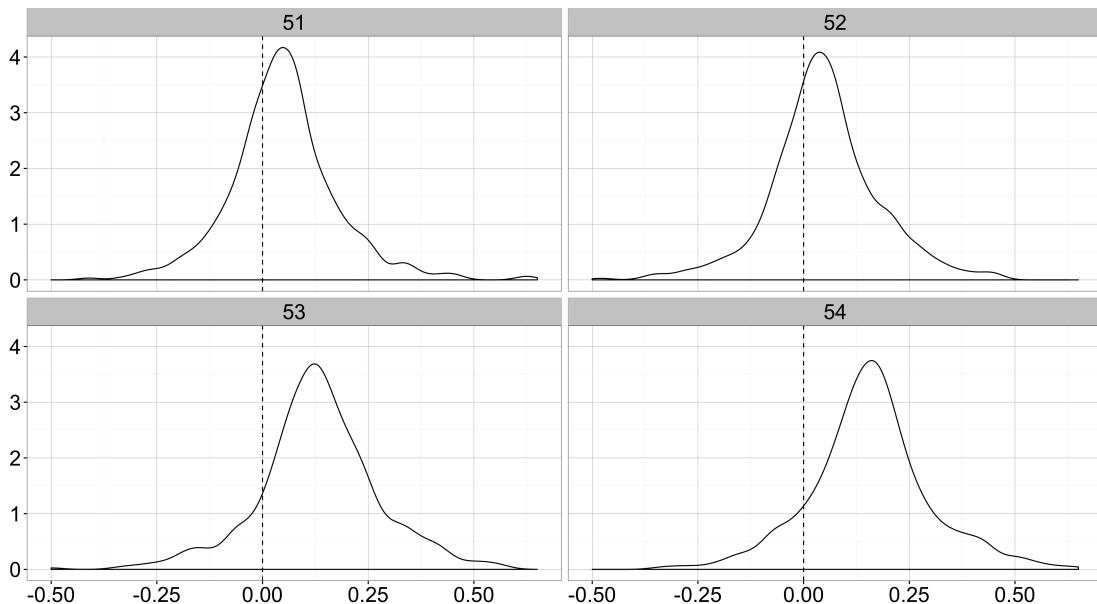


A identificação desse comportamento sobre as duas principais legendas partidárias oposicionistas suscita questões que certamente podem ser exploradas. Contudo, seguindo o objetivo de prover uma análise geral da atividade parlamentar ao discursar no Pequeno Expediente, a Figura 35 apresenta a densidade dessa variável para todos os oradores que realizaram mais de um discurso no Pequeno Expediente de cada uma das legislaturas analisadas.

De forma geral, a Figura 35 apresenta que é maior a dedicação dos parlamentares brasileiros sobre questões da área social do que sobre questões da área econômica ao discursar no Pequeno Expediente. Assim como foi feito com o coeficiente de Gini na seção anterior, valendo-se da Equação 7, adotou-se a variável Balanço como variável dependente para estimação de um modelo multinível linear bayesiano e a investigação da orientação das variáveis preditoras sobre o comportamento observado.

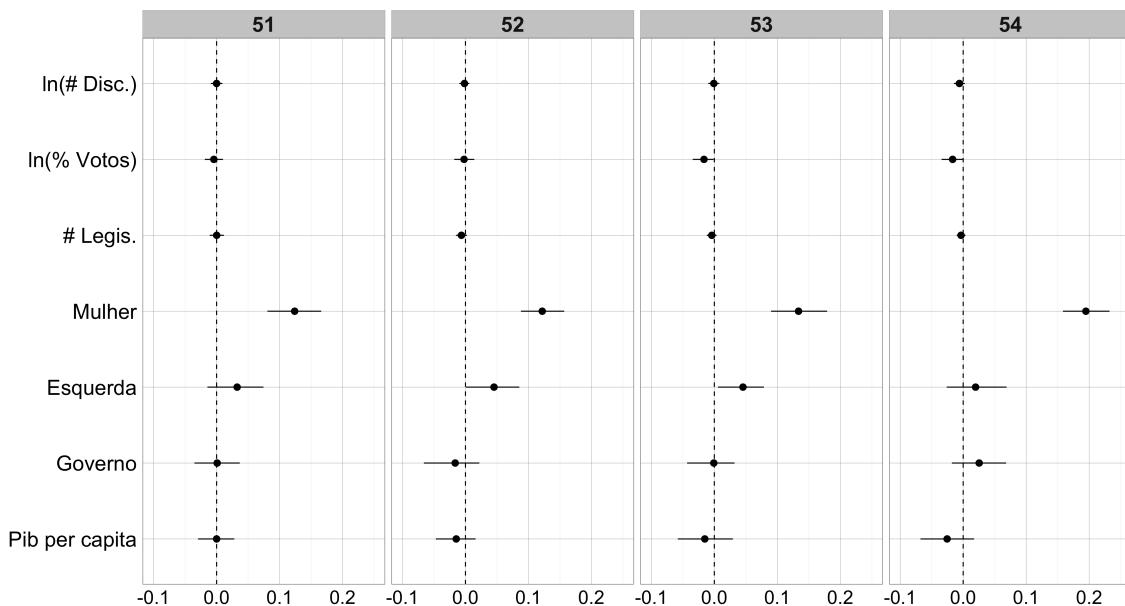
A Figura 36 apresenta os principais resultados obtidos na estimação do modelo. O log da quantidade de discursos, a quantidade de legislaturas que

Figura 35: Distribuição da variável Balanço em cada legislatura



o Deputado Federal compôs e a participação da legenda pela qual foi eleito na coalizão governista não possui qualquer influência sobre a variável Balanço nas legislaturas analisadas. Contudo, verifica-se nas legislaturas 53 e 54 o efeito negativo do log do percentual de votos recebidos na eleição que conduziu o parlamentar ao cargo, indicando provável associação entre esta variável e a ênfase temática sobre tópicos da área econômica. De modo semelhante, porém com efeito positivo sobre a variável Balanço, identifica-se que ter sido eleito por uma legenda de esquerda teve correlação positiva sobre a ênfase temática de questões da área social nas legislaturas 52 e 53. Por fim, é notável o efeito positivo do gênero feminino sobre a dedicação a temas da área social em todas as legislaturas analisadas.

Figura 36: Intervalos de Credibilidade estimados para cada Legislatura - Balanço



**Nota:** As tabelas completas com os resultados de cada modelo podem ser encontradas no Apêndice D.

Pela Figura 36, verifica-se, portanto, evidências de que a abordagem de temas referentes à área econômica ou à área social está correlacionada ao percentual de votos recebidos, à ideologia da legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito e, especialmente, seu gênero. Corroborando os resultados encontrados por Miguel e Feitosa (2009), em todas as legislaturas Deputadas Federais apresentaram maior associação a temas da área social do que da área econômica. Logo, se faz necessário o aprofundamento e continuidade de pesquisas nessa temática.

Diante da literatura que trata do comportamento geral da atividade parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados, assim como no Capítulo 2 e na seção anterior, não há qualquer evidência de que a relação governo-oposição oriente o posicionamento temático do Deputado Federal brasileiro diante de temas próprios da atividade econômica ou temas próprios da área social. Há, portanto, indícios suficientes para defender que a atividade parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados não se reduz à relação governo-oposição e muito menos ao processo decisório. Há, na atividade parlamentar, muito mais do que a tarefa de produzir e aprovar leis.

## 5.4 Conclusão

Diante das inúmeras possibilidades de análise providas pelos resultados dos capítulos anteriores, com o objetivo de elucidar padrões gerais presentes no discurso parlamentar, nesse capítulo utilizou-se os resultados do *expressed agenda model* como variável dependente para: i) verificar se a estratégia de comunicação dos parlamentares resulta numa robusta concentração temática e de que modo ela se configura e ii) compreender como se diferenciam os Deputados Federais diante de temas próprios da área econômica e da área social.

De um lado, identificou-se que a concentração temática não é uma estratégia robusta presente nos discursos proferidos no Pequeno Expediente (Figura 32). Havendo indícios de que tal estratégia é orientada especialmente pela quantidade de discursos proferidos e pela ideologia da legenda pela qual o parlamentar foi eleito. De outro, mesmo que a estratégia de concentração discursiva sobre poucos temas não seja preponderante, há entre os parlamentares diferenças de foco temático sobre o conteúdo abordado. A ênfase temática dos Deputados Federais a respeito de questões sociais ou temas próprios da área econômica é distinta e sua análise evidenciou que tal diferença sofre a influência do percentual de votos recebidos, da ideologia da legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito e, especialmente, de seu gênero, sem qualquer evidência a respeito de seu posicionamento diante a coalizão governista.

Tais evidências destacam que a atividade parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados não se reduz à relação governo e oposição e muito menos ao processo decisório. Ademais, esta breve exploração dos mais de 120 mil discursos proferidos no Pequeno Expediente ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar é apenas o início de uma longa jornada para uma compreensão mais fidegna da atividade política do Deputado Federal brasileiro.

Aplicando esse escopo de análise, pode-se pensar que, além do uso de eventual poder econômico Samuels (2002, 2001b,a), o sucesso na estratégia individual de qualquer parlamentar brasileiro envolve tanto sua atuação pelas vias partidárias Limongi e Figueiredo (2005) no processo decisório, como a desenvoltura própria da representação política através da adoção de uma boa estratégia de comunicação.

## Conclusão

Com o uso de técnicas de programação e modelos probabilísticos, essa pesquisa superou custos historicamente presentes nos trabalhos que buscaram identificar na comunicação política evidências empíricas a respeito da atuação dos representantes eleitos. Acompanhando o desenvolvimento recente da análise automatizada de texto (Monroe e Schrodt, 2008; Roberts, 2016), essa tese reconheceu o discurso como um dos meios pelos quais a política se materializa e se dedicou à análise de mais de 127 mil pronunciamentos realizados por mais de 2 mil oradores diferentes ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar.

Com foco sobre o processo decisório, o conhecimento produzido a respeito da atividade parlamentar no caso brasileiro apresenta que este é guiado pela relação governo-oposição, seguindo os pressupostos da tese do presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988; Limongi e Figueiredo, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999, 2002; Zucco, 2009; Arretche, 2007). No entanto, apesar da robustez que as análises a seu respeito ganharam na agenda de estudos legislativos brasileira, pouco se sabe sobre a comunicação parlamentar realizada através de momentos institucionais regimentalmente previstos.

Com o objetivo de compor essa rica literatura e abordar uma dimensão pouco explorada da atividade parlamentar, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão: há indícios suficientes para afirmar que a comunicação parlamentar no âmbito da CD é governada pela relação governo-oposição assim como constatado em sua atuação no processo decisório? Através da apresentação de evidências robustas sobre a frequência dos discursos proferidos no Pequeno Expediente, a estratégia de concentração temática dos Deputados Federais e a ênfase por eles atribuída às agendas econômica e social, a resposta mais provável é que não.

Amparados pelas regras que organizam os trabalhos na CD, porém distantes dos regulamentos que regem os processos decisórios, apresentou-se que a atividade parlamentar no âmbito da CD vai além da votação e apresentação de projetos de lei. O Deputado Federal possui tempo, espaço, recursos e infraestrutura dedicados à comunicação política que não se restringem aos projetos em

pauta.

A este respeito, verificou-se no Capítulo 2 que tal infraestrutura é amplamente utilizada, mesmo com seu uso variando de acordo com as regras que regulam os momentos de fala previstos no RICD, seja por sua restrição temática, por sua restrição temporal ou pelo processo de escolha do orador. Ademais, foi constatado que o Pequeno Expediente é, por excelência, o principal canal de comunicação parlamentar na CD. Em função de possuir regras pouco restritivas, os Deputados Federais brasileiros o utilizam como veículo de divulgação de suas atividades e posicionamentos.

Ainda sobre a frequência dessa atividade, foi constatado que o uso da infraestrutura de comunicação do Pequeno Expediente varia entre os Deputados Federais e não há indícios de que seu uso esteja atrelado ao posicionamento de sua legenda partidária em relação ao governo. Foram identificados indícios de que o aproveitamento da infraestrutura disponível está atrelado a variáveis pouco relevantes no comportamento parlamentar sob o processo decisório: a ideologia, a senioridade e a sua popularidade. Tais variáveis são preditoras dessa frequência de uso da tribuna para comunicação parlamentar e abrem um amplo leque de investigação sobre como se configura a atividade e a representação política no país.

Para além da frequência da atividade de comunicação parlamentar, nos Capítulos 3 e 4 foi apresentada a plausibilidade de uso de técnicas automatizadas de classificação de conteúdo para acessar os temas enfatizados pelos Deputados Federais em suas falas. Longe de ser um fim em si mesmo, o mapeamento substantivo dos temas tratados nos pronunciamentos políticos pode ser agora utilizado como suporte para inúmeras questões de pesquisa.

Com o objetivo de elucidar padrões gerais dessa atividade parlamentar ainda pouco explorada na ciência política nacional, no Capítulo 5 foi verificado que os Deputados Federais apresentam estratégia de concentração temática semelhante, ou seja, são poucos os que dedicam sua fala a um número pequeno de temas ou de forma homogênea entre os temas estimados na legislatura. Mesmo a concentração temática não sendo uma estratégia robusta presente na atividade de comunicação parlamentar, foram identificados indícios de que tal estratégia é orientada especialmente pela quantidade de discursos proferidos.

O fato da estratégia de concentração temática dos parlamentares ser pouco extremada, não implica na equivalente dedicação sobre os mesmos temas. Logo, verificou-se a propensão temática de cada Deputado Federal em tratar de duas áreas bastante recorrentes no debate político: a agenda social e a agenda econômica. A ênfase temática dos Deputados Federais a respeito de questões sociais ou temas próprios da área econômica é distinta e sua análise evidenciou que tal diferença relativa sofre a influência do percentual de votos recebidos, da ideologia da legenda partidária pela qual o parlamentar foi eleito e, especialmente, de seu gênero, sem qualquer evidência a respeito de seu posicionamento diante a coalizão governista.

Tais evidências destacam que a atividade parlamentar no âmbito da CD não se reduz à relação governo-oposição e muito menos ao processo decisório. Ademais, esta breve exploração dos mais de 127 mil discursos proferidos no Pequeno Expediente ao longo de mais de 15 anos de atividade parlamentar é apenas o início de uma longa jornada para uma compreensão mais fidegna da atividade política do Deputado Federal brasileiro. Cabe, portanto, um refinamento da tese de que a atividade parlamentar no âmbito da CD se resume ao posicionamento de sua legenda partidária diante do Poder Executivo.

Ampliando o atual conhecimento a respeito de estratégias de atuação política bem sucedidas, pode-se pensar que, além do uso de eventual poder econômico Samuels (2002, 2001b,a), que o sucesso na estratégia individual de qualquer parlamentar brasileiro envolve tanto sua atuação pelas vias partidárias no processo decisório (Limongi e Figueiredo, 2005; Zucco, 2009), como a desenvoltura própria da representação política através da adoção de uma boa estratégia de comunicação.

## Apêndice Metodológico

### A Apêndice do Capítulo 2 - Quantidade de Discursos

Com o objetivo de otimizar a leitura do Capítulo 2 enfatizando suas conclusões e não poluir o texto com inúmeros gráficos e tabelas, neste apêndice apresentam-se as análises descritivas das variáveis preditoras utilizadas no Modelo 1, o seu ajuste e as tabelas completas de seus resultados.

#### A.1 Análise descritiva das variáveis preditoras - Capítulo 2

Em relação às legendas partidárias e às UFs, dada a sua importância na literatura que analisa o comportamento parlamentar na CD, a análise descritiva está apresentada no corpo do capítulo 2. Por isso, será dada ênfase às demais variáveis utilizadas no Modelo 1.

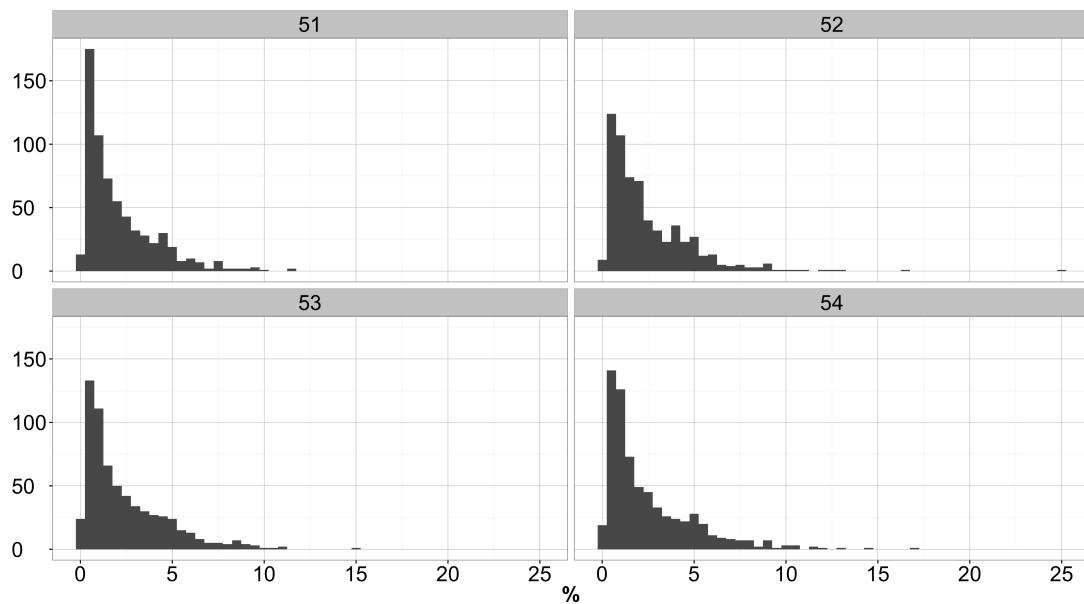
##### A.1.1 Porcentagem de votos recebidos pelos Deputados Federais

Conforme apresentam a Tabela 14 e a Figura 37, a variável correspondente à porcentagem de votos recebidos por cada Deputado Federal na respectiva UF na eleição que permitiu sua posse tem grande dispersão, pois se concentra em valores baixos com alguns deputados recebendo um percentual considerável de votos.

Tabela 14: Dados descritivos do percentual de votos recebidos pelos Deputados Federais em cada legislatura

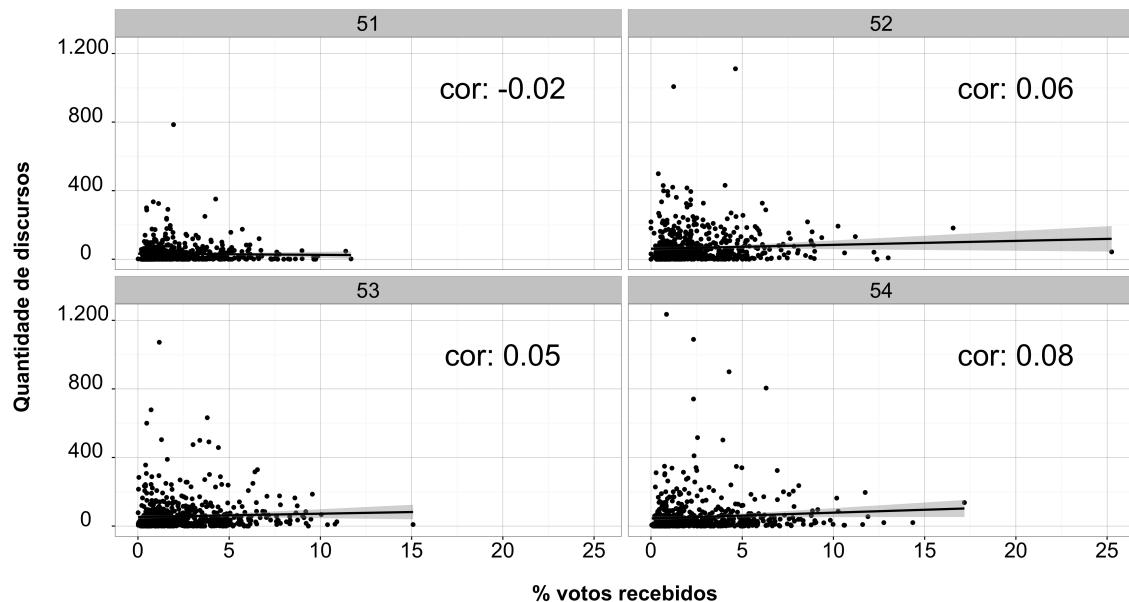
	51	52	53	54
Min.	0,01	0,00	0,01	0,04
1Q.	0,69	0,85	0,76	0,76
Mediana	1,40	1,74	1,60	1,57
Média	2,13	2,48	2,42	2,49
3Q.	3,00	3,56	3,52	3,54
Máx.	11,68	25,25	15,08	17,18
# Deputados	526	572	573	591

Figura 37: Distribuição da percentagem de votos recebidos



Seu comportamento descritivo diante da quantidade de discursos é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 38.

Figura 38: Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e percentual de votos recebidos



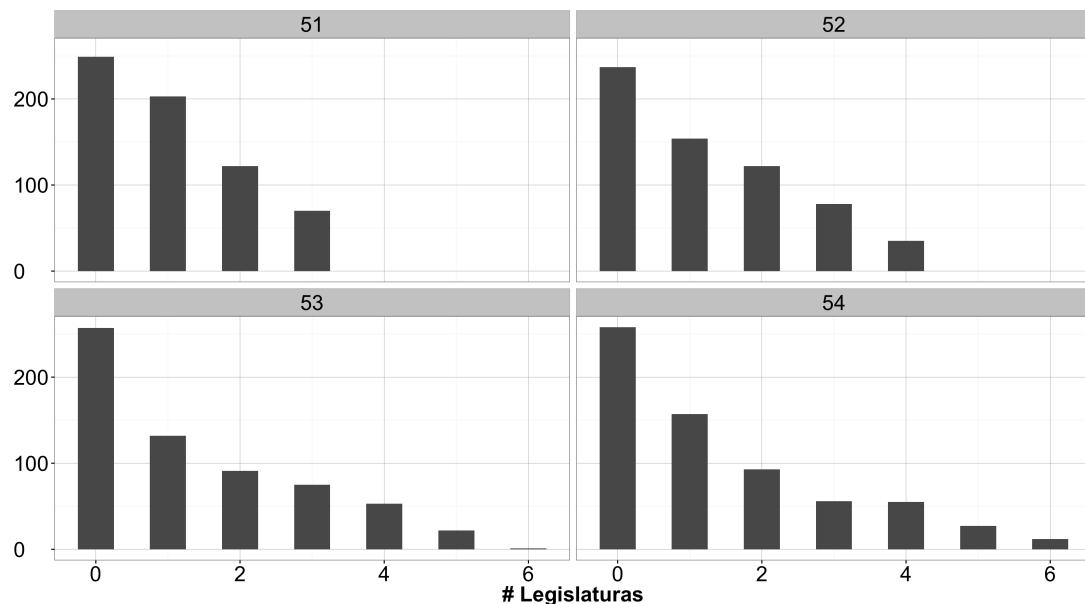
### A.1.2 Número de legislaturas

Conforme apresentam a Tabela 15 e a Figura 39, a variável correspondente à quantidade de legislaturas que o deputado compôs antes da que foi analisada ressalta a juventude da democracia brasileira. Ademais, os incentivos políticos existentes para a manutenção de uma carreira parlamentar federal propriamente dita são pequenos. Não há no ordenamento institucional regras que beneficiem a senioridade em ambas Casas legislativas.

Tabela 15: Dados descritivos do número de legislaturas das quais os Deputados Federais fizeram parte até a legislatura analisada

	51	52	53	54
Min.	0.00	0.00	0.00	0.00
1Q.	0.00	0.00	0.00	0.00
Mediana	1.00	1.00	1.00	1.00
Média	1.02	1.23	1.37	1.43
3Q.	2.00	2.00	2.00	2.00
Máx.	3.00	4.00	6.00	6.00
# Deputados	526	572	573	591

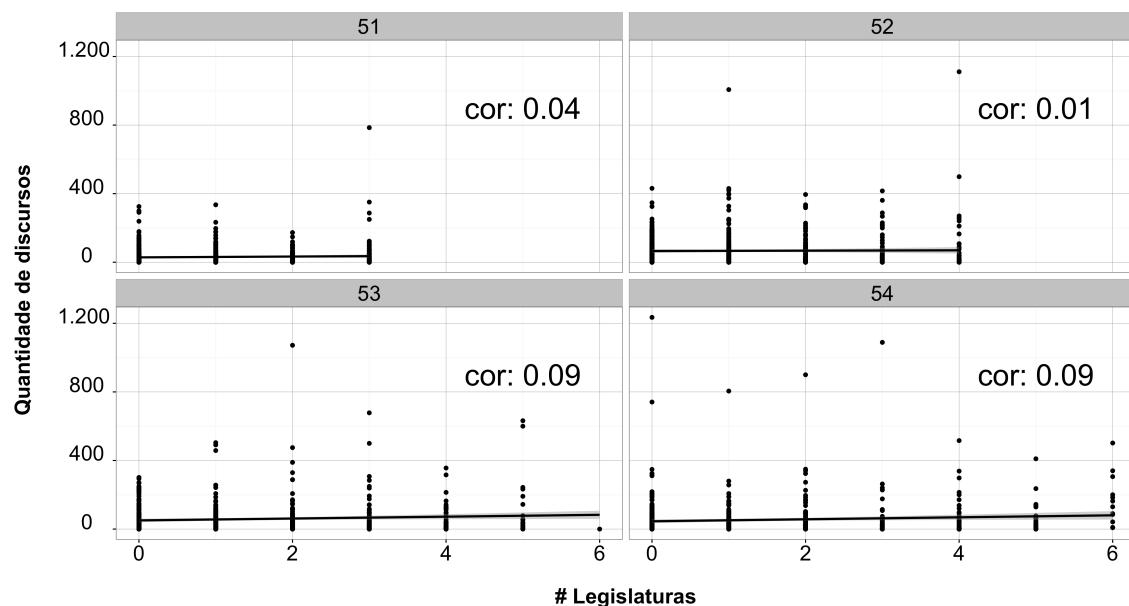
Figura 39: Distribuição do número de legislaturas das quais os deputados fizeram parte até a legislatura analisada



Isoladamente, seu comportamento descritivo diante da quantidade de

discursos é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 40.

Figura 40: Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e número de legislaturas das quais os deputados fizeram parte até a legislatura analisada



### A.1.3 Gênero

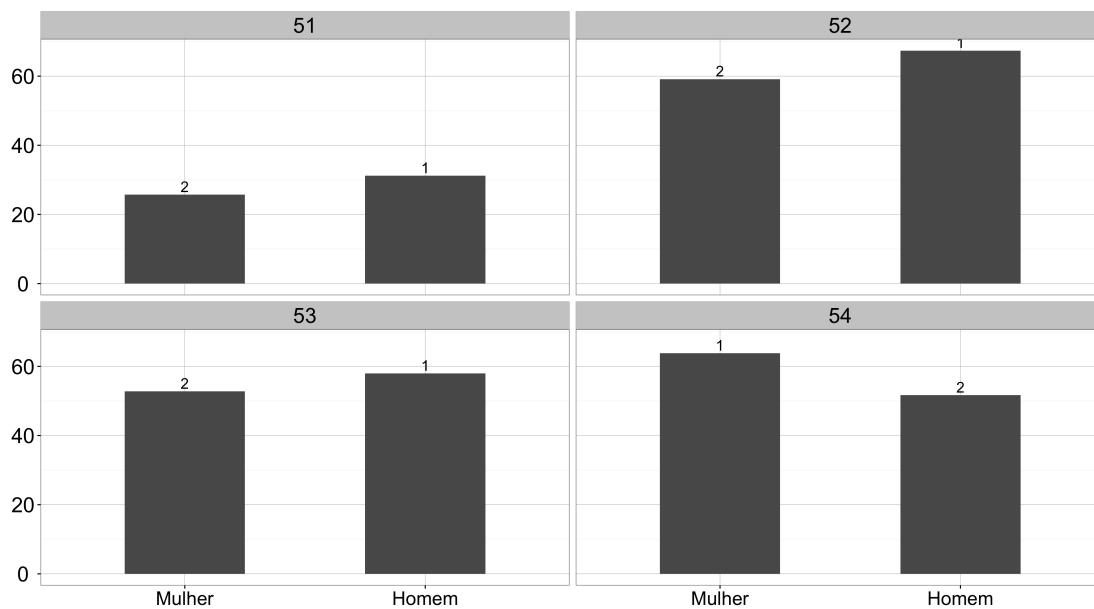
Conforme apresenta a Tabela 16, a grande maioria dos Deputados Federais que tomaram posse ao longo das legislaturas analisadas são do sexo masculino.

Tabela 16: Dados descritivos da classificação de gênero dos Deputados Federais

	51		52		53		54	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Homem	606	0.94	574	0.92	584	0.92	611	0.91
Mulher	38	0.06	52	0.08	52	0.08	59	0.09
Total	644	1.00	626	1.00	636	1.00	670	1.00

A distribuição per capita da quantidade de discursos em cada um dos dois grupos apresenta uma guinada no aproveitamento da tribuna após a eleição da Presidenta Dilma Vana Rousseff (Figura 41).

Figura 41: Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo classificação de gênero dos Deputados Federais



**Nota:** Os valores acima das barras representam a posição de cada categoria no ranking de discursos per capita.

#### A.1.4 Ideologia da legenda partidária

Conforme apresenta a Tabela 17, a grande maioria dos Deputados Federais que tomaram posse ao longo das legislaturas analisadas não são de legendas com classificação ideológica de esquerda.

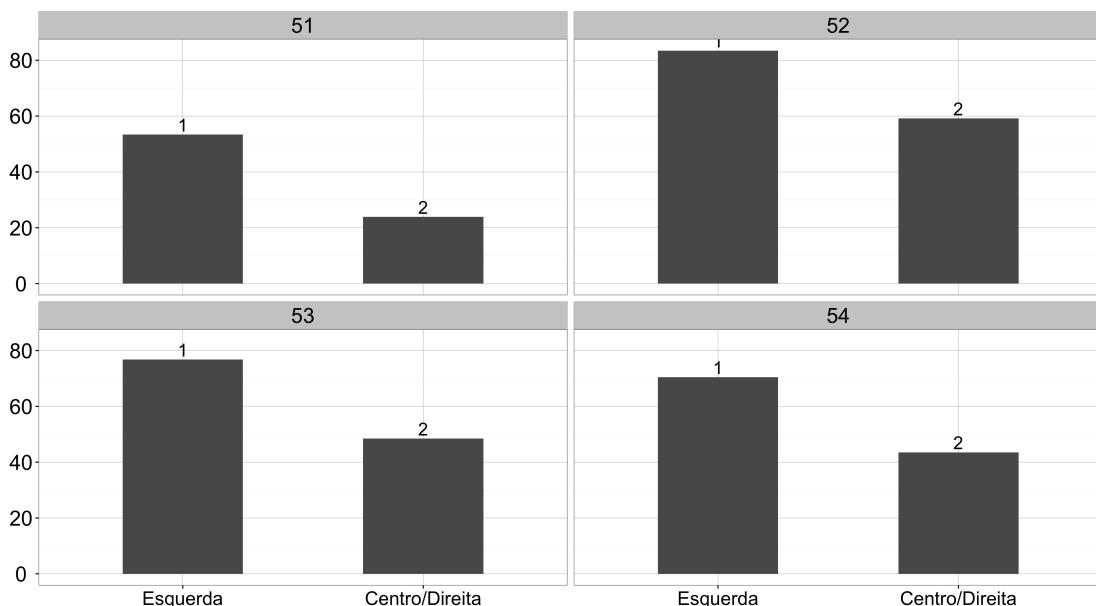
Tabela 17: Dados descritivos da classificação ideologica dos Deputados Federais segundo suas legendas partidárias

	51		52		53		54	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Centro/Direita	488	0.76	432	0.69	432	0.68	441	0.66
Esquerda	154	0.24	194	0.31	204	0.32	230	0.34
Total	642	1.00	626	1.00	636	1.00	671	1.00

Como foi feito com as variáveis legenda partidária e UF no Capítulo 2, convém averiguar qual a distribuição per capita da quantidade de discursos em cada um dos dois grupos ideológicos utilizados no trabalho. Conforme a Figura 42 apresenta, a quantidade de discursos per capita dos deputados

cuja legenda partidária foi classificada de esquerda é mais alta em todas as legislaturas analisadas.

Figura 42: Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo classificação ideológica de suas legendas partidárias



Os valores acima das barras representam a posição de cada UF no ranking de discursos per capita.

### A.1.5 Governo e Oposição

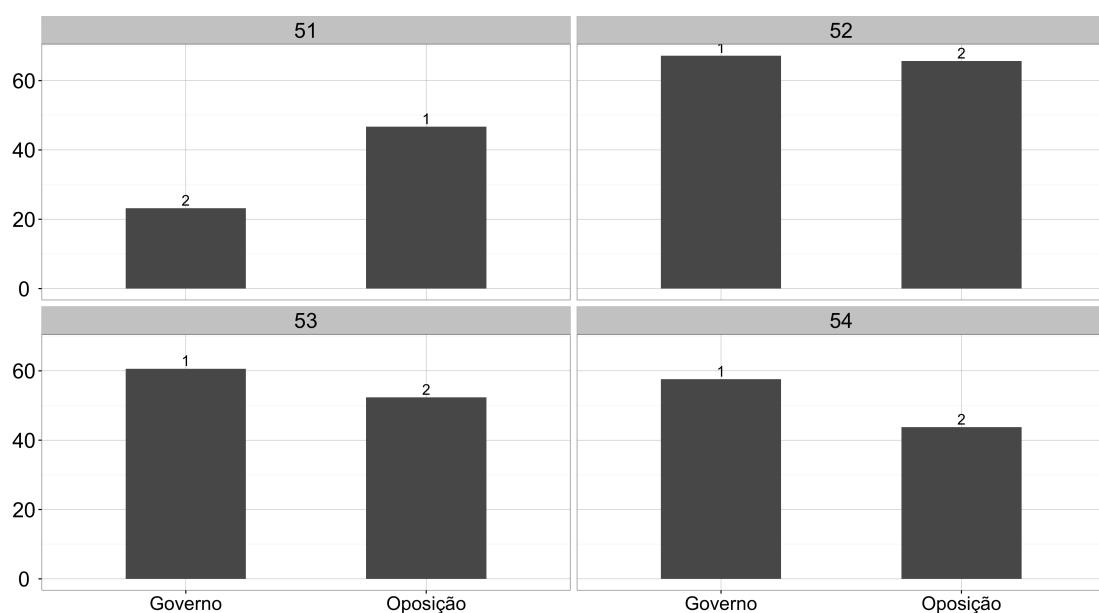
Conforme apresenta a Tabela 18, as legendas partidárias da grande maioria dos Deputados Federais que tomaram posse ao longo das legislaturas analisadas fizeram parte da coalizão governamental.

Tabela 18: Dados descritivos da classificação governamental dos Deputados Federais segundo a participação de suas legendas partidárias na composição do governo

	51		52		53		54	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Governo	433	0.67	420	0.67	402	0.63	436	0.65
Oposição	211	0.33	206	0.33	234	0.37	234	0.35
Total	644	1.00	626	1.00	636	1.00	670	1.00

Como foi feito com as variáveis legenda partidária e UF no Capítulo 2, convém averiguar qual a distribuição per capita da quantidade de discursos em relação à classificação governamental dos Deputados Federais. Conforme a Figura 43 apresenta, após a mudança de partidos oposicionistas no comando do Poder Executivo, houve uma inversão na quantidade de discursos per capita em relação às categorias governo e oposição.

Figura 43: Razão da quantidade de discursos no Pequeno Expediente sobre a quantidade de potenciais oradores segundo a classificação governamental de suas legendas partidárias



**Nota:** Os valores acima das barras representam a posição de cada categoria no ranking de discursos per capita.

#### A.1.6 Pib per capita das Unidades Federativas

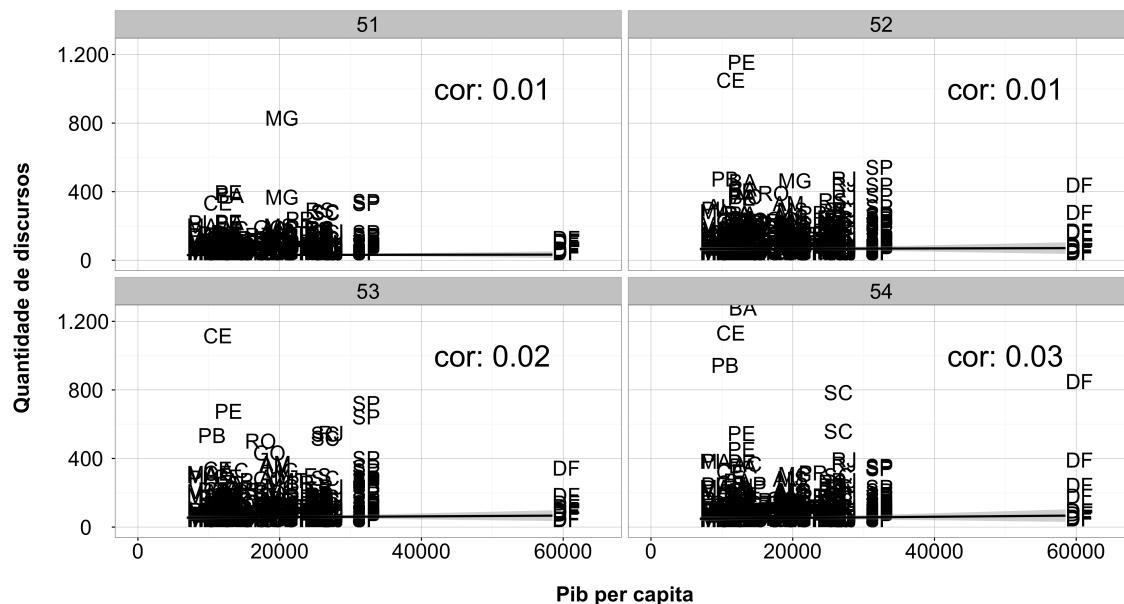
Dado que não houve mudança significativa entre o Censo de 2000 e o de 2010 em relação à distribuição populacional e econômica brasileira, a variável Pib per capita de cada Unidade Federativa foi construída com base no Censo de 2010 e utilizada para todas as legislaturas. A Tabela 19 apresenta esse dado.

Isoladamente, seu comportamento descritivo diante da quantidade de discursos é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 44.

Tabela 19: Censo 2010 - Pib per capita para cada Unidade Federativa

UF	PIB (milhões de R\$)	População	Pib per capita
AC	8477.00	732793.00	11568.07
AL	24575.00	3120922.00	7874.28
AM	59779.00	3480937.00	17173.25
AP	8266.00	668689.00	12361.50
BA	154340.00	14021432.00	11007.43
CE	77865.00	8448055.00	9216.91
DF	149906.00	2562963.00	58489.33
ES	82122.00	3512672.00	23378.78
GO	97576.00	6004045.00	16251.71
MA	45256.00	6569683.00	6888.61
MG	351381.00	19595309.00	17931.89
MS	43514.00	2449341.00	17765.59
MT	59600.00	3033991.00	19644.09
PA	77848.00	7588078.00	10259.25
PB	31947.00	3766834.00	8481.13
PE	95187.00	8796032.00	10821.58
PI	22060.00	3119015.00	7072.75
PR	217290.00	10439601.00	20814.01
RJ	407123.00	15993583.00	25455.40
RN	32339.00	3168133.00	10207.59
RO	23561.00	1560501.00	15098.36
RR	6341.00	451227.00	14052.79
RS	252483.00	10695532.00	23606.40
SC	152482.00	6249682.00	24398.36
SE	23932.00	2068031.00	11572.36
SP	1247596.00	41252160.00	30243.17
TO	17240.00	1383453.00	12461.57

Figura 44: Quantidade de discursos no Pequeno Expediente e Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito



## A.2 Análise do Modelo 1 - Capítulo 2

Nesta seção são apresentadas informações e breves considerações relacionadas ao ajuste do modelo bayesiano 1 utilizado no Capítulo 2. Como apontado por Gelman et al. (2013, p.142), uma boa modelagem bayesiana deve incluir procedimentos de checagem do ajuste do modelo aos dados com o objetivo de responder à seguinte questão: "Do the model's deficiencies have a noticeable effect on the substantive inferences?"

Para respondê-la, é utilizado o *posterior predictive check* como método para averiguar o ajuste do modelo aos dados observados (Gelman e King, 1993; Gelman et al., 2013). Esse procedimento consiste em amostrar valores da distribuição preditiva conjunta da posteriori e compará-los aos dados observados. Assim, a identificação de diferenças sistemáticas entre os valores amostrados e os dados observados apontam para potenciais deficiências do modelo. A distribuição preditiva da posteriori é dada pela equação 9:

$$p(y^{rep}|y) = \int p(y^{rep}|\theta)p(\theta|y)d\theta, \text{ onde} \quad (9)$$

$y$  representa os dados observados,  $\theta$  o vetor de parâmetros e  $y^{rep}$  a realização dos dados sob os mesmos parâmetros que produziram  $y$ .

No *posterior predictive checking*, portanto, medidas de resumo de interesse (média, desvio padrão etc.) são utilizadas para checar o ajuste do modelo. Se o modelo se adequa aos dados, os resultados  $y^{rep}$  devem ser similares aos encontrados nos dados observados. Tal comparação é justamente feita através da coleta de amostras da distribuição preditiva da posteriori  $p(y^{rep}|y)$ .

Anterior a esse procedimento, todos os modelos probabilísticos presentes na tese foram selecionados após a comparação de diferentes abordagens. A seleção dos modelos apresentados valeu-se de uma avaliação teórica da relevância de sua relevância e de uma comparação entre modelos com base na validação cruzada *cross-validation*. Para realizar essa comparação, foi utilizado o pacote `loo` (*Leave-One-Out*) do software R. Tal procedimento consiste na estimativa aproximada de uma amostra retirada dos dados e se assemelha ao *Aikaike Information Criterion* (AIC), utilizado na estatística frequentista (Gelman, Hwang e

Vehtari, 2013).

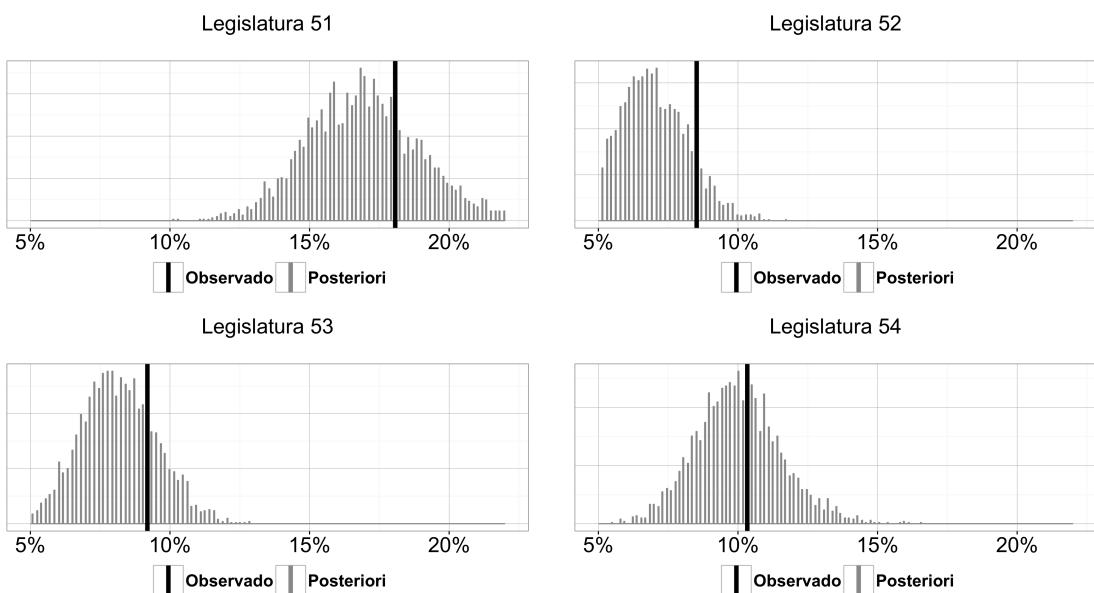
### A.2.1 Ajuste do Modelo 1 - Capítulo 2

Modelos de contagem como o que foi aplicado no Capítulo 2 têm o desafio de predizer a proporção de zeros encontrada nos dados observados. Como apresentam a Tabela 20 e os gráficos da figura 45, para todas as legislaturas o modelo apresenta uma predição razoável desta proporção. No entanto, a qualidade da predição varia de acordo com cada legislatura, indicando proporção relativamente abaixo da observada (Figura 45).

Tabela 20: Proporção de valores observados *versus* preditos por faixa - Modelo 1 do Capítulo 2

	51		52		53		54	
Quant. Disc.	Obs.	Pred.	Obs.	Pred.	Obs.	Pred.	Obs.	Pred.
Zeros	0.181	0.169	0.085	0.069	0.092	0.081	0.103	0.100
(0, 100]	0.752	0.751	0.703	0.717	0.748	0.737	0.758	0.739
(100, 200]	0.051	0.058	0.141	0.132	0.097	0.116	0.090	0.101
(200, 300]	0.009	0.014	0.040	0.046	0.040	0.037	0.021	0.033
>300	0.006	0.008	0.031	0.036	0.024	0.028	0.027	0.028

Figura 45: *Posterior Predictive Check* para o percentual de zeros - Quantidade de discursos



Se em relação à proporção de zeros os modelos apresetam previsões relativamente menores do que o observado, o contrário acontece em relação à média e ao desvio padrão. As figuras 46 e 49, apresentam esse resultado quando compara-se, respectivamente, a distribuição posterior da média e do desvio padrão com o valores observados para cada legislatura.

Figura 46: *Posterior Predictive Check* para média - Quantidade de discursos

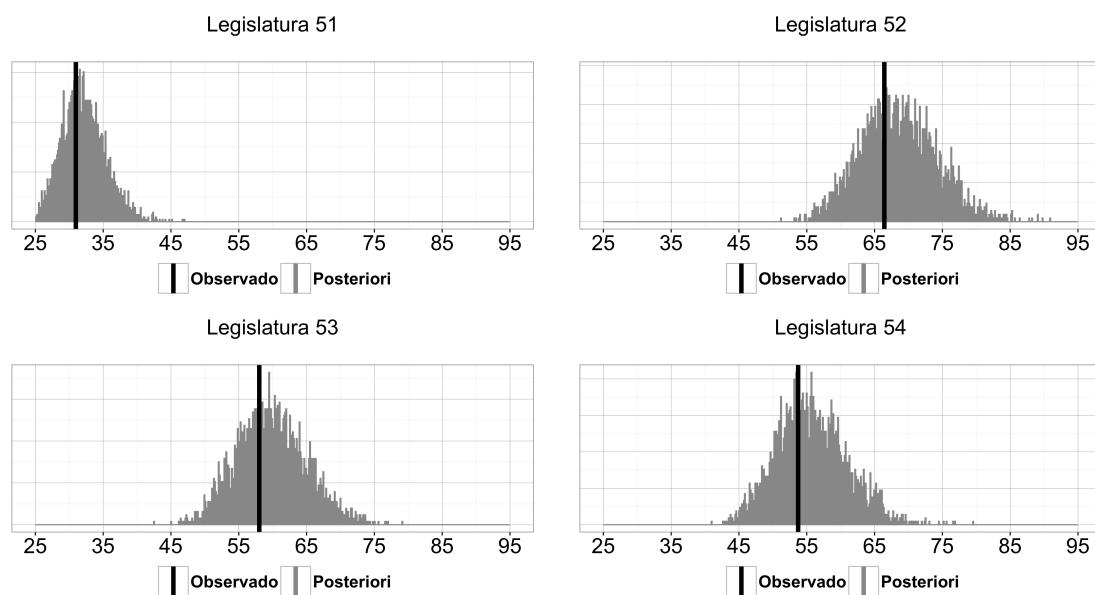


Figura 47: *Posterior Predictive Check* para o desvio padrão - Quantidade de discursos

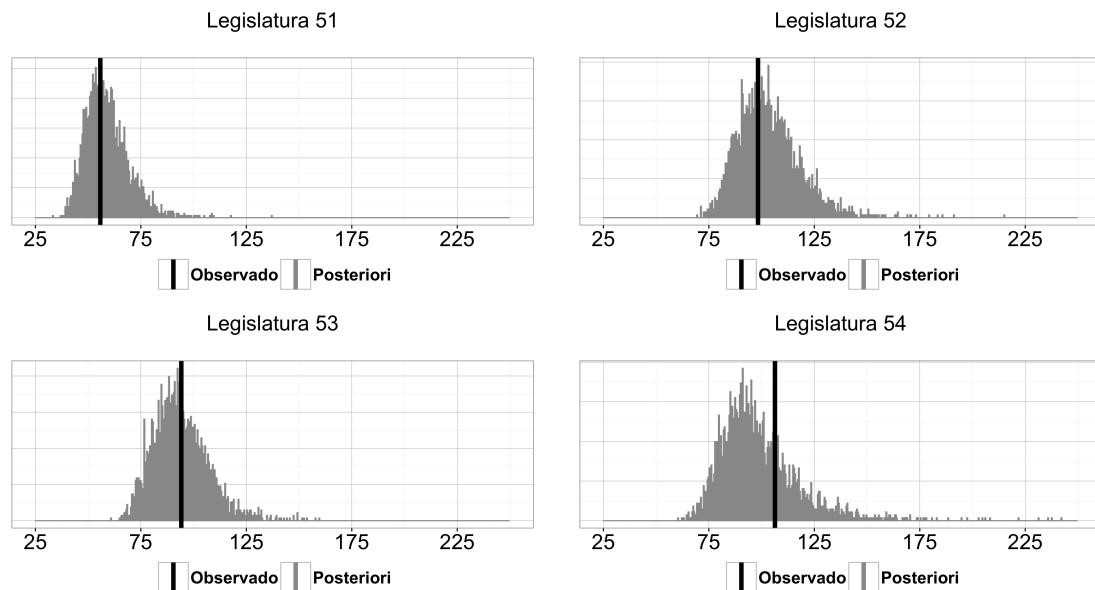
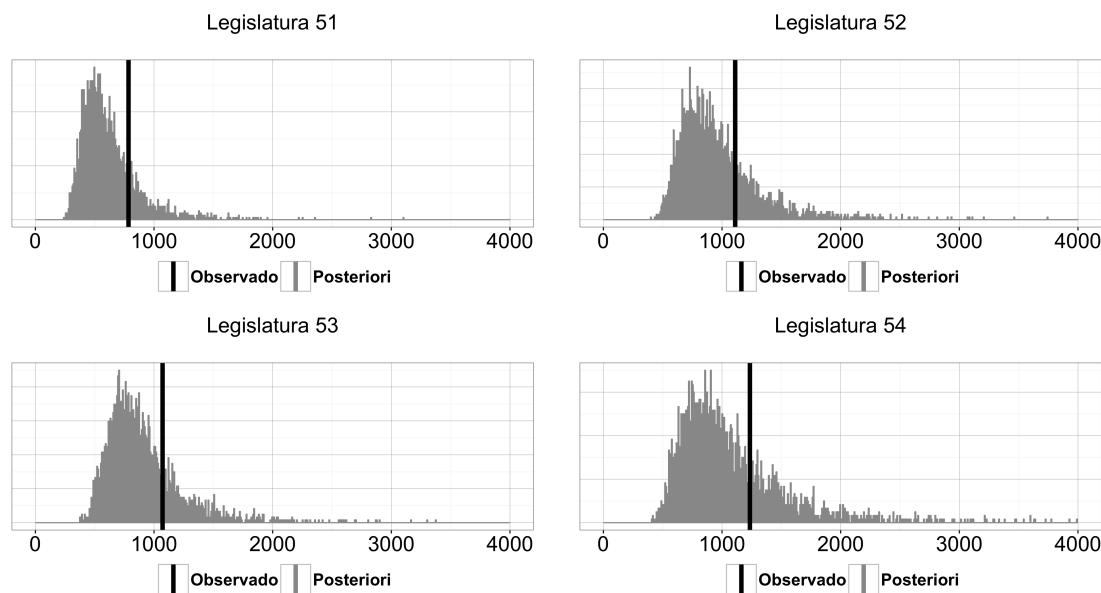
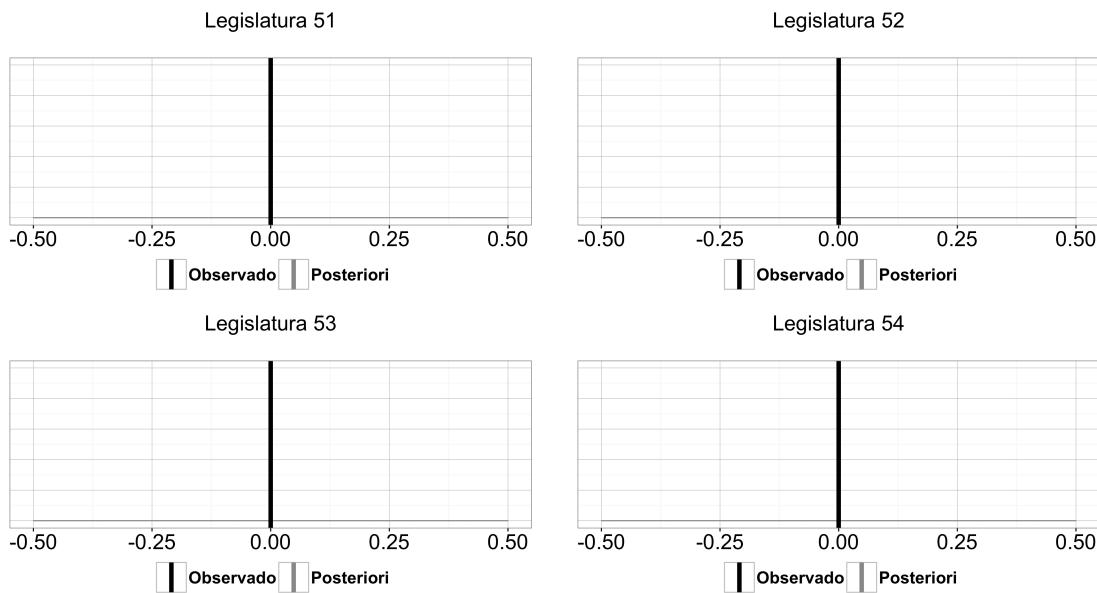


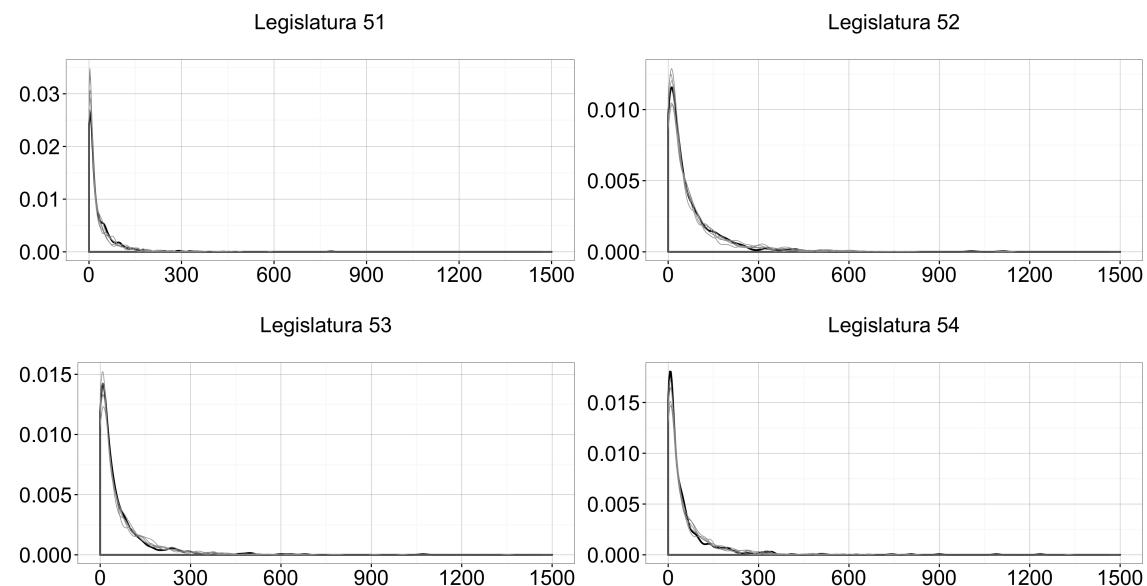
Figura 48: *Posterior Predictive Check* para o valor máximo - Quantidade de discursos



**Figura 49: Posterior Predictive Check para o valor mínimo - Quantidade de discursos**



**Figura 50: Posterior Predictive Check para a distribuição dos valores observados - Quantidade de discursos**



**Nota:** Para cada legislatura a linha preta sólida representa a densidade dos valores observados para a quantidade de discursos proferidos no Pequeno Expediente. Por sua vez, as linhas cinzas representam a realização de cinco amostras aleatórias obtidas através da distribuição posterior estimada em cada modelo.

A despeito das pequenas discrepâncias verificadas, uma análise mais geral do ajuste do modelo, através de amostras aleatórias coletadas das distribuições posteriores obtidas, permite concluir uma boa adequação aos dados (figura 50). A seguir estão apresentadas as Tabelas de resultados do Modelo 1 para as legislaturas 51 a 54 com a variável dependente Quantidade de discursos.

Tabela 21: Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 51 - Quantidade de Discursos

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	3.22	0.25	2.73	3.21	3.72
In(% Votos)	0.15	0.09	-0.02	0.15	0.32
Gênero	-0.32	0.27	-0.84	-0.33	0.26
# Legislaturas	0.18	0.06	0.06	0.18	0.29
Governo	-0.46	0.20	-0.88	-0.46	-0.08
Esquerda	0.59	0.23	0.13	0.59	1.04
In(PIB per capita)	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AC	-0.00	0.10	-0.25	-0.00	0.21
AL	-0.02	0.11	-0.27	-0.00	0.19
AM	-0.00	0.10	-0.22	0.00	0.20
AP	-0.02	0.11	-0.32	-0.00	0.17
BA	0.02	0.09	-0.14	0.01	0.26
CE	0.04	0.11	-0.12	0.01	0.33
DF	-0.02	0.10	-0.27	-0.01	0.15
ES	-0.00	0.09	-0.20	-0.00	0.20
GO	0.03	0.10	-0.14	0.01	0.29
MA	-0.02	0.10	-0.26	-0.00	0.17
MG	0.02	0.09	-0.15	0.00	0.21
MS	0.01	0.09	-0.17	0.00	0.24
MT	-0.02	0.10	-0.26	-0.00	0.16
PA	-0.02	0.10	-0.26	-0.01	0.18
PB	-0.00	0.10	-0.21	-0.00	0.22
PE	0.03	0.09	-0.13	0.01	0.28
PI	0.00	0.10	-0.20	0.00	0.23
PR	-0.02	0.09	-0.24	-0.01	0.16
RJ	0.01	0.09	-0.14	0.00	0.24
RN	-0.02	0.11	-0.31	-0.00	0.16
RO	0.01	0.10	-0.19	0.00	0.24
RR	-0.01	0.10	-0.25	-0.00	0.21
RS	-0.00	0.09	-0.19	0.00	0.19
SC	0.04	0.10	-0.13	0.01	0.29
SE	-0.02	0.10	-0.26	-0.00	0.18
SP	0.02	0.09	-0.15	0.00	0.25
TO	-0.03	0.11	-0.32	-0.01	0.14
(Intercept)UF	0.00	0.11	-0.22	-0.00	0.24
DEM	-0.06	0.10	-0.31	-0.04	0.09
PCdoB	0.01	0.12	-0.26	0.00	0.28
PDT	-0.00	0.11	-0.26	-0.00	0.24
PHS	-0.00	0.14	-0.28	-0.00	0.29
PMDB	0.06	0.11	-0.11	0.03	0.32
PP	-0.05	0.11	-0.33	-0.02	0.14
PPS	-0.00	0.11	-0.24	-0.00	0.26
PR	0.01	0.11	-0.20	0.00	0.29
PSB	-0.01	0.11	-0.27	-0.00	0.21
PSC	-0.00	0.13	-0.28	-0.00	0.26
PSDB	0.05	0.10	-0.11	0.03	0.30
PSDC	0.00	0.13	-0.27	0.00	0.28
PSL	-0.02	0.13	-0.32	-0.00	0.23
PST	-0.01	0.13	-0.29	-0.00	0.25
PT	0.02	0.10	-0.19	0.00	0.24
PTB	0.02	0.11	-0.19	0.00	0.29
PTN	-0.01	0.12	-0.29	-0.00	0.24
PV	-0.00	0.13	-0.28	0.00	0.27
(Intercept)Partido	-0.00	0.12	-0.27	-0.00	0.26
overdispersion	0.43	0.02	0.38	0.43	0.48
mean_PPD	32.04	3.25	26.11	31.80	38.97
log-posterior	64963.27	5.78	64950.82	64963.66	64973.91

Tabela 22: Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 52 - Quantidade de Discursos

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	3.84	0.26	3.32	3.84	4.37
ln(% Votos)	0.23	0.08	0.07	0.22	0.40
Gênero	-0.27	0.21	-0.65	-0.28	0.15
# Legislaturas	0.04	0.05	-0.05	0.04	0.13
Governo	-0.20	0.25	-0.72	-0.19	0.25
Esquerda	0.36	0.24	-0.18	0.37	0.79
In( PIB per capita)	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
AC	0.03	0.21	-0.38	0.02	0.45
AL	-0.04	0.20	-0.47	-0.03	0.35
AM	0.07	0.21	-0.33	0.05	0.53
AP	-0.08	0.21	-0.53	-0.07	0.30
BA	0.23	0.18	-0.08	0.22	0.62
CE	0.24	0.19	-0.08	0.22	0.66
DF	-0.06	0.23	-0.57	-0.04	0.39
ES	0.04	0.20	-0.34	0.03	0.48
GO	0.01	0.19	-0.35	0.01	0.41
MA	-0.08	0.19	-0.47	-0.07	0.27
MG	-0.31	0.19	-0.70	-0.30	0.02
MS	0.04	0.20	-0.35	0.03	0.48
MT	-0.17	0.23	-0.66	-0.14	0.24
PA	0.06	0.19	-0.29	0.05	0.47
PB	-0.10	0.21	-0.54	-0.09	0.30
PE	0.12	0.18	-0.20	0.10	0.50
PI	-0.14	0.22	-0.63	-0.12	0.27
PR	-0.20	0.19	-0.60	-0.19	0.13
RJ	0.14	0.16	-0.17	0.13	0.49
RN	-0.14	0.23	-0.64	-0.11	0.28
RO	0.14	0.21	-0.24	0.11	0.60
RR	0.01	0.20	-0.40	0.01	0.43
RS	0.08	0.16	-0.22	0.07	0.42
SC	0.13	0.20	-0.22	0.11	0.56
SE	-0.02	0.20	-0.43	-0.01	0.41
SP	0.04	0.16	-0.27	0.03	0.39
TO	0.00	0.20	-0.39	0.00	0.42
(Intercept)UF	-0.01	0.26	-0.52	-0.01	0.53
DEM	0.02	0.19	-0.40	0.03	0.40
PCdoB	0.07	0.23	-0.35	0.05	0.58
PDT	-0.12	0.22	-0.62	-0.10	0.27
PMDB	-0.07	0.17	-0.44	-0.05	0.26
PMN	0.01	0.28	-0.56	-0.00	0.63
PP	-0.12	0.19	-0.51	-0.10	0.22
PPS	-0.02	0.22	-0.47	-0.02	0.42
PR	-0.06	0.20	-0.49	-0.04	0.33
PRONA	-0.07	0.28	-0.72	-0.04	0.45
PSB	-0.14	0.21	-0.60	-0.12	0.21
PSC	-0.08	0.30	-0.77	-0.04	0.49
PSD	-0.01	0.25	-0.55	-0.01	0.51
PSDB	-0.26	0.22	-0.75	-0.23	0.08
PSDC	0.12	0.28	-0.35	0.08	0.81
PSL	0.26	0.31	-0.18	0.19	1.02
PST	0.01	0.26	-0.54	0.01	0.58
PT	0.21	0.19	-0.12	0.19	0.64
PTB	0.06	0.20	-0.32	0.05	0.48
PV	0.20	0.28	-0.23	0.15	0.88
(Intercept)Partido	0.00	0.28	-0.59	0.00	0.59
overdispersion	0.58	0.03	0.52	0.58	0.64
mean_PPD	68.30	5.61	58.37	67.98	79.77
log-posterior	159646.29	7.18	159631.82	159646.60	159659.24

Tabela 23: Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 53 - Quantidade de Discursos

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	3.52	0.23	3.06	3.52	3.97
ln(% Votos)	0.15	0.07	0.01	0.15	0.28
Gênero	-0.19	0.21	-0.59	-0.19	0.23
# Legislaturas	0.12	0.04	0.05	0.12	0.19
Governo	-0.19	0.14	-0.50	-0.19	0.08
Esquerda	0.58	0.15	0.30	0.58	0.87
In(PIB per capita)	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
AC	0.10	0.27	-0.40	0.09	0.64
AL	-0.39	0.34	-1.15	-0.36	0.17
AM	0.26	0.26	-0.22	0.24	0.83
AP	-0.03	0.27	-0.57	-0.03	0.50
BA	0.05	0.19	-0.32	0.04	0.45
CE	0.56	0.25	0.10	0.54	1.08
DF	-0.11	0.32	-0.82	-0.09	0.49
ES	0.04	0.25	-0.45	0.04	0.56
GO	0.22	0.23	-0.20	0.20	0.70
MA	0.10	0.22	-0.30	0.09	0.55
MG	-0.36	0.19	-0.74	-0.36	-0.01
MS	-0.11	0.29	-0.71	-0.10	0.44
MT	-0.14	0.25	-0.63	-0.14	0.34
PA	-0.14	0.23	-0.60	-0.13	0.30
PB	0.24	0.25	-0.20	0.22	0.79
PE	0.07	0.22	-0.34	0.06	0.53
PI	-0.24	0.27	-0.81	-0.23	0.28
PR	-0.18	0.20	-0.59	-0.18	0.22
RJ	-0.04	0.18	-0.40	-0.04	0.33
RN	-0.14	0.28	-0.71	-0.14	0.38
RO	0.16	0.25	-0.30	0.14	0.68
RR	0.03	0.25	-0.46	0.03	0.55
RS	-0.08	0.20	-0.47	-0.08	0.32
SC	0.30	0.24	-0.14	0.29	0.80
SE	-0.12	0.27	-0.64	-0.11	0.39
SP	0.25	0.21	-0.16	0.24	0.64
TO	-0.23	0.30	-0.87	-0.21	0.33
(Intercept)UF	0.00	0.34	-0.67	0.00	0.70
DEM	-0.04	0.10	-0.31	-0.01	0.12
PAN	0.02	0.11	-0.18	0.00	0.32
PCdoB	0.04	0.11	-0.14	0.01	0.34
PDT	-0.03	0.11	-0.30	-0.01	0.15
PHS	0.01	0.11	-0.20	0.00	0.26
PMDB	0.01	0.09	-0.18	0.00	0.21
PMN	0.01	0.11	-0.23	0.00	0.26
PP	-0.01	0.10	-0.23	-0.00	0.19
PPS	-0.03	0.11	-0.30	-0.01	0.14
PR	0.02	0.10	-0.14	0.01	0.27
PRB	-0.00	0.10	-0.25	0.00	0.21
PRONA	-0.02	0.12	-0.31	-0.00	0.20
PSB	-0.01	0.09	-0.23	-0.00	0.17
PSC	-0.02	0.11	-0.29	-0.00	0.17
PSDB	-0.02	0.09	-0.26	-0.00	0.14
PSOL	0.04	0.13	-0.14	0.01	0.37
PT	0.00	0.09	-0.20	0.00	0.21
PTB	0.01	0.09	-0.19	0.00	0.22
PTC	0.03	0.12	-0.15	0.01	0.34
PTdoB	0.00	0.12	-0.24	0.00	0.26
PV	0.01	0.11	-0.20	0.00	0.26
(Intercept)Partido	0.00	0.12	-0.24	0.00	0.27
overdispersion	0.55	0.03	0.50	0.55	0.61
mean_PPD	59.65	4.98	50.71	59.41	69.85
log-posterior	139237.91	6.60	139223.61	139238.18	139249.94

Tabela 24: Tabela de resultados do Modelo 1 para a legislatura 54 - Quantidade de Discursos

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	3.09	0.24	2.59	3.09	3.56
ln(% Votos)	0.29	0.08	0.12	0.29	0.45
Gênero	0.17	0.20	-0.21	0.16	0.59
# Legislaturas	0.11	0.03	0.05	0.11	0.18
Governo	-0.14	0.17	-0.50	-0.13	0.17
Esquerda	0.59	0.17	0.27	0.59	0.95
In(PIB per capita)	0.02	0.01	-0.00	0.02	0.04
AC	-0.06	0.30	-0.67	-0.05	0.56
AL	-0.10	0.27	-0.66	-0.10	0.42
AM	0.11	0.28	-0.41	0.09	0.70
AP	-0.11	0.30	-0.70	-0.11	0.49
BA	0.35	0.22	-0.04	0.34	0.81
CE	0.47	0.25	0.01	0.46	1.00
DF	0.11	0.33	-0.53	0.10	0.81
ES	-0.23	0.29	-0.82	-0.22	0.32
GO	-0.37	0.26	-0.91	-0.37	0.12
MA	0.12	0.24	-0.32	0.11	0.60
MG	-0.28	0.19	-0.65	-0.29	0.10
MS	0.09	0.30	-0.47	0.08	0.76
MT	-0.17	0.27	-0.74	-0.16	0.36
PA	-0.09	0.23	-0.54	-0.09	0.39
PB	0.27	0.26	-0.19	0.25	0.83
PE	0.20	0.23	-0.23	0.19	0.67
PI	0.30	0.28	-0.19	0.28	0.92
PR	-0.29	0.23	-0.74	-0.29	0.17
RJ	0.01	0.20	-0.39	0.01	0.41
RN	-0.13	0.28	-0.72	-0.13	0.42
RO	-0.09	0.29	-0.65	-0.09	0.48
RR	-0.22	0.30	-0.84	-0.21	0.37
RS	0.11	0.21	-0.29	0.10	0.55
SC	0.50	0.25	0.07	0.49	1.03
SE	-0.12	0.31	-0.73	-0.12	0.49
SP	0.07	0.21	-0.35	0.06	0.48
TO	-0.36	0.32	-1.02	-0.34	0.25
(Intercept)UF	0.01	0.37	-0.76	0.01	0.77
DEM	-0.02	0.13	-0.32	-0.01	0.25
PCdoB	0.01	0.14	-0.29	0.00	0.32
PDT	-0.09	0.15	-0.46	-0.05	0.16
PHS	0.00	0.17	-0.35	0.00	0.36
PMDB	0.05	0.13	-0.18	0.03	0.39
PMN	-0.07	0.18	-0.51	-0.03	0.24
PP	-0.04	0.13	-0.34	-0.02	0.23
PPS	0.02	0.15	-0.28	0.01	0.37
PR	0.07	0.14	-0.18	0.04	0.41
PRB	0.06	0.16	-0.22	0.03	0.45
PRP	-0.02	0.17	-0.37	-0.01	0.31
PRTB	-0.02	0.18	-0.45	-0.01	0.34
PSB	-0.12	0.17	-0.53	-0.08	0.11
PSC	-0.01	0.14	-0.33	-0.00	0.29
PSDB	-0.01	0.12	-0.28	-0.00	0.24
PSDC	-0.01	0.18	-0.42	-0.00	0.37
PSL	-0.03	0.18	-0.44	-0.01	0.32
PSOL	0.05	0.16	-0.25	0.02	0.44
PT	0.13	0.15	-0.07	0.10	0.48
PTB	-0.01	0.14	-0.34	-0.00	0.29
PTC	-0.01	0.17	-0.39	-0.00	0.34
PTdoB	-0.01	0.17	-0.38	-0.01	0.34
PV	0.08	0.16	-0.16	0.04	0.47
(Intercept)Partido	-0.00	0.17	-0.38	-0.00	0.34
overdispersion	0.52	0.03	0.47	0.52	0.57
mean_PPD	55.46	5.17	46.41	55.26	66.31
log-posterior	136967.44	7.08	136953.27	136967.60	136980.74

## B Apêndice do Capítulo 4

Como exposto, para a validação, rotulação e classificação dos tópicos apresentados nas Tabelas 9, 10, 11 e 12, foi realizada a leitura e avaliação de uma amostra aleatória de pelo menos 10 discursos classificados em cada tópico. Dada a inviabilidade de reproduzir nessa tese a íntegra dos discursos analisados, nas Tabelas 25, 26, 27 e 28 são apresentados os principais dados referentes a cada um, sendo assim possível sua consulta direta no portal da Câmara dos Deputados<sup>69</sup>:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>

Tabela 25: Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 51

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agropecuária	ADAO PRETTO	PT	RS	2002-03-19 17:42:00	040.4.51.O
Agropecuária	CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	2002-03-19 17:42:00	040.4.51.O
Agropecuária	EUNICIO OLIVEIRA	PMDB	CE	2001-08-07 14:12:00	131.3.51.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	2002-12-17 16:24:00	001.6.51.E
Agropecuária	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	2001-02-13 14:14:00	011.4.51.E
Agropecuária	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2002-11-28 14:34:00	218.4.51.O
Agropecuária	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2002-03-05 14:10:00	024.4.51.O
Agropecuária	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2001-04-03 15:10:00	039.3.51.O
Agropecuária	NILTON CAPIXABA	PTB	RO	2002-03-11 14:24:00	029.4.51.O
Agropecuária	RONALDO CAIADO	PFL	GO	2001-03-20 17:38:00	023.3.51.O
ALCA e Terrorismo	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-05-08 17:56:00	074.3.51.O
ALCA e Terrorismo	ARY KARA	PTB	SP	2001-11-07 14:02:00	230.3.51.O
ALCA e Terrorismo	FERNANDO GABEIRA	PT	RJ	2001-10-23 17:32:00	212.3.51.O
ALCA e Terrorismo	LINCOLN PORTELA	PSL	MG	2002-10-30 17:52:00	191.4.51.O
ALCA e Terrorismo	MARCOS ROLIM	PT	RS	2001-09-26 16:32:00	183.3.51.O
ALCA e Terrorismo	MICHEL TEMER	PMDB	SP	2000-10-18 16:48:00	185.2.51.O
ALCA e Terrorismo	MILTON TEMER	PT	RJ	2001-09-25 17:28:00	181.3.51.O
ALCA e Terrorismo	MURILO DOMINGOS	PTB	MT	2001-11-28 13:46:00	250.3.51.O
ALCA e Terrorismo	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2002-03-26 14:10:00	048.4.51.O
ALCA e Terrorismo	RUBEM MEDINA	PFL	RJ	2000-12-12 15:08:00	232.2.51.O
Amazônia e Meio ambiente	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2001-06-06 14:02:00	104.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	ATILA LINS	PFL	AM	2001-03-30 09:24:00	036.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	COSTA FERREIRA	PFL	MA	2001-04-09 14:16:00	044.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	LINCOLN PORTELA	PSL	MG	2001-08-07 14:06:00	131.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-11-13 14:44:00	204.4.51.O
Amazônia e Meio ambiente	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-05-28 14:28:00	092.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	MORONI TORGAN	PFL	CE	2001-06-05 14:04:00	102.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	NILSON MOURAO	PT	AC	2001-10-15 14:08:00	201.3.51.O

Continua na próxima página...

<sup>69</sup>A coleta mais recente dos dados para essa pesquisa foi realizada através do portal de dados abertos da Câmara dos Deputados no mês de Novembro de 2015. Desde então, é possível que a equipe técnica tenha realizado mudanças na base de dados, podendo nova consulta, eventualmente, resultar em base de dados distinta.

Tabela 25 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Amazônia e Meio ambiente	SEBASTIAO MADEIRA	PSDB	MA	2001-06-04 16:00:00	100.3.51.O
Amazônia e Meio ambiente	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	2002-03-26 16:54:00	048.4.51.O
Corrupção	AECIO NEVES	PSDB	MG	2002-02-26 17:52:00	013.4.51.O
Corrupção	CABO JULIO	PL	MG	2001-06-19 15:42:00	115.3.51.O
Corrupção	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	2001-04-25 16:58:00	063.3.51.O
Corrupção	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2001-03-30 12:24:00	036.3.51.O
Corrupção	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	2002-04-02 13:52:00	053.4.51.O
Corrupção	NILSON MOURAO	PT	AC	2001-04-11 17:12:00	047.3.51.O
Corrupção	ODELMO LEAO	PPB	MG	2001-05-23 15:12:00	089.3.51.O
Corrupção	PAES LANDIM	PFL	PI	2002-06-07 09:48:00	125.4.51.O
Corrupção	SERGIO NOVAIS	PSB	CE	2001-04-18 18:04:00	054.3.51.O
Corrupção	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2001-04-10 18:52:00	046.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-08-07 17:12:00	131.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	ARY KARA	PTB	SP	2002-03-26 14:10:00	048.4.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2002-05-17 09:48:00	106.4.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	2002-11-06 15:06:00	197.4.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	MARCOS AFONSO	PT	AC	2001-08-21 15:20:00	145.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	MARIO ASSAD JUNIOR	PFL	MG	2001-06-06 15:28:00	104.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-11-28 14:42:00	250.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-12-07 11:42:00	258.3.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	ROBERTO PESSOA	PFL	CE	2002-04-23 15:10:00	079.4.51.O
Datas comemorativas e Homenagens	ZEZE PERRELLA	PFL	MG	2001-04-24 15:20:00	061.3.51.O
Direitos Humanos e Minorias	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2001-05-15 15:18:00	080.3.51.O
Direitos Humanos e Minorias	CARLOS SANTANA	PT	RJ	2001-11-21 15:42:00	243.3.51.O
Direitos Humanos e Minorias	FERNANDO FERRO	PT	PE	2000-12-29 09:04:00	004.3.51.E
Direitos Humanos e Minorias	LUIZ ALBERTO	PT	BA	2002-05-22 19:04:00	112.4.51.O
Direitos Humanos e Minorias	MEDEIROS	PL	SP	2001-05-29 17:00:00	094.3.51.O
Direitos Humanos e Minorias	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	2002-08-01 14:14:00	147.4.51.O
Direitos Humanos e Minorias	MORONI TORGAN	PFL	CE	2000-11-27 14:10:00	214.2.51.O
Direitos Humanos e Minorias	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	2001-06-21 13:06:00	118.3.51.O
Direitos Humanos e Minorias	RUBEM MEDINA	PFL	RJ	2000-11-22 15:12:00	211.2.51.O
Direitos Humanos e Minorias	WILSON SANTOS	PMDB	MT	2001-04-25 14:44:00	063.3.51.O
Economia	AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	2001-08-10 11:32:00	136.3.51.O
Economia	CARLOS BATATA	PSDB	PE	2002-02-26 15:22:00	013.4.51.O
Economia	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2002-03-19 14:06:00	040.4.51.O
Economia	JUQUINHA	PSDB	GO	2000-11-22 16:36:00	211.2.51.O
Economia	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2001-10-30 16:16:00	221.3.51.O
Economia	MAGNO MALTA	PL	ES	2001-09-26 14:10:00	183.3.51.O
Economia	MAGNO MALTA	PL	ES	2001-04-05 17:04:00	042.3.51.O
Economia	MARCONDES GADELHA	PFL	PB	2001-02-06 14:22:00	005.4.51.E
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-05-23 14:12:00	089.3.51.O
Economia	RUBEM MEDINA	PFL	RJ	2001-03-28 15:24:00	033.3.51.O
Educação	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2001-12-04 14:16:00	254.3.51.O
Educação	CARLOS NADER	PFL	RJ	2001-11-27 15:52:00	247.3.51.O
Educação	ESTHER GROSSI	PT	RS	2001-02-21 14:54:00	006.3.51.O
Educação	LEUR LOMANTO	PMDB	BA	2001-12-11 17:48:00	261.3.51.O
Educação	MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	2002-11-19 15:18:00	207.4.51.O
Educação	MARCOS AFONSO	PT	AC	2001-06-19 13:24:00	115.3.51.O
Educação	MARCOS AFONSO	PT	AC	2002-05-15 14:10:00	103.4.51.O
Educação	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-11-26 14:38:00	214.4.51.O
Educação	MIRIAM REID	PSB	RJ	2002-02-26 17:08:00	013.4.51.O
Educação	ROBERIO ARAUJO	PL	RR	2001-03-28 16:30:00	033.3.51.O

Continua na próxima página...

Tabela 25 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Emenda parlamentar	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-05-30 16:26:00	096.3.51.O
Emenda parlamentar	ARISTON ANDRADE	PFL	BA	2001-05-15 17:38:00	080.3.51.O
Emenda parlamentar	CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	2001-09-05 15:00:00	163.3.51.O
Emenda parlamentar	JORGE BITTAR	PT	RJ	2000-12-05 17:16:00	224.2.51.O
Emenda parlamentar	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2001-05-23 16:42:00	089.3.51.O
Emenda parlamentar	MARCIO BITTAR	PPS	AC	2001-08-29 13:20:00	155.3.51.O
Emenda parlamentar	MARCIO BITTAR	PPS	AC	2000-11-07 16:30:00	198.2.51.O
Emenda parlamentar	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2000-10-18 14:30:00	185.2.51.O
Emenda parlamentar	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	2001-06-12 16:22:00	110.3.51.O
Emenda parlamentar	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	2001-05-29 17:00:00	094.3.51.O
Empresas	AGNELO QUEIROZ	PCDOB	DF	2001-09-28 11:40:00	186.3.51.O
Empresas	CARLOS DUNGA	PTB	PB	2001-12-19 13:52:00	002.5.51.E
Empresas	ENIO BACCI	PDT	RS	2002-11-27 17:24:00	217.4.51.O
Empresas	LINCOLN PORTELA	PSL	MG	2002-06-11 18:46:00	127.4.51.O
Empresas	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2001-03-20 15:10:00	023.3.51.O
Empresas	MARCOS AFONSO	PT	AC	2001-08-07 14:12:00	131.3.51.O
Empresas	MARCOS AFONSO	PT	AC	2001-03-27 15:46:00	031.3.51.O
Empresas	MARIA ELVIRA	PMDB	MG	2001-12-12 16:32:00	263.3.51.O
Empresas	NELO RODOLFO	PMDB	SP	2001-05-14 18:14:00	078.3.51.O
Empresas	RUBEM MEDINA	PFL	RJ	2001-03-20 15:20:00	023.3.51.O
Energia	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2001-05-11 11:30:00	077.3.51.O
Energia	CARLITO MERSS	PT	SC	2002-06-12 15:24:00	129.4.51.O
Energia	FERNANDO CORUJA	PDT	SC	2001-05-15 16:24:00	080.3.51.O
Energia	JOSE CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	2001-06-06 13:02:00	104.3.51.O
Energia	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	2001-09-26 15:28:00	183.3.51.O
Energia	LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	2000-11-24 10:16:00	213.2.51.O
Energia	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2001-05-22 17:00:00	087.3.51.O
Energia	MAGNO MALTA	PL	ES	2001-08-08 14:26:00	133.3.51.O
Energia	MARIO NEGROMONTE	PPB	BA	2001-10-15 15:54:00	201.3.51.O
Energia	SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	2001-05-07 15:16:00	072.3.51.O
Gênero e Pobreza	AGNELO QUEIROZ	PCDOB	DF	2002-02-19 13:36:00	003.4.51.O
Gênero e Pobreza	CARLOS SANTANA	PT	RJ	2002-05-08 15:10:00	094.4.51.O
Gênero e Pobreza	ESTHER GROSSI	PT	RS	2002-08-08 14:12:00	154.4.51.O
Gênero e Pobreza	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2002-12-17 14:46:00	001.6.51.E
Gênero e Pobreza	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	2002-03-06 14:08:00	025.4.51.O
Gênero e Pobreza	MARIA ELVIRA	PMDB	MG	2001-11-26 18:51:00	246.3.51.O
Gênero e Pobreza	MARIA ELVIRA	PMDB	MG	2001-11-26 17:54:00	246.3.51.O
Gênero e Pobreza	MARIA LUCIA	PMDB	MG	2002-03-06 16:22:00	025.4.51.O
Gênero e Pobreza	MORONI TORGAN	PFL	CE	2001-08-28 17:22:00	153.3.51.O
Gênero e Pobreza	RITA CAMATA	PMDB	ES	2002-03-13 16:54:00	034.4.51.O
Medida Provisória	AECIO NEVES	PSDB	MG	2002-12-11 17:50:00	233.4.51.O
Medida Provisória	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2002-11-12 17:46:00	202.4.51.O
Medida Provisória	AUGUSTO NARDES	PPB	RS	2002-08-06 19:34:00	150.4.51.O
Medida Provisória	JOAO PAULO	PT	SP	2002-04-09 16:12:00	060.4.51.O
Medida Provisória	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	2002-04-09 16:50:00	060.4.51.O
Medida Provisória	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	2001-06-05 15:38:00	102.3.51.O
Medida Provisória	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	2002-11-06 17:58:00	197.4.51.O
Medida Provisória	MANOEL VITORIO	PT	MS	2001-04-05 14:28:00	042.3.51.O
Medida Provisória	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-01-30 14:12:00	001.4.51.E
Medida Provisória	RONALDO CAIADO	PFL	GO	2002-02-26 18:00:00	013.4.51.O
Projetos de lei	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-03-20 17:38:00	023.3.51.O
Projetos de lei	ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	2002-03-13 17:12:00	034.4.51.O

Continua na próxima página...

Tabela 25 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Projetos de lei	ELIAS MURAD	PSDB	MG	2001-12-19 13:06:00	002.5.51.E
Projetos de lei	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	2002-06-19 17:08:00	137.4.51.O
Projetos de lei	MARCUS VICENTE	PSDB	ES	2001-03-21 17:38:00	025.3.51.O
Projetos de lei	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-02-26 13:54:00	013.4.51.O
Projetos de lei	MEDEIROS	PL	SP	2001-05-08 16:50:00	074.3.51.O
Projetos de lei	MIRIAM REID	PSB	RJ	2001-08-21 17:26:00	145.3.51.O
Projetos de lei	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	2002-05-14 19:16:00	101.4.51.O
Projetos de lei	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP	2001-03-14 17:04:00	017.3.51.O
Questão indígena e fundiária	ADAO PRETTO	PT	RS	2001-02-06 16:52:00	005.4.51.E
Questão indígena e fundiária	ANTONIO FEIJAO	PSDB	AP	2002-04-16 14:22:00	069.4.51.O
Questão indígena e fundiária	EXPEDITO JUNIOR	PSDB	RO	2001-08-08 13:32:00	133.3.51.O
Questão indígena e fundiária	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2001-04-18 17:16:00	054.3.51.O
Questão indígena e fundiária	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2001-05-02 15:20:00	068.3.51.O
Questão indígena e fundiária	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2001-05-09 14:10:00	075.3.51.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO BITTAR	PPS	AC	2002-05-08 14:54:00	094.4.51.O
Questão indígena e fundiária	MARCONDES GADELHA	PFL	PB	2001-06-11 18:40:00	108.3.51.O
Questão indígena e fundiária	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	2001-05-29 17:00:00	094.3.51.O
Questão indígena e fundiária	SAULO PEDROSA	PSDB	BA	2002-03-26 15:32:00	048.4.51.O
Questões legislativas	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-10-16 18:38:00	203.3.51.O
Questões legislativas	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-11-27 17:18:00	247.3.51.O
Questões legislativas	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-08-01 18:02:00	126.3.51.O
Questões legislativas	FERNANDO GABEIRA	PT	RJ	2001-11-28 17:28:00	250.3.51.O
Questões legislativas	JOSE DIRCEU	PT	SP	2001-09-04 16:56:00	162.3.51.O
Questões legislativas	JOSE GENOINO	PT	SP	2001-05-09 17:34:00	075.3.51.O
Questões legislativas	JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	2001-03-28 17:08:00	033.3.51.O
Questões legislativas	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	2002-04-30 16:44:00	087.4.51.O
Questões legislativas	REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	2001-10-03 17:04:00	190.3.51.O
Questões legislativas	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2002-04-02 16:38:00	053.4.51.O
Questões municipais	AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	2001-03-14 18:26:00	017.3.51.O
Questões municipais	ATILA LINS	PFL	AM	2001-05-14 14:46:00	078.3.51.O
Questões municipais	ENI VOLTOLINI	PPB	SC	2002-12-03 18:24:00	224.4.51.O
Questões municipais	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2001-06-06 13:46:00	104.3.51.O
Questões municipais	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	2001-02-01 15:14:00	002.4.51.E
Questões municipais	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-04-15 14:08:00	067.4.51.O
Questões municipais	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-04-12 09:16:00	066.4.51.O
Questões municipais	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	2001-10-09 17:20:00	195.3.51.O
Questões municipais	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2002-04-09 15:16:00	060.4.51.O
Questões municipais	RICARDO IZAR	PMDB	SP	2000-11-22 19:06:00	211.2.51.O
Salário mínimo	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2001-04-18 18:04:00	054.3.51.O
Salário mínimo	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2002-11-05 16:56:00	195.4.51.O
Salário mínimo	FERNANDO GONCALVES	PTB	RJ	2002-04-03 14:02:00	054.4.51.O
Salário mínimo	NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	2001-12-19 14:20:00	002.5.51.E
Salário mínimo	PAULO PAIM	PT	RS	2000-11-10 09:18:00	203.2.51.O
Salário mínimo	PAULO PAIM	PT	RS	2002-05-09 14:10:00	096.4.51.O
Salário mínimo	PAULO PAIM	PT	RS	2002-11-28 14:44:00	218.4.51.O
Salário mínimo	PAULO PAIM	PT	RS	2001-08-17 10:52:00	142.3.51.O
Salário mínimo	PAULO PAIM	PT	RS	2002-04-17 14:38:00	071.4.51.O
Salário mínimo	RENATO VIANNA	PMDB	SC	2001-06-19 15:08:00	115.3.51.O
Saúde	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-10-03 17:04:00	190.3.51.O
Saúde	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2002-11-26 17:48:00	214.4.51.O
Saúde	EFRAIM MORAIS	PFL	PB	2001-10-18 14:22:00	208.3.51.O
Saúde	LUIZ ALBERTO	PT	BA	2002-03-13 14:12:00	034.4.51.O

Continua na próxima página...

Tabela 25 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Saúde	NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	2001-03-05 16:08:00	009.3.51.O
Saúde	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2001-11-13 14:42:00	236.3.51.O
Saúde	NEY LOPES	PFL	RN	2000-10-31 18:44:00	194.2.51.O
Saúde	OLIVEIRA FILHO	PL	PR	2002-06-18 16:00:00	134.4.51.O
Saúde	SALOMAO GURGEL	PDT	RN	2001-11-23 09:40:00	245.3.51.O
Saúde	WILSON SANTOS	PMDB	MT	2001-06-13 13:52:00	112.3.51.O
Segurança	AECIO NEVES	PSDB	MG	2002-04-02 16:28:00	053.4.51.O
Segurança	ALMERINDA DE CARVALHO	PPB	RJ	2002-11-13 15:14:00	204.4.51.O
Segurança	EULER RIBEIRO	PFL	AM	2002-03-26 13:48:00	048.4.51.O
Segurança	LINCOLN PORTELA	PSL	MG	2002-02-26 15:30:00	013.4.51.O
Segurança	MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	2002-11-13 15:50:00	204.4.51.O
Segurança	MARCOS AFONSO	PT	AC	2001-05-09 15:38:00	075.3.51.O
Segurança	MARCOS DE JESUS	PL	PE	2001-12-19 18:00:00	002.5.51.E
Segurança	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-04-03 14:10:00	039.3.51.O
Segurança	MORONI TORGAN	PFL	CE	2001-12-12 17:12:00	263.3.51.O
Segurança	RUBEM MEDINA	PFL	RJ	2002-08-27 15:10:00	163.4.51.O
Servidores Públicos	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	2000-10-25 16:44:00	190.2.51.O
Servidores Públicos	ANTONIO DO VALLE	PMDB	MG	2000-12-05 14:46:00	224.2.51.O
Servidores Públicos	CARLOS SANTANA	PT	RJ	2002-06-26 17:32:00	144.4.51.O
Servidores Públicos	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	2001-10-31 13:52:00	223.3.51.O
Servidores Públicos	MARISA SERRANO	PSDB	MS	2002-12-04 16:26:00	225.4.51.O
Servidores Públicos	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2000-11-01 14:08:00	195.2.51.O
Servidores Públicos	MIRIAM REID	PSB	RJ	2001-12-12 17:12:00	263.3.51.O
Servidores Públicos	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	2002-06-19 17:14:00	137.4.51.O
Servidores Públicos	SIMAO SESSIM	PPB	RJ	2002-06-18 15:28:00	134.4.51.O
Servidores Públicos	WILSON SANTOS	PMDB	MT	2001-08-15 13:40:00	139.3.51.O
Sistema Financeiro	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-02-21 16:54:00	006.3.51.O
Sistema Financeiro	CORIOLANO SALES	PMDB	BA	2001-04-09 18:02:00	044.3.51.O
Sistema Financeiro	EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	2001-06-19 16:38:00	115.3.51.O
Sistema Financeiro	JUQUINHA	PL	GO	2002-06-25 16:08:00	143.4.51.O
Sistema Financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-03-12 15:18:00	031.4.51.O
Sistema Financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-02-13 14:18:00	011.4.51.E
Sistema Financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-02-19 13:04:00	003.4.51.O
Sistema Financeiro	MEDEIROS	PL	SP	2001-08-28 17:28:00	153.3.51.O
Sistema Financeiro	MILTON TEMER	PT	RJ	2001-08-14 15:40:00	138.3.51.O
Sistema Financeiro	RICARDO IZAR	PTB	SP	2001-11-13 16:54:00	236.3.51.O
Sistema Político	AGNELO QUEIROZ	PCDOB	DF	2002-06-17 16:20:00	132.4.51.O
Sistema Político	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	2001-08-07 13:08:00	131.3.51.O
Sistema Político	FERNANDO FERRO	PT	PE	2000-10-31 16:38:00	194.2.51.O
Sistema Político	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2000-10-18 15:02:00	185.2.51.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-11-29 09:36:00	220.4.51.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2000-12-05 14:24:00	224.2.51.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2001-11-09 10:08:00	233.3.51.O
Sistema Político	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	2001-11-07 17:20:00	230.3.51.O
Sistema Político	ROMEL ANIZIO	PPB	MG	2001-03-27 15:44:00	031.3.51.O
Sistema Político	ZULAJE COBRA	PSDB	SP	2001-12-12 17:12:00	263.3.51.O
Sistema Tributário	AIRTON DIPP	PDT	RS	2002-05-22 17:04:00	112.4.51.O
Sistema Tributário	BENITO GAMA	PMDB	BA	2001-12-19 14:34:00	002.5.51.E
Sistema Tributário	EXPEDITO JUNIOR	PSDB	RO	2002-02-26 15:10:00	013.4.51.O
Sistema Tributário	JOSE CARLOS ALELUIA	PFL	BA	2002-12-11 17:50:00	233.4.51.O
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2002-04-23 16:16:00	079.4.51.O
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2001-03-28 17:08:00	033.3.51.O

Continua na próxima página...

**Tabela 25 – continuação da página anterior**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2000-11-07 17:54:00	198.2.51.O
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2001-09-25 17:28:00	181.3.51.O
Sistema Tributário	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2001-04-18 16:40:00	054.3.51.O
Sistema Tributário	RICARDO BERZOINI	PT	SP	2001-06-06 13:24:00	104.3.51.O
Trabalho	AECIO NEVES	PSDB	MG	2002-04-17 16:02:00	071.4.51.O
Trabalho	AUGUSTO NARDES	PPB	RS	2001-09-26 16:18:00	183.3.51.O
Trabalho	EXPEDITO JUNIOR	PSDB	RO	2002-05-08 14:16:00	094.4.51.O
Trabalho	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2001-05-29 17:00:00	094.3.51.O
Trabalho	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2001-11-28 17:28:00	250.3.51.O
Trabalho	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	2001-04-03 14:28:00	039.3.51.O
Trabalho	NILTON CAPIXABA	PTB	RO	2002-05-07 14:26:00	092.4.51.O
Trabalho	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	2002-02-27 13:48:00	016.4.51.O
Trabalho	RUBENS BUENO	PPS	PR	2001-03-20 15:52:00	023.3.51.O
Trabalho	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	2001-11-20 19:26:00	242.3.51.O
Transporte	AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	2001-04-09 15:06:00	044.3.51.O
Transporte	CABO JULIO	PST	MG	2001-11-28 15:56:00	250.3.51.O
Transporte	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2002-03-07 15:04:00	026.4.51.O
Transporte	JOAO TOTA	PPB	AC	2001-10-16 14:04:00	203.3.51.O
Transporte	MANOEL VITORIO	PT	MS	2001-04-17 14:38:00	051.3.51.O
Transporte	MANOEL VITORIO	PT	MS	2000-12-27 14:28:00	001.3.51.E
Transporte	MANOEL VITORIO	PT	MS	2001-08-21 13:48:00	145.3.51.O
Transporte	MARCIO MATOS	PTB	PR	2001-03-21 14:14:00	025.3.51.O
Transporte	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2002-10-21 14:02:00	184.4.51.O
Transporte	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	2001-02-21 16:24:00	006.3.51.O
Votação	AECIO NEVES	PSDB	MG	2001-11-06 17:10:00	228.3.51.O
Votação	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	2002-04-17 16:02:00	071.4.51.O
Votação	ENIO BACCI	PDT	RS	2001-08-07 13:34:00	131.3.51.O
Votação	JOSE ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	2002-04-16 16:20:00	069.4.51.O
Votação	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2002-12-04 17:04:00	225.4.51.O
Votação	MARIA ELVIRA	PMDB	MG	2001-08-07 17:12:00	131.3.51.O
Votação	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	2001-05-08 17:56:00	074.3.51.O
Votação	MICHEL TEMER	PMDB	SP	2001-02-06 17:12:00	005.4.51.E
Votação	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	2000-11-28 17:28:00	216.2.51.O
Votação	ZULAIE COBRA	PSDB	SP	2001-06-19 16:38:00	115.3.51.O

**Tabela 26: Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 52**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agropecuária	ADAO PRETTO	PT	RS	2004-03-04 15:46:00	013.2.52.O
Agropecuária	CARLOS SOUZA	PP	AM	2006-03-15 14:18:00	019.4.52.O
Agropecuária	FEU ROSA	PP	ES	2006-07-10 15:00:00	119.4.52.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2006-05-17 17:02:00	077.4.52.O
Agropecuária	MILTON CARDIAS	PTB	RS	2003-08-14 15:36:00	143.1.52.O
Agropecuária	MURILO ZAUTTH	PFL	MS	2004-10-20 17:06:00	222.2.52.O
Agropecuária	NATAN DONADON	PMDB	RO		281.3.52.O
Agropecuária	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2003-10-28 16:26:00	241.1.52.O
Agropecuária	SANDRO MABEL	PL	GO	2006-06-21 15:10:00	106.4.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agropecuária	ZONTA	PP	SC	2004-03-22 14:45:00	028.2.52.O
Amazônia e Meio ambiente	AGNALDO MUNIZ	PP	RO	2005-05-31 16:50:00	111.3.52.O
Amazônia e Meio ambiente	ATILA LINS	PPS	AM	2003-12-08 19:06:00	291.1.52.O
Amazônia e Meio ambiente	CARLOS SOUZA	PL	AM	2003-07-10 15:28:00	011.1.52.E
Amazônia e Meio ambiente	JUNIOR BETAO	PPS	AC	2003-12-03 16:02:00	286.1.52.O
Amazônia e Meio ambiente	NATAN DONADON	PMDB	RO	2006-11-29 15:34:00	195.4.52.O
Amazônia e Meio ambiente	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	2005-04-28 19:12:00	078.3.52.O
Amazônia e Meio ambiente	NILSON MOURAO	PT	AC	2003-05-06 15:02:00	066.1.52.O
Amazônia e Meio ambiente	NILTON CAPIXABA	PTB	RO	2003-03-18 15:12:00	017.1.52.O
Amazônia e Meio ambiente	VANESSA GRAZZIOTIN	PCDOB	AM	2003-03-26 16:52:00	026.1.52.O
Amazônia e Meio ambiente	ZICO BRONZEADO	PT	AC	2003-05-26 14:44:00	092.1.52.O
Criança e Adolescente	ALBERTO FRAGA	SEM PARTIDO	DF	2005-04-05 18:00:00	053.3.52.O
Criança e Adolescente	CARLOS NADER	PL	RJ	2006-05-09 17:16:00	071.4.52.O
Criança e Adolescente	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2005-07-14 14:30:00	178.3.52.O
Criança e Adolescente	LINCOLN PORTELA	PL	MG	2003-04-30 15:20:00	063.1.52.O
Criança e Adolescente	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2004-05-11 15:06:00	084.2.52.O
Criança e Adolescente	MARIA HELENA	PSB	RR	2006-01-23 15:00:00	010.5.52.E
Criança e Adolescente	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-07-14 15:27:00	178.3.52.O
Criança e Adolescente	MORONI TORGAN	PFL	CE	2004-06-29 17:40:00	139.2.52.O
Criança e Adolescente	SANDRO MATOS	PTB	RJ	2005-12-01 14:14:00	319.3.52.O
Criança e Adolescente	ZICO BRONZEADO	PT	AC	2003-05-19 15:18:00	082.1.52.O
Desenvolvimento	AGNELO QUEIROZ	PCDOB	DF	2006-12-14 16:32:00	211.4.52.O
Desenvolvimento	CARLOS MOTA	PSB	MG	2006-03-16 16:08:00	022.4.52.O
Desenvolvimento	FATIMA BEZERRA	PT	RN	2005-06-15 15:14:00	131.3.52.O
Desenvolvimento	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2003-12-11 15:30:00	300.1.52.O
Desenvolvimento	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2006-12-04 14:27:00	197.4.52.O
Desenvolvimento	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-06-03 14:48:00	104.1.52.O
Desenvolvimento	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-05-24 14:12:00	106.3.52.O
Desenvolvimento	MAURO PASSOS	PT	SC	2004-04-06 17:52:00	044.2.52.O
Desenvolvimento	MIRIAM REID	PSB	RJ	2003-05-20 16:56:00	083.1.52.O
Desenvolvimento	SARNEY FILHO	PV	MA	2006-05-04 14:42:00	068.4.52.O
Economia	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	2003-07-24 15:42:00	022.1.52.E
Economia	CARLOS SOUZA	PL	AM	2003-03-26 15:20:00	026.1.52.O
Economia	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2004-07-09 09:54:00	151.2.52.O
Economia	LINDBERG FARIA	PT	RJ	2003-11-19 16:54:00	267.1.52.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-04-13 15:42:00	061.3.52.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-09-01 15:09:00	181.2.52.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-12-10 14:16:00	297.1.52.O
Economia	MAX ROSENmann	PMDB	PR	2005-03-02 15:18:00	012.3.52.O
Economia	REINALDO BETAO	PL	RJ	2003-11-11 14:26:00	258.1.52.O
Economia	ZONTA	PP	SC	2003-06-12 16:48:00	115.1.52.O
Educação	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2003-06-16 18:52:00	116.1.52.O
Educação	CARLOS ABICALIL	PT	MT	2006-05-18 14:51:00	079.4.52.O
Educação	EDISON ANDRINO	PMDB	SC	2005-05-18 18:04:00	099.3.52.O
Educação	JOSE DIVINO	PMDB	RJ	2005-09-19 14:51:00	252.3.52.O
Educação	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2006-07-12 15:00:00	123.4.52.O
Educação	MARCELO GUIMARAES FILHO	PFL	BA	2003-07-16 16:18:00	015.1.52.E
Educação	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2003-04-09 14:50:00	043.1.52.O
Educação	MAURICIO RABELO	PL	TO	2004-03-29 19:00:00	036.2.52.O
Educação	REINALDO BETAO	PL	RJ	2005-08-31 14:10:00	234.3.52.O
Educação	ZICO BRONZEADO	PT	AC	2006-02-22 19:04:00	007.4.52.O
Empresas	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2005-05-25 14:54:00	108.3.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Empresas	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2003-03-17 17:42:00	016.1.52.O
Empresas	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2006-05-17 14:12:00	077.4.52.O
Empresas	JOVAIR ARANTES	PTB	GO	2005-03-23 16:39:00	042.3.52.O
Empresas	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2003-03-13 18:40:00	014.1.52.O
Empresas	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	2003-05-21 16:38:00	086.1.52.O
Empresas	MARCONDES GADELHA	PTB	PB	2004-01-29 18:06:00	014.3.52.E
Empresas	MAURO PASSOS	PT	SC	2006-05-23 17:36:00	081.4.52.O
Empresas	REINALDO BETAO	PL	RJ	2004-10-20 15:34:00	222.2.52.O
Empresas	ZONTA	PP	SC	2003-10-21 14:18:00	234.1.52.O
Gênero	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2004-05-27 17:26:00	106.2.52.O
Gênero	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	2003-03-11 15:04:00	012.1.52.O
Gênero	GERVASIO OLIVEIRA	PMDB	AP	2005-08-17 15:14:00	216.3.52.O
Gênero	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2006-11-28 14:16:00	193.4.52.O
Gênero	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2003-11-27 16:38:00	278.1.52.O
Gênero	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2004-03-10 15:28:00	015.2.52.O
Gênero	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2003-11-27 16:38:00	278.1.52.O
Gênero	MARIA HELENA	PPS	RR	2005-03-08 18:28:00	019.3.52.O
Gênero	SELMA SCHONS	PT	PR	2004-12-07 15:32:00	274.2.52.O
Gênero	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP	2003-05-07 16:52:00	069.1.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	AGNELO QUEIROZ	PCDOB	DF	2006-11-30 18:52:00	196.4.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	CARLOS SANTANA	PT	RJ	2004-05-26 14:02:00	105.2.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	EUNICIO OLIVEIRA	PMDB	CE	2006-03-29 15:24:00	036.4.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	LUCIANO ZICA	PT	SP	2003-07-29 14:46:00	023.1.52.E
Homenagens e Datas Comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-07-05 16:18:00	144.2.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-06-09 18:12:00	121.2.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-10-05 14:08:00	274.3.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2006-11-06 16:18:00	172.4.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-08-03 14:18:00	194.3.52.O
Homenagens e Datas Comemorativas	ROBERTO BALESTRA	PP	GO	2004-12-28 14:54:00	010.4.52.E
Justiça e Direitos Humanos	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR	2006-04-06 14:06:00	043.4.52.O
Justiça e Direitos Humanos	CARLOS MOTA	PL	MG	2005-03-15 16:18:00	029.3.52.O
Justiça e Direitos Humanos	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2003-05-06 17:02:00	066.1.52.O
Justiça e Direitos Humanos	JOSE THOMAZ NONO	PFL	AL	2003-03-18 16:24:00	017.1.52.O
Justiça e Direitos Humanos	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	2006-11-23 16:16:00	189.4.52.O
Justiça e Direitos Humanos	MANINHA	PT	DF	2005-05-13 11:15:00	092.3.52.O
Justiça e Direitos Humanos	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2005-11-09 14:44:00	300.3.52.O
Justiça e Direitos Humanos	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-03-11 09:21:00	026.3.52.O
Justiça e Direitos Humanos	RAUL JUNGMANN	PPS	PE	2006-11-01 15:54:00	171.4.52.O
Justiça e Direitos Humanos	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP	2003-11-05 15:00:00	252.1.52.O
Lula e PT	ALBERTO FRAGA	PTB	DF	2004-04-29 15:24:00	070.2.52.O
Lula e PT	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	2006-05-31 15:46:00	089.4.52.O
Lula e PT	COLBERT MARTINS	PPS	BA	2006-03-09 17:54:00	015.4.52.O
Lula e PT	JOSE THOMAZ NONO	PFL	AL	2005-08-02 15:04:00	191.3.52.O
Lula e PT	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2006-06-21 18:40:00	106.4.52.O
Lula e PT	LUIZ COUTO	PT	PB	2003-07-21 19:12:00	018.1.52.E
Lula e PT	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2006-11-08 16:28:00	175.4.52.O
Lula e PT	MAURICIO RABELO	PL	TO	2003-05-08 18:56:00	071.1.52.O
Lula e PT	REGINALDO GERMANO	PFL	BA	2003-04-08 15:00:00	040.1.52.O
Lula e PT	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP	2005-07-20 14:03:00	182.3.52.O
Medida Provisória	ALBERTO FRAGA	SEM PARTIDO	DF	2005-04-26 16:46:00	075.3.52.O
Medida Provisória	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2006-06-07 16:22:00	096.4.52.O
Medida Provisória	CHICO ALENCAR	PT	RJ	2003-10-08 17:02:00	216.1.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Medida Provisória	JOSE CARLOS ALELUIA	PFL	BA	2003-11-11 17:26:00	258.1.52.O
Medida Provisória	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2003-06-03 17:18:00	104.1.52.O
Medida Provisória	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2004-05-25 17:48:00	103.2.52.O
Medida Provisória	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2005-10-19 16:26:00	284.3.52.O
Medida Provisória	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2006-05-02 18:02:00	063.4.52.O
Medida Provisória	MARIO NEGROMONTE	PP	BA	2004-04-29 17:34:00	070.2.52.O
Medida Provisória	RODRIGO MAIA	PFL	RJ	2006-03-28 17:18:00	035.4.52.O
Prefeitos e Vereadores	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2005-10-04 17:12:00	272.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	2005-09-27 19:30:00	265.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA	2006-03-22 14:34:00	028.4.52.O
Prefeitos e Vereadores	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2003-03-11 15:30:00	012.1.52.O
Prefeitos e Vereadores	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-06-22 14:10:00	143.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-04-05 14:02:00	053.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-10-26 14:08:00	289.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	MAX ROSENmann	PMDB	PR	2005-08-23 14:06:00	223.3.52.O
Prefeitos e Vereadores	SERAFIM VENZON	SEM PARTIDO	SC	2003-06-24 17:28:00	122.1.52.O
Prefeitos e Vereadores	ZONTA	PP	SC	2003-11-24 15:00:00	270.1.52.O
Programas Federais	ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	2003-07-07 15:06:00	007.1.52.E
Programas Federais	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	2004-03-04 17:08:00	013.2.52.O
Programas Federais	FABIO SOUTO	PFL	BA	2005-10-26 15:06:00	289.3.52.O
Programas Federais	JOSUE BENGTSON	PTB	PA	2003-11-12 16:54:00	259.1.52.O
Programas Federais	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2005-07-04 18:34:00	163.3.52.O
Programas Federais	MANATO	PDT	ES	2004-03-16 16:42:00	022.2.52.O
Programas Federais	MARCELO GUIMARAES FILHO	PFL	BA	2005-04-13 15:10:00	061.3.52.O
Programas Federais	MARCO MAIA	PT	RS	2006-05-09 17:30:00	071.4.52.O
Programas Federais	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-07-30 17:26:00	026.1.52.E
Programas Federais	SELMA SCHONS	PT	PR	2003-09-09 16:38:00	174.1.52.O
Projetos de lei	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2003-11-17 15:33:00	263.1.52.O
Projetos de lei	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2006-03-23 17:02:00	031.4.52.O
Projetos de lei	CUSTODIO MATTOS	PSDB	MG	2004-06-15 17:42:00	124.2.52.O
Projetos de lei	JOSE ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	2003-07-03 17:02:00	005.1.52.E
Projetos de lei	LUIZ COUTO	PT	PB	2005-02-24 16:18:00	007.3.52.O
Projetos de lei	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2005-02-24 16:18:00	007.3.52.O
Projetos de lei	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2003-10-01 17:06:00	210.1.52.O
Projetos de lei	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2003-12-03 17:24:00	286.1.52.O
Projetos de lei	MAURICIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL	2006-05-17 17:02:00	077.4.52.O
Projetos de lei	RICARDO BARROS	PP	PR	2005-07-13 17:02:00	177.3.52.O
Questão fundiária	ADAO PRETTO	PT	RS	2003-08-28 15:28:00	158.1.52.O
Questão fundiária	ALMIR SA	PL	RR	2006-06-09 09:51:00	099.4.52.O
Questão fundiária	CONFUCIO MOURA	PMDB	RO	2004-02-11 14:32:00	027.3.52.E
Questão fundiária	LEANDRO VILELA	PMDB	GO	2004-04-06 16:06:00	044.2.52.O
Questão fundiária	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2003-11-04 17:20:00	250.1.52.O
Questão fundiária	MAURICIO RABELO	PL	TO	2004-08-18 17:00:00	166.2.52.O
Questão fundiária	MAURICIO RABELO	PL	TO	2004-08-16 16:48:00	164.2.52.O
Questão fundiária	MAX ROSENmann	PMDB	PR	2003-05-22 15:54:00	090.1.52.O
Questão fundiária	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2003-07-30 16:00:00	026.1.52.E
Questão fundiária	VICENTINHO	PT	SP	2005-06-02 16:08:00	117.3.52.O
Questão Hídrica	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2003-10-02 15:51:00	211.1.52.O
Questão Hídrica	CARLOS SOUZA	PL	AM	2003-07-30 15:06:00	026.1.52.E
Questão Hídrica	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA	2003-04-09 14:16:00	043.1.52.O
Questão Hídrica	JUNIOR BETAo	PPS	AC	2003-11-27 16:04:00	278.1.52.O
Questão Hídrica	LUIZ COUTO	PT	PB	2004-07-01 14:03:00	142.2.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Questão Hídrica	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2006-03-22 14:02:00	028.4.52.O
Questão Hídrica	MANATO	PDT	ES	2003-06-26 17:14:00	125.1.52.O
Questão Hídrica	MARCONDES GADELHA	PTB	PB	2005-09-02 10:24:00	237.3.52.O
Questão Hídrica	MARCONDES GADELHA	PTB	PB	2004-05-27 18:58:00	106.2.52.O
Questão Hídrica	ROGERIO TEOFILO	PPS	AL	2003-10-01 17:06:00	210.1.52.O
Questão Indígena	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2003-11-19 16:54:00	267.1.52.O
Questão Indígena	ANSELMO	PT	RO	2004-04-15 18:30:00	053.2.52.O
Questão Indígena	EDSON DUARTE	PV	BA	2004-05-10 18:30:00	082.2.52.O
Questão Indígena	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	2005-03-17 16:22:00	036.3.52.O
Questão Indígena	LUCIANO CASTRO	PFL	RR	2003-03-12 16:16:00	013.1.52.O
Questão Indígena	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2005-02-23 17:10:00	005.3.52.O
Questão Indígena	MANINHA	PSOL	DF	2006-04-03 17:27:00	039.4.52.O
Questão Indígena	MARIA HELENA	PSB	RR	2006-06-08 15:33:00	098.4.52.O
Questão Indígena	MARIA HELENA	PPS	RR	2004-03-29 18:48:00	036.2.52.O
Questão Indígena	PERPETUA ALMEIDA	PCDOB	AC	2003-06-10 14:10:00	111.1.52.O
Questões municipais	ADEMIR CAMILO	PDT	MG	2006-02-09 14:30:00	030.5.52.E
Questões municipais	ATILA LINS	PPS	AM	2004-03-10 15:14:00	015.2.52.O
Questões municipais	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2006-04-06 15:51:00	043.4.52.O
Questões municipais	JOSE ROCHA	PFL	BA	2006-02-09 14:20:00	030.5.52.E
Questões municipais	LUIZ COUTO	PT	PB	2005-09-26 18:26:00	263.3.52.O
Questões municipais	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2005-03-10 15:16:00	024.3.52.O
Questões municipais	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	2003-09-02 16:12:00	161.1.52.O
Questões municipais	MARIO ASSAD JUNIOR	PL	MG	2003-11-05 14:26:00	252.1.52.O
Questões municipais	ROBERIO NUNES	PFL	BA	2003-11-05 14:54:00	252.1.52.O
Questões municipais	ZONTA	PP	SC	2003-07-09 15:22:00	009.1.52.E
Questões regionais	ALBERICO FILHO	PMDB	MA	2005-10-07 11:27:00	277.3.52.O
Questões regionais	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2003-09-30 16:56:00	208.1.52.O
Questões regionais	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	2004-03-24 14:06:00	032.2.52.O
Questões regionais	KELLY MORAES	PTB	RS	2005-06-15 15:20:00	131.3.52.O
Questões regionais	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2003-03-18 16:24:00	017.1.52.O
Questões regionais	MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	2005-02-22 15:40:00	004.3.52.O
Questões regionais	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2005-10-25 15:40:00	288.3.52.O
Questões regionais	MAURICIO RABELO	PL	TO	2003-10-24 10:18:00	240.1.52.O
Questões regionais	RUBENS OTONI	PT	GO	2005-04-13 15:42:00	061.3.52.O
Questões regionais	ZONTA	PP	SC	2003-07-01 15:26:00	001.1.52.E
Recursos e Investimentos	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2005-03-03 16:06:00	015.3.52.O
Recursos e Investimentos	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2003-12-17 17:00:00	004.2.52.E
Recursos e Investimentos	EDUARDO GOMES	PSDB	TO	2005-10-18 15:32:00	282.3.52.O
Recursos e Investimentos	LOBBE NETO	PSDB	SP	2005-10-04 15:18:00	272.3.52.O
Recursos e Investimentos	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-06-02 15:42:00	102.1.52.O
Recursos e Investimentos	MAURO PASSOS	PT	SC	2003-07-21 15:26:00	018.1.52.E
Recursos e Investimentos	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	2005-05-09 14:15:00	087.3.52.O
Recursos e Investimentos	NATAN DONADON	PMDB	RO	2006-03-30 15:12:00	037.4.52.O
Recursos e Investimentos	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	2003-12-11 18:27:00	300.1.52.O
Recursos e Investimentos	ZONTA	PP	SC	2004-12-21 14:06:00	005.4.52.E
Salário Mínimo	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2004-04-01 15:30:00	041.2.52.O
Salário Mínimo	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2005-08-17 17:14:00	216.3.52.O
Salário Mínimo	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	2004-04-29 17:34:00	070.2.52.O
Salário Mínimo	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	2003-04-09 17:50:00	043.1.52.O
Salário Mínimo	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2004-05-03 15:03:00	072.2.52.O
Salário Mínimo	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-04-29 16:30:00	070.2.52.O
Salário Mínimo	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2006-12-11 14:57:00	205.4.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Salário Mínimo	MEDEIROS	PL	SP	2005-12-01 14:28:00	319.3.52.O
Salário Mínimo	MORONI TORGAN	PFL	CE	2004-03-30 17:44:00	037.2.52.O
Salário Mínimo	RICARDO BARROS	PP	PR	2004-04-13 17:12:00	048.2.52.O
Saúde	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	2003-10-03 09:06:00	212.1.52.O
Saúde	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	2003-03-21 09:58:00	022.1.52.O
Saúde	ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	2005-05-06 14:03:00	086.3.52.O
Saúde	JOVAIR ARANTES	PTB	GO	2006-04-25 17:32:00	057.4.52.O
Saúde	MANATO	PDT	ES	2005-10-18 17:32:00	282.3.52.O
Saúde	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2005-04-11 16:00:00	058.3.52.O
Saúde	MARIO HERINGER	PDT	MG	2004-06-07 15:24:00	118.2.52.O
Saúde	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	2005-06-06 16:27:00	120.3.52.O
Saúde	RONALDO VASCONCELLOS	PTB	MG	2003-08-28 14:06:00	158.1.52.O
Saúde	ZONTA	PP	SC	2005-05-02 15:24:00	080.3.52.O
Segurança Pública	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2005-12-15 15:48:00	332.3.52.O
Segurança Pública	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	2003-03-20 14:22:00	021.1.52.O
Segurança Pública	CHICO ALENCAR	PT	RJ	2004-10-26 14:34:00	228.2.52.O
Segurança Pública	JOAO MENDES DE JESUS	PSL	RJ	2004-04-14 15:18:00	051.2.52.O
Segurança Pública	LUIZ BASSUMA	PT	BA	2003-03-26 16:40:00	026.1.52.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2006-04-06 17:45:00	043.4.52.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2004-10-28 14:27:00	232.2.52.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2003-11-19 16:54:00	267.1.52.O
Segurança Pública	REGINALDO GERMANO	PP	BA	2005-10-25 16:34:00	288.3.52.O
Segurança Pública	ZULAIE COBRA	PSDB	SP	2004-03-03 14:20:00	011.2.52.O
Servidor Público e Previdência	AGNALDO MUNIZ	PP	RO	2005-05-18 17:20:00	099.3.52.O
Servidor Público e Previdência	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2006-01-18 15:00:00	005.5.52.E
Servidor Público e Previdência	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2006-06-07 14:12:00	096.4.52.O
Servidor Público e Previdência	JOAO FONTES	PT	SE	2003-07-22 16:34:00	019.1.52.E
Servidor Público e Previdência	LUCIANA GENRO	PT	RS	2003-04-23 16:28:00	054.1.52.O
Servidor Público e Previdência	LUCIANO ZICA	PT	SP	2006-11-28 14:30:00	193.4.52.O
Servidor Público e Previdência	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2004-05-25 17:48:00	103.2.52.O
Servidor Público e Previdência	MAURICIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL	2006-05-09 16:48:00	071.4.52.O
Servidor Público e Previdência	RODRIGO MAIA	PFL	RJ	2005-04-19 17:46:00	067.3.52.O
Servidor Público e Previdência	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2006-02-23 15:42:00	008.4.52.O
Sistema financeiro	AFONSO HAMM	PP	RS	2006-03-16 16:54:00	022.4.52.O
Sistema financeiro	CARLITO MERSS	PT	SC	2003-11-27 14:20:00	278.1.52.O
Sistema financeiro	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	2003-11-20 16:28:00	269.1.52.O
Sistema financeiro	JOSE LINHARES	PP	CE	2005-12-07 14:06:00	322.3.52.O
Sistema financeiro	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	2006-10-25 14:09:00	168.4.52.O
Sistema financeiro	MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	2005-03-08 15:00:00	019.3.52.O
Sistema financeiro	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	2003-05-28 15:00:00	097.1.52.O
Sistema financeiro	MARCONDES GADELHA	PSB	PB	2006-05-17 17:02:00	077.4.52.O
Sistema financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-05-16 09:08:00	081.1.52.O
Sistema financeiro	REINALDO BETAO	PL	RJ	2006-04-04 16:48:00	040.4.52.O
Sistema Político	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	2005-07-13 17:02:00	177.3.52.O
Sistema Político	CARLOS NADER	PL	RJ	2006-01-16 15:08:00	001.5.52.E
Sistema Político	ENIO BACCI	PDT	RS	2005-08-02 14:22:00	191.3.52.O
Sistema Político	LINCOLN PORTELA	PL	MG	2003-07-08 17:08:00	008.1.52.E
Sistema Político	MARIO HERINGER	PDT	MG	2005-08-30 15:10:00	233.3.52.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2006-03-30 15:30:00	037.4.52.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-10-19 15:46:00	219.2.52.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2004-02-17 15:36:00	003.2.52.O
Sistema Político	RICARDO IZAR	PTB	SP	2003-02-18 15:24:00	001.1.52.O

Continua na próxima página...

Tabela 26 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Sistema Político	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP	2003-02-18 17:50:00	001.1.52.O
Sistema Tributário	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2003-05-27 16:30:00	094.1.52.O
Sistema Tributário	ATILA LINS	PPS	AM	2003-05-26 14:14:00	092.1.52.O
Sistema Tributário	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2006-06-12 14:09:00	100.4.52.O
Sistema Tributário	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	2005-03-31 17:12:00	049.3.52.O
Sistema Tributário	MARCELO GUIMARAES FILHO	PFL	BA	2003-12-17 16:14:00	004.2.52.E
Sistema Tributário	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-12-10 16:02:00	297.1.52.O
Sistema Tributário	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-03-11 10:42:00	026.3.52.O
Sistema Tributário	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2006-04-03 17:24:00	039.4.52.O
Sistema Tributário	MEDEIROS	PL	SP	2003-07-15 19:38:00	014.1.52.E
Sistema Tributário	ROBERIO NUNES	PFL	BA	2003-06-11 16:24:00	114.1.52.O
Trabalho	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2004-06-29 16:58:00	139.2.52.O
Trabalho	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2003-08-26 17:36:00	153.1.52.O
Trabalho	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2006-05-04 14:21:00	068.4.52.O
Trabalho	LINCOLN PORTELA	PL	MG	2003-06-11 16:46:00	114.1.52.O
Trabalho	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2003-10-15 17:02:00	227.1.52.O
Trabalho	MAURICIO RANDS	PT	PE	2003-08-21 17:00:00	150.1.52.O
Trabalho	MAURICIO RANDS	PT	PE	2003-12-11 19:45:00	300.1.52.O
Trabalho	MEDEIROS	PL	SP	2003-04-01 16:24:00	032.1.52.O
Trabalho	NATAN DONADON	PMDB	RO	2005-05-16 14:33:00	095.3.52.O
Trabalho	SERGIO MIRANDA	PCDOB	MG	2004-12-14 17:44:00	283.2.52.O
Transporte	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	2005-12-06 16:44:00	320.3.52.O
Transporte	CARLOS NADER	PL	RJ	2006-02-20 16:54:00	003.4.52.O
Transporte	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2005-06-09 18:52:00	125.3.52.O
Transporte	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	2006-05-31 14:24:00	089.4.52.O
Transporte	MAURICIO RABELO	PL	TO	2004-02-09 19:21:00	024.3.52.E
Transporte	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-05-24 15:12:00	106.3.52.O
Transporte	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2003-09-22 15:45:00	196.1.52.O
Transporte	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2005-03-03 15:33:00	015.3.52.O
Transporte	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	2006-12-05 18:48:00	198.4.52.O
Transporte	ROGERIO SILVA	PPS	MT	2003-03-31 17:36:00	031.1.52.O
Votação	ALBERTO FRAGA	PTB	DF	2004-04-06 18:08:00	044.2.52.O
Votação	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2004-02-17 17:36:00	003.2.52.O
Votação	DANIEL ALMEIDA	PCDOB	BA	2003-09-03 17:16:00	165.1.52.O
Votação	JOAO PAULO CUNHA	PT	SP	2003-03-13 16:36:00	014.1.52.O
Votação	JULIO DELGADO	PPS	MG	2005-06-22 16:54:00	143.3.52.O
Votação	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	2005-03-22 17:12:00	041.3.52.O
Votação	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	2004-06-08 17:22:00	119.2.52.O
Votação	LUCIANA GENRO	PSOL	RS	2006-03-22 16:10:00	028.4.52.O
Votação	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2004-05-12 16:42:00	086.2.52.O
Votação	REGINALDO GERMANO	PP	BA	2004-08-17 16:30:00	165.2.52.O

Tabela 27: Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 53

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agropecuária	ADAO PRETTO	PT	RS	2007-06-12 15:50:00	140.1.53.O
Agropecuária	BARBOSA NETO	PDT	PR	2007-04-24 14:22:00	083.1.53.O

Continua na próxima página...

Tabela 27 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agropecuária	CELSO MALDANER	PMDB	SC	2007-07-05 16:48:00	174.1.53.O
Agropecuária	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2007-10-16 15:22:00	286.1.53.O
Agropecuária	LOBBE NETO	PSDB	SP	2007-04-25 14:24:00	085.1.53.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2007-03-19 17:28:00	038.1.53.O
Agropecuária	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	2007-04-02 15:00:00	054.1.53.O
Agropecuária	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2007-10-09 15:06:00	279.1.53.O
Agropecuária	SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM	2008-05-20 15:12:00	106.2.53.O
Agropecuária	ZONTA	PP	SC	2009-03-09 19:09:00	028.3.53.O
Amazônia	ANTONIO FEIJAO	PTC	AP	2009-10-13 14:36:00	279.3.53.O
Amazônia	ATILA LINS	PMDB	AM	2008-05-20 14:28:00	106.2.53.O
Amazônia	COLBERT MARTINS	PMDB	BA	2009-04-08 18:45:00	065.3.53.O
Amazônia	LUPERCIO RAMOS	PMDB	AM	2009-03-26 18:09:00	050.3.53.O
Amazônia	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2009-02-04 15:14:00	002.3.53.O
Amazônia	MOREIRA MENDES	PPS	RO	2008-07-11 09:54:00	168.2.53.O
Amazônia	NILSON MOURAO	PT	AC	2008-11-17 17:51:00	280.2.53.O
Amazônia	PAULO ROCHA	PT	PA	2008-02-12 15:08:00	004.2.53.O
Amazônia	VANESSA GRAZZIOTIN	PCDOB	AM	2009-09-30 15:32:00	263.3.53.O
Amazônia	ZEQUINHA MARINHO	PMDB	PA	2009-06-04 14:51:00	138.3.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	ACELIO CASAGRANDE	PMDB	SC	2009-08-12 14:38:00	200.3.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2009-11-10 18:10:00	309.3.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	CLEBER VERDE	PRB	MA	2007-08-16 17:09:00	208.1.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	IVAN VALENTE	PSOL	SP	2009-11-10 18:10:00	309.3.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2010-02-25 14:18:00	020.4.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	LUCIANA GENRO	PSOL	RS	2010-05-04 16:46:00	093.4.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	LUCIANA GENRO	PSOL	RS	2007-12-06 15:06:00	343.1.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2010-04-14 16:54:00	074.4.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	MANATO	PDT	ES	2010-05-11 14:30:00	102.4.53.O
Aposentadoria e Salário mínimo	PROFESSOR RUY PAULETTI	PSDB	RS	2009-08-20 16:21:00	212.3.53.O
Comissões	ALCENI GUERRA	DEM	PR	2007-08-03 10:42:00	189.1.53.O
Comissões	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2007-05-15 16:16:00	108.1.53.O
Comissões	CLEBER VERDE	PRB	MA	2010-08-04 14:44:00	169.4.53.O
Comissões	JOSE GUIMARAES	PT	CE	2007-12-04 18:50:00	340.1.53.O
Comissões	MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	2010-06-23 14:14:00	147.4.53.O
Comissões	MARIO HERINGER	PDT	MG	2007-02-07 16:00:00	003.1.53.O
Comissões	MARIO HERINGER	PDT	MG	2007-02-07 16:00:00	003.1.53.O
Comissões	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-06-08 18:36:00	142.3.53.O
Comissões	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2010-02-09 15:12:00	007.4.53.O
Comissões	PEDRO WILSON	PT	GO	2009-03-04 14:10:00	024.3.53.O
Criança e Adolescente	ALBERTO SILVA	PMDB	PI	2007-04-20 12:12:00	078.1.53.O
Criança e Adolescente	CARLOS BRANDAO	PSDB	MA	2009-11-12 14:48:00	314.3.53.O
Criança e Adolescente	EDUARDO DA FONTE	PP	PE	2008-08-12 15:06:00	188.2.53.O
Criança e Adolescente	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2009-02-10 16:14:00	006.3.53.O
Criança e Adolescente	MARCELO ITAGIBA	PSDB	RJ	2010-02-10 15:52:00	009.4.53.O
Criança e Adolescente	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2008-11-03 17:21:00	263.2.53.O
Criança e Adolescente	MARCIO JUNQUEIRA	PFL	RR	2007-04-10 14:28:00	062.1.53.O
Criança e Adolescente	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2009-09-24 15:42:00	257.3.53.O
Criança e Adolescente	MIGUEL MARTINI	PHS	MG	2008-02-27 16:22:00	019.2.53.O
Criança e Adolescente	ROGERIO LISBOA	PFL	RJ	2007-02-27 14:20:00	018.1.53.O
Datas comemorativas	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2010-11-10 14:12:00	190.4.53.O
Datas comemorativas	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2009-12-11 09:18:00	350.3.53.O
Datas comemorativas	FELIPE BORNIER	PHS	RJ	2007-05-15 15:18:00	108.1.53.O
Datas comemorativas	MANATO	PDT	ES	2010-11-10 18:34:00	190.4.53.O

Continua na próxima página...

Tabela 27 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2010-12-08 14:06:00	216.4.53.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-04-08 18:21:00	065.3.53.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2007-05-14 17:21:00	107.1.53.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-05-26 15:50:00	122.3.53.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2007-12-18 16:58:00	356.1.53.O
Datas comemorativas	ROMULO GOUVEIA	PSDB	PB	2007-05-14 18:03:00	107.1.53.O
Desenvolvimento regional	AELTON FREITAS	PR	MG	2007-10-10 16:24:00	282.1.53.O
Desenvolvimento regional	CELSO MALDANER	PMDB	SC	2009-02-03 14:36:00	001.3.53.O
Desenvolvimento regional	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2009-12-14 14:57:00	353.3.53.O
Desenvolvimento regional	JOSE ANIBAL	PSDB	SP	2009-11-03 16:44:00	299.3.53.O
Desenvolvimento regional	MANATO	PDT	ES	2008-02-27 14:12:00	019.2.53.O
Desenvolvimento regional	MANUELA DAVILA	PCDOB	RS	2009-10-07 15:28:00	273.3.53.O
Desenvolvimento regional	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2007-06-15 10:21:00	146.1.53.O
Desenvolvimento regional	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-09-23 14:02:00	254.3.53.O
Desenvolvimento regional	SANDES JUNIOR	PP	GO	2010-05-26 15:32:00	121.4.53.O
Desenvolvimento regional	ZONTA	PP	SC	2008-05-08 15:27:00	095.2.53.O
Direitos Humanos	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2009-03-17 14:30:00	037.3.53.O
Direitos Humanos	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2010-05-11 14:20:00	102.4.53.O
Direitos Humanos	ENIO BACCI	PDT	RS	2009-08-05 16:22:00	191.3.53.O
Direitos Humanos	LUIZ COUTO	PT	PB	2009-06-22 18:00:00	155.3.53.O
Direitos Humanos	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2007-10-17 15:16:00	287.1.53.O
Direitos Humanos	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2007-09-24 14:57:00	255.1.53.O
Direitos Humanos	MICHEL TEMER	PMDB	SP	2009-05-26 17:10:00	122.3.53.O
Direitos Humanos	NELSON BORNIER	PMDB	RJ	2007-10-24 15:22:00	298.1.53.O
Direitos Humanos	REGINALDO LOPES	PT	MG	2008-04-28 16:56:00	084.2.53.O
Direitos Humanos	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2007-04-25 16:06:00	085.1.53.O
Economia	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2009-05-13 14:32:00	104.3.53.O
Economia	BETO FARO	PT	PA	2009-08-12 15:26:00	200.3.53.O
Economia	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2008-06-03 14:14:00	123.2.53.O
Economia	JULIO CESAR	DEM	PI	2007-11-28 14:58:00	334.1.53.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2010-04-15 15:30:00	077.4.53.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2010-05-27 15:15:00	123.4.53.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2007-09-17 14:15:00	242.1.53.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-03-06 11:18:00	026.3.53.O
Economia	RODOVALHO	DEM	DF	2008-04-11 10:15:00	065.2.53.O
Economia	ZONTA	PP	SC	2009-03-04 17:24:00	024.3.53.O
Educação	ALCENI GUERRA	DEM	PR	2008-04-14 14:54:00	068.2.53.O
Educação	BENEDITO DE LIRA	PP	AL	2009-10-21 16:34:00	290.3.53.O
Educação	UBIALI	PSB	SP	2007-03-29 15:18:00	052.1.53.O
Educação	JOSE LINHARES	PP	CE	2009-06-23 14:36:00	156.3.53.O
Educação	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2010-03-03 15:50:00	024.4.53.O
Educação	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2009-04-16 15:45:00	072.3.53.O
Educação	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2009-09-15 15:20:00	242.3.53.O
Educação	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2008-03-24 17:51:00	047.2.53.O
Educação	NELSON BORNIER	PMDB	RJ	2009-02-10 15:12:00	006.3.53.O
Educação	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF	2009-03-26 17:48:00	050.3.53.O
Emenda parlamentar	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	2009-11-11 17:04:00	311.3.53.O
Emenda parlamentar	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2010-05-19 16:54:00	114.4.53.O
Emenda parlamentar	DANIEL ALMEIDA	PCDOB	BA	2010-05-19 16:54:00	114.4.53.O
Emenda parlamentar	JOAO PAULO CUNHA	PT	SP	2009-02-04 17:42:00	002.3.53.O
Emenda parlamentar	LOBBE NETO	PSDB	SP	2009-11-11 14:30:00	311.3.53.O
Emenda parlamentar	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2007-07-03 16:08:00	169.1.53.O

Continua na próxima página...

Tabela 27 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Emenda parlamentar	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2007-03-27 16:02:00	049.1.53.O
Emenda parlamentar	MARCELO ITAGIBA	PMDB	RJ	2007-07-05 14:09:00	174.1.53.O
Emenda parlamentar	RITA CAMATA	PMDB	ES	2008-07-02 16:26:00	159.2.53.O
Emenda parlamentar	ZONTA	PP	SC	2007-07-10 15:52:00	179.1.53.O
Energia e Meio ambiente	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2007-04-26 15:12:00	088.1.53.O
Energia e Meio ambiente	ATILA LINS	PMDB	AM	2008-11-17 15:42:00	280.2.53.O
Energia e Meio ambiente	TALMIR	PV	SP	2007-11-14 14:06:00	322.1.53.O
Energia e Meio ambiente	JOAO ALMEIDA	PSDB	BA	2010-05-04 16:46:00	093.4.53.O
Energia e Meio ambiente	LUIZ CARREIRA	DEM	BA	2010-05-19 15:46:00	114.4.53.O
Energia e Meio ambiente	MARCELO ALMEIDA	PMDB	PR	2007-07-05 14:45:00	174.1.53.O
Energia e Meio ambiente	MARCELO GUIMARAES FILHO	PMDB	BA	2008-05-28 15:14:00	113.2.53.O
Energia e Meio ambiente	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2010-12-02 18:12:00	211.4.53.O
Energia e Meio ambiente	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2008-11-05 15:12:00	265.2.53.O
Energia e Meio ambiente	RONALDO CAIADO	DEM	GO	2009-11-12 14:30:00	314.3.53.O
Gênero	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2007-11-28 14:26:00	334.1.53.O
Gênero	CHICO LOPES	PCDOB	CE	2009-02-16 16:36:00	012.3.53.O
Gênero	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2008-03-06 14:21:00	030.2.53.O
Gênero	JOSE AIRTON CIRILO	PT	CE	2009-03-04 17:40:00	024.3.53.O
Gênero	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2010-06-01 16:00:00	125.4.53.O
Gênero	MARCONDES GADELHA	PSC	PB	2010-03-08 14:33:00	030.4.53.O
Gênero	MARCOS ANTONIO	PRB	PE	2010-03-16 15:16:00	041.4.53.O
Gênero	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2007-08-21 16:14:00	212.1.53.O
Gênero	MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG	2010-06-01 15:36:00	125.4.53.O
Gênero	SEBASTIAO BALA ROCHA	PDT	AP	2007-08-28 14:14:00	221.1.53.O
Liderança parlamentar	ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO	DEM	BA	2008-04-29 16:36:00	086.2.53.O
Liderança parlamentar	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2008-07-02 16:26:00	159.2.53.O
Liderança parlamentar	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2007-03-27 16:02:00	049.1.53.O
Liderança parlamentar	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2010-02-03 16:32:00	002.4.53.O
Liderança parlamentar	JOSE MUCIO MONTEIRO	PTB	PE	2007-08-28 16:34:00	221.1.53.O
Liderança parlamentar	JOVAIR ARANTES	PTB	GO	2007-02-26 16:00:00	017.1.53.O
Liderança parlamentar	LEONARDO VILELA	PSDB	GO	2007-05-29 16:08:00	126.1.53.O
Liderança parlamentar	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2008-02-18 17:30:00	010.2.53.O
Liderança parlamentar	PAULO PEREIRA DA SILVA		SP	2008-02-26 16:22:00	017.2.53.O
Liderança parlamentar	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2008-07-15 16:02:00	172.2.53.O
Medida Provisória	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	2008-04-16 16:22:00	070.2.53.O
Medida Provisória	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2009-06-09 16:30:00	143.3.53.O
Medida Provisória	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2007-03-27 16:02:00	049.1.53.O
Medida Provisória	IVAN VALENTE	PSOL	SP	2008-10-28 18:20:00	254.2.53.O
Medida Provisória	LEONARDO VILELA	PSDB	GO	2007-04-25 16:06:00	085.1.53.O
Medida Provisória	LEONARDO VILELA	PSDB	GO	2007-11-06 16:16:00	310.1.53.O
Medida Provisória	LEONARDO VILELA	PSDB	GO	2008-02-19 16:08:00	011.2.53.O
Medida Provisória	LEONARDO VILELA	PSDB	GO	2007-03-05 16:02:00	023.1.53.O
Medida Provisória	LUCIANA GENRO	PSOL	RS	2008-02-27 16:36:00	019.2.53.O
Medida Provisória	ROBERTO MAGALHAES	DEM	PE	2007-10-09 16:20:00	279.1.53.O
Pesca	ATILA LINS	PMDB	AM	2009-07-02 14:33:00	168.3.53.O
Pesca	EFRAIM FILHO	DEM	PB	2008-05-21 18:12:00	109.2.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PMDB	CE	2007-11-14 17:54:00	322.1.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PMDB	CE	2008-02-08 09:21:00	002.2.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PMDB	CE	2009-05-22 10:12:00	118.3.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PMDB	CE	2008-03-19 18:27:00	045.2.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PRB	CE	2010-06-09 14:04:00	133.4.53.O
Pesca	FLAVIO BEZERRA	PMDB	CE	2008-10-17 09:15:00	244.2.53.O

Continua na próxima página...

Tabela 27 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Pesca	JOSE AIRTON CIRILO	PT	CE	2009-03-17 14:34:00	037.3.53.O
Pesca	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2009-09-17 15:00:00	247.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2007-03-28 14:34:00	050.1.53.O
Petróleo e Petrobrás	BRIZOLA NETO	PDT	RJ	2009-06-02 16:40:00	132.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	2009-09-08 17:44:00	234.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	JOAO MAIA	PR	RN	2010-03-03 16:40:00	024.4.53.O
Petróleo e Petrobrás	LUIZ ALBERTO	PT	BA	2009-10-28 14:36:00	296.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2009-09-08 17:44:00	234.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2007-06-28 15:42:00	166.1.53.O
Petróleo e Petrobrás	LUIZ COUTO	PT	PB	2009-09-10 15:45:00	238.3.53.O
Petróleo e Petrobrás	MANATO	PDT	ES	2010-06-30 15:04:00	153.4.53.O
Petróleo e Petrobrás	PEDRO EUGENIO	PT	PE	2009-08-20 14:54:00	212.3.53.O
Programas Federais	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2007-10-18 16:45:00	291.1.53.O
Programas Federais	CARLOS SOUZA	PP	AM	2008-02-28 15:34:00	021.2.53.O
Programas Federais	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2009-09-15 17:20:00	242.3.53.O
Programas Federais	JOSE GUIMARAES	PT	CE	2010-06-10 16:51:00	135.4.53.O
Programas Federais	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2009-04-29 15:04:00	085.3.53.O
Programas Federais	MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	2010-04-07 16:34:00	064.4.53.O
Programas Federais	MARCELO TEIXEIRA	PSDB	CE	2007-03-01 15:06:00	021.1.53.O
Programas Federais	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2007-08-21 16:32:00	212.1.53.O
Programas Federais	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	2007-04-11 14:14:00	064.1.53.O
Programas Federais	ROMULO GOUVEIA	PSDB	PB	2008-11-24 18:18:00	288.2.53.O
Projetos de lei	ALBERTO FRAGA	DEM	DF	2009-10-14 16:22:00	281.3.53.O
Projetos de lei	BETO FARO	PT	PA	2007-08-29 15:06:00	222.1.53.O
Projetos de lei	UBIALI	PSB	SP	2007-07-03 16:08:00	169.1.53.O
Projetos de lei	JOSE GENOINO	PT	SP	2009-05-13 16:20:00	104.3.53.O
Projetos de lei	MANATO	PDT	ES	2009-10-20 16:14:00	289.3.53.O
Projetos de lei	MARCELO GUIMARAES FILHO	PMDB	BA	2010-05-26 15:32:00	121.4.53.O
Projetos de lei	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2007-05-23 15:12:00	118.1.53.O
Projetos de lei	MAURICIO RANDS	PT	PE	2007-07-03 16:08:00	169.1.53.O
Projetos de lei	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF	2007-07-17 14:36:00	185.1.53.O
Projetos de lei	ZONTA	PP	SC	2008-08-04 14:56:00	176.2.53.O
Questão Hídrica	AIRTON ROVEDA	PR	PR	2007-10-08 14:14:00	275.1.53.O
Questão Hídrica	CAPITAO ASSUMCAO	PSB	ES	2009-09-08 17:44:00	234.3.53.O
Questão Hídrica	DOMINGOS DUTRA	PT	MA	2008-02-18 14:36:00	010.2.53.O
Questão Hídrica	JOSE GUIMARAES	PT	CE	2009-11-11 14:50:00	311.3.53.O
Questão Hídrica	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2007-04-09 14:12:00	060.1.53.O
Questão Hídrica	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2008-06-24 15:06:00	152.2.53.O
Questão Hídrica	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2008-04-10 15:18:00	064.2.53.O
Questão Hídrica	MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	2009-02-18 15:16:00	016.3.53.O
Questão Hídrica	MARCONDES GADELHA	PSB	PB	2007-02-27 16:00:00	018.1.53.O
Questão Hídrica	SANDRO MABEL	PR	GO	2007-08-21 15:08:00	212.1.53.O
Questão indígena e fundiária	ADAO PRETTO	PT	RS	2007-04-09 16:08:00	060.1.53.O
Questão indígena e fundiária	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2008-04-24 14:15:00	081.2.53.O
Questão indígena e fundiária	EDUARDO SCIARRA	DEM	PR	2007-05-24 16:39:00	121.1.53.O
Questão indígena e fundiária	JOSE EDMAR	PR	DF	2009-04-17 11:12:00	073.3.53.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2007-08-30 16:30:00	225.1.53.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2008-04-08 15:06:00	061.2.53.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2008-07-03 16:39:00	160.2.53.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2009-11-05 18:45:00	304.3.53.O
Questão indígena e fundiária	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2007-05-10 15:16:00	103.1.53.O
Questão indígena e fundiária	SANDES JUNIOR	PP	GO	2007-04-17 15:06:00	072.1.53.O

Continua na próxima página...

Tabela 27 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Questões legislativas	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2009-05-20 16:12:00	114.3.53.O
Questões legislativas	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2007-03-05 16:02:00	023.1.53.O
Questões legislativas	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	2007-04-11 16:06:00	064.1.53.O
Questões legislativas	JORGINHO MALULY	DEM	SP	2008-09-03 17:24:00	211.2.53.O
Questões legislativas	LUIZ CARREIRA	DEM	BA	2009-04-29 16:22:00	085.3.53.O
Questões legislativas	MANOEL JUNIOR	PSB	PB	2007-07-10 16:46:00	179.1.53.O
Questões legislativas	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2009-09-09 16:38:00	235.3.53.O
Questões legislativas	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2007-05-10 16:10:00	103.1.53.O
Questões legislativas	RITA CAMATA	PMDB	ES	2008-07-15 15:12:00	172.2.53.O
Questões legislativas	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2008-06-03 17:16:00	123.2.53.O
Questões municipais	AFONSO HAMM	PP	RS	2008-10-08 17:20:00	234.2.53.O
Questões municipais	BILAC PINTO	PR	MG	2008-04-16 15:12:00	070.2.53.O
Questões municipais	DOMINGOS DUTRA	PT	MA	2007-05-22 14:44:00	117.1.53.O
Questões municipais	JOVAIR ARANTES	PTB	GO	2007-10-02 15:08:00	266.1.53.O
Questões municipais	MANATO	PDT	ES	2008-12-11 14:03:00	317.2.53.O
Questões municipais	MANATO	PDT	ES	2008-10-14 14:14:00	238.2.53.O
Questões municipais	MANOEL JUNIOR	PSB	PB	2009-10-15 15:57:00	284.3.53.O
Questões municipais	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2008-03-13 15:42:00	038.2.53.O
Questões municipais	ROBERTO MAGALHAES	DEM	PE	2009-10-14 16:24:00	281.3.53.O
Questões municipais	ZONTA	PP	SC	2010-02-10 16:58:00	009.4.53.O
Questões regimentais	ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO	PFL	BA	2007-04-11 16:06:00	064.1.53.O
Questões regimentais	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2007-06-12 16:12:00	140.1.53.O
Questões regimentais	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2007-09-18 17:20:00	244.1.53.O
Questões regimentais	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2007-10-30 14:08:00	304.1.53.O
Questões regimentais	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2009-08-11 14:04:00	198.3.53.O
Questões regimentais	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2007-02-12 16:00:00	006.1.53.O
Questões regimentais	MARCELO ORTIZ	PV	SP	2007-02-07 16:00:00	003.1.53.O
Questões regimentais	MARCO MAIA	PT	RS	2007-04-10 16:22:00	062.1.53.O
Questões regimentais	PAES DE LIRA	PTC	SP	2010-05-19 14:44:00	114.4.53.O
Questões regimentais	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2009-05-26 17:10:00	122.3.53.O
Saudações e Homenagens	ADEMIR CAMILO	PDT	MG	2008-04-10 18:21:00	064.2.53.O
Saudações e Homenagens	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	2007-05-23 16:04:00	118.1.53.O
Saudações e Homenagens	EDIGAR MAO BRANCA	PV	BA	2009-05-07 14:21:00	097.3.53.O
Saudações e Homenagens	LEANDRO VILELA	PMDB	GO	2007-05-31 15:12:00	130.1.53.O
Saudações e Homenagens	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2010-03-04 15:24:00	027.4.53.O
Saudações e Homenagens	MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	2008-11-05 14:22:00	265.2.53.O
Saudações e Homenagens	MARIO HERINGER	PDT	MG	2007-10-02 14:52:00	266.1.53.O
Saudações e Homenagens	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2010-05-06 15:18:00	098.4.53.O
Saudações e Homenagens	SANDRA ROSADO	PSB	RN	2009-10-07 14:46:00	273.3.53.O
Saudações e Homenagens	ZEZEU RIBEIRO	PT	BA	2008-03-19 18:18:00	045.2.53.O
Saúde	ACELIO CASAGRANDE	PMDB	SC	2009-02-17 15:22:00	014.3.53.O
Saúde	CARLOS ABICALIL	PT	MT	2009-03-19 14:15:00	040.3.53.O
Saúde	NECHAR	PV	SP	2007-09-20 17:18:00	252.1.53.O
Saúde	JANETE ROCHA PIETA	PT	SP	2010-05-26 14:44:00	121.4.53.O
Saúde	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	2007-02-14 15:04:00	010.1.53.O
Saúde	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2007-10-24 16:24:00	298.1.53.O
Saúde	MANOEL JUNIOR	PSB	PB	2007-03-29 18:33:00	052.1.53.O
Saúde	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2009-07-02 17:27:00	168.3.53.O
Saúde	RITA CAMATA	PMDB	ES	2008-05-28 16:30:00	113.2.53.O
Saúde	ZONTA	PP	SC	2009-05-04 17:42:00	090.3.53.O
Segurança Pública	ALBANO FRANCO	PSDB	SE	2008-09-23 14:27:00	225.2.53.O
Segurança Pública	CAPITAO ASSUMCAO	PSB	ES	2009-04-02 14:54:00	058.3.53.O

Continua na próxima página...

**Tabela 27 – continuação da página anterior**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Segurança Pública	DOMINGOS DUTRA	PT	MA	2010-08-04 14:22:00	169.4.53.O
Segurança Pública	LAERTE BESSA	PSC	DF	2009-12-07 15:18:00	342.3.53.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2009-06-08 15:36:00	142.3.53.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2010-06-09 14:34:00	133.4.53.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2009-12-07 15:06:00	342.3.53.O
Segurança Pública	MAJOR FABIO	DEM	PB	2010-03-01 17:30:00	021.4.53.O
Segurança Pública	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	2007-09-05 15:10:00	231.1.53.O
Segurança Pública	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2008-03-25 16:18:00	048.2.53.O
Sistema Político	ALDO REBELO	PCDOB	SP	2008-02-19 16:08:00	011.2.53.O
Sistema Político	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2007-08-21 16:32:00	212.1.53.O
Sistema Político	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	2007-10-03 16:30:00	269.1.53.O
Sistema Político	LAEL VARELLA	DEM	MG	2009-08-12 14:02:00	200.3.53.O
Sistema Político	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2007-09-03 15:51:00	228.1.53.O
Sistema Político	MARIA DO ROSARIO	PT	RS	2008-11-11 14:22:00	273.2.53.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2008-03-19 15:24:00	045.2.53.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2009-09-14 14:51:00	241.3.53.O
Sistema Político	PROFESSOR SETIMO	PMDB	MA	2007-09-13 17:54:00	240.1.53.O
Sistema Político	ZONTA	PP	SC	2008-04-07 17:57:00	060.2.53.O
Sistema Tributário	ALEXANDRE SILVEIRA	PPS	MG	2008-05-06 15:10:00	090.2.53.O
Sistema Tributário	AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF	2008-02-26 15:10:00	017.2.53.O
Sistema Tributário	DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	2008-05-20 14:22:00	106.2.53.O
Sistema Tributário	JORGE KHOURY	DEM	BA	2007-10-17 15:14:00	287.1.53.O
Sistema Tributário	LUIZ BASSUMA	PT	BA	2009-04-01 14:28:00	056.3.53.O
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2008-04-16 16:18:00	070.2.53.O
Sistema Tributário	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2008-02-26 16:08:00	017.2.53.O
Sistema Tributário	MANATO	PDT	ES	2007-11-05 14:33:00	309.1.53.O
Sistema Tributário	RICARDO BARROS	PP	PR	2007-04-09 14:04:00	060.1.53.O
Sistema Tributário	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	2008-02-27 16:36:00	019.2.53.O
Trabalho	ADEMIR CAMILO	PDT	MG	2007-04-04 16:45:00	059.1.53.O
Trabalho	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2007-12-12 16:26:00	349.1.53.O
Trabalho	DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	2007-11-14 14:30:00	322.1.53.O
Trabalho	JOSE AIRTON CIRILO	PT	CE	2007-11-21 15:26:00	327.1.53.O
Trabalho	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2010-04-13 16:34:00	072.4.53.O
Trabalho	MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	2010-06-09 17:10:00	133.4.53.O
Trabalho	MANUELA DAVILA	PCDOB	RS	2009-02-10 15:12:00	006.3.53.O
Trabalho	MARCELO SERAFIM	PSB	AM	2009-11-26 16:00:00	333.3.53.O
Trabalho	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2010-08-04 15:44:00	169.4.53.O
Trabalho	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF	2009-06-15 14:39:00	148.3.53.O
Votação	ANDRE DE PAULA	DEM	PE	2009-05-12 16:36:00	102.3.53.O
Votação	AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF	2008-05-20 17:10:00	106.2.53.O
Votação	COLBERT MARTINS	PMDB	BA	2008-06-03 17:16:00	123.2.53.O
Votação	JOSE AIRTON CIRILO	PT	CE	2009-02-03 14:45:00	001.3.53.O
Votação	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2007-09-12 16:08:00	237.1.53.O
Votação	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2010-03-03 16:40:00	024.4.53.O
Votação	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2007-08-14 16:46:00	201.1.53.O
Votação	LOBBE NETO	PSDB	SP	2009-11-10 18:10:00	309.3.53.O
Votação	LUIZ SERGIO	PT	RJ	2009-10-28 16:26:00	296.3.53.O
Votação	REINALDO NOGUEIRA	PDT	SP	2007-06-04 16:30:00	132.1.53.O

**Tabela 28: Tabela com dados de discursos aleatoriamente selecionados para validação, classificação e rotulação dos tópicos estimados na legislatura 54**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Agentes de Saúde	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2011-09-22 16:15:00	257.1.54.O
Agentes de Saúde	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2011-12-01 18:12:00	345.1.54.O
Agentes de Saúde	COSTA FERREIRA	PSC	MA	2013-06-27 14:06:00	186.3.54.O
Agentes de Saúde	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2012-05-23 18:46:00	135.2.54.O
Agentes de Saúde	JOSE AIRTON	PT	CE	2011-03-02 15:12:00	029.1.54.O
Agentes de Saúde	LEOMAR QUINTANILHA	PMDB	TO	2013-02-25 14:51:00	014.3.54.O
Agentes de Saúde	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-05-14 17:48:00	120.2.54.O
Agentes de Saúde	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2013-04-10 14:08:00	062.3.54.O
Agentes de Saúde	RONALDO CAIADO	DEM	GO	2011-04-06 16:40:00	059.1.54.O
Agentes de Saúde	ZECA DIRCEU	PT	PR	2012-03-13 14:32:00	038.2.54.O
Agropecuária	AFONSO HAMM	PP	RS	2012-07-03 15:16:00	185.2.54.O
Agropecuária	BOHN GASS	PT	RS	2012-08-28 17:24:00	229.2.54.O
Agropecuária	CELSO MALDANER	PMDB	SC	2011-10-26 15:22:00	298.1.54.O
Agropecuária	JULIO CAMPOS	DEM	MT	2011-12-06 16:22:00	351.1.54.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2013-07-17 15:36:00	215.3.54.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2013-09-12 18:00:00	275.3.54.O
Agropecuária	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2011-08-03 17:16:00	190.1.54.O
Agropecuária	LUIZ NOE	PSB	RS	2011-03-23 16:16:00	046.1.54.O
Agropecuária	RENATO MOLLING	PP	RS	2011-09-28 19:06:00	263.1.54.O
Agropecuária	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2012-06-13 14:56:00	162.2.54.O
Amazônia	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2013-05-06 14:51:00	099.3.54.O
Amazônia	ATILA LINS	PSD	AM	2011-11-10 14:36:00	319.1.54.O
Amazônia	CARLINHOS ALMEIDA	PT	SP	2011-09-05 18:42:00	232.1.54.O
Amazônia	FRANCISCO PRACIANO	PT	AM	2012-06-20 18:03:00	171.2.54.O
Amazônia	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	2013-05-24 11:33:00	137.3.54.O
Amazônia	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	2012-03-12 14:12:00	037.2.54.O
Amazônia	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	2012-09-18 17:38:00	251.2.54.O
Amazônia	JOSUE BENGSTON	PTB	PA	2012-05-09 16:48:00	114.2.54.O
Amazônia	MARCIO BITTAR	PSDB	AC	2011-05-23 14:27:00	120.1.54.O
Amazônia	SEBASTIAO BALA ROCHA	SDD	AP	2013-11-14 15:15:00	373.3.54.O
Crédito financeiro	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2013-03-13 17:18:00	030.3.54.O
Crédito financeiro	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2011-09-27 17:20:00	261.1.54.O
Crédito financeiro	COSTA FERREIRA	PSC	MA	2013-05-13 14:42:00	109.3.54.O
Crédito financeiro	JOAQUIM BELTRAO	PMDB	AL	2011-04-14 16:39:00	071.1.54.O
Crédito financeiro	MARCIO MACEDO	PT	SE	2014-03-18 18:54:00	051.4.54.O
Crédito financeiro	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-10-18 15:16:00	286.1.54.O
Crédito financeiro	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2012-03-28 14:38:00	058.2.54.O
Crédito financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-08-26 09:27:00	221.1.54.O
Crédito financeiro	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-12-01 16:15:00	345.1.54.O
Crédito financeiro	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2014-12-18 15:18:00	299.4.54.O
Criança e Adolescente	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2011-05-27 11:15:00	130.1.54.O
Criança e Adolescente	CELIA ROCHA	PTB	AL	2011-06-16 14:51:00	156.1.54.O
Criança e Adolescente	ERIKA KOKAY	PT	DF	2012-02-07 18:58:00	004.2.54.O
Criança e Adolescente	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2014-08-05 17:12:00	207.4.54.O
Criança e Adolescente	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-03-26 14:18:00	054.2.54.O
Criança e Adolescente	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-06-09 15:27:00	178.4.54.O
Criança e Adolescente	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-03-05 17:57:00	027.2.54.O
Criança e Adolescente	LUIZ COUTO	PT	PB	2013-10-21 14:36:00	329.3.54.O
Criança e Adolescente	MARA GABRILLI	PSDB	SP	2013-05-21 16:30:00	129.3.54.O

Continua na próxima página...

Tabela 28 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Criança e Adolescente	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2013-05-09 18:03:00	105.3.54.O
Datas comemorativas	ALBERTO FILHO	PMDB	MA	2011-03-29 15:02:00	054.1.54.O
Datas comemorativas	BENEDITA DA SILVA	PT	RJ	2011-10-27 14:06:00	301.1.54.O
Datas comemorativas	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2014-06-10 14:32:00	180.4.54.O
Datas comemorativas	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2013-04-16 14:40:00	070.3.54.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-12-15 14:15:00	290.4.54.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-11-21 18:57:00	328.1.54.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-05-02 15:39:00	090.1.54.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2013-06-10 14:06:00	159.3.54.O
Datas comemorativas	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-11-14 10:36:00	259.4.54.O
Datas comemorativas	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	2012-04-03 14:28:00	067.2.54.O
Direitos Humanos	ALINE CORREA	PP	SP	2014-04-01 17:38:00	071.4.54.O
Direitos Humanos	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	2011-04-05 15:30:00	057.1.54.O
Direitos Humanos	ERIKA KOKAY	PT	DF	2013-04-26 11:27:00	088.3.54.O
Direitos Humanos	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	2012-04-17 15:14:00	084.2.54.O
Direitos Humanos	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-12-05 14:24:00	349.1.54.O
Direitos Humanos	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-12-17 14:24:00	350.2.54.O
Direitos Humanos	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-06-16 16:42:00	156.1.54.O
Direitos Humanos	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-05-22 14:24:00	149.4.54.O
Direitos Humanos	RENATO SIMOES	PT	SP	2013-10-22 17:06:00	330.3.54.O
Direitos Humanos	ZE VIEIRA	PROS	MA	2014-05-27 17:36:00	153.4.54.O
Drogas e Violência	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2011-12-08 15:57:00	356.1.54.O
Drogas e Violência	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	2011-08-25 14:09:00	220.1.54.O
Drogas e Violência	ENIO BACCI	PDT	RS	2013-04-10 14:46:00	062.3.54.O
Drogas e Violência	MARCIO MARINHO	PRB	BA	2011-06-16 14:45:00	156.1.54.O
Drogas e Violência	OSMAR TERRA	PMDB	RS	2011-06-20 17:57:00	158.1.54.O
Drogas e Violência	OSMAR TERRA	PMDB	RS	2013-03-12 16:48:00	029.3.54.O
Drogas e Violência	OSMAR TERRA	PMDB	RS	2013-05-31 09:51:00	147.3.54.O
Drogas e Violência	OSMAR TERRA	PMDB	RS	2013-04-22 17:12:00	079.3.54.O
Drogas e Violência	OSMAR TERRA	PMDB	RS	2012-10-24 14:57:00	279.2.54.O
Drogas e Violência	SAGUAS MORAES	PT	MT	2011-02-23 14:54:00	021.1.54.O
Economia	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	2011-06-29 15:20:00	169.1.54.O
Economia	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2011-08-02 17:32:00	189.1.54.O
Economia	DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	2013-08-23 11:15:00	240.3.54.O
Economia	JOSIAS GOMES	PT	BA	2012-11-27 14:16:00	325.2.54.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2012-09-19 14:06:00	255.2.54.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-09-05 15:26:00	232.1.54.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2013-08-26 15:09:00	243.3.54.O
Economia	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-04-14 18:18:00	094.4.54.O
Economia	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2012-08-07 16:14:00	211.2.54.O
Economia	ZECA DIRCEU	PT	PR	2011-08-10 17:08:00	200.1.54.O
Educação	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2011-06-29 15:12:00	169.1.54.O
Educação	ARTUR BRUNO	PT	CE	2013-10-22 14:32:00	330.3.54.O
Educação	DOMINGOS SAVIO	PSDB	MG	2013-10-15 14:36:00	322.3.54.O
Educação	IZALCI	PSDB	DF	2012-12-14 09:42:00	348.2.54.O
Educação	JOSE GUIMARAES	PT	CE	2013-08-14 17:38:00	229.3.54.O
Educação	LELO COIMBRA	PMDB	ES	2011-03-03 14:24:00	031.1.54.O
Educação	LINCOLN PORTELA	PR	MG	2012-05-09 15:32:00	114.2.54.O
Educação	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-08-06 15:24:00	210.2.54.O
Educação	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2012-11-12 18:00:00	302.2.54.O
Educação	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2011-10-25 14:48:00	296.1.54.O
Educação Superior	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2013-09-10 14:18:00	269.3.54.O

Continua na próxima página...

Tabela 28 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Educação Superior	ANTONIO BULHOES	PRB	SP	2012-10-09 18:20:00	262.2.54.O
Educação Superior	DANIEL ALMEIDA	PCDOB	BA	2011-08-16 14:38:00	206.1.54.O
Educação Superior	JOAO ANANIAS	PCDOB	CE	2012-04-17 14:20:00	084.2.54.O
Educação Superior	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-12-08 14:09:00	282.4.54.O
Educação Superior	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-05-14 14:22:00	133.4.54.O
Educação Superior	LUIZ NOE	PSB	RS	2012-06-04 14:39:00	153.2.54.O
Educação Superior	MARCIO MACEDO	PT	SE	2012-05-16 14:24:00	125.2.54.O
Educação Superior	ROGERIO CARVALHO	PT	SE	2012-03-13 15:12:00	038.2.54.O
Educação Superior	ZE GERALDO	PT	PA	2011-08-23 16:58:00	215.1.54.O
Empresas	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2014-04-30 14:45:00	113.4.54.O
Empresas	AUGUSTO CARVALHO	SDD	DF	2013-10-11 11:33:00	317.3.54.O
Empresas	DOMINGOS DUTRA	SD	MA	2014-05-19 17:48:00	140.4.54.O
Empresas	IZALCI	PSDB	DF	2013-12-20 13:09:00	423.3.54.O
Empresas	JULIO CESAR	PSD	PI	2012-09-18 17:38:00	251.2.54.O
Empresas	LAERCIO OLIVEIRA	PR	SE	2011-04-07 18:00:00	062.1.54.O
Empresas	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2014-04-15 17:38:00	095.4.54.O
Empresas	MANDETTA	DEM	MS	2014-04-08 17:38:00	083.4.54.O
Empresas	RONALDO CAIADO	DEM	GO	2014-04-03 16:09:00	078.4.54.O
Empresas	ZE GERALDO	PT	PA	2014-04-16 14:48:00	097.4.54.O
Energia	AFONSO HAMM	PP	RS	2013-08-21 14:32:00	236.3.54.O
Energia	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2014-02-04 14:36:00	001.4.54.O
Energia	CESAR COLNAGO	PSDB	ES	2011-09-22 17:06:00	257.1.54.O
Energia	FRANCISCO ESCORCIO	PMDB	MA	2014-06-02 15:48:00	163.4.54.O
Energia	LEONARDO GADELHA	PSC	PB	2013-02-15 10:18:00	006.3.54.O
Energia	LUIZ COUTO	PT	PB	2013-04-29 14:10:00	091.3.54.O
Energia	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-08-30 17:20:00	225.1.54.O
Energia	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2012-04-03 14:20:00	067.2.54.O
Energia	MARCOS ROGERIO	PDT	RO	2014-04-07 16:12:00	080.4.54.O
Energia	SARNEY FILHO	PV	MA	2012-03-09 11:42:00	035.2.54.O
Esporte	AFONSO HAMM	PP	RS	2011-11-30 16:14:00	343.1.54.O
Esporte	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2013-04-10 16:26:00	062.3.54.O
Esporte	CHICO LOPES	PCDOB	CE	2012-03-26 14:15:00	054.2.54.O
Esporte	JANETE ROCHA PIETA	PT	SP	2014-05-14 14:12:00	133.4.54.O
Esporte	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-07-09 14:06:00	194.4.54.O
Esporte	MAGDA MOFATTO	PTB	GO	2012-06-05 15:46:00	154.2.54.O
Esporte	MANUELA DAVILA	PCDOB	RS	2011-02-23 15:34:00	021.1.54.O
Esporte	MARCELO MATOS	PDT	RJ	2011-03-02 16:52:00	029.1.54.O
Esporte	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-12-15 14:09:00	368.1.54.O
Esporte	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG	2013-08-21 14:22:00	236.3.54.O
Estatuto da Juventude	ALINE CORREA	PP	SP	2012-05-02 17:12:00	103.2.54.O
Estatuto da Juventude	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2012-02-14 14:14:00	010.2.54.O
Estatuto da Juventude	CHICO LOPES	PCDOB	CE	2013-03-27 14:39:00	048.3.54.O
Estatuto da Juventude	JO MORAES	PCDOB	MG	2012-06-06 14:36:00	157.2.54.O
Estatuto da Juventude	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-03-17 15:48:00	040.1.54.O
Estatuto da Juventude	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-03-06 14:04:00	029.2.54.O
Estatuto da Juventude	LUIZ COUTO	PT	PB	2013-12-05 15:51:00	405.3.54.O
Estatuto da Juventude	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP	2011-03-01 14:26:00	028.1.54.O
Estatuto da Juventude	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2012-04-17 15:06:00	084.2.54.O
Estatuto da Juventude	ZE GERALDO	PT	PA	2013-07-11 14:39:00	208.3.54.O
Gênero	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2012-09-19 18:51:00	255.2.54.O
Gênero	AUREO	PRTB	RJ	2011-03-03 16:18:00	031.1.54.O
Gênero	COSTA FERREIRA	PSC	MA	2013-10-08 14:12:00	308.3.54.O

Continua na próxima página...

Tabela 28 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Gênero	JANETE ROCHA PIETA	PT	SP	2011-03-03 15:42:00	031.1.54.O
Gênero	JOAO CAMPOS	PSDB	GO	2014-11-26 16:28:00	272.4.54.O
Gênero	JOSE GENOINO	PT	SP	2013-03-07 14:48:00	025.3.54.O
Gênero	JOSE GUIMARAES	PT	CE	2011-08-16 15:10:00	206.1.54.O
Gênero	LAURIETE	PSC	ES	2012-03-13 19:48:00	038.2.54.O
Gênero	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2011-06-28 14:36:00	167.1.54.O
Gênero	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	2012-08-07 15:02:00	211.2.54.O
Idoso e Previdência	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ	2013-10-01 17:06:00	299.3.54.O
Idoso e Previdência	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2011-09-14 17:08:00	243.1.54.O
Idoso e Previdência	CHICO LOPES	PCDOB	CE	2014-11-10 14:36:00	249.4.54.O
Idoso e Previdência	JOSE AIRTON	PT	CE	2012-06-19 14:22:00	170.2.54.O
Idoso e Previdência	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-12-21 14:06:00	371.1.54.O
Idoso e Previdência	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-09-05 15:14:00	232.1.54.O
Idoso e Previdência	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2012-12-04 14:52:00	335.2.54.O
Idoso e Previdência	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-04-20 14:21:00	080.1.54.O
Idoso e Previdência	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2011-03-23 14:50:00	046.1.54.O
Idoso e Previdência	RICARDO QUIRINO	PRB	DF	2011-04-18 14:36:00	075.1.54.O
Medicina	AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	2013-07-17 14:42:00	215.3.54.O
Medicina	ASSIS CARVALHO	PT	PI	2013-10-10 14:06:00	316.3.54.O
Medicina	DOMINGOS NETO	PSB	CE	2011-10-19 15:36:00	287.1.54.O
Medicina	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	2013-10-04 09:39:00	304.3.54.O
Medicina	MANDETTA	DEM	MS	2013-10-08 17:26:00	308.3.54.O
Medicina	MARCON	PT	RS	2011-02-17 14:03:00	015.1.54.O
Medicina	MARCUS PESTANA	PSDB	MG	2014-04-01 14:20:00	071.4.54.O
Medicina	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2012-10-24 14:12:00	279.2.54.O
Medicina	RONALDO CAIADO	DEM	GO	2013-08-28 17:20:00	248.3.54.O
Medicina	ZE GERALDO	PT	PA	2013-07-11 17:51:00	208.3.54.O
Medida Provisória	AFONSO FLORENCE	PT	BA	2014-04-08 17:38:00	083.4.54.O
Medida Provisória	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2013-09-25 16:36:00	291.3.54.O
Medida Provisória	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	2013-09-25 16:36:00	291.3.54.O
Medida Provisória	IZALCI	PR	DF	2011-06-22 14:30:00	162.1.54.O
Medida Provisória	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-02-21 15:00:00	017.1.54.O
Medida Provisória	MARCO MAIA	PT	RS	2012-06-19 17:14:00	170.2.54.O
Medida Provisória	MARCON	PT	RS	2014-05-27 14:52:00	153.4.54.O
Medida Provisória	MENDONCA FILHO	DEM	PE	2012-06-12 17:08:00	160.2.54.O
Medida Provisória	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	2011-09-05 14:06:00	232.1.54.O
Medida Provisória	ZECA DIRCEU	PT	PR	2012-02-07 18:58:00	004.2.54.O
Meio ambiente	AFONSO HAMM	PP	RS	2012-03-27 15:00:00	056.2.54.O
Meio ambiente	AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF	2011-05-13 09:57:00	109.1.54.O
Meio ambiente	DIMAS RAMALHO	PPS	SP	2012-06-19 17:14:00	170.2.54.O
Meio ambiente	LAEL VARELLA	DEM	MG	2012-02-08 14:08:00	005.2.54.O
Meio ambiente	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-08-04 14:09:00	205.4.54.O
Meio ambiente	MOREIRA MENDES	PPS	RO	2011-05-31 14:44:00	134.1.54.O
Meio ambiente	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	2011-02-23 15:34:00	021.1.54.O
Meio ambiente	ONOFRE SANTO AGOSTINI	DEM	SC	2011-08-22 14:33:00	213.1.54.O
Meio ambiente	SARNEY FILHO	PV	MA	2012-05-14 16:48:00	120.2.54.O
Meio ambiente	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2011-11-30 14:40:00	343.1.54.O
Pessoa com deficiência	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	2011-08-26 10:30:00	221.1.54.O
Pessoa com deficiência	BENEDITA DA SILVA	PT	RJ	2012-09-05 14:22:00	238.2.54.O
Pessoa com deficiência	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2014-07-07 14:30:00	193.4.54.O
Pessoa com deficiência	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	2014-11-04 15:16:00	241.4.54.O
Pessoa com deficiência	MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	2011-06-28 14:50:00	167.1.54.O

Continua na próxima página...

Tabela 28 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Pessoa com deficiência	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2014-04-10 14:06:00	090.4.54.O
Pessoa com deficiência	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2013-04-16 14:18:00	070.3.54.O
Pessoa com deficiência	MARCELO ALMEIDA	PMDB	PR	2014-02-05 15:00:00	004.4.54.O
Pessoa com deficiência	MARCOS ROGERIO	PDT	RO	2012-07-09 15:21:00	195.2.54.O
Pessoa com deficiência	ROMARIO	PSB	RJ	2014-02-26 19:42:00	032.4.54.O
Programas Federais	AFONSO FLORENCE	PT	BA	2013-10-16 16:38:00	323.3.54.O
Programas Federais	ANGELO AGNOLIN	PDT	TO	2013-11-13 17:12:00	372.3.54.O
Programas Federais	BOHN GASS	PT	RS	2011-06-28 15:36:00	167.1.54.O
Programas Federais	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2012-03-06 18:00:00	029.2.54.O
Programas Federais	LAUREZ MOREIRA	PSB	TO	2011-05-05 17:24:00	097.1.54.O
Programas Federais	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2014-02-25 14:34:00	029.4.54.O
Programas Federais	LUCI CHOINACKI	PT	SC	2011-06-14 14:30:00	152.1.54.O
Programas Federais	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-08-28 16:03:00	229.2.54.O
Programas Federais	MAJOR FABIO	DEM	PB	2013-03-05 16:18:00	023.3.54.O
Programas Federais	SANDES JUNIOR	PP	GO	2013-04-24 18:18:00	084.3.54.O
Projetos de lei	AFONSO HAMM	PP	RS	2012-02-07 16:46:00	004.2.54.O
Projetos de lei	AROLDE DE OLIVEIRA	PSD	RJ	2013-06-12 16:32:00	163.3.54.O
Projetos de lei	COLBERT MARTINS	PMDB	BA	2014-02-19 16:24:00	023.4.54.O
Projetos de lei	JORGINHO MELLO	PSDB	SC	2011-05-26 15:18:00	129.1.54.O
Projetos de lei	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2013-03-06 14:28:00	024.3.54.O
Projetos de lei	MARCIO MACEDO	PT	SE	2011-05-12 14:03:00	108.1.54.O
Projetos de lei	MARCUS PESTANA	PSDB	MG	2014-04-08 17:38:00	083.4.54.O
Projetos de lei	MENDONCA FILHO	DEM	PE	2012-11-20 16:46:00	313.2.54.O
Projetos de lei	RONALDO CAIADO	DEM	GO	2012-03-07 17:46:00	031.2.54.O
Projetos de lei	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2013-11-19 14:52:00	377.3.54.O
Protestos e Corrupção	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2012-10-09 15:28:00	262.2.54.O
Protestos e Corrupção	AUREO	PRTB	RJ	2012-04-24 19:10:00	093.2.54.O
Protestos e Corrupção	DOMINGOS DUTRA	SDD	MA	2013-10-10 14:12:00	316.3.54.O
Protestos e Corrupção	JOAO ANANIAS	PCDOB	CE	2012-03-20 16:12:00	048.2.54.O
Protestos e Corrupção	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-06-25 18:27:00	175.2.54.O
Protestos e Corrupção	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP	2011-02-24 15:00:00	024.1.54.O
Protestos e Corrupção	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR	2013-04-25 17:09:00	087.3.54.O
Protestos e Corrupção	MARIO FEITOZA	PMDB	CE	2013-03-07 17:21:00	025.3.54.O
Protestos e Corrupção	RONALDO FONSECA	PR	DF	2013-05-10 11:05:00	106.3.54.O
Protestos e Corrupção	ZEZEU RIBEIRO	PT	BA	2013-09-25 16:36:00	291.3.54.O
Questão hídrica	AFONSO FLORENCE	PT	BA	2012-03-27 16:58:00	056.2.54.O
Questão hídrica	AMIR LANDO	PMDB	RO	2014-11-13 16:45:00	258.4.54.O
Questão hídrica	COLBERT MARTINS	PMDB	BA	2013-04-16 17:02:00	070.3.54.O
Questão hídrica	JOAO ANANIAS	PCDOB	CE	2014-03-11 14:46:00	040.4.54.O
Questão hídrica	LUIZ COUTO	PT	PB	2013-03-11 17:15:00	028.3.54.O
Questão hídrica	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-04-10 14:06:00	073.2.54.O
Questão hídrica	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-04-16 16:48:00	082.2.54.O
Questão hídrica	LUIZ COUTO	PT	PB	2012-06-18 14:54:00	168.2.54.O
Questão hídrica	MARCON	PT	RS	2013-09-17 18:02:00	280.3.54.O
Questão hídrica	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	2014-02-12 14:32:00	013.4.54.O
Questão indígena	ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	2013-09-24 17:00:00	289.3.54.O
Questão indígena	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	2013-03-07 17:33:00	025.3.54.O
Questão indígena	ERIKA KOKAY	PT	DF	2012-10-22 16:57:00	277.2.54.O
Questão indígena	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	2013-07-11 16:48:00	208.3.54.O
Questão indígena	MARCON	PT	RS	2012-12-11 17:20:00	342.2.54.O
Questão indígena	MARCON	PT	RS	2012-03-13 14:26:00	038.2.54.O
Questão indígena	MARCOS MONTES	PSD	MG	2013-04-16 17:02:00	070.3.54.O

Continua na próxima página...

**Tabela 28 – continuação da página anterior**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Questão indígena	MOREIRA MENDES	PSD	RO	2013-04-01 15:45:00	049.3.54.O
Questão indígena	ONOFRE SANTO AGOSTINI	PSD	SC	2013-06-03 16:33:00	149.3.54.O
Questão indígena	VALDIR COLATTO	PMDb	SC	2014-02-06 14:42:00	007.4.54.O
Questão racial	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2013-09-24 14:24:00	289.3.54.O
Questão racial	ANTONIO BULHOES	PRB	SP	2012-11-20 16:46:00	313.2.54.O
Questão racial	BENEDITA DA SILVA	PT	RJ	2013-08-29 15:21:00	252.3.54.O
Questão racial	IVAN VALENTE	PSOL	SP	2013-11-19 14:28:00	377.3.54.O
Questão racial	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	2011-10-05 16:40:00	273.1.54.O
Questão racial	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	2012-11-20 16:46:00	313.2.54.O
Questão racial	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	2011-05-17 15:26:00	113.1.54.O
Questão racial	LUCIANA SANTOS	PCDOB	PE	2012-11-20 15:42:00	313.2.54.O
Questão racial	LUIZ ALBERTO	PT	BA	2011-11-10 15:57:00	319.1.54.O
Questão racial	ROSE DE FREITAS	PMDb	ES	2012-11-20 14:26:00	313.2.54.O
Questões municipais	AFONSO FLORENCE	PT	BA	2013-09-24 14:16:00	289.3.54.O
Questões municipais	ATILA LINS	PMDb	AM	2011-02-28 15:57:00	027.1.54.O
Questões municipais	DANILO FORTE	PMDb	CE	2012-11-28 17:18:00	327.2.54.O
Questões municipais	JOSE AIRTON	PT	CE	2011-11-30 15:54:00	343.1.54.O
Questões municipais	MARCELO CASTRO	PMDb	PI	2012-11-05 14:54:00	289.2.54.O
Questões municipais	MARCON	PT	RS	2011-10-18 17:22:00	286.1.54.O
Questões municipais	MAURO BENEVIDES	PMDb	CE	2013-11-20 16:20:00	378.3.54.O
Questões municipais	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDb	RS	2011-04-19 14:10:00	077.1.54.O
Questões municipais	SANDES JUNIOR	PP	GO	2011-08-30 15:38:00	225.1.54.O
Questões municipais	ZONTA	PP	SC	2011-06-20 14:42:00	158.1.54.O
Questões regimentais	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	2011-04-27 16:34:00	085.1.54.O
Questões regimentais	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	2014-04-08 17:38:00	083.4.54.O
Questões regimentais	COLBERT MARTINS	PMDb	BA	2014-03-19 17:16:00	052.4.54.O
Questões regimentais	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	2011-03-22 14:34:00	045.1.54.O
Questões regimentais	MARCO MAIA	PT	RS	2012-04-10 17:18:00	073.2.54.O
Questões regimentais	MAURICIO QUINTELLA LESSA	PR	AL	2013-03-01 10:09:00	021.3.54.O
Questões regimentais	MAURO BENEVIDES	PMDb	CE	2014-02-20 14:21:00	026.4.54.O
Questões regimentais	MAURO BENEVIDES	PMDb	CE	2014-11-19 14:24:00	265.4.54.O
Questões regimentais	ROSE DE FREITAS	PMDb	ES	2011-10-19 17:10:00	287.1.54.O
Questões regimentais	ZECA DIRCEU	PT	PR	2013-03-13 17:18:00	030.3.54.O
Questões regionais	ALEX CANZIANI	PTB	PR	2014-12-04 14:06:00	280.4.54.O
Questões regionais	AUDIFAX	PSB	ES	2012-05-23 14:20:00	135.2.54.O
Questões regionais	EDINHO ARAUJO	PMDb	SP	2011-09-20 16:12:00	251.1.54.O
Questões regionais	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	2013-08-14 14:14:00	229.3.54.O
Questões regionais	MARLLOS SAMPAIO	PMDb	PI	2012-10-30 14:40:00	283.2.54.O
Questões regionais	MARLLOS SAMPAIO	PMDb	PI	2014-03-25 14:20:00	060.4.54.O
Questões regionais	MAURO BENEVIDES	PMDb	CE	2011-08-23 14:06:00	215.1.54.O
Questões regionais	MIRIQUNHO BATISTA	PT	PA	2012-04-17 16:54:00	084.2.54.O
Questões regionais	SANDRO ALEX	PPS	PR	2013-10-10 14:15:00	316.3.54.O
Questões regionais	ZOINHO	PR	RJ	2013-06-14 12:06:00	167.3.54.O
Recursos e Investimentos	ALBERTO MOURAO	PSDB	SP	2011-04-06 16:40:00	059.1.54.O
Recursos e Investimentos	ATILA LINS	PSD	AM	2012-03-19 14:18:00	046.2.54.O
Recursos e Investimentos	DOMINGOS DUTRA	PT	MA	2011-04-19 16:42:00	077.1.54.O
Recursos e Investimentos	JANETE ROCHA PIETA	PT	SP	2011-04-28 15:51:00	087.1.54.O
Recursos e Investimentos	MARCELO MATOS	PDT	RJ	2012-05-24 18:09:00	138.2.54.O
Recursos e Investimentos	MARCON	PT	RS	2011-08-30 14:26:00	225.1.54.O
Recursos e Investimentos	MARLLOS SAMPAIO	PMDb	PI	2013-07-11 14:33:00	208.3.54.O
Recursos e Investimentos	MARLLOS SAMPAIO	PMDb	PI	2011-03-01 14:44:00	028.1.54.O
Recursos e Investimentos	RONALDO ZULKE	PT	RS	2011-12-15 15:33:00	368.1.54.O

Continua na próxima página...

Tabela 28 – continuação da página anterior

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Recursos e Investimentos	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2012-10-17 14:48:00	272.2.54.O
Saúde	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2013-03-06 15:16:00	024.3.54.O
Saúde	ANDRE ZACHAROW	PMDB	PR	2013-04-10 16:26:00	062.3.54.O
Saúde	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	2011-06-09 16:21:00	147.1.54.O
Saúde	INOCENCIO OLIVEIRA	PR	PE	2011-11-10 16:03:00	319.1.54.O
Saúde	JO MORAES	PCDOB	MG	2014-05-28 14:28:00	156.4.54.O
Saúde	JOAO ANANIAS	PCDOB	CE	2013-05-07 14:44:00	101.3.54.O
Saúde	JOAO ANANIAS	PCDOB	CE	2013-11-13 18:57:00	372.3.54.O
Saúde	JOSE CHAVES	PTB	PE	2013-09-24 17:32:00	289.3.54.O
Saúde	PERPETUA ALMEIDA	PCDOB	AC	2014-04-22 17:42:00	099.4.54.O
Saúde	WILSON FILHO	PMDB	PB	2011-05-31 17:10:00	134.1.54.O
Segurança Pública	AFONSO HAMM	PP	RS	2014-03-26 17:04:00	063.4.54.O
Segurança Pública	ATILA LINS	PMDB	AM	2011-06-16 16:24:00	156.1.54.O
Segurança Pública	DOMINGOS DUTRA	PT	MA	2012-02-06 16:39:00	002.2.54.O
Segurança Pública	JOSE AUGUSTO MAIA	PTB	PE	2011-09-14 17:16:00	243.1.54.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-12-22 14:21:00	301.4.54.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-11-26 14:44:00	272.4.54.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-02-13 14:12:00	016.4.54.O
Segurança Pública	LUIZ COUTO	PT	PB	2011-11-10 17:48:00	319.1.54.O
Segurança Pública	PAULO PIMENTA	PT	RS	2014-05-15 14:33:00	138.4.54.O
Segurança Pública	ZE GERALDO	PT	PA	2014-11-18 14:32:00	263.4.54.O
Servidor Público	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2011-06-29 17:50:00	169.1.54.O
Servidor Público	AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	2011-05-05 17:18:00	097.1.54.O
Servidor Público	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	2012-02-08 15:10:00	005.2.54.O
Servidor Público	JO MORAES	PCDOB	MG	2014-10-28 17:28:00	234.4.54.O
Servidor Público	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2013-12-05 17:15:00	405.3.54.O
Servidor Público	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2012-06-14 17:27:00	164.2.54.O
Servidor Público	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2012-05-11 12:05:00	118.2.54.O
Servidor Público	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2014-03-25 17:20:00	060.4.54.O
Servidor Público	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-02-12 14:08:00	013.4.54.O
Servidor Público	SEBASTIAO BALA ROCHA	PDT	AP	2011-12-21 18:51:00	371.1.54.O
Sistema de Justiça	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2013-11-19 18:18:00	377.3.54.O
Sistema de Justiça	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2014-02-18 15:26:00	021.4.54.O
Sistema de Justiça	DELEGADO PROTOGENES	PCDOB	SP	2011-05-05 15:15:00	097.1.54.O
Sistema de Justiça	LUCIANO CASTRO	PR	RR	2013-12-05 17:42:00	405.3.54.O
Sistema de Justiça	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-06-14 14:16:00	152.1.54.O
Sistema de Justiça	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2013-05-20 14:30:00	127.3.54.O
Sistema de Justiça	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2012-03-19 15:45:00	046.2.54.O
Sistema de Justiça	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2013-07-03 14:26:00	192.3.54.O
Sistema de Justiça	RICARDO IZAR	PSD	SP	2014-03-19 17:16:00	052.4.54.O
Sistema de Justiça	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2011-05-05 14:42:00	097.1.54.O
Sistema Político	ALICE PORTUGAL	PCDOB	BA	2012-03-27 15:10:00	056.2.54.O
Sistema Político	BOHN GASS	PT	RS	2012-04-23 15:48:00	091.2.54.O
Sistema Político	EDINHO BEZ	PMDB	SC	2012-03-28 14:36:00	058.2.54.O
Sistema Político	LUIZ COUTO	PT	PB	2014-11-03 16:30:00	240.4.54.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-06-24 14:15:00	184.4.54.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-06-20 18:21:00	158.1.54.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2012-11-23 11:39:00	320.2.54.O
Sistema Político	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2011-06-30 15:15:00	171.1.54.O
Sistema Político	RONALDO BENEDET	PMDB	SC	2012-06-20 16:09:00	171.2.54.O
Sistema Político	ZECA DIRCEU	PT	PR	2011-03-22 16:38:00	045.1.54.O
Trabalho	AFONSO HAMM	PP	RS	2011-08-03 16:40:00	190.1.54.O

Continua na próxima página...

**Tabela 28 – continuação da página anterior**

Rótulo	Orador	Legenda	UF	Horário	Cód. Sessão
Trabalho	ASSIS MELO	PCDOB	RS	2013-03-06 14:48:00	024.3.54.O
Trabalho	CLEBER VERDE	PRB	MA	2011-04-25 17:27:00	082.1.54.O
Trabalho	JOSE AIRTON	PT	CE	2012-08-01 19:12:00	207.2.54.O
Trabalho	MANUELA DAVILA	PCDOB	RS	2013-02-27 17:12:00	018.3.54.O
Trabalho	MARCIO MARINHO	PRB	BA	2012-05-31 15:18:00	150.2.54.O
Trabalho	MARCON	PT	RS	2011-10-26 17:50:00	298.1.54.O
Trabalho	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	2014-06-25 16:24:00	185.4.54.O
Trabalho	SEBASTIAO BALA ROCHA	PDT	AP	2012-10-09 14:24:00	262.2.54.O
Trabalho	ZOINHO	PR	RJ	2013-07-02 16:22:00	190.3.54.O
Transporte	AKIRA OTSUBO	PMDB	MS	2013-05-07 16:34:00	101.3.54.O
Transporte	CELSO MALDANER	PMDB	SC	2011-09-28 14:24:00	263.1.54.O
Transporte	EDINHO ARAUJO	PMDB	SP	2011-07-12 17:42:00	183.1.54.O
Transporte	JOAO CALDAS	PSDB	AL	2012-07-13 10:54:00	202.2.54.O
Transporte	MARCON	PT	RS	2013-06-04 14:10:00	150.3.54.O
Transporte	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	2013-08-15 15:12:00	231.3.54.O
Transporte	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	2013-10-15 14:22:00	322.3.54.O
Transporte	MOREIRA MENDES	PSD	RO	2013-08-19 16:27:00	234.3.54.O
Transporte	RONALDO ZULKE	PT	RS	2011-09-28 15:18:00	263.1.54.O
Transporte	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	2013-07-04 18:00:00	195.3.54.O
Votação	AFONSO FLORENCE	PT	BA	2013-06-04 17:32:00	150.3.54.O
Votação	ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	2012-05-30 16:42:00	146.2.54.O
Votação	CLAUDIO CAJADO	DEM	BA	2012-07-03 16:52:00	185.2.54.O
Votação	JANDIRA FEGHALI	PCDOB	RJ	2013-10-16 16:58:00	323.3.54.O
Votação	LUIZ NOE	PSB	RS	2012-07-03 16:52:00	185.2.54.O
Votação	MARCAL FILHO	PMDB	MS	2014-07-01 18:06:00	188.4.54.O
Votação	MARCELO ALMEIDA	PMDB	PR	2013-08-06 18:08:00	219.3.54.O
Votação	MARCO MAIA	PT	RS	2011-08-30 17:20:00	225.1.54.O
Votação	MENDONCA FILHO	DEM	PE	2012-02-08 17:30:00	005.2.54.O
Votação	RUBENS BUENO	PPS	PR	2012-02-08 18:06:00	005.2.54.O

## C Apêndice do Capítulo 5 - Gini

Como feito no Capítulo 2, no texto do Capítulo 5 optou-se por apresentar os principais resultados e dedicar um apêndice para as análises descritivas das variáveis preditoras utilizadas na estimação do Coeficiente de Gini com o Modelo 7.

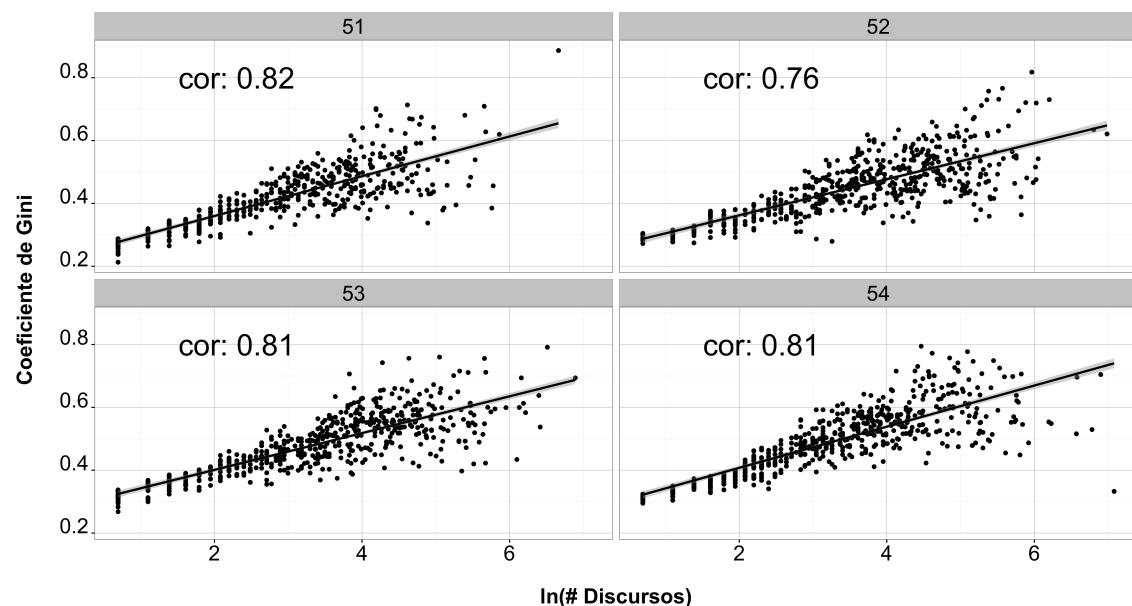
### C.1 Análise descritiva das variáveis preditoras

Para evitar a repetição de informação, estão apresentados apenas os dados descritivos de novas variáveis utilizadas e de sua relação com a variável predita do Modelo 7, o coeficiente de Gini.

#### C.1.1 Quantidade de Discursos

Os dados descritivos da quantidade de discursos são os mesmos da Tabela 7. Para melhorar o ajuste do Modelo 7, foi utilizado o log dessa variável. Seu comportamento descritivo diante do Coeficiente de Gini tem correlação positiva e forte, conforme pode ser verificado na Figura 51.

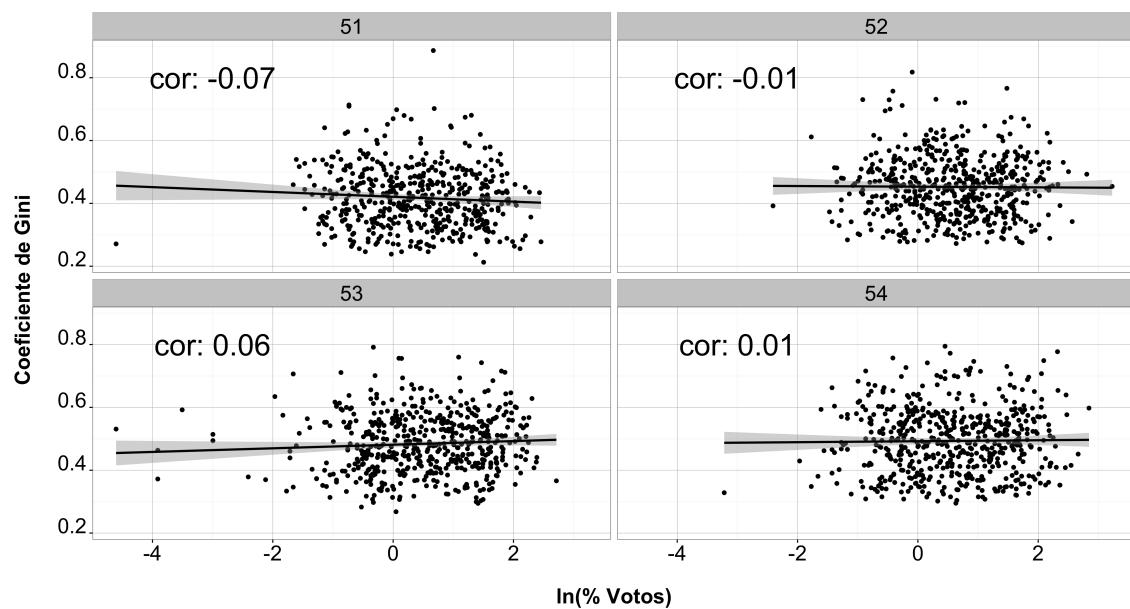
Figura 51: Quantidade de discursos e Coeficiente de Gini



### C.1.2 Porcentagem de votos recebidos pelos Deputados Federais

Para melhorar o ajuste do Modelo 7, foi utilizado o log dessa variável. Seu comportamento descritivo diante da variável predita é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 52.

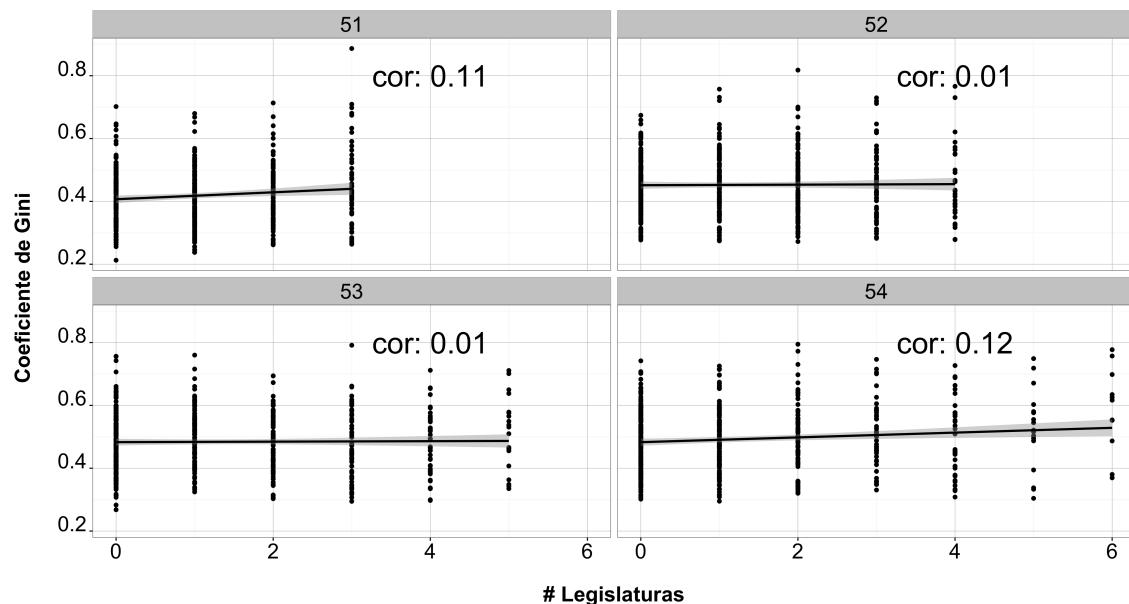
Figura 52: Porcentagem de votos recebidos e Coeficiente de Gini



### C.1.3 Número de legislaturas

Seu comportamento descritivo diante do Coeficiente de Gini é pouco relevante, conforme pode ser verificado na Figura 53.

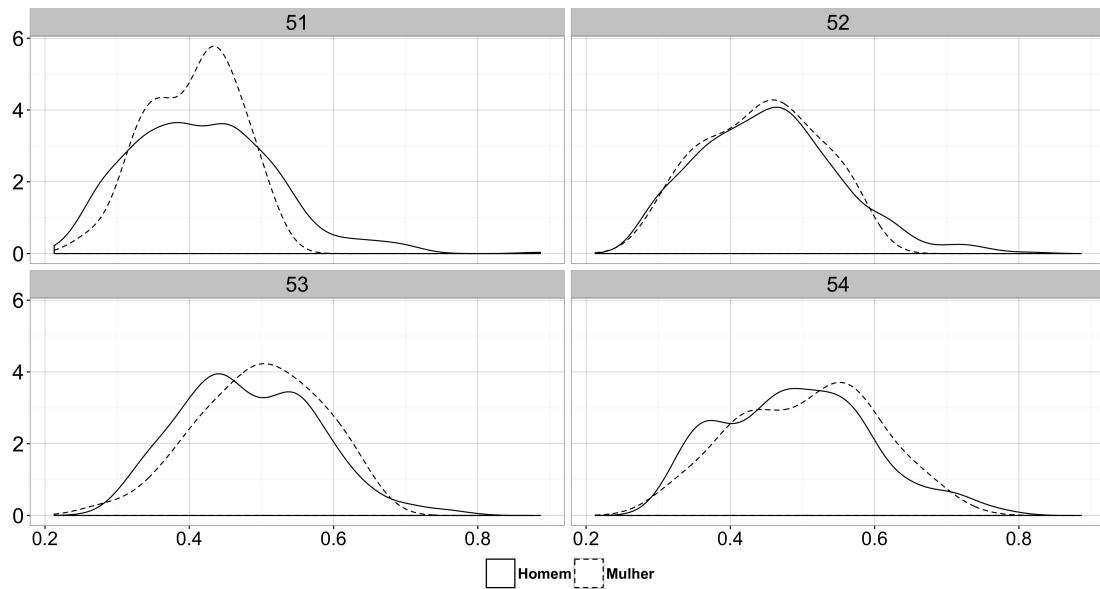
Figura 53: Número de legislaturas e Coeficiente de Gini



#### C.1.4 Gênero

A Figura 54 apresenta a distribuição do Coeficiente de Gini segundo cada categoria. Apesar de na 51<sup>a</sup> legislatura as Deputadas Federais apresentarem maior homogeneidade na distribuição de sua ênfase temática, nas demais legislaturas a comparação com os Deputados Federais apresenta que a distribuição de sua atenção é semelhante.

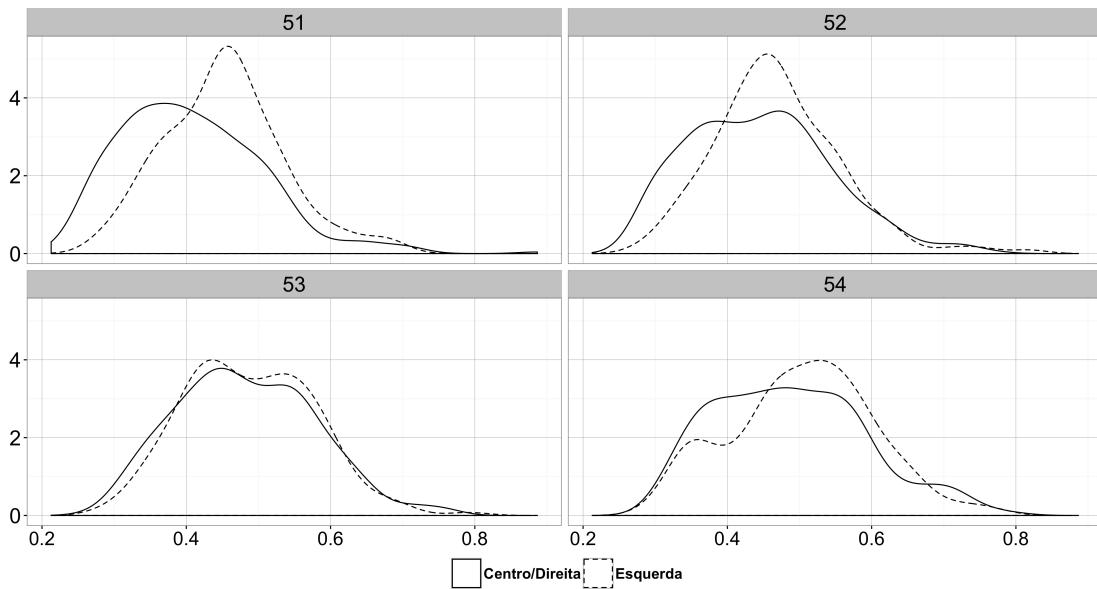
Figura 54: Distribuição do Coeficiente de Gini segundo o gênero do parlamentar



### C.1.5 Ideologia da legenda partidária

A Figura 55 apresenta a distribuição do Coeficiente de Gini segundo cada categoria. Nota-se leve tendência a maior concentração temática nos Deputados Federais eleitos por legendas classificadas ideologicamente de esquerda.

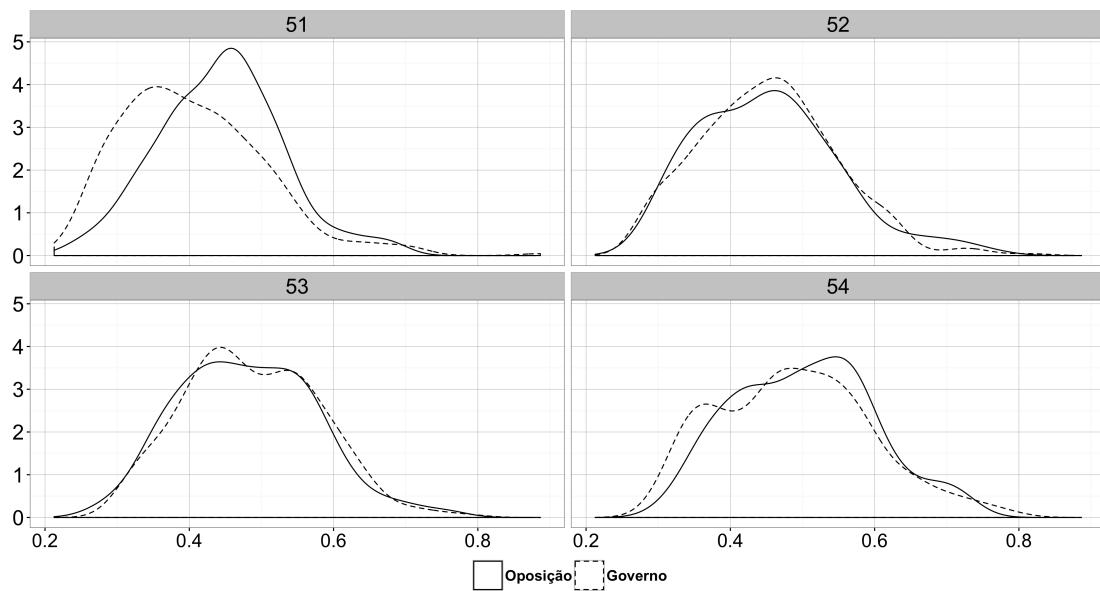
Figura 55: Distribuição do Coeficiente de Gini segundo a classificação ideológica das legendas partidárias



### C.1.6 Governo e Oposição

Em relação ao posicionamento da legenda partidária ao longo da legislatura, a Figura 56 apresenta a distribuição do Coeficiente de Gini segundo cada categoria. Com exceção da 51<sup>a</sup> legislatura, onde parlamentares da oposição apresentam maior concentração de foco temático, nas demais legislaturas a distribuição de ambas categorias é semelhante.

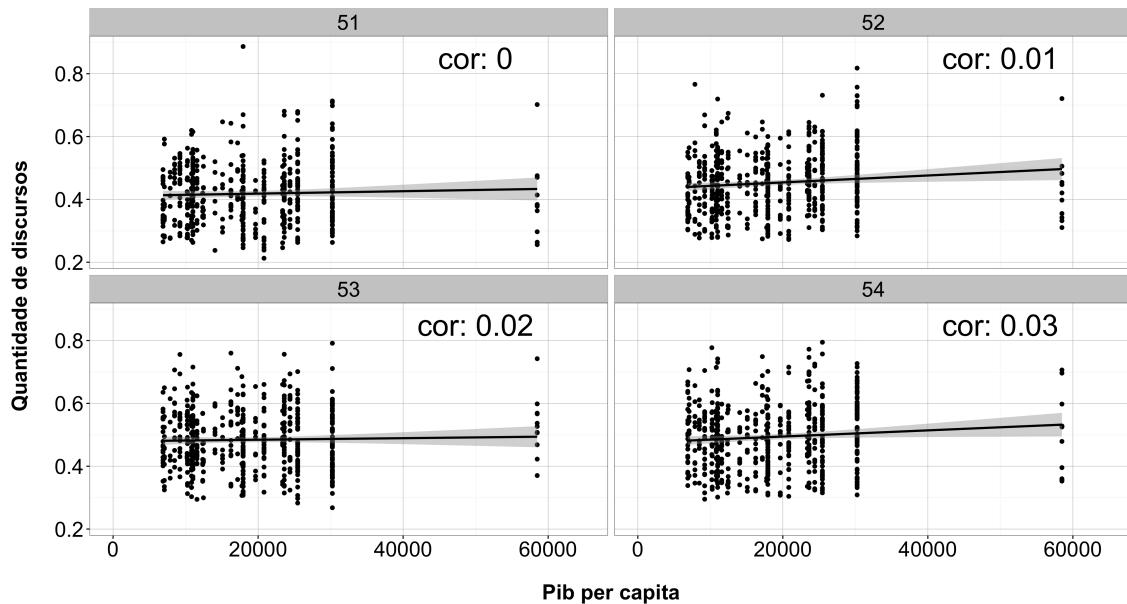
Figura 56: Distribuição do Coeficiente de Gini segundo o posicionamento da legenda partidária em relação ao governo



### C.1.7 Pib per capita das Unidades Federativas

A Tabela 19 apresenta esse dado. Seu comportamento descritivo diante da variável predita é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 57.

Figura 57: Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito e Coeficiente de Gini



## C.2 Análise do Modelo 7 - Variável Dependente: Coeficiente de Gini.

Nessa seção são apresentadas informações e breves considerações relacionadas ao ajuste do Modelo bayesiano 7 utilizado no Capítulo 5 com o Coeficiente de Gini como variável dependente. Como apontado no Apêndice A, uma boa modelagem bayesiana deve incluir procedimentos de checagem do ajuste do modelo aos dados por (Gelman et al., 2013, p.142). Para tanto, é utilizado o *posterior predictive check* como método para averiguar o ajuste do modelo aos dados observados (Gelman e King, 1993; Gelman et al., 2013; Galdino, 2011).

No *posterior predictive checking*, medidas de resumo de interesse (média, desvio padrão etc.) são utilizadas para checar o ajuste do modelo. Se o modelo se adequa aos dados, os resultados  $y^{rep}$  devem ser similares aos encontrados nos dados observados. Tal comparação é justamente feita através da coleta de amostras da distribuição preditiva da posteriori  $p(y^{rep}|y)$ , conforme apresenta a Equação 9.

### C.2.1 Ajuste do Modelo 7 - Variável Dependente: Coeficiente de Gini.

As figuras 58, 59, 60 e 61, apresentam, respectivamente, os valores observados para a média, o desvio-padrão, o valor máximo e o valor mínimo, comparados aos valores amostrados da posteriori. Como pode ser observado, de forma geral há uma boa predição da média e do desvio padrão. Contudo, o mesmo não é verificado para os valores máximos e mínimos. Com exceção da 54<sup>a</sup> legislatura, o valor máximo não é bem predito pelo modelo. Por sua vez, o valor mínimo não é bem predito em nenhuma das legislaturas.

Figura 58: *Posterior Predictive Check* para média - Coeficiente de Gini

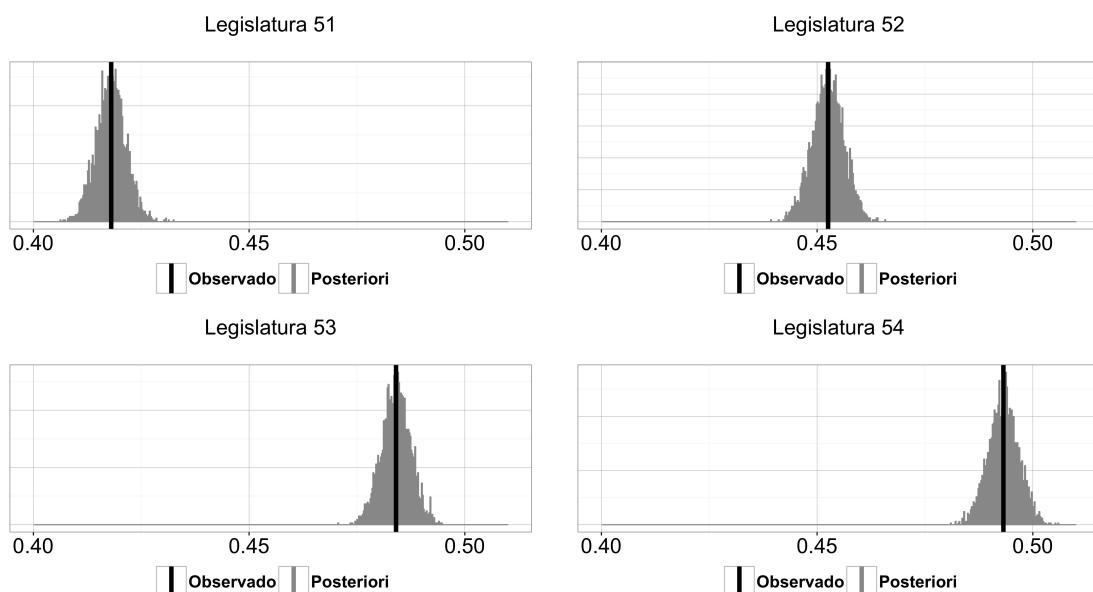


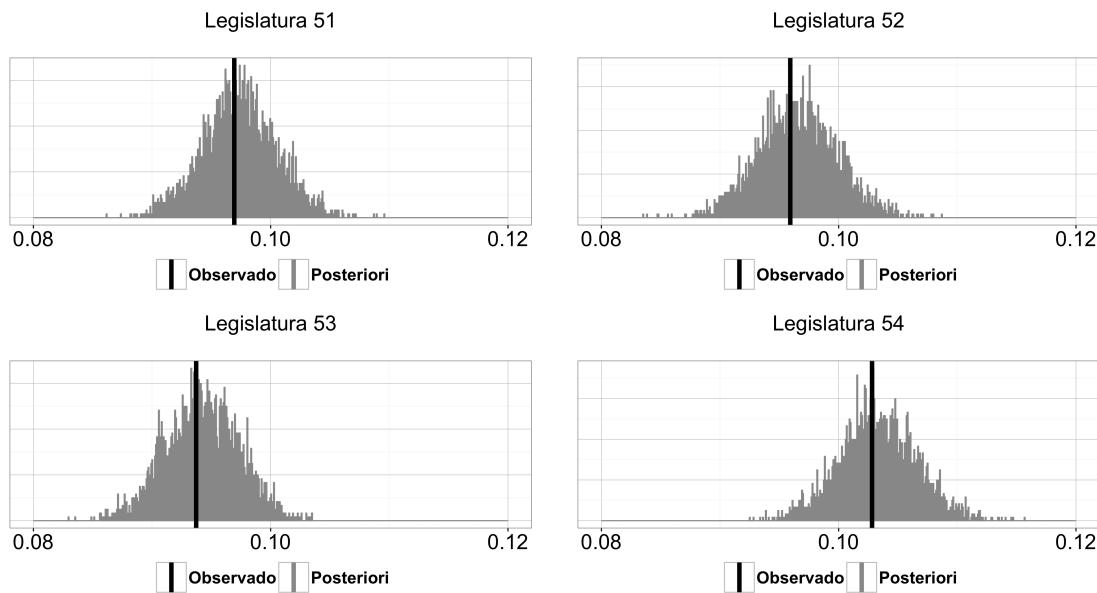
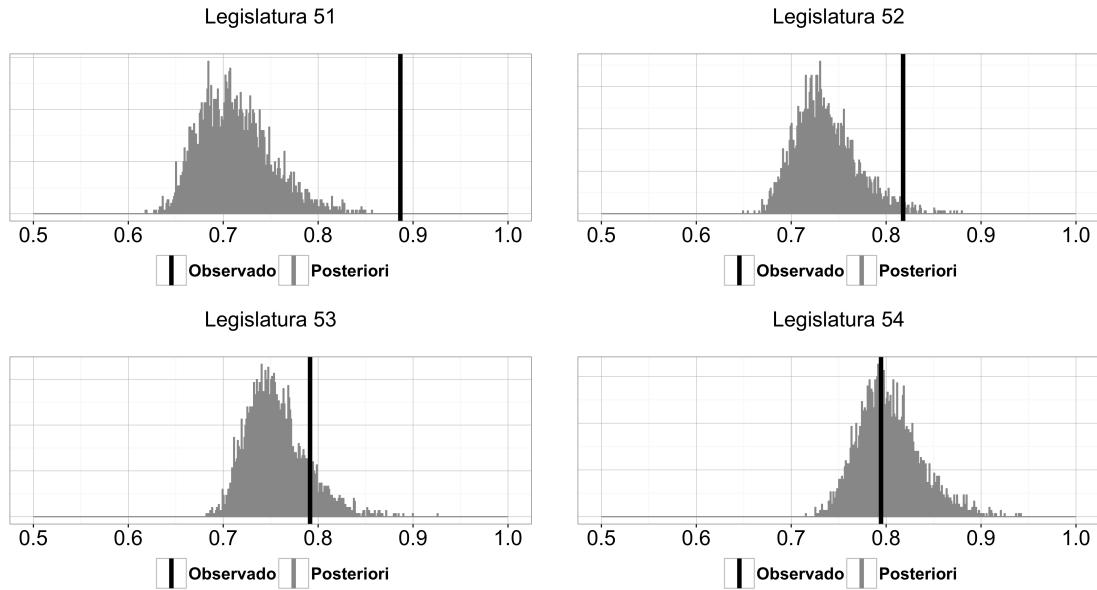
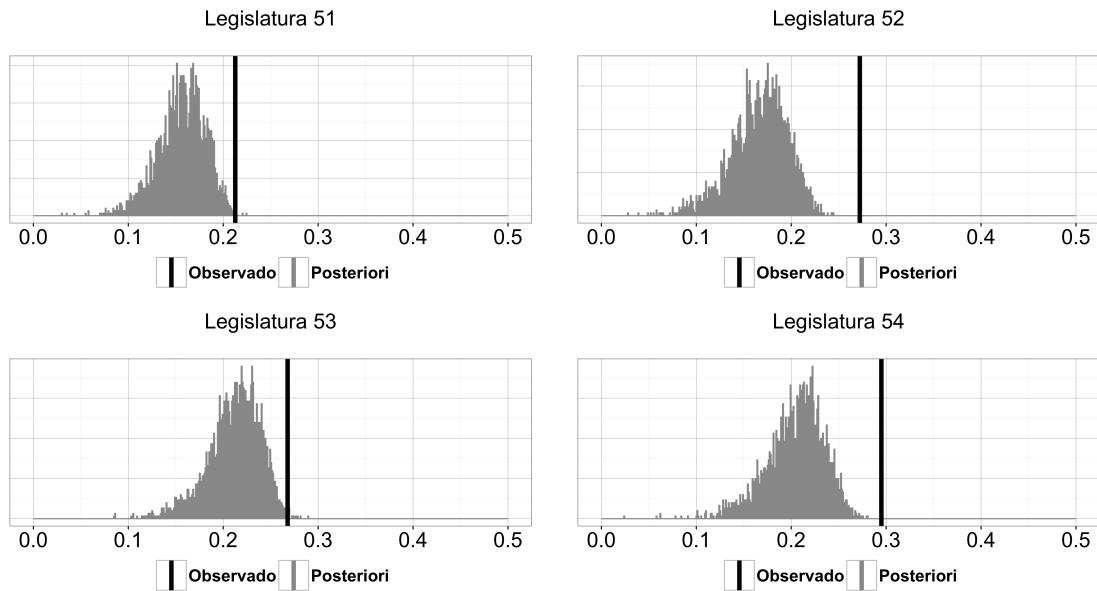
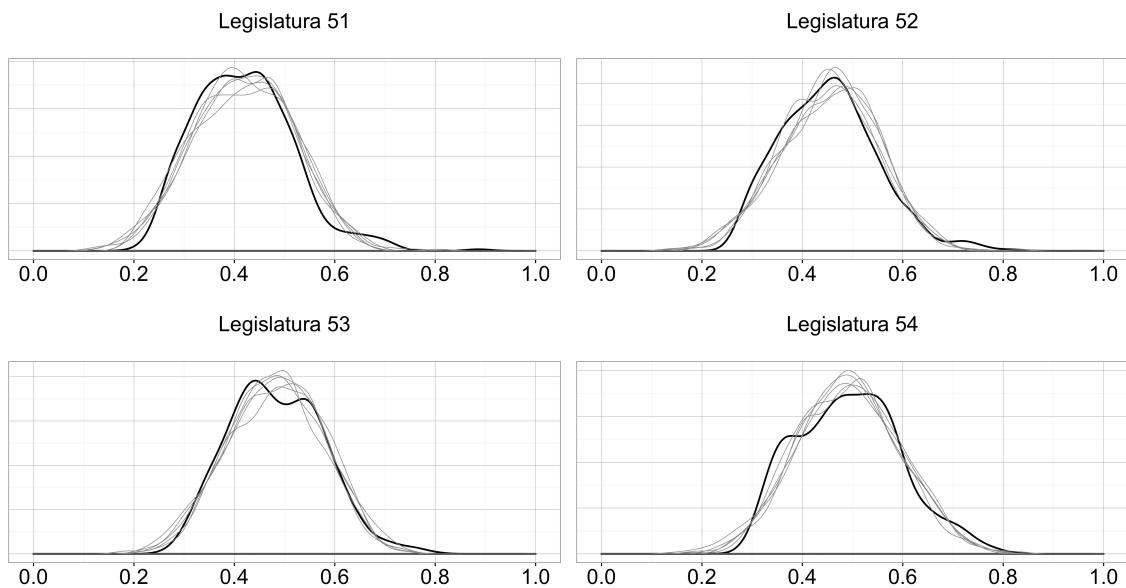
Figura 59: *Posterior Predictive Check* para o desvio padrão - Coeficiente de GiniFigura 60: *Posterior Predictive Check* para o valor máximo - Coeficiente de Gini

Figura 61: *Posterior Predictive Check* para o valor mínimo - Coeficiente de GiniFigura 62: *Posterior Predictive Check* para a distribuição dos valores observados - Coeficiente de Gini

**Nota:** Para cada legislatura a linha preta sólida representa a densidade dos valores observados para o Coeficiente de Gini. Por sua vez, as linhas cinzas representam a realização de cinco amostras aleatórias obtidas através da distribuição posteriori estimada em cada modelo.

A despeito das discrepâncias verificadas, uma análise mais geral do ajuste

do modelo, através de amostras aleatórias coletadas da posteriori obtida, permite concluir uma boa adequação aos dados (Figura 62). A seguir estão apresentadas as Tabelas de resultados do modelo 7 para as legislatura 51 a 54 com a variável dependente Coeficiente de Gini.

Tabela 29: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 51 - Gini

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.21	0.02	0.17	0.21	0.26
ln(# Discursos)	0.07	0.00	0.06	0.07	0.07
ln(% Votos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.00
# Legislaturas	0.01	0.00	0.00	0.01	0.01
Gênero	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.01
Esquerda	-0.02	0.01	-0.03	-0.02	0.00
Governo	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.02
ln(PIB per capita)	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
AC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.02
AL	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
AM	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AP	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
BA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
CE	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
DF	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
ES	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
GO	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
MA	-0.01	0.01	-0.02	-0.00	0.01
MG	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
MS	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.01
MT	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PB	0.01	0.01	-0.01	0.00	0.03
PE	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PI	-0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
PR	-0.01	0.01	-0.02	-0.01	0.01
RJ	0.01	0.01	-0.00	0.01	0.02
RN	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
RO	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.02
RR	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.01
RS	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
SC	-0.01	0.01	-0.04	-0.01	0.00
SE	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
SP	0.01	0.01	-0.00	0.01	0.03
TO	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
(Intercept)UF	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.02
DEM	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PCdoB	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PDT	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PHS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PMDB	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PP	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PPS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PR	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PSB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PSDB	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PSDC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PSL	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PST	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PT	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PTB	0.00	0.01	-0.00	0.00	0.02
PTN	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PV	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
(Intercept)Partido	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
sigma	0.05	0.00	0.05	0.05	0.06
mean_PPD	0.42	0.00	0.41	0.42	0.42
log-posterior	1167.55	6.68	1153.71	1167.76	1179.95

Tabela 30: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 52 - Gini

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.19	0.03	0.14	0.19	0.24
ln(# Discursos)	0.06	0.00	0.05	0.06	0.06
ln(% Votos)	0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
# Legislaturas	0.01	0.00	0.00	0.01	0.01
Gênero	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.01
Esquerda	-0.01	0.01	-0.02	-0.01	0.01
Governo	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
ln(PIB per capita)	0.02	0.01	-0.00	0.02	0.03
AC	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.02
AL	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.04
AM	0.01	0.01	-0.02	0.01	0.03
AP	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.02
BA	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
CE	0.02	0.01	-0.00	0.01	0.04
DF	-0.01	0.01	-0.04	-0.01	0.02
ES	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.02
GO	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
MA	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.01
MG	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.02
MS	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.02
MT	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.02
PA	-0.02	0.01	-0.04	-0.02	0.00
PB	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.03
PE	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PI	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
PR	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
RJ	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
RN	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.02
RO	-0.02	0.01	-0.04	-0.01	0.01
RR	-0.01	0.01	-0.04	-0.01	0.01
RS	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
SC	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.01
SE	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.03
SP	0.02	0.01	0.00	0.02	0.04
TO	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.02
(Intercept)UF	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.03
DEM	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PCdoB	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PDT	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PMDB	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PMN	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PP	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PPS	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PR	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PRONA	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PSB	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PSC	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PSD	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PSDB	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PSDC	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PSL	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PST	0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PT	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
PTB	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PV	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.01
(Intercept)Partido	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
sigma	0.06	0.00	0.06	0.06	0.06
mean_PPD	0.45	0.00	0.45	0.45	0.46
log-posterior	1233.62	6.77	1219.55	1233.91	1245.95

Tabela 31: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 53 - Gini

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.28	0.02	0.24	0.28	0.31
ln(# Discursos)	0.06	0.00	0.06	0.06	0.06
ln(% Votos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.00
# Legislaturas	-0.00	0.00	-0.00	-0.00	0.00
Gênero	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.03
Esquerda	-0.02	0.01	-0.03	-0.02	-0.01
Governo	0.01	0.01	-0.00	0.01	0.02
ln(PIB per capita)	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
AC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
AL	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AM	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AP	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
BA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
CE	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
DF	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
ES	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
GO	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
MA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
MG	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
MS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
MT	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PA	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PE	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PI	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PR	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
RJ	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
RN	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
RO	-0.01	0.01	-0.03	-0.00	0.00
RR	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
RS	0.00	0.01	-0.00	0.00	0.02
SC	0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
SE	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
SP	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
TO	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
(Intercept)UF	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
DEM	0.00	0.01	-0.00	0.00	0.02
PAN	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PCdoB	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PDT	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PHS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PMDB	0.00	0.01	-0.00	0.00	0.02
PMN	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PP	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PPS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PR	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PRB	0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PRONA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PSB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PSC	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PSDB	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PSOL	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PT	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PTB	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PTC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PTdoB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PV	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
(Intercept)Partido	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
sigma	0.05	0.00	0.05	0.05	0.06
mean_PPD	0.48	0.00	0.48	0.48	0.49
log-posterior	1275.28	6.85	1261.67	1275.38	1288.22

Tabela 32: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 54 - Gini

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.24	0.02	0.19	0.24	0.28
ln(# Discursos)	0.07	0.00	0.06	0.07	0.07
ln(% Votos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
# Legislaturas	0.00	0.00	-0.00	0.00	0.00
Gênero	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
Esquerda	-0.01	0.01	-0.03	-0.01	0.00
Governo	-0.01	0.01	-0.02	-0.01	0.01
ln(PIB per capita)	0.02	0.01	0.00	0.02	0.03
AC	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.01
AL	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AM	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
AP	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
BA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
CE	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
DF	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.01
ES	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
GO	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
MA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
MG	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
MS	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
MT	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PA	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PB	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PE	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PI	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PR	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
RJ	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
RN	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
RO	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
RR	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
RS	0.01	0.01	-0.00	0.00	0.02
SC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
SE	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
SP	0.01	0.01	-0.00	0.00	0.03
TO	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
(Intercept)UF	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
DEM	0.00	0.01	-0.00	0.00	0.02
PCdoB	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PDT	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PHS	-0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PMDB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PMN	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PP	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PPS	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PR	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PRB	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PRP	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PRTB	-0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PSB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PSC	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PSDB	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PSDC	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PSL	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
PSOL	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
PT	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
PTB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
PTC	0.00	0.01	-0.02	0.00	0.02
PTdoB	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.02
PV	-0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
(Intercept)Partido	0.00	0.01	-0.01	-0.00	0.01
sigma	0.06	0.00	0.06	0.06	0.06
mean_PPD	0.49	0.00	0.49	0.49	0.50
log-posterior	1253.63	6.60	1239.92	1253.68	1266.33

## D Apêndice do Capítulo 5 - Balanço

Como feito no Capítulo 2, no texto do Capítulo 5 optou-se por apresentar os principais resultados e dedicar um apêndice para as análises descritivas das variáveis preditoras utilizadas na estimação do Balanço temático com o Modelo 7.

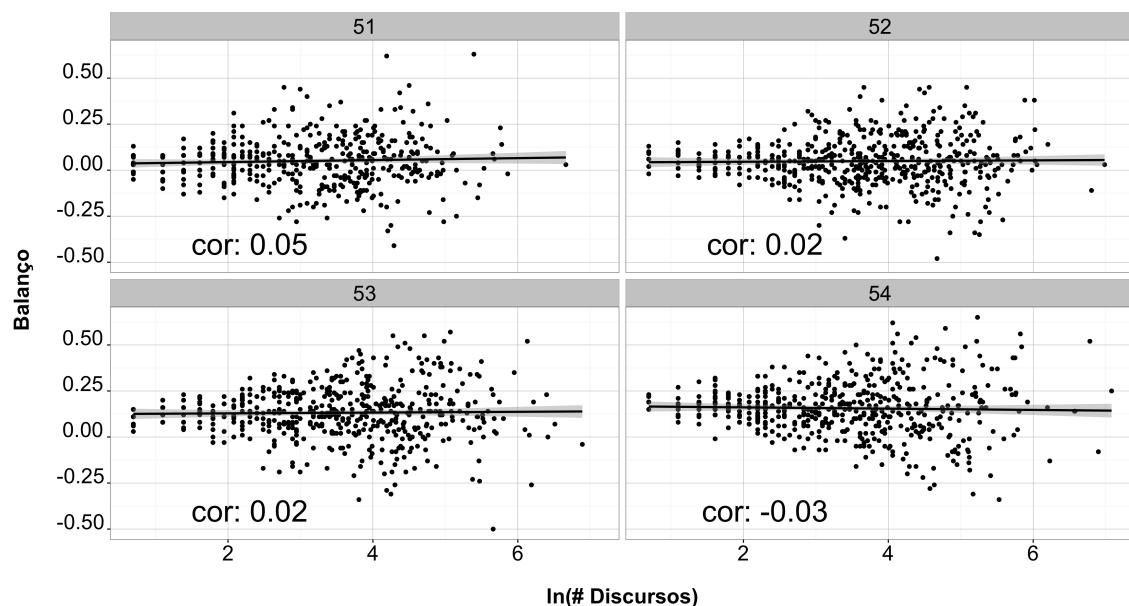
### D.1 Análise descritiva das variáveis preditoras

Para evitar a repetição de informação, estão apresentados apenas os dados descritivos de novas variáveis utilizadas e de sua relação com a variável predita do Modelo 7, o Balanço temático.

#### D.1.1 Quantidade de Discursos

Os dados descritivos da quantidade de discursos são os mesmos da Tabela 7. Para melhorar o ajuste do Modelo 7, foi utilizado o log dessa variável. Seu comportamento descritivo diante do Balanço temático tem correlação irrelevante, conforme pode ser verificado na Figura 63.

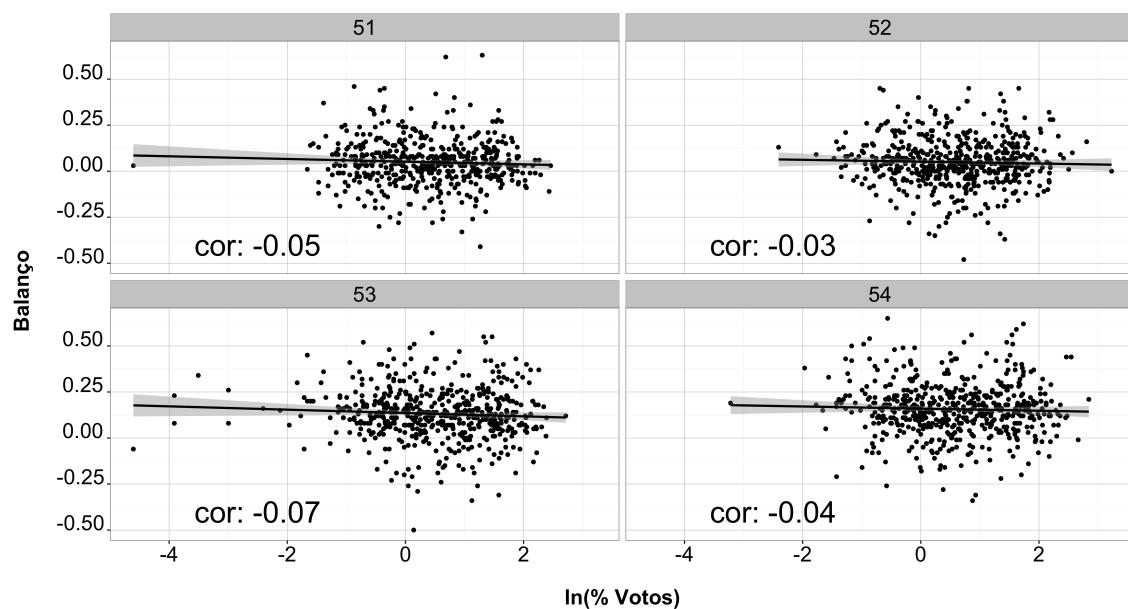
Figura 63: Quantidade de discursos e Balanço temático



### D.1.2 Porcentagem de votos recebidos pelos Deputados Federais

Para melhorar o ajuste do Modelo 7, foi utilizado o log dessa variável. Seu comportamento descritivo diante da variável predita é praticamente nulo, não apresentando correlação relevante, conforme pode ser verificado na Figura 64.

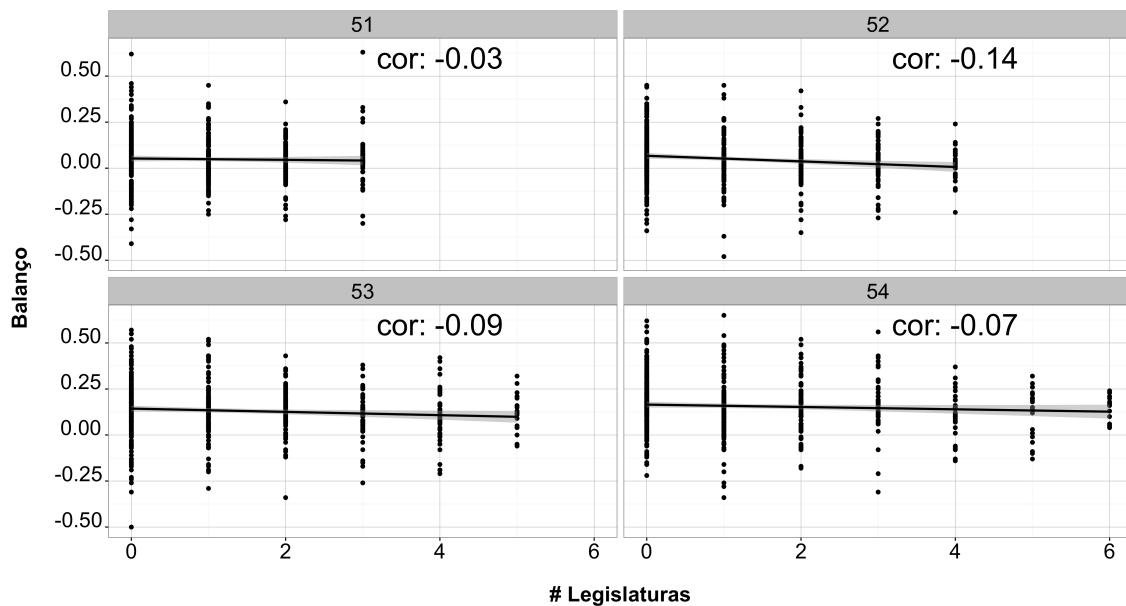
Figura 64: Porcentagem de votos recebidos e Balanço temático



### D.1.3 Número de legislaturas

Seu comportamento descritivo diante da variável predita é pouco relevante, conforme pode ser verificado na Figura 65.

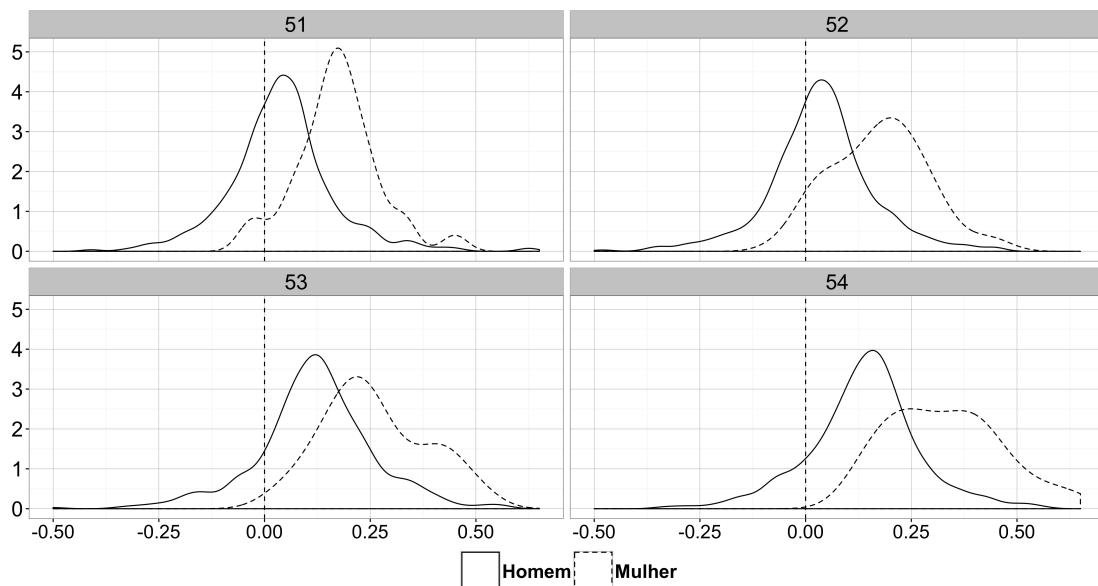
Figura 65: Número de legislaturas e Balanço temático



#### D.1.4 Gênero

A Figura 66 apresenta a distribuição da variável predita segundo cada categoria. Comparadas aos parlamentares, percebe-se nitidamente que as Deputadas Federais apresentam maior dedicação a temas da área social do que temas da área econômica. Ao mesmo tempo, para ambas categorias é possível notar um deslocamento da ênfase temática para temas da área social ao longo das legislaturas.

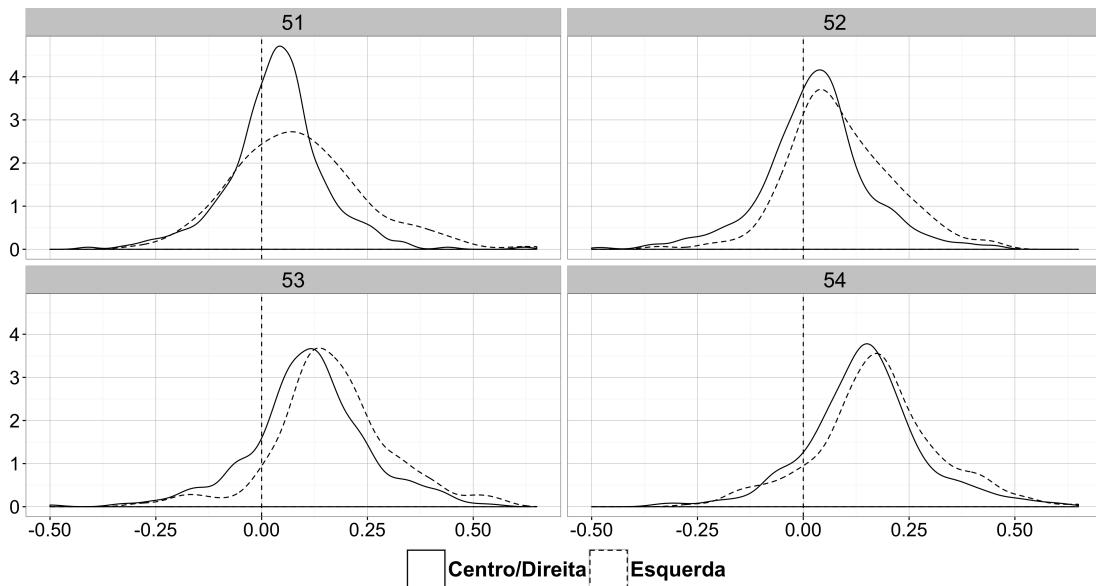
Figura 66: Distribuição do Balanço temático segundo o gênero do parlamentar



#### D.1.5 Ideologia da legenda partidária

A Figura 67 apresenta a distribuição da variável predita segundo cada categoria. Nota-se leve tendência a maior ênfase temática na área social dos Deputados Federais eleitos por legendas classificadas ideologicamente de esquerda.

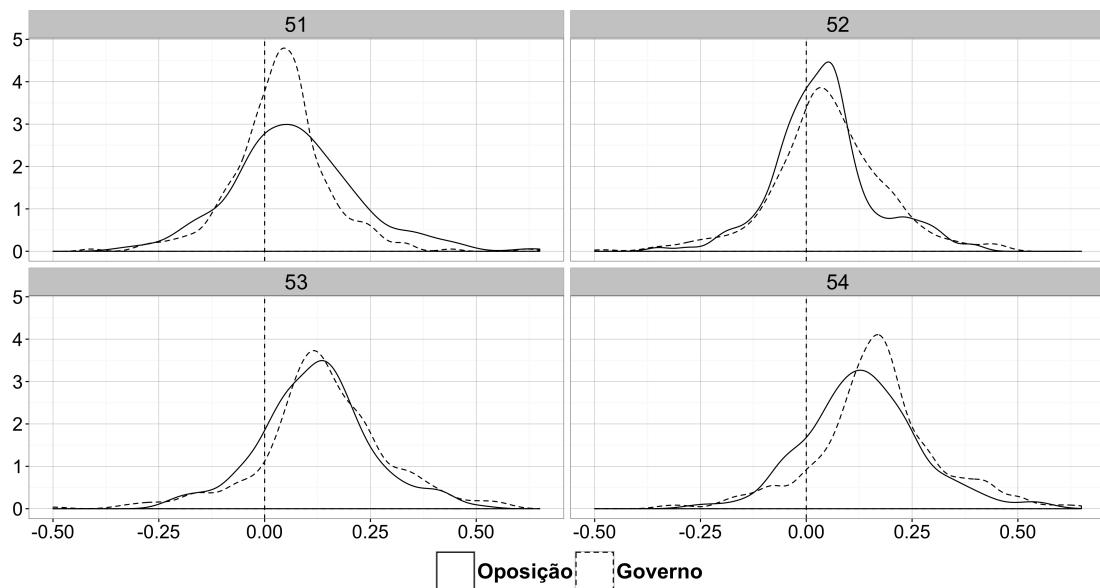
Figura 67: Distribuição do Balanço temático segundo a classificação ideológica das legendas partidárias



#### D.1.6 Governo e Oposição

Em relação ao posicionamento da legenda partidária ao longo da legislatura, a Figura 68 apresenta a distribuição da variável predita segundo cada categoria. Entre as legislaturas 51 e 52, percebe-se uma pequena inversão na ênfase temática sobre temas da área social devido à mudança de partidos no controle do Poder Executivo.

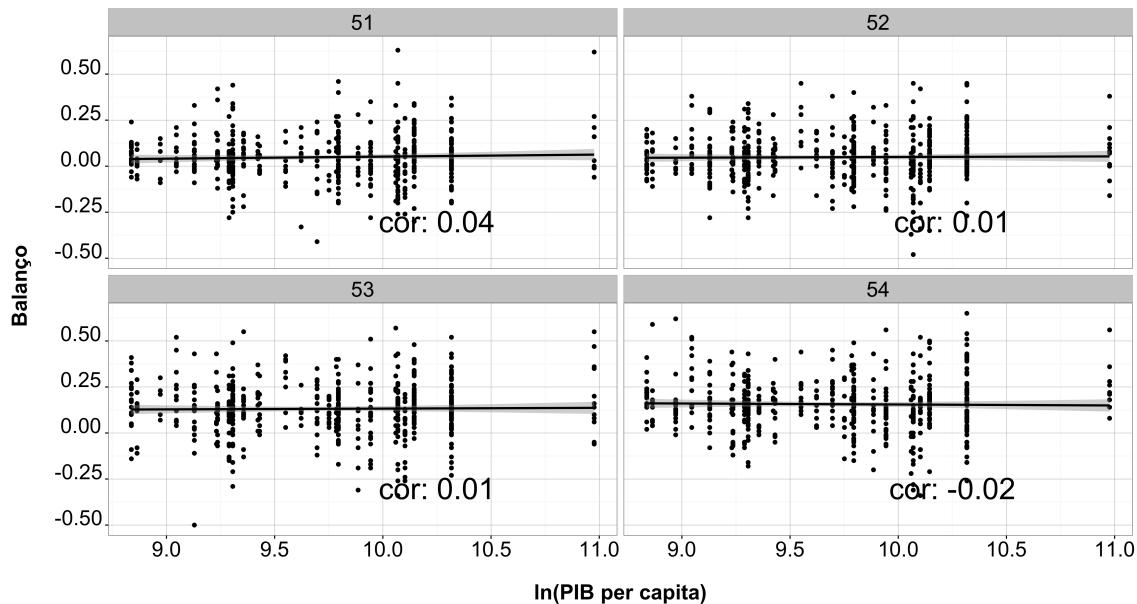
Figura 68: Distribuição do Balanço temático segundo o posicionamento da legenda partidária em relação ao governo



#### D.1.7 Pib per capita das Unidades Federativas

A Tabela 19 apresenta esse dado. Seu comportamento descritivo diante da variável predita é praticamente nulo, não apresentando correlação positiva ou negativa relevante, conforme pode ser verificado na Figura 69.

Figura 69: Pib per capita da UF pela qual o Deputado Federal foi eleito e Balanço temático



## D.2 Análise do Modelo 7 - Variável Dependente: Balanço

Como feito nos demais casos, nessa seção são apresentadas informações e breves considerações relacionadas ao ajuste do modelo bayesiano 7 utilizado no Capítulo 5 com a variável Balanço como variável a ser estimada.

### D.2.1 Ajuste do Modelo 7 - Variável Dependente: Balanço

As figuras 70, 71, 72 e 73, apresentam, respectivamente, os valores observados para a média, o desvio-padrão, o valor máximo e o valor mínimo, comparados aos valores amostrados da posteriori. Como pode ser observado, de forma geral há uma boa predição da média e do desvio padrão. Para os valores máximos, com exceção da 51<sup>a</sup> legislatura também há uma boa predição. Contudo, o mesmo não é verificado para os valores mínimos observados em nenhuma das legislaturas.

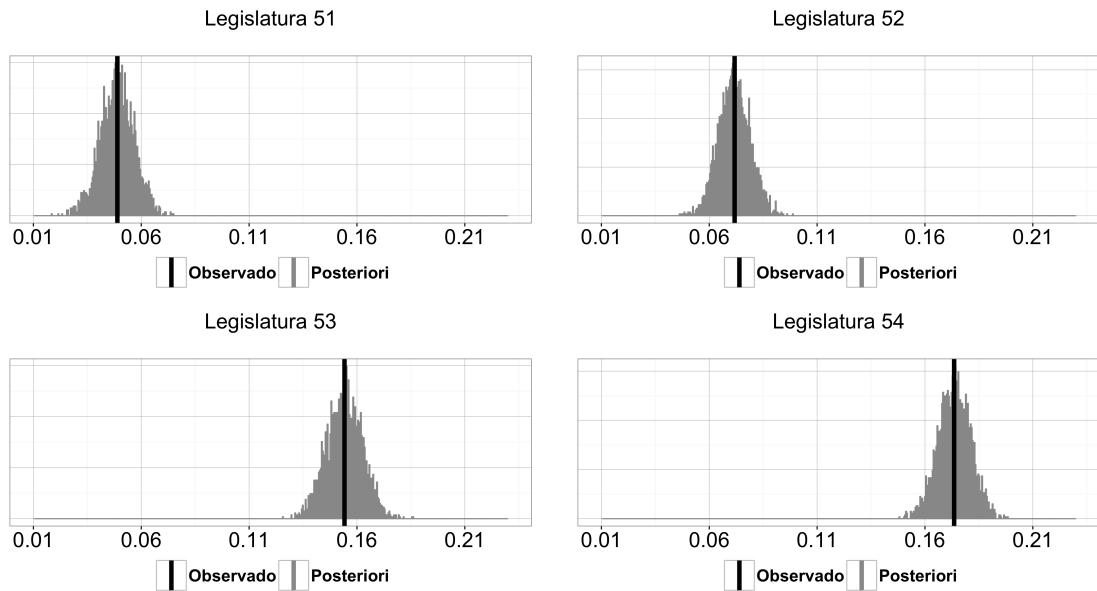
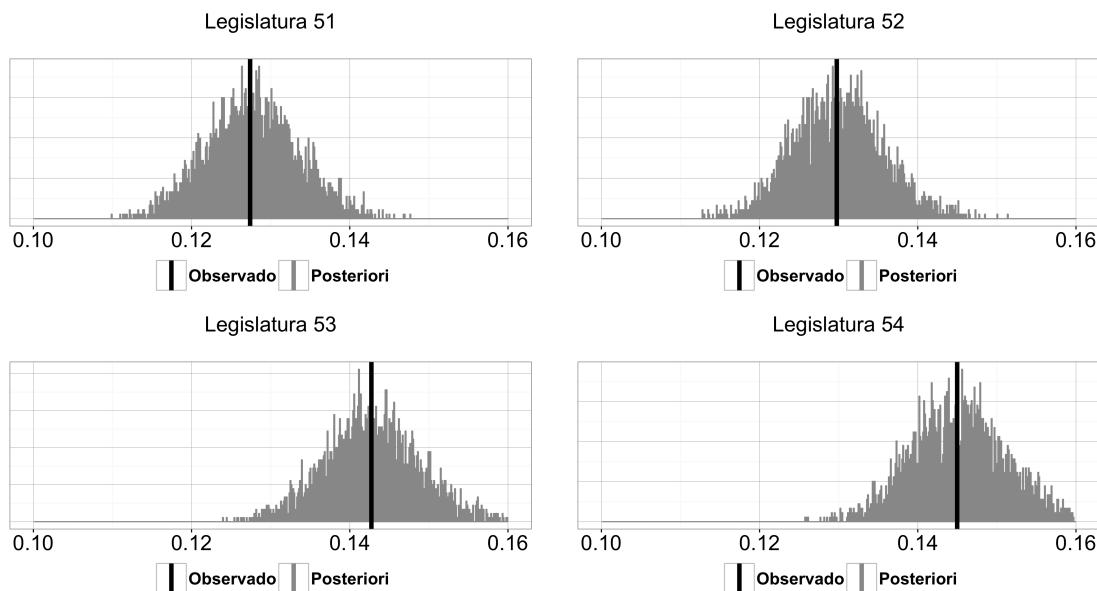
Figura 70: *Posterior Predictive Check* para média - BalançoFigura 71: *Posterior Predictive Check* para o desvio padrão - Balanço

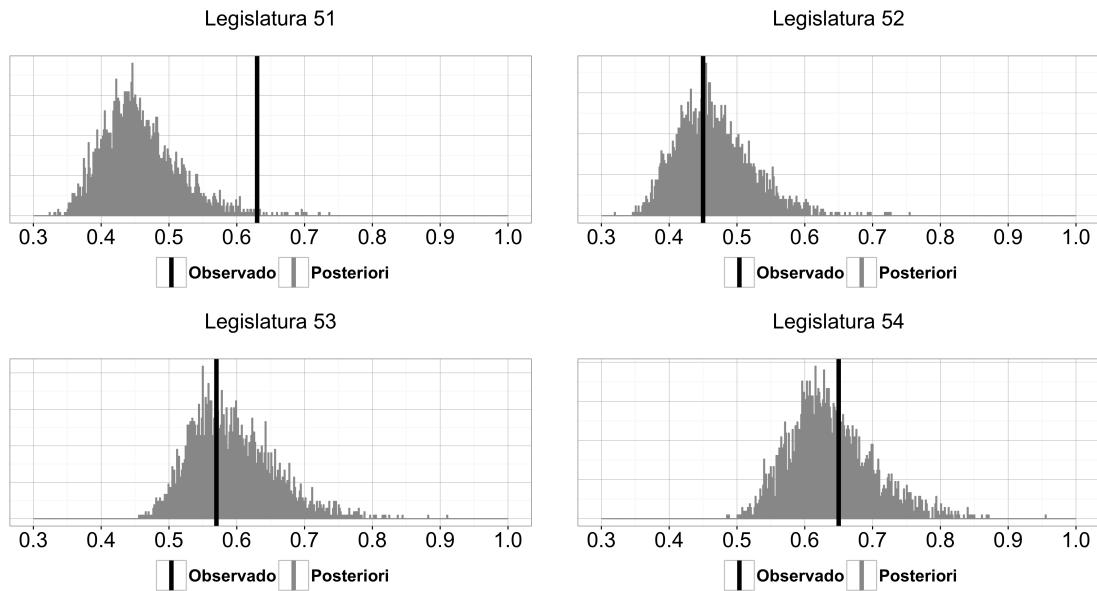
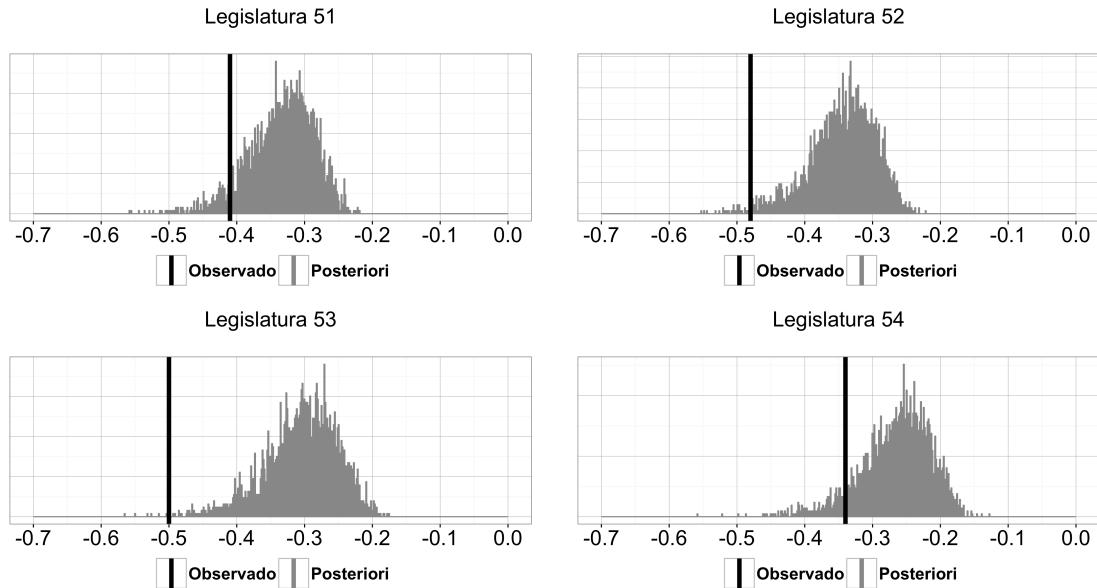
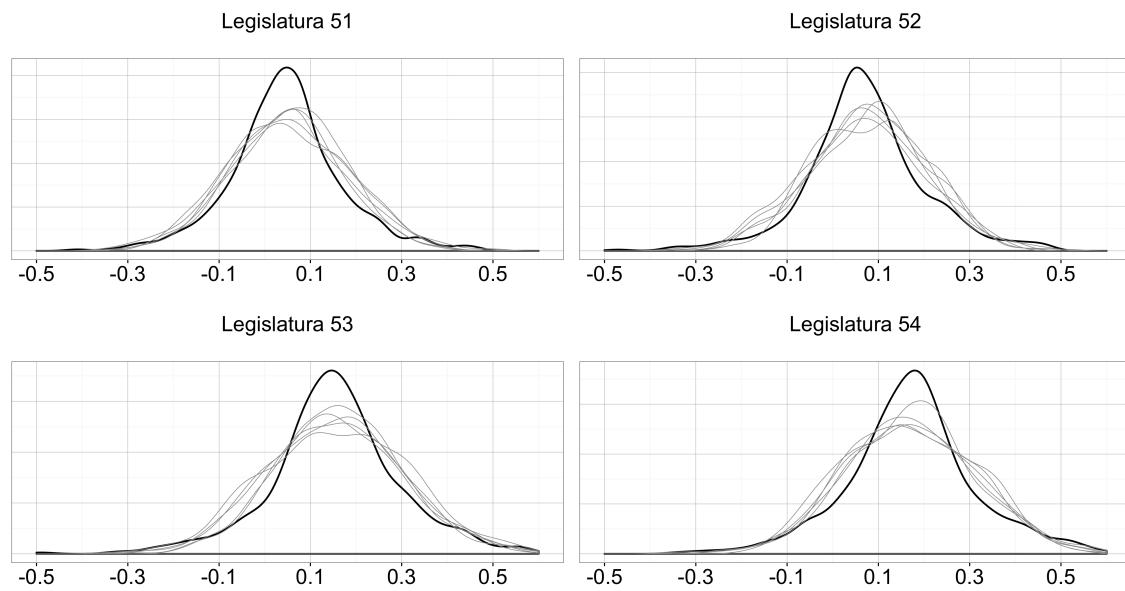
Figura 72: *Posterior Predictive Check* para o valor máximo - BalançoFigura 73: *Posterior Predictive Check* para o valor mínimo - Balanço

Figura 74: *Posterior Predictive Check* para a distribuição dos valores observados



**Nota:** Para cada legislatura a linha preta sólida representa a densidade dos valores observados para o Balanço. Por sua vez, as linhas cinzas representam a realização de cinco amostras aleatórias obtidas através da distribuição posteriori estimada em cada modelo.

A despeito das discrepâncias verificadas, uma análise geral do ajuste do modelo, através de amostras aleatórias coletadas da posteriori obtida, permite concluir uma boa adequação aos dados (Figura 74). A seguir estão apresentadas as Tabelas de resultados do modelo 7 para as legislatura 51 a 54 com a variável dependente Balanço.

Tabela 33: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 51 - Balanço

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.03	0.05	-0.06	0.03	0.12
ln(# Discursos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
ln(% Votos)	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
# Legislaturas	0.00	0.01	-0.01	0.00	0.01
Gênero	0.12	0.02	0.08	0.12	0.17
Esquerda	0.03	0.02	-0.01	0.03	0.07
Governo	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.04
ln(PIB per capita)	-0.00	0.01	-0.03	0.00	0.03
AC	-0.01	0.02	-0.05	-0.00	0.03
AL	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
AM	-0.01	0.02	-0.05	-0.00	0.03
AP	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.05
BA	0.00	0.01	-0.03	0.00	0.03
CE	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.05
DF	0.02	0.02	-0.01	0.01	0.08
ES	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.04
GO	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.02
MA	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.05
MG	0.00	0.01	-0.03	0.00	0.03
MS	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.06
MT	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PA	0.01	0.02	-0.02	0.00	0.05
PB	0.01	0.02	-0.02	0.00	0.05
PE	-0.01	0.02	-0.04	-0.01	0.02
PI	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
PR	-0.01	0.02	-0.04	-0.00	0.02
RJ	0.01	0.01	-0.01	0.01	0.04
RN	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.04
RO	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
RR	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
RS	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.01
SC	-0.02	0.02	-0.07	-0.01	0.01
SE	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.04
SP	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.03
TO	-0.01	0.02	-0.05	-0.00	0.02
(Intercept)UF	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
DEM	-0.01	0.01	-0.04	-0.01	0.02
PCdoB	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
PDT	-0.02	0.02	-0.06	-0.01	0.02
PHS	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.06
PMDB	0.01	0.01	-0.02	0.01	0.04
PP	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.02
PPS	-0.02	0.02	-0.07	-0.01	0.02
PR	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.05
PSB	0.01	0.02	-0.03	0.01	0.05
PSDB	-0.00	0.01	-0.03	-0.00	0.03
PSDC	-0.00	0.02	-0.06	-0.00	0.04
PSL	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PST	-0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.04
PT	0.03	0.02	-0.00	0.03	0.08
PTB	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PTN	0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.05
PV	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
(Intercept)Partido	0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.05
sigma	0.12	0.00	0.11	0.12	0.13
mean_PPD	0.05	0.01	0.03	0.05	0.06
log-posterior	763.31	7.10	748.08	763.62	776.33

Tabela 34: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 52 - Balanço

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.09	0.05	-0.00	0.09	0.20
ln(# Discursos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
ln(% Votos)	-0.00	0.01	-0.02	-0.00	0.01
# Legislaturas	-0.01	0.00	-0.02	-0.01	0.00
Gênero	0.12	0.02	0.09	0.12	0.16
Esquerda	0.04	0.02	0.00	0.05	0.09
Governo	-0.02	0.02	-0.07	-0.02	0.02
ln(PIB per capita)	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.02
AC	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
AL	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
AM	-0.01	0.02	-0.06	-0.01	0.03
AP	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.04
BA	-0.01	0.02	-0.04	-0.01	0.02
CE	-0.01	0.02	-0.04	-0.01	0.03
DF	0.02	0.02	-0.03	0.01	0.07
ES	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.02
GO	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.02
MA	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
MG	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.04
MS	-0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.04
MT	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PA	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.04
PB	0.02	0.02	-0.02	0.02	0.06
PE	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PI	-0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.04
PR	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.02
RJ	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.04
RN	0.01	0.02	-0.04	0.01	0.05
RO	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
RR	0.04	0.03	-0.01	0.03	0.10
RS	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.01
SC	-0.04	0.02	-0.09	-0.03	0.00
SE	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.04
SP	0.03	0.02	-0.00	0.03	0.07
TO	-0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.04
(Intercept)UF	-0.00	0.03	-0.06	-0.00	0.06
DEM	-0.02	0.02	-0.07	-0.02	0.01
PCdoB	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.05
PDT	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PMDB	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PMN	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.06
PP	-0.02	0.02	-0.06	-0.01	0.01
PPS	-0.01	0.02	-0.05	-0.00	0.03
PR	0.02	0.02	-0.01	0.02	0.06
PRONA	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PSB	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PSC	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PSD	0.01	0.02	-0.04	0.00	0.06
PSDB	-0.00	0.02	-0.04	0.00	0.03
PSDC	-0.01	0.02	-0.06	-0.00	0.03
PSL	0.01	0.02	-0.04	0.00	0.06
PST	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.06
PT	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.04
PTB	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PV	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
(Intercept)Partido	0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.05
sigma	0.12	0.00	0.11	0.12	0.13
mean_PPD	0.05	0.01	0.03	0.05	0.06
log-posterior	860.02	7.08	845.48	860.41	873.03

Tabela 35: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 53 - Balanço

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.17	0.07	0.04	0.17	0.31
ln(# Discursos)	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.01
ln(% Votos)	-0.02	0.01	-0.03	-0.02	-0.00
# Legislaturas	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.00
Gênero	0.13	0.02	0.09	0.13	0.18
Esquerda	0.04	0.02	0.01	0.05	0.08
Governo	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
ln(PIB per capita)	-0.01	0.02	-0.06	-0.02	0.03
AC	-0.01	0.03	-0.08	-0.01	0.05
AL	0.03	0.03	-0.04	0.02	0.10
AM	-0.01	0.03	-0.07	-0.01	0.05
AP	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.07
BA	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.02
CE	-0.03	0.03	-0.08	-0.03	0.02
DF	0.06	0.04	-0.01	0.06	0.14
ES	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.07
GO	0.00	0.03	-0.05	0.00	0.06
MA	0.02	0.03	-0.03	0.02	0.07
MG	-0.02	0.02	-0.07	-0.02	0.01
MS	0.02	0.03	-0.04	0.02	0.08
MT	-0.04	0.03	-0.10	-0.04	0.02
PA	-0.02	0.03	-0.08	-0.02	0.03
PB	0.05	0.03	-0.00	0.05	0.11
PE	-0.04	0.03	-0.10	-0.04	0.00
PI	0.00	0.03	-0.06	0.00	0.07
PR	-0.01	0.02	-0.06	-0.01	0.03
RJ	0.03	0.02	-0.02	0.03	0.07
RN	-0.00	0.03	-0.07	-0.00	0.06
RO	-0.01	0.03	-0.07	-0.01	0.05
RR	0.06	0.04	-0.00	0.06	0.14
RS	-0.02	0.02	-0.07	-0.02	0.02
SC	-0.06	0.03	-0.12	-0.06	-0.01
SE	0.02	0.03	-0.03	0.02	0.09
SP	-0.00	0.02	-0.05	-0.00	0.04
TO	0.01	0.03	-0.06	0.01	0.07
(Intercept)UF	-0.00	0.04	-0.09	-0.00	0.09
DEM	0.00	0.01	-0.03	0.00	0.03
PAN	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.07
PCdoB	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.05
PDT	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.04
PHS	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PMDB	-0.01	0.01	-0.04	-0.00	0.02
PMN	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.05
PP	-0.02	0.02	-0.06	-0.01	0.01
PPS	-0.01	0.02	-0.07	-0.01	0.02
PR	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PRB	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PRONA	-0.01	0.02	-0.06	-0.00	0.03
PSB	0.00	0.02	-0.03	0.00	0.03
PSC	0.01	0.02	-0.02	0.00	0.05
PSDB	-0.02	0.02	-0.06	-0.01	0.01
PSOL	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.04
PT	0.00	0.01	-0.03	0.00	0.04
PTB	0.01	0.02	-0.02	0.01	0.05
PTC	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.06
PTdoB	0.01	0.02	-0.03	0.00	0.06
PV	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
(Intercept)Partido	-0.00	0.02	-0.05	0.00	0.05
sigma	0.13	0.00	0.12	0.13	0.14
mean_PPD	0.13	0.01	0.12	0.13	0.15
log-posterior	800.87	7.38	785.89	801.15	814.44

Tabela 36: Tabela de resultados do Modelo 7 para a legislatura 54 - Balanço

Parameter	mean	sd	2.5%	50%	97.5%
(Intercept)	0.23	0.06	0.10	0.23	0.36
ln(# Discursos)	-0.01	0.00	-0.01	-0.01	0.00
ln(% Votos)	-0.02	0.01	-0.03	-0.02	-0.00
# Legislaturas	-0.00	0.00	-0.01	-0.00	0.00
Gênero	0.19	0.02	0.16	0.19	0.23
Esquerda	0.02	0.02	-0.03	0.02	0.07
Governo	0.03	0.02	-0.02	0.03	0.07
ln(PIB per capita)	-0.03	0.02	-0.07	-0.03	0.02
AC	-0.03	0.03	-0.09	-0.02	0.03
AL	-0.00	0.03	-0.06	-0.00	0.05
AM	-0.01	0.03	-0.07	-0.01	0.04
AP	-0.02	0.03	-0.09	-0.02	0.04
BA	-0.01	0.02	-0.06	-0.01	0.03
CE	-0.01	0.02	-0.05	-0.01	0.04
DF	0.05	0.04	-0.01	0.05	0.13
ES	-0.06	0.03	-0.13	-0.05	0.00
GO	0.02	0.02	-0.03	0.02	0.07
MA	0.02	0.03	-0.03	0.02	0.07
MG	-0.01	0.02	-0.04	-0.00	0.03
MS	0.06	0.04	-0.00	0.06	0.13
MT	-0.00	0.03	-0.06	-0.01	0.05
PA	-0.03	0.03	-0.09	-0.03	0.02
PB	0.07	0.03	0.01	0.07	0.14
PE	-0.02	0.02	-0.07	-0.02	0.02
PI	0.00	0.03	-0.06	0.00	0.07
PR	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.02
RJ	0.01	0.02	-0.03	0.01	0.05
RN	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.07
RO	-0.01	0.03	-0.06	-0.01	0.05
RR	0.04	0.03	-0.02	0.04	0.10
RS	-0.03	0.02	-0.08	-0.03	0.01
SC	-0.03	0.03	-0.08	-0.03	0.02
SE	0.00	0.03	-0.06	0.00	0.06
SP	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
TO	-0.01	0.03	-0.07	-0.01	0.04
(Intercept)UF	0.00	0.04	-0.09	-0.00	0.08
DEM	-0.00	0.02	-0.04	-0.00	0.03
PCdoB	0.02	0.03	-0.03	0.02	0.07
PDT	0.01	0.02	-0.04	0.01	0.05
PHS	-0.01	0.03	-0.08	-0.01	0.05
PMDB	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.02
PMN	-0.00	0.03	-0.06	0.00	0.06
PP	-0.02	0.02	-0.06	-0.02	0.02
PPS	-0.02	0.03	-0.09	-0.02	0.02
PR	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.04
PRB	0.03	0.03	-0.01	0.03	0.10
PRP	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.06
PRTB	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.08
PSB	0.00	0.02	-0.04	0.00	0.05
PSC	0.02	0.02	-0.02	0.02	0.07
PSDB	-0.04	0.02	-0.08	-0.03	0.00
PSDC	-0.00	0.03	-0.07	-0.00	0.06
PSL	0.00	0.03	-0.06	0.00	0.07
PSOL	0.02	0.03	-0.03	0.02	0.10
PT	-0.03	0.02	-0.07	-0.03	0.01
PTB	0.01	0.02	-0.04	0.01	0.05
PTC	-0.00	0.03	-0.07	-0.00	0.06
PTdoB	0.01	0.03	-0.05	0.01	0.09
PV	0.00	0.02	-0.05	0.00	0.05
(Intercept)Partido	-0.00	0.03	-0.07	-0.00	0.07
sigma	0.12	0.00	0.12	0.12	0.13
mean_PPD	0.16	0.01	0.14	0.16	0.17
log-posterior	838.43	8.38	820.38	838.99	853.01

## Bibliografia

- Abranches, S. H. 1988. "Presidencialismo de Coalizão: O dilema institucional brasileiro." *Dados* (31):5:34. 26, 32, 122
- Ames, Barry. 1995a. "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress." *The Journal of Politics* 57(02):324–343. 32, 36
- Ames, Barry. 1995b. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation." *American Journal of Political Science* 39(2):406–433. 36, 54
- Ames, Barry. 2002. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. University of Michigan Press. 32, 36, 54
- Anscombe, Stephen e Philip Edward Jones. 2010. "Constituents' Responses to Congressional Roll-Call Voting." *American Journal of Political Science* 54(3):583–597. 32
- Antunes, Deborah Christina e Deborah Christina Antunes. 2016. "TOLERANCE AND DEMOCRACY TODAY: DISCOURSE OF DEPUTIES IN DEFENSE OF CONSERVATIVE POSITION." *Psicologia & Sociedade* 28(1):3–13. 40
- Aristóteles. 2012. *Retórica*. Martins Fontes. 25, 38
- Arnold, R. Douglas. 1990. *The Logic of Congressional Action*. Yale University Press. 39
- Arretche, Marta. 2007. "The veto power of sub-national governments in Brazil: political institutions and parliamentary behaviour in the post-1988 period." *Brazilian Political Science Review (Online)* 2(SE):0–0. 26, 33, 122
- Baron, David P. 1994. "Electoral Competition with Informed and Uniformed Voters." *The American Political Science Review* 88(1):33–47. ArticleType: research-article / Full publication date: Mar., 1994 / Copyright © 1994 American Political Science Association. 35
- Blei, David M. 2012. "Probabilistic Topic Models." *Commun. ACM* 55(4):77–84. 69
- Blei, David M. e John D. Lafferty. 2006. Dynamic Topic Models. In *Proceedings of the 23rd International Conference on Machine Learning*. ICML '06 New York, NY, USA: ACM pp. 113–120. 81

- Bonica, Adam. 2014. "Mapping the Ideological Marketplace." *American Journal of Political Science* 58(2):367–386. 32
- Cain, Bruce, John Ferejohn e Morris Fiorina. 1990. *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*. Harvard University Press. 32, 34, 39, 54
- Clinton, Joshua, Simon Jackman e Douglas Rivers. 2004. "The Statistical Analysis of Roll Call Data." *American Political Science Review* 98(02):355–370. 31
- Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. 1st ed. Harper and Row. 34, 35, 38, 39, 66
- Fenno, Richard. 1973. *Home Style: House Members in Their Districts*. Longman classics edition ed. New York: Pearson. 34, 39, 41
- Figueiredo, Argelina Cheibub e Fernando Limongi. 2002. "Electoral Incentives, Parties, and Budget Policy." *Dados* 45(2):303–344. 26, 33, 37, 55, 122
- Figueiredo, Argelina e Fernando Limongi. 1999. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 26, 33, 37, 55, 122
- Figueiredo, Argelina e Fernando Limongi. 2010. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*, ed. Magna Inacio e Lucio Rennó. Editora UFMG. 37
- Figueiredo, Argelina Maria Cheibub e Fernando Limongi. 1995. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV. 37
- Fiorina, Morris P. 1977. *Congress: Keystone of the Washington Establishment, Revised Edition*. 2nd revised ed. edition ed. New Haven: Yale University Press. 34
- Foucault, Michel. 2005. *A ordem do discurso*. Loyola. 25, 38
- Freitas, Andréa Marcondes de. 2013. O presidencialismo da coalizão text Universidade de São Paulo. 27, 37, 38, 42
- Freitas, Rafael. 2010. Poder de agenda e participação legislativa no presidencialismo de coalizão brasileiro. Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo São Paulo: . 27, 42
- Galdino, Manoel. 2011. Determinantes da adesão a tratados de patentes, 1970-2000: a Convenção de Paris e o Tratado de Cooperação de patentes text Universidade de São Paulo. 175
- Gelman, Andrew. 2003. "A Bayesian Formulation of Exploratory Data Analysis

- and Goodness-of-fit Testing\*." *International Statistical Review* 71(2):369–382. 26, 42, 64
- Gelman, Andrew. 2004. "Exploratory Data Analysis for Complex Models." *Journal of Computational and Graphical Statistics* 13(4):755–779. 26, 42, 64
- Gelman, Andrew. 2007. "Rich State, Poor State, Red State, Blue State: What's the Matter with Connecticut?" *Quarterly Journal of Political Science* 2(4):345–367. 26, 42, 64
- Gelman, Andrew. 2011. "Causality and Statistical Learning." *American Journal of Sociology* 117(3):955–966. 26, 42, 64
- Gelman, Andrew e Gary King. 1993. "Why are American Presidential Election Campaign Polls so Variable when Votes are so Predictable?" *British Journal of Political Science* 23(1):409–451. 133, 175
- Gelman, Andrew e Jennifer Hill. 2006. *Data Analysis Using Regression and Multilevel/Hierarchical Models*. 1 edition ed. Cambridge ; New York: Cambridge University Press. 59
- Gelman, Andrew, Jessica Hwang e Aki Vehtari. 2013. "Understanding predictive information criteria for Bayesian models." *Statistics and Computing* 24(6):997–1016. 133
- Gelman, Andrew, John B. Carlin, Hal S. Stern, David B. Dunson, Aki Vehtari e Donald B. Rubin. 2013. *Bayesian Data Analysis, Third Edition*. 3 edition ed. Boca Raton: Chapman and Hall/CRC. 133, 175
- Grimmer, Justin. 2010. "A Bayesian Hierarchical Topic Model for Political Texts: Measuring Expressed Agendas in Senate Press Releases." *Political Analysis* 18(1):1–35. 9, 39, 69, 70, 71, 75, 76, 80, 81, 82
- Grimmer, Justin. 2011. "An Introduction to Bayesian Inference via Variational Approximations." *Political Analysis* 19(1):32–47. 74
- Grimmer, Justin. 2013. *Representational Style in Congress: What Legislators Say and Why It Matters*. Cambridge University Press. 39, 75, 82, 117
- Grimmer, Justin. 2015. "We Are All Social Scientists Now: How Big Data, Machine Learning, and Causal Inference Work Together." *PS: Political Science & Politics* 48(01):80–83. 25
- Grimmer, Justin e Brandon M. Stewart. 2013. "Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts." *Political Analysis* p. mps028. 67, 68, 69, 80

- Grimmer, Justin, Sean J. Westwood e Solomon Messing. 2014. *The Impression of Influence: Legislator Communication, Representation, and Democratic Accountability*. Princeton University Press. 39, 81
- Grossman, Gene M. e Elhanan Helpman. 1996. "Electoral Competition and Special Interest Politics." *The Review of Economic Studies* 63(2):265–286. 35
- Izumi, Maurício. 2013. Os Determinantes do Comportamento Parlamentar no Senado Brasileiro (1989-2010) Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo São Paulo: . 43
- Jacobson, Gary C. 1989. "Strategic Politicians and the Dynamics of U.S. House Elections, 1946-86." *The American Political Science Review* 83(3):773–793. 39
- Leoni, Eduardo. 2002. "Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)." *Dados* 45(3):361–386. 33, 56
- Limongi, Fernando e Argelina Figueiredo. 1998. "Institutional foundations of coalition presidentialism." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (44):81–106. 26, 27, 33, 37, 42, 55, 122
- Limongi, Fernando e Argelina Figueiredo. 2005. "The budget process and Legislative behavior: individual amendments, support for the Executive branch, and government programs." *Dados* 48(4):737–776. 27, 42, 121, 124
- Lohmann, Susanne. 1998. "An Information Rationale for the Power of Special Interests." *The American Political Science Review* 92(4):809–827. ArticleType: research-article / Full publication date: Dec., 1998 / Copyright © 1998 American Political Science Association. 35
- Lohmann, Susanne. 2003. "Representative Government and Special Interest Politics (We Have Met the Enemy and He is Us)." *Journal of Theoretical Politics* 15(3):299–319. 35, 36, 38
- Magalhães, Rafael, Diogo Ferrari, Manoel Galdino e Davi Cordeiro Moreira. 2013. "Perspectives on Political Methodology: Interview with Simon Jackman." *Leviathan* 0(7):158–175. 70
- Mainwaring, Scott. 1991. "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais." *Novos Estudos Cebrap* (29):34:58. 32, 36
- Mainwaring, Scott. 1991. "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais." *Novos Estudos Cebrap* 29:34–58. 54
- Mainwaring, Scott. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford University Press. 32, 36, 54

- Manin, Bernard. 1997. *The Principles of Representative Government*. Cambridge University Press. 25, 38
- Mayhew, David R. 1974. *Congress: The Electoral Connection*. Yale University Press. 33, 34, 35
- Medeiros, Danilo, Andréa Freitas e Maurício Izumi. 2013. "Coalizões e Comportamento Legislativo no Brasil (1988-2010)." *Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP* . 43
- Miguel, Luis Felipe e Fernanda Feitosa. 2009. "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados." *Dados* 52(1):201–221. 26, 40, 66, 120
- Monroe, Burt L. 2013. "Introduction to the Virtual Issue: Big Data in Political Science." *Political Analysis* . 25
- Monroe, Burt L. e Philip A. Schrodt. 2008. "Introduction to the Special Issue: The Statistical Analysis of Political Text." *Political Analysis* 16(4):351–355. 25, 67, 122
- Moreira, D. C. 2011. Benefícios Tributários Federais e Conexão Eleitoral: a concessão de benefícios referentes ao PIS, à COFINS e à CSLL Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo São Paulo: . 27, 37, 42
- Olson, Mancur. 1971. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, Second printing with new preface and appendix*. Revised ed. Harvard University Press. 35
- Pereira, Carlos e Bernardo Mueller. 2000. "A theory of executive preponderance: the committee system in the Brazilian Congress." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 15(43):45–67. 27, 42
- Pereira, Carlos e Bernardo Mueller. 2002. "Strategic Behavior in a Coalition-Based Presidential System: Executive-Legislative Relations in the Budgetary Process in Brazil." *Dados* 45(2):265–301. 27, 32, 36, 42, 54
- Pereira, Carlos e Bernardo Mueller. 2003. "Weak parties in the electoral arena, strong parties in the legislative arena: the electoral connection in Brazil." *Dados* 46(4):735–771. 27, 32, 42, 54
- Poole, Keith T. e Howard Rosenthal. 1991. "Patterns of Congressional Voting." *American Journal of Political Science* 35(1):228–278. ArticleType: research-article / Full publication date: Feb., 1991 / Copyright © 1991 Midwest Political Science Association. 31, 32, 33

- Porter, Martin F. 1980. "An algorithm for suffix stripping." *Program: electronic library and information systems* 14(3):130–137. 76
- Potters, Jan e Randolph Sloof. 1996. "Interest groups: A survey of empirical models that try to assess their influence." *European Journal of Political Economy* 12(3):403–442. 35
- Power, Timothy J. e Cesar Zucco. 2009. "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication." *Latin American Research Review* 44(1):218–246. 56
- Ricci, Paolo. 2003. "The content of Brazilian legislative output: national laws or pork barrel politics?" *Dados* 46(4):699–734. 27, 42
- Ricci, Paolo. 2006. De onde vem nossas leis? Origem e conteúdo da legislação em perspectiva comparada Tese de Doutorado Universidade de São Paulo São Paulo: . 27, 35, 42
- Roberts, Margaret E. 2016. "Introduction to the Virtual Issue: Recent Innovations in Text Analysis for Social Science.". 25, 67, 122
- Robertson, David. 1976. *Theory of Party Competition*. London ; New York: John Wiley & Sons Ltd. 66
- Sagarzazu, Iñaki e Heike Klüver. 2015. "Coalition Governments and Party Competition: Political Communication Strategies of Coalition Parties." *Political Science Research and Methods FirstView(Supplement -1)*:1–17. 66
- Samuels, David. 2001a. "Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil." *The Journal of Comparative Politics* 34(1):23–42. 121, 124
- Samuels, David. 2001b. "Money, Elections, and Democracy in Brazil." *Latin American Politics and Society* 43(2):27–48. 121, 124
- Samuels, David J. 2002. "Pork barreling is not credit claiming or advertising: Campaign finance and the sources of the personal vote in Brazil." *The journal of Politics* 64(03):845–863. 121, 124
- Smirnov, Oleg e James H. Fowler. 2007. "Policy-Motivated Parties in Dynamic Political Competition." *Journal of Theoretical Politics* 19(1):9–31. 66
- Smith, Richard A. 1995. "Interest Group Influence in the U. S. Congress." *Legislative Studies Quarterly* 20(1):89–139. ArticleType: research-article / Full publication date: Feb., 1995 / Copyright © 1995 Comparative Legislative Research Center. 35

- Tarouco, Gabriela da Silva. 2012. "Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases." *Brazilian Political Science Review* 5(1):54–76. 66
- Tarouco, Gabriela da Silva e Rafael Machado Madeira. 2013. "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil." *Revista de Sociologia e Política* 21(45):149–165. 56
- Tarouco, Gabriela da Silva, Soraia Marcelino Vieira e Rafael Machado Madeira. 2015. "Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários." *Revista Política Hoje* 24(2):135–150. 66
- Vilela, Elaine e Pedro Neiva. 2011. "Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes." *Revista Brasileira de Política Internacional* 54(2):70–96. 40
- Zucco, Cesar. 2009. "Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings." *The Journal of Politics* 71(3):1076–1092. 26, 27, 32, 33, 34, 42, 43, 55, 56, 62, 122, 124
- Zucco Jr., Cesar e Benjamin E Lauderdale. 2011. "Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior." *Legislative Studies Quarterly* 36(3):363–396. 27, 42, 56, 62